

ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE CRIAÇÃO DA "CIDADE GÊMEA" CÁCERES (BRASIL) – SAN MATÍAS (BOLÍVIA)

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE CRIAÇÃO DA "CIDADE GÊMEA" CÁCERES (BRASIL) – SAN MATÍAS (BOLÍVIA)

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nílo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE CRIAÇÃO DA "CIDADE GÊMEA" CÁCERES (BRASIL) – SAN MATÍAS (BOLÍVIA)

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Brasília, 2020

EQUIPE TÉCNICA¹

Bolívar Pêgo

Coordenador-geral de Pesquisa em Questões Regionais, Urbanas e Ambientais da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur/Ipea) do Ipea e coordenador-geral deste estudo técnico.

Rosa Moura

Profissional sênior na Dirur/Ipea (coordenadora técnica).

Maria Nunes

Pesquisadora doutora na Dirur/Ipea (orientadora técnico-espacial).

EQUIPE COLABORADORA

Caroline Krüger

Pesquisadora doutora na Dirur/Ipea.

Paula Moreira

Pesquisadora doutora na Dirur/Ipea.

Gustavo Ferreira

Pesquisador doutorando na Dirur/Ipea.

PARECERISTA

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

1. A equipe técnica agradece a parecerista professora doutora Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT) pelas importantes contribuições ao texto, isentando-a de qualquer responsabilidade quanto a possíveis erros e/ou omissões.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS.....	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEMANDA: CONCEITO, CRITÉRIOS, METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	8
2.1 Definição do conceito e observações sobre sua procedência	8
2.2 Critérios de identificação e evolução do rol de unidades	12
2.3 Metodologia e operacionalização do trabalho de campo.....	16
3 LEITURA DO ESPAÇO DA REGIÃO VISITADA.....	17
3.1 Arranjo transfronteiriço Cáceres – San Matías.....	18
3.2 Entrevistas realizadas.....	44
4 PARECER	130
4.1 Avaliação dos critérios identificadores	131
4.2 O parecer	138
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICE A.....	144
ANEXO A	146
Questões norteadoras segundo segmentos de entrevistados	146
ANEXO B	151
Modelo de ofício de apresentação da equipe Ipea e agendamento de entrevista	151
ANEXO C	152
ANEXO D.....	155

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Cuiabá

José Pedro Gonçalves Taques – governador de Mato Grosso

Ariana Guedes de Oliveira – assessora especial para Relações Internacionais do governo de Mato Grosso

Maria Nunes – pesquisadora doutora na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea

Mariana de Freitas Silva – assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso

Rita de Cássia Oliveira Chiletto – coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais do Gabinete de Governo do Estado de Mato Grosso

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa – professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Cáceres

Francis Maris Cruz – prefeito de Cáceres

Cynara Piran – assessora parlamentar da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Leonardo Ribeiro Albuquerque – deputado estadual por Mato Grosso

Maria do Socorro de Sousa Araújo – professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Nelci Eliete Longhi – secretária de Planejamento da Prefeitura de Cáceres

Ricardo Vanini – assessor parlamentar da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Wilson Kishi – secretário de Governo da Prefeitura de Cáceres

San Matías

Fábio López Olivares – alcalde de San Matías

Ricardo Toro Olivares – presidente do Comitê Cívico

Isaias Durex Vaca – secretário geral do Comitê Cívico

Victor Hugo Nin Saavedra – secretário de Relações do Comitê Cívico

Demais lideranças locais

ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DE CRIAÇÃO DA “CIDADE GÊMEA” CÁCERES (BRASIL) – SAN MATÍAS (BOLÍVIA)¹

1 INTRODUÇÃO

Desde 2016, o Ipea vem desenvolvendo o projeto A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira, na pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública, em parceria com o então Ministério da Integração Nacional (MI) – atualmente renomeado como Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) –, cujo objetivo é levantar novos aspectos que envolvem esse tema. Como opção metodológica para desenvolvimento do projeto, a equipe de pesquisadores definiu como pressuposto fundamental às atividades o estabelecimento de contato com a região fronteira, por meio de visitas técnicas e leituras do espaço, entrevistas, diálogos e debates com os muitos segmentos da comunidade fronteira. Foram realizadas quatro oficinas de trabalho, sendo uma geral, na qual se definiram os alinhamentos norteadores de todo o trabalho, a partir de amplo debate sobre a problemática e as dinâmicas socioespaciais da região da fronteira do Brasil. As outras três oficinas aconteceram uma em cada arco: no Norte, em Boa Vista (RR); no Central, em Corumbá (MS); e no Sul, em Uruguaiana (RS). Além do evento nessas cidades, aberto para palestras, debates e trabalhos em grupos temáticos, em todos os arcos foram visitados os arranjos transfronteiriços configurados por essas e outras cidades dos estados visitados.

Em meados de 2017, paralelamente a esse trabalho, o MI solicitou ao Ipea um estudo específico sobre Cáceres (MT) e San Matías, na Bolívia, para averiguar, diante dos critérios estabelecidos pela Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), se as relações entre esses municípios asseguravam a Cáceres as condições para que passe a compor o elenco das cidades gêmeas brasileiras. Cabe deixar claro que, confirmadas as relações entre os pares de cidades de países diferentes, somente as cidades brasileiras são listadas no anexo da Portaria nº 213/2016 (Brasil, 2016a), como dispõe a referida portaria.

Entendendo-se a relevância dessa solicitação e vendo-se abrir possibilidade de conhecer com mais profundidade outro importante arranjo espacial dessa extensa fronteira, a demanda foi aceita e a metodologia delineada de forma a conhecer o cotidiano desses municípios, tendo-se como opção ver e ouvir para conhecer a realidade local.

Diante disso, na semana de 2 a 7 de outubro de 2017, a equipe realizou a atividade de campo nas cidades de Cuiabá, Cáceres e San Matías, nas quais foram realizadas entrevistas com autoridades, pesquisadores, produtores rurais, gestores públicos e cidadãos dos três municípios, bem como se percorreram vários pontos de suas sedes urbanas e instituições públicas voltadas a ações sobre a fronteira. Além disso, realizou-se o trâmite de cruzamento Brasil-Bolívia-Brasil, podendo vivenciar como se dá o controle fronteiro.

Este relatório se compõe dos resultados dessa pesquisa de campo, apoiada em informações estatísticas e referencial bibliográfico. Constrói detalhadamente um diagnóstico sobre as relações intermunicipais (transfronteiriças) e seus principais limitantes, assim como aponta possíveis ganhos a partir de processo mais articulado e institucionalizado de gestão compartilhada. Por último, finaliza com o parecer técnico solicitado.

1. Este estudo é produto do projeto A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira, pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública, referente à parceria técnica do Ipea com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Deve-se salientar que grande parte do trabalho de campo foi possível devido a diversos contatos e articulações previamente realizados por Maria Nunes (pesquisadora doutora na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – Dirur do Ipea) a instituições da região, destacando-se: o governo de Mato Grosso; a Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação Regional; a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá; e a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em Cáceres. Outras instituições e pessoas relevantes em Cuiabá – particularmente, secretarias estaduais, a Prefeitura de Cáceres e seus secretários municipais –, assim como o prefeito de San Matías, na Bolívia, contaram, também, com a importante articulação de Rita Chilleto (coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais) e a participação de Ariana Guedes de Oliveira e Mariana de Freitas Silva, ambas assessoras especiais para relações internacionais do governo de Mato Grosso.

O relatório compõe-se de mais três seções, além desta introdução. A segunda seção contextualiza a demanda do MI, explorando o conceito, os critérios, e descrevendo o método e a operacionalização da pesquisa. A terceira seção reúne os resultados da leitura do espaço da região visitada, o arranjo transfronteiriço Cáceres-San Matías, destaca as entrevistas realizadas e sumariza alguns estudos de elevada importância no trato da região e do tema. A quarta e última seção apresenta o parecer propriamente dito.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEMANDA: CONCEITO, CRITÉRIOS, METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo que ora se relata teve como finalidade atender à solicitação do Ministério da Integração Nacional (MI) – atualmente renomeado como Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) –, para verificação se Cáceres-San Matías reúnem qualificações que possam inserir Cáceres na relação de *ciudades gêmeas*, conforme o que consta na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a). Tal portaria estabelece o conceito dessas unidades em território nacional, os critérios adotados para sua definição e, com base nestes, a lista de 32 municípios que cumprem atualmente os conceitos e os critérios definidos.

Nesta parte do relatório, serão expostos e discutidos o conceito e os critérios de identificação das *ciudades gêmeas*, no âmbito do então MI, assim como apresentadas controvérsias conceituais e outros critérios usados para a identificação de arranjos espaciais fronteiriços e transfronteiriços.

2.1 Definição do conceito e observações sobre sua procedência

A Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), em seu art. 1º, conceitua cidades gêmeas como adensamentos populacionais:

cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2016a, art. 1º).

Em seu art. 2º, estabelece o parâmetro de porte populacional igual ou superior a 2 mil habitantes.

O conceito adotado provém de estudo desenvolvido por Machado (2005), no qual a autora se dedica a um levantamento minucioso das cidades gêmeas e das interações transfronteiriças, compondo um quadro que vem servindo de referência a estudos subsequentes.

Nesse quadro, são apontadas: as localidades; a Unidade da Federação (UF) em que se localizam; o tipo – se cidade ou povoado –; a população urbana referente a 2000; a localidade correspondente ou mais próxima; o país; o tipo da localidade; a forma de articulação – se fluvial, com ou sem ponte, ou se fronteira seca –; e o tipo de interação transfronteiriça – se capilar, em sinapse, ou frente indígena – (Machado, 2005, p. 25 *et seq.*).

Para compreender o conceito, é importante considerar a concepção de *zona de fronteira*:

A noção de *zona de fronteira* é um expediente metodológico para tratar os fluxos de bens, capitais e pessoas que caracterizaram esses espaços, juntando as faixas de fronteira de cada lado do limite internacional. Tais interações e fluxos, embora internacionais, delineiam um *meio geográfico* próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional.

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas *idades gêmeas*. Estes adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira (Machado, 2005, p. 12 e 13)

A partir da contribuição desse estudo, a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (Brasil, 2005), incorpora *ipsis literis* o conceito expresso no segundo parágrafo citado, e isso se mantém nas bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, elaborada pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça – GTIIF (Brasil, 2010). Neste, cidades gêmeas foram consideradas como:

adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – [que] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2010, p. 21).

A Portaria MI nº 213/2016 agrega apenas em seu art. 1º que essas unidades podem ou não “apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho” (Brasil, 2016a, art. 1º), e em seu art. 2º que tenham “população igual ou superior a 2 mil habitantes (*op. cit.*, art. 2º)”, como citado em parágrafos anteriores.

Desde então, seja no âmbito acadêmico ou entre gestores públicos, muitas críticas e observações se mostraram contrárias ao emprego da expressão cidades gêmeas. O principal argumento é de que a condição de “gêmea” implica que as duas cidades tenham se originado em um ato comum ou sido frutos de um mesmo, e que tenham mantido um padrão de evolução com relativa semelhança. Resgata-se a fala de uma gestora municipal do município fronteiriço de Pacaraima (RR),² que sintetiza outras falas similares ouvidas em entrevistas em vários pontos da fronteira, pelo fato de que faz uma singela e representativa crítica à expressão cidade gêmea:

não são cidades gêmeas, são somente irmãs. Porque elas não têm um nível de desenvolvimento igual, não têm o mesmo tamanho, não cresceram da mesma forma, não surgiram da mesma forma. Então, gêmeas em quê? Irmãs, sim, mas gêmeas... (entrevista ocorrida em Pacaraima, em novembro de 2016).

2. Entrevista com Socorro Maria Lopes (então Secretária Municipal do Trabalho e Promoção Social de Pacaraima), no âmbito das atividades da pesquisa Fronteiras do Brasil, em trabalho de campo no arco Norte, Pacaraima (RR), em 26 de novembro de 2016, cujo detalhamento se encontra publicado pelo Ipea no livro *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte*, volume 3 (Pêgo *et al.*, 2018, p. 255).

No âmbito acadêmico, Ferreira (2017, p. 3) confirma essa crítica, trazendo o debate entre autores que tecem discordância de tal denominação “ao justificarem que ‘gêmeos’ nascem e crescem no mesmo momento e de formas similares, e isto não ocorre com cidades fronteiriças”. Prossegue mostrando que “quando se fala em ‘cidades geminadas’ ou ‘duplas urbanas’, pensa-se, inicialmente, não nos relacionamentos entre as cidades, mas em sua ligação física” (*op. cit.*, p. 3). O autor cita outras expressões, como cidades-irmãs e cidades espelhadas, empregadas como sinônimos de cidades gêmeas. Em seus argumentos, passa por referências que descrevem essas cidades pela conectividade, e não pela integração espacial. Porém, justifica a denominação devido à intensidade e à diversidade de interfaces associadas à vida urbana, à fusão entre malhas urbanas, à contiguidade e à complementaridade. Conclui afirmando que cidades gêmeas são “aquelas cidades que mantêm intensas interações de troca (culturais, econômicas e sociais) e cujas sedes estejam fisicamente unidas, ainda que separadas por uma rua ou ponte” (*op. cit.*, p. 3).

Nos argumentos de Braga (2013), cidades gêmeas deveriam referir-se a cidades contíguas pela linha de fronteira internacional, porém descontínuas, com forte acessibilidade e conectividade entre os centros funcionais, sem que haja fusão das centralidades. Para a autora,

o que caracteriza morfologicamente as cidades gêmeas é a possibilidade de fluxos entre as partes, ou seja, algum tipo de continuidade axial (linear) entre os sistemas que permita a interação e a mobilidade (...) sem que configurem um sistema espacial único, sobretudo, pela concentração da interpenetração em poucas linhas compartilhadas entre os sistemas (Braga, 2013, p. 513).

Para esse objeto espacial – ou seja, cidades que se posicionam na linha de fronteira e encontram correspondentes no país vizinho –, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), em estudo sobre concentrações populacionais, faz referência a *arranjos fronteiriços*. Estes concernem a arranjos populacionais formados por unidades político-administrativas localizadas na fronteira internacional do Brasil e de países vizinhos, que apresentam contiguidade da mancha urbanizada e movimento pendular para trabalho e estudo. O próprio IBGE aponta as diferenças entre as cidades gêmeas e os arranjos fronteiriços:

Os Arranjos Populacionais Fronteiriços identificados têm uma forte aderência às cidades gêmeas, definidas pelo Ministério da Integração Nacional. As diferenças nas listagens de municípios são decorrentes dos critérios utilizados nos dois estudos, uma vez que o IBGE considerou contiguidade da mancha urbanizada e movimento para trabalho e estudo, ao passo que o ministério utilizou contiguidade (conurbação ou semiconurbação) e potencial de integração econômica e cultural. Cabe observar que, enquanto o ministério identifica apenas os municípios brasileiros localizados exatamente na fronteira, os Arranjos Populacionais Fronteiriços podem ser formados por um ou mais municípios integrados, de fato, à dinâmica da fronteira (IBGE, 2016, p. 167).

Ou seja, enquanto, no caso das cidades gêmeas elencadas na portaria do MI, a contiguidade de mancha de ocupação do município principal não é critério obrigatório, para o IBGE o arranjo apenas existe se cumprir essa condição e se comprovadamente registrar forte intensidade dos movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo em outro município ou país. A principal diferença entre os critérios é que o instituto identifica unidades constituídas por mais de um município; por sua vez, o MI aponta cada município como uma unidade – ou uma cidade gêmea –, independentemente de estar configurando mancha de ocupação única com outro município brasileiro, vindo a fragmentar aglomerações da linha de fronteira em duas ou mais cidades gêmeas.

Também na busca de alternativas que se ajustassem melhor a configurações espaciais emergentes na linha de fronteira brasileira, Moura, Cardoso e Vaccari (2010) empregam a expressão *aglomerações urbanas transfronteiriças*, como unidades que configuram manchas de

ocupação em continuidade, que não distinguem os limites político-administrativos entre estados e países, em fronteira secas ou com cursos d'água servindo como elemento separador, porém vencido por pontes como elementos unificadores. Somam-se a essas tantas outras expressões – cunhadas por situações específicas, mas voltadas para afirmar a interação desenvolvida entre cidades na fronteira de diferentes países que de alguma forma se complementam, se ajudam mutuamente na atenção às necessidades da população – *cidades irmãs, cidades articuladas, cidades conectadas, policidades, conurbações internacionais, aglomerações internacionais*, entre outras.

Neste estudo, considerou-se a denominação cidade gêmea inadequada para conjuntos que chegam a englobar mais de uma unidade correspondente à figura do município brasileiro. A aglomeração polarizada no caso brasileiro por Foz do Iguaçu (PR) é um exemplo emblemático dessa impropriedade, por reunir mais de um município do Brasil, do Paraguai e ainda um da Argentina. Casos similares, em menor dimensão, encontram-se na linha de fronteira e requerem denominação mais apropriada que cidade gêmea. Da mesma forma, a expressão aglomeração transfronteiriça é, também, inadequada a unidades que não configuram efetivamente um espaço aglomerado, mas, sim, um espaço descontínuo, mas em intensa interação. Também se entendeu como inadequada a expressão adotada pelo IBGE, por passar uma percepção de que a unidade se encerra na fronteira – ou seja, é meramente fronteira. A noção que se busca incorporar em uma denominação é a de arranjo bidimensional – isto é, que apresente as dimensões de aglomerações, cidades ou povoados existentes de cada lado da fronteira, com suas peculiaridades, seus regulamentos, seus recursos e sua autonomia, e que sobre essa dimensão perpassa uma segunda, a dimensão das relações transfronteiriças, aquelas que transcendem a dimensões anteriores, pois criam espaço de interações cotidianas que prescindem a linha de fronteira para a realização de atividades como trabalho e estudo, assim como o exercício de funções que – mesmo não integradas – são complementares, como o consumo, o uso de serviços, as práticas culturais, esportivas e de lazer, e, fundamentalmente, as relações familiares e sociais.

Para escapar dessas armaduras conceituais – que se apegam a diferenças morfológicas, funcionais ou programáticas, e que levam a variados elencos ou tipificações de cidades situadas na linha de fronteira – e valorizar a necessidade de identificar categoria espacial diversa, mas com perfil de alta complexidade de gestão, optou-se pela expressão genérica *arranjos espaciais* e pela qualificação *transfronteiriços*. Entre estes, podem enquadrar-se espaços conurbados, conectados, articulados, inteirados, integrados, mononucleares, polinucleares, em aglomerações, em descontinuidade, entre outros, desde que seu conjunto de relações (econômicas, sociais, funcionais, institucionais etc.) perpassa a linha de fronteira e aproxime a dimensão fronteira das cidades dos países envolvidos em uma nova dimensão, a transfronteiriça.

A qualificação dos arranjos como transfronteiriços advém da compreensão de que essa expressão traduz a travessia e a passagem, bem como se aplica aos movimentos e às relações no limite político entre dois Estados, conforme Reitel e Zander (2004). Segundo esses autores, sua noção concerne à condição de proximidade e às relações estabelecidas entre unidades espaciais pertencentes a regiões contíguas, separadas por um limite internacional. Indo além, um espaço transfronteiriço assume a porosidade da fronteira e o triunfo da abertura sobre o bloqueio, da interação sobre a separação e da determinação de trocas organizadas ou devidas à existência de diferenciais entre os países, bem como permite a troca ou a mesclagem de características de um território para outro.

Assim, a unidade socioterritorial aqui chamada arranjo transfronteiriço resulta de configuração socioespacial entre municípios em contiguidade na linha de fronteira entre países, que articula a área de ocupação composta por municípios do Brasil e desses países

vizinhos, com continuidade da mancha de ocupação, desconsiderando separação por cursos de água, ou sem continuidade de mancha de ocupação, porém com forte articulação e comutação entre si, pela conexão por vias terrestres ou fluviais. Pode abrigar, portanto, as diversas configurações de cidades e povoados que se situam na linha de fronteira brasileira, na finalidade disposta na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a).

2.2 Critérios de identificação e evolução do rol de unidades

O PDFF, em sua reestruturação (Brasil, 2005), incorporou o elenco de 29 unidades identificadas em estudo desenvolvido por Machado (2005) e suas correlatas nos demais países fronteiriços. Posteriormente, o GTIIF (Brasil, 2010) recuperou essas unidades e ampliou o número de cidades gêmeas no Brasil para 33, além de apontar 34 cidades correlatas nos países vizinhos. Agregou às anteriores Benjamin Constant (AM) e Islandia, no Peru, Porto Mauá (RS) e Alba Posse, na Argentina, e Garruchos (RS) tendo como correspondente Garruchos, na Argentina.

Também de cunho oficial, estudo do IBGE (2016), sobre concentrações populacionais no Brasil, identificou 27 unidades espaciais na linha de fronteira, que denominou “arranjos populacionais”. A principal diferença entre as duas concepções é que o instituto enumera como arranjo fronteiriço unidades constituídas por mais de um município, enquanto as identificações anteriores apontam cada município como uma cidade gêmea, independentemente de incluir na mancha de ocupação outro município brasileiro. Essa concepção é assumida pela Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), que mantém quase na íntegra a relação do GTIIF, porém excluindo Benjamin Constant (AM) e Garruchos (RS) e agregando Santo Antônio do Sudoeste (PR).

Comparando os resultados das duas relações mais recentes, IBGE (2016) e Brasil (2016a), observa-se grande proximidade nos resultados, exceto a não inclusão de Ladário (MS), conurbado a Corumbá (MS), Santa Terezinha do Itaipu (PR), conurbado a Foz do Iguaçu (PR) e Pranchita (PR), conurbado a Santo Antônio do Sudoeste (PR), que são apontadas pelo IBGE como integrantes de arranjos fronteiriços, exatamente pela formação de uma mancha contínua de ocupação urbana, mas não se inserem na relação do MI. Essa relação, também, fragmenta algumas aglomerações da linha de fronteira em duas ou mais cidades gêmeas, como é o caso de Epitaciolândia (AC) e Brasileia (AC), Mundo Novo (MS) e Guaíra (PR), bem como Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC), que são consideradas individualmente cidades gêmeas.

Em termos das unidades transfronteiriças identificadas, as duas relações apresentam grande correspondência entre si, divergindo apenas nos casos de: Santa Rosa do Purus (AC) e Santa Rosa, no Peru; Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uairén, na Venezuela; Porto Murtinho (MS) e Puerto Palma Chica, no Paraguai; e Aceguá (RS) e Aceguá, no Uruguai, que por não configurarem continuidade de mancha de ocupação urbana não se inserem na relação dos arranjos fronteiriços do IBGE. No caso inverso, aparecem apenas na relação do MI: Garruchos (RS), que conforma arranjo com Azara, na Argentina, e Porto Vera Cruz (RS), que conforma arranjo com Panambí, na Argentina.

Vale resgatar observações do GTIIF de que o número reduzido de cidades gêmeas reflete “a situação de marginalidade da zona de fronteira em relação às principais correntes de povoamento da América do Sul, concentradas na orla atlântica e nos altiplanos andinos” (Brasil, 2010, p. 21). O grupo ressalta, também, a posição estratégica dessas unidades no que concerne aos meios de comunicação terrestre e à existência de infraestrutura de articulação, mesmo que muitas dessas cidades mantenham baixo crescimento e assimetria urbana entre os pares. “As simetrias e assimetrias entre cidades gêmeas nem sempre decorrem de diferenças no nível de desenvolvimento dos países, e, sim, de sua própria dinâmica e da

função que exercem para os respectivos países” (*op. cit.*, p. 22). O GTRIIF apontou, ainda, que a disposição geográfica e o tamanho urbano dessas cidades “são muito dependentes da ação intencional dos governos em atender suas prioridades político-institucionais” (*op. cit.*, p. 23). Por fim, um “terceiro aspecto a ser destacado na geografia das cidades gêmeas é a disjunção entre o tipo de interação predominante na linha de fronteira e o tipo de interação que caracteriza a cidade gêmea nela localizada” (*op. cit.*, p. 23).

A tabela 1 traz um comparativo entre os quatro exercícios de identificação citados e o levantamento de municípios que compõem esses arranjos espaciais transfronteiriços realizado pelo Ipea.

Se as diferenças entre os resultados dos arranjos fronteiriços do IBGE e as cidades gêmeas da Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a) se devem a critérios distintos na identificação, as mudanças entre os três exercícios de identificação de cidades gêmeas voltados à gestão da fronteira em trabalhos do MI podem ser atribuídas a uma evolução temporal. Essa evolução explicaria a entrada ou saída de unidades por acréscimos ou perdas populacionais, por ampliação de laços entre as cidades, entre outros motivos. De antemão, questionam-se dois casos que mereceriam consideração particular. Um destes – identificado pelo estudo do GTIIF – é o de Benjamin Constant (AM), que funciona como importante porta de entrada a vias fluviais de comunicação com o Peru, tendo como apoio o povoado peruano de Islandia. O outro caso, não identificado em algum dos exercícios considerados, é o de Cáceres e San Matías, que será objeto de análise deste estudo.

Dessa forma, além dos arranjos espaciais e das cidades apontadas nessas relações, ocorrem, ainda, na linha de fronteira cidades, vilas e povoados com ou sem correspondência em ocupações nos países vizinhos. Entre os 84 municípios da linha de fronteira, Moura e Oliveira (2018) identificaram onze casos de sedes municipais ou povoados situados imediatamente à linha de fronteira brasileira ou conectados a esta, tendo correspondência com cidade ou povoado na linha de fronteira do país vizinho. Estes – em análise com maior detalhe – poderão mostrar dinâmicas transfronteiriças relevantes, pela extensão e pela aproximação das manchas de ocupação, pelo porte e pela intensidade de fluxos de comutação registrados, bem como pela presença de infraestrutura de circulação que expresse ou potencialize forte conectividade entre os países.

Salienta-se entre os que poderão ser considerados arranjos espaciais, além de Cáceres (MT), São Gabriel da Cachoeira (AM), pelo porte populacional e pelo maior conjunto de povoados fronteiriços, nas fronteiras com a Colômbia e Venezuela. Esse também é o caso de Sete Quedas (MS), pela relevância dos fluxos pendulares de saída ao estrangeiro – quarta posição entre os municípios brasileiros; além de Plácido de Castro (AC) e Capixaba (AC), ambos com evidências de expansão recente da mancha de ocupação em conjunto com o crescimento de povoados em posição correspondente na Bolívia.

TABELA 1
Cidades gêmeas e arranjos transfronteiriços, segundo os arcos da faixa de fronteira oeste – Brasil

Arco	UF	Quantidade por UF	Arranjos transfronteiriços	Cidades gêmeas – PDFF (2005)	Cidades gêmeas – GTIF (2010)	Arranjos transfronteiriços – IBGE (2015)	Cidades gêmeas – MI (2016)	Número de municípios – Ipea ¹ (2017)	
Norte	AP	1	Oiapoque-St. Georges (Guiana Francesa)	X	X	X	X	2	
	RR	2	Bonfim-Lethem (Guiana)	X	X	X	X	2	
			Pacaraima – Santa Elena de Uaiirén (Venezuela)	X	X	-	X	2	
	AM	2	Tabatinga – Leticia (Colômbia) – Santa Rosa (ilha) (Peru)	X	X	X	X	3	
			Benjamin Constant – Islândia (Peru)	-	X	-	-	2	
	AC	3	Brasiléia e Epitaciolândia – Cobija (Bolívia)	X	X	X	X	3	
			Assis Brasil – Bolpebra (Bolívia) – Itaparí (Peru)	X	X	X	X	3	
			Santa Rosa do Purus – Santa Rosa (Peru)	X	X	-	X	2	
	Central	RO	1	Guajará-Mirim – Guayaramerín (Bolívia)	X	X	X	X	2
				Ponta Porã – Pedro Juan Caballero (Paraguai)	X	X	X	X	2
Conumbá e Ladário – Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia)				X	X	X	X	4	
MS		6	Bela Vista – Bella Vista del Norte (Paraguai)	X	X	X	X	2	
			Coronel Sapucaia – Capitán Bado (Paraguai)	X	X	X	X	2	
			Paranhos – Ypejtú (Paraguai)	X	X	X	X	2	
			Porto Murtinho – Pro. Palma Chica (Paraguai)	X	X	-	X	2	

(Continua)

(Continuação)		UF	Quantidade por UF	Arranjos transfronteiriços	Cidades gêmeas – PDFF (2005)	Cidades gêmeas – GTIIF (2010)	Arranjos transfronteiriços – IBGE (2015)	Cidades gêmeas – MI (2016)	Número de municípios – Ipea ¹ (2017)	
Arco Sul		PR	3	Guaiará (Paraguai)	X	X	X	X	3	
				Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu – Ciudad del Este, Hernandarias, Minga Guazú e Presidente Franco (Paraguai) – Puerto Iguazú (Argentina)	X	X	X	X	7	
				Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita – San Antonio (Argentina)	-	-	X	X	3	
		SC	1	Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR) – Bernardo de Irigoyen (Argentina)	X	X	X	X	X	3
				Sant'Ana do Livramento – Rivera (Uruguai)	X	X	X	X	2	
				Uruguaiana – Paso de los Libres (Argentina)	X	X	X	X	2	
		RS	13	São Borja – Santo Tomé (Argentina)	X	X	X	X	X	2
				Quaraí – Artigas (Uruguai)	X	X	X	X	2	
				Jaguarião – Rio Branco (Uruguai)	X	X	X	X	2	
				Itaqui – Alvear (Argentina)	X	X	X	X	2	
				Barra do Quaraí-Bella Unión (Uruguai) – Monte Caseros (Argentina)	X	X	X	X	3	
				Chuí – Chuy (Uruguai)	X	X	X	X	2	
				Porto Xavier – San Javier (Argentina)	X	X	X	X	2	
Brasil		Porto Mauá – Alba Posse (Argentina)	-	X	X	X	X	2		
		Garruchos – Azara (Argentina)	-	X	X	X	2			
		Porto Vera Cruz – Panambi (Argentina)	-	-	X	X	2			
		Aceguá – Aceguá (Uruguai)	X	X	-	X	2			
		Fronteira oeste	32	Total	29	33	27	32	78	

Fonte: Brasil (2005; 2010), IBGE (2016), Brasil (2016a) e Moura e Oliveira (2018).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Disponível no Google Maps.

2.3 Metodologia e operacionalização do trabalho de campo

Com vistas a atender à demanda do MI, foi definido como objeto do estudo os municípios de Cáceres, em Mato Grosso, e San Matías, no departamento de Santa Cruz, na Bolívia. Como objetivo, analisar especificamente as relações entre esses municípios e avaliar se Cáceres, nessas relações com San Matías, reúne os requisitos previstos na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a).

Entende-se que uma cidade pode ser considerada nos termos da atual *cidade gêmea* quando mantém relações estreitas com seu par quanto à interação, à comutação e à conexão para a produção e o consumo, a gestão pública, a oferta e o uso de serviços urbanos. Para tanto, analisaram-se informações relativas à base populacional atual do município; ao potencial de integração econômica, social e cultural com a cidade vizinha estrangeira; aos problemas característicos da fronteira e que se reforçam mutuamente em ambos os países; e aos efeitos diretos da integração econômica e social, bem como dos problemas compartilhados sobre o desenvolvimento regional e a cidadania local, conforme requisitos da portaria. Além destas, avançou-se na identificação de grandes infraestruturas, como portos, aeroportos e rodovias; das vias de ligação, em movimentos, fluxos e dinâmicas entre as duas localidades; nos sintomas de dependência e complementaridade funcional; e na busca de experiências de gestão – institucionalizadas ou informais – que representem pactos e compartilhamentos entre os governos municipais, departamentais e nacionais dos países.

O estudo valeu-se de variadas fontes de informações oriundas em: dados secundários coletados em bases oficiais, como o IBGE e o Instituto Nacional de Estatística – Bolívia (INE-BO), que subsidiaram a caracterização preliminar dos municípios; e documentos e resultados de pesquisas acadêmicas ou governamentais, publicações em periódicos e outras fontes bibliográficas. Foram realizadas entrevistas com agentes locais representativos das agências estaduais e federais dedicadas ao controle fronteiriço – tais como a Receita Federal do Brasil (RFB), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Polícia Federal (PF), a Polícia Militar (PM) de Mato Grosso, a Delegacia de Polícia Civil, o Grupo Especial de Fronteira (Gefron), entre outros – e da estrutura municipal de gestão e prestação de serviços (prefeituras e departamentos especializados), assim como com pesquisadores de universidades públicas, lideranças sindicais, políticos locais, comerciantes e prestadores de serviços, e representantes de organizações não governamentais (ONGs) dos municípios. Foram feitos, também, anotações e registro fotográfico da leitura do espaço por percursos em locais de destaque.

Essas atividades foram desenvolvidas em três etapas, descritas a seguir.

- 1) Caracterização preliminar do objeto de estudo, a partir do levantamento e da análise de informações sobre os municípios, da pesquisa de bibliografias e do agendamento de entrevistas com agentes identificados como representativos nas relações locais e intermunicipais e internacionais.
- 2) Atividade de campo no período de 2 a 7 de outubro de 2017, que consistiu na leitura do espaço, na coleta de dados, informações e imagens adicionais, e na realização das entrevistas locais.
- 3) Complemento de informações por meios virtuais, relato das entrevistas, análise dos resultados e elaboração do relatório final.

Destaca-se a importância dos trabalhos de campo e da leitura do espaço, ao permitirem a observação de dinâmicas locais, regionais e internacionais e o contato com agentes de produção do espaço. Isso possibilitou perceber o grau de interação entre os municípios, em termos de relações sociais, econômicas e culturais, bem como problemas da gestão urbana visíveis no espaço construído e no funcionamento e na manutenção do espaço público, além de dar voz a uma variedade de agentes dificilmente acessáveis por via indireta.

Na leitura do espaço, a equipe pôde vivenciar o significado de cruzar a fronteira e aferir as reclamações quanto ao comportamento de servidores públicos, à eficácia dos procedimentos de controle, às dificuldades de deslocamento público e a problemas de intimidação nas entrevistas a cidadãos fronteiriços em trânsito. Pôde, também, captar sinais de interculturalidade e comutação. Nos dois casos, teve proximidade a sintomas que não se traduzem em dados, tampouco podem ser compostos a partir de fragmentos de leituras. Como apoio à leitura do espaço, foram elaboradas bases cartográficas em imagem de satélite do arranjo espacial e das duas localidades individualmente, com informações sobre equipamentos e infraestruturas que servem à conexão entre as cidades objeto, bem como levantamento de imagens que orientem e complementem as fotos do campo.

Para as entrevistas, elaboraram-se roteiros específicos de questões sobre as temáticas correspondentes, e empregou-se o recurso de serem antecipadamente agendadas por ofício de apresentação nominal do MI. Poucas foram as entrevistas não agendadas, e, para esses casos, a equipe tinha em mãos uma carta geral de apresentação assinada pelo secretário nacional de desenvolvimento regional (SDR) do MI.

Como nem todos os agentes nas relações da fronteira entre Cáceres e San Matías atuam no local, os trabalhos de campo incluíram duas reuniões em Cuiabá: a primeira, na sede do governo do estado de Mato Grosso, contou com a participação de agentes estaduais e regionais; a segunda, com a presença do governador e de secretários do estado. Outros agentes, por dificuldade de contato real, foram entrevistados por meio do envio por correio eletrônico do roteiro de questões, que foi devolvido por escrito, por essa via.

3 LEITURA DO ESPAÇO DA REGIÃO VISITADA

Esta seção do relatório se compõe de caracterização da região visitada, a qual inclui aspectos relevantes evidenciados no conjunto de procedimentos, que constituem a leitura do espaço. Constitui-se da caracterização geral do arranjo transfronteiriço Cáceres-San Matías, formada a partir de observações locais das áreas componentes desse arranjo. Tal caracterização é complementada com informações bibliográficas – que sustentam a abordagem histórica da formação do arranjo – e com dados socioeconômicos, individualizados a cada município relacionado, além de informações coletadas nos percursos intraurbanos realizados e no cruzamento do limite internacional.

A caracterização é enriquecida com anotações sobre entrevistas realizadas com agentes locais, selecionados pela atuação em temas que respondem aos critérios explicitados na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a). Ao todo, foram realizadas treze entrevistas e uma visita técnica.

Complementa-se, ainda, com seis *boxes* informativos, que sintetizam outros estudos específicos realizados por agentes da região e a declaração de apoio local; todos fundamentais para melhor argumentação do parecer, quais sejam (quadro 1).

QUADRO 1
Relação dos estudos complementares utilizados para a elaboração deste relatório

Box	Estudo
1	Parque Nacional do Pantanal mato-grossense
2	Área Natural de Manejo Integrado San Matías (ANMI)
3	Ipea ouve governo de MT sobre irmandade entre Cáceres e San Matías
4	Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
5	Declaração de Apoio às Cidades Gêmeas do Comitê Cívico de San Matías
6	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT)

Fonte: Entrevistados.
Elaboração: Ipea.

3.1 Arranjo transfronteiriço Cáceres – San Matías

Cáceres-MT e San Matías, na Bolívia, articulam-se por fronteira seca, cujos centros urbanos distam um do outro em cerca de 103 km (figura 1).³ A principal via de conexão é a rodovia BR-070.

FIGURA 1
Cáceres e San Matías: localização das cidades (2018)



Fonte: Google Maps.
Elaboração: Gustavo Ferreira.

Na saída da cidade de Cáceres em direção à ponte sobre o rio Paraguai, encontram-se instituições públicas, serviços e comércio de grande porte, e desde a ponte se observam as instalações do porto (figura 1). A partir desse ponto até o entroncamento da BR-174, a rodovia acompanha os meandros do rio, em sua área de inundação, com algumas lagoas visíveis. A poucos quilômetros adiante desse entroncamento, torna-se continuamente margeada por fazendas, a maioria de criação de gado.

3. Todas as distâncias desta seção do relatório foram calculadas por rotas rodoviárias do Google Maps.

FIGURA 2

Porto de Cáceres visto da ponte sobre o rio Paraguai e lagoas às margens da BR-070 (2017)



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Segue asfaltada até o distrito de Corixa, a 10 km de San Matías, em que se encontra o controle de fronteira. Junto ao controle, estão a RFB e o Mapa; a aproximadamente 30 m, encontra-se o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), próximo ao Gefron e à PF. O que chama atenção no controle fronteiriço é o elevado número de caminhões parados, carregados com toras de madeira (aroeira) extraída no território boliviano, aguardando liberação para prosseguir viagem (figura 3). Segundo relatos, a ausência de posto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região retarda essa liberação em vários dias e até mesmo semanas.

FIGURA 3

Corixa: caminhões parados no controle brasileiro a espera de liberação da carga



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Do posto fronteiriço o trajeto prossegue pela *carretera* 10, sem asfalto (figura 3), até alcançar a área urbana de San Matías. Às margens, pequenas casas em área rural. Logo ao cruzar o controle migratório boliviano, há um local popular de lazer, Divina Água, em que as águas binacionais das nascentes do córrego Corixa formam uma pequena represa que é apropriada por crianças e jovens, embora o local seja mal cuidado, com lixo acumulado nas bordas do lago. Nas pedras por onde correm as águas, destacam-se as bandeiras dos países fronteiriços (figura 4).

FIGURA 4
Corixa: marcos fronteirços na *carretera* 10 e lazer Divina Água



Fonte: Equipe Ipea. Posição em 5 out. 2017.

Mais próximo à área urbana de San Matías, encontra-se a Estação Policial Integral – EPI (figura 5), que reúne ao controle migratório vários segmentos da polícia de fronteira da Bolívia. O início do tecido urbano é demarcado com a estátua de um Cristo voltado para a cidade. Para quem opta em viajar por ônibus para chegar a San Matías, há duas empresas que oferecem vários horários durante o dia, iniciando às 5h, de forma a levar os passageiros que seguirão viagem para outras cidades da Bolívia. O ponto final dos ônibus brasileiros é no posto fronteirço, do qual o ônibus retorna a Cáceres. Táxis de San Matías estão disponíveis após o controle, já em território boliviano. *Deve-se destacar que veículos de transporte de passageiros brasileiros não estão autorizados a entrar em território boliviano, o que não é necessariamente verdade quanto aos bolivianos em território brasileiro.*

FIGURA 5
San Matías: Estação Policial Integral



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Tanto Cáceres quanto San Matías se localizam com grande distanciamento de outras centralidades da região. Cáceres situa-se a 217 km de Cuiabá, cidade de grande porte mais próxima, capital do estado de Mato Grosso, com acesso pela BR-070, totalmente asfaltada. Por sua vez, San Matías localiza-se a 301 km de San Ignacio de Velasco, cidade mais próxima, pela *carretera* 10, e a 693 km de Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento de Santa Cruz, pela Rota Nacional (RN) 4. Essa ligação não tem asfalto no trecho entre San Matías e San Ignacio; de San Ignacio a Santa Cruz de la Sierra, o asfalto já está quase concluído.

No arranjo em estudo, Cáceres funciona como polo regional, com relevância histórica na configuração da região de fronteira desde o período colonial. Em sua região geográfica de articulação imediata, encontram-se os municípios de Salto do Céu, Rio Branco, Lambari D'Oeste e Curvelândia (IBGE, 2017a); outros municípios das regiões imediatas de Mirassol D'oeste (9) e de Pontes e Lacerda – Comodoro (7) se juntam a esses na composição da região de articulação intermediária polarizada por Cáceres, somando, com o polo, um conjunto de 21 municípios de Mato Grosso. San Matías não está inserido na regionalização do IBGE por pertencer aos limites do país; pode ser considerado como mais um município em sua abrangência de articulação imediata, pela proximidade e pela grande interação observada nas atividades da leitura do espaço. Além disso, até mesmo com via de comunicação não asfaltada após cruzar a fronteira da Bolívia, é uma rota terrestre importante de entrada nesse país, com disponibilidade de linhas de ônibus a partir de San Matías. Os principais elementos que provocam a interação entre Cáceres e San Matías constituem-se na busca por trabalho e procura por produtos ligados ao comércio e aos serviços públicos; particularmente, saúde e educação.

Com a finalidade de compreender as relações de San Matías com Cáceres, em 2013, Ferreira (2017) realizou uma pesquisa específica e aplicou um questionário baseado em um similar empregado pelo IBGE para estudo da Região de Influência das Cidades – Regic (IBGE, 2008), com vistas a, entre outras razões, identificar as localidades em que os moradores de San Matías realizavam compras e acessavam serviços de saúde, educação e cultura, além de opções de lazer e informação. Os resultados reiteram a centralidade exercida por Cáceres no que concerne a San Matías, como segunda opção ao comércio, à cultura, ao lazer, à saúde, à educação superior e à comunicação, sendo Santa Cruz de la Sierra a primeira centralidade procurada.

Em relação aos jornais impressos, circulam em San Matías os editados em Santa Cruz. O trabalho ressaltou-se como o principal motivo de deslocamento para Mato Grosso, porém de modo clandestino, para atividades informais em fazendas, e as informações sobre tal procedimento geralmente são omitidas tanto pelos fazendeiros quanto pelos próprios trabalhadores. *As atividades de trabalho que atraem bolivianos ao município de Cáceres dizem respeito à pecuária e à agricultura, quase sempre no mercado informal, que não exigem documentação, tampouco qualificação profissional, e, frequentemente, são sazonais.* Informações confirmadas pelos entrevistados, como se abordará na sequência. Ferreira conclui que:

no que tange à questão da polarização, Cáceres é referência para os *matieños* nos atendimentos de serviço gratuito de saúde, enquanto San Matías se apresenta como destino principal dos cacerenses para compra de calçados e confecções. Já em relação à cultura, tem ocorrido maior integração entre as cidades em estudo (Ferreira, 2017, p. 14).

No estudo, não somente crianças e jovens bolivianos buscam a educação formal no Brasil, como também muitos brasileiros cursam o ensino superior, fundamentalmente medicina, na Bolívia. Isso faz de Cáceres um ponto estratégico aos estudantes brasileiros, o que, conforme Gayoso (2013), torna comum na rodoviária central a presença, além dos habitantes da zona rural da vizinhança e turistas, de estudantes em direção ou em retorno da Bolívia.

Apesar da pequena variedade de produtos, comumente de origem chinesa, San Matías oferece um atrativo a brasileiros que buscam produtos a serem comercializados em cidades brasileiras da região. O município oferece, ainda, consultas médicas a valores inferiores aos praticados em Cáceres. Para Ferreira:

San Matías sempre se configurou, para os brasileiros e principalmente para os cacerenses, como uma localidade socialmente perigosa, mas comercialmente lucrativa para se comprar produtos importados, derivados de petróleo – especialmente gasolina – e pneus para automóveis, uma vez que a cidade é uma zona franca boliviana desde dezembro de 1993 (Ferreira, 2017, p. 9).⁴

4. Segundo Ferreira (2017), a zona franca funcionou sob regime de concessão à empresa Zona Franca San Matías S/A (Zofrasmat) efetivamente entre 1996 e 2000, quando foi fechada pela Aduana Nacional Boliviana. Foi reaberta, em 2007, mas, em 2012, o Ministério do Desenvolvimento da Bolívia revogou a concessão à Zofrasmat. Atualmente, não há consenso entre os comerciantes locais sobre a adesão

Nos últimos anos, esse consumo vem sofrendo limitações, fundamentalmente pelo acréscimo de imposto pelo governo boliviano sobre o preço do combustível vendido a condutores de veículos com placa estrangeira, em postos localizados em até 50 km da linha de fronteira (3,3 vezes mais caro). “Terminou, também, com a prática corriqueira de se deixar para trocar os quatro pneus (ou cinco, incluindo o estepe) do carro em San Matías, sujando-os bastante em lamaçais para driblar as fiscalizações boliviana e brasileira na fronteira” (Ferreira, 2017, p. 10). Vários entrevistados pela equipe desta pesquisa confirmam essa recente mudança de costume, imposta pela oscilação cambial entre os países.

Ao mesmo tempo, a RFB e o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea-MT) intensificaram a fiscalização na fronteira, o que fez com que as compras de produtos importados realizadas por brasileiros não excedessem os limites estabelecidos pela RFB. No acirramento do controle, proibiram a circulação de alimentos ou bebidas que não estejam legalmente registrados junto a esses órgãos. Tanto bolivianos entrevistados como brasileiros narram a rigidez na verificação dos que cruzam a fronteira, às vezes com “arrogância” desnecessária.

No sentido inverso, a precariedade de serviços e equipamentos públicos em San Matías e a distância do centro urbano boliviano mais próximo que dispõe de maior número de serviços, San Ignacio de Velasco, por estrada sem pavimentação asfáltica, levam seus habitantes a buscarem atendimento em Cáceres. Dados enviados pelo Escritório Regional de Saúde (ERS) de Cáceres – assim como relatos dos entrevistados, como será abordado na análise específica desse município – confirmam essa busca. Gayoso refere-se, inclusive, ao surgimento de uma:

categoria identitária fronteiriça, “os boliveiros”, filhos de pais bolivianos que apenas nascem no Brasil, mas continuam vivendo na Bolívia, e que se beneficiam dos serviços de saúde pública e programas sociais oferecidos pelo governo brasileiro (Gayoso, 2013, p. 32).

A mobilidade de trocas entre as cidades estampa-se no trabalho. Se, por um lado, são bolivianos que fazem funcionar o comércio informal e o formal, próximo à rodoviária antiga de Cáceres, por outro lado, os pequenos produtores brasileiros dos assentamentos próximos à fronteira são quem abastecem com seus produtos da agricultura e da pecuária muitos estabelecimentos de San Matías.

Relações de trabalho contribuem, também, para outros importantes laços de interação que se firmam por intermédio de relações de parentescos e compadrio, haja vista que, nos dois lados da linha de fronteira, a ocupação territorial é formada por pequenos agricultores, e isso propicia, também, as trocas culturais pelas festas e pelos costumes compartilhados. Entretanto, essas relações são marcadas por preconceitos de brasileiros em face dos bolivianos, dada a herança indígena dos bolivianos (população chiquitana), bem como pela rota de ilícitos que se estabelece nesse ponto da fronteira.

O PDFF (Brasil, 2005, p. 92) aponta que, na região de Cáceres, o Pantanal Norte, “as interações transfronteiriças são do tipo frente, com propriedades de brasileiros superpostas à linha divisória com a Bolívia”. O trabalho ressalta as reservas minerais de ouro, prata e zinco presentes na região, como potenciais a serem explorados, e sublinha os nocivos efeitos do tráfico de pasta-base de coca e cocaína existente na região – problema apontado pelas entrevistas realizadas com policiais militares, civis, federais e do Gefron, sintetizado na subseção 3.1.1 deste relatório, que narram o difícil controle devido às inúmeras e efêmeras “cabriteiras”. Ferreira confirma o difícil controle das “cabriteiras”, que caracteriza como:

estradas clandestinas por onde são levados vários veículos roubados no Brasil e trazidos entorpecentes, principalmente cocaína, pasta-base de coca, sendo estes os principais problemas enfrentados pelas cidades-irmãs de Cáceres e San Matías (Ferreira, 2017, p. 12).

As observações pontuadas mostram a configuração de um arranjo espacial com elevada conectividade, fluxos de mercadorias e mobilidade pendular da população. Essas dinâmicas justificam a necessidade de voltar-se a atenção às dificuldades da gestão cooperada, imprescindível à interação transfronteiriça constatada e à interculturalidade ressaltada pela bibliografia disponível e pelos professores entrevistados da Unemat. Ilustra essa condição uma observação de Gayoso (2013) sobre placa existente na rodovia Cáceres a San Matías, na qual se lia: "fronte(i)ra". A palavra assim escrita "se apresenta como sintoma da interculturalidade existente na região" (*op. cit.*, p. 14). Conforme esse autor, evidencia-se, também, a complexidade de compreensão desses espaços, perpassados por uma miríade de fluxos globais, locais e regionais, que transformam o contato entre cidades na linha de fronteira e configuram arranjos espaciais caracterizados por uma dinâmica que transcende a dimensão local ou regional e se insere na dimensão transfronteiriça.

Para Gayoso, de certa forma:

trata-se de territórios à margem dos centros urbanos de Brasil e Bolívia. [São cidades] periféricas que estabelecem contato direto com outras cidades periféricas e que, pela proximidade geográfica, realizam trocas simbólicas muito mais contínuas com as cidades do país vizinho do que com as cidades brasileiras, num processo de cooperação a partir de problemas comuns. Muitas dessas questões concebidas a partir das problemáticas da zona de fronteira como tráfico de drogas ajudam na construção negativa destas localidades (Gayoso, 2013, p. 16).

3.1.1 Cáceres

Código IBGE do município: 5102504

Gentílico: cacerense

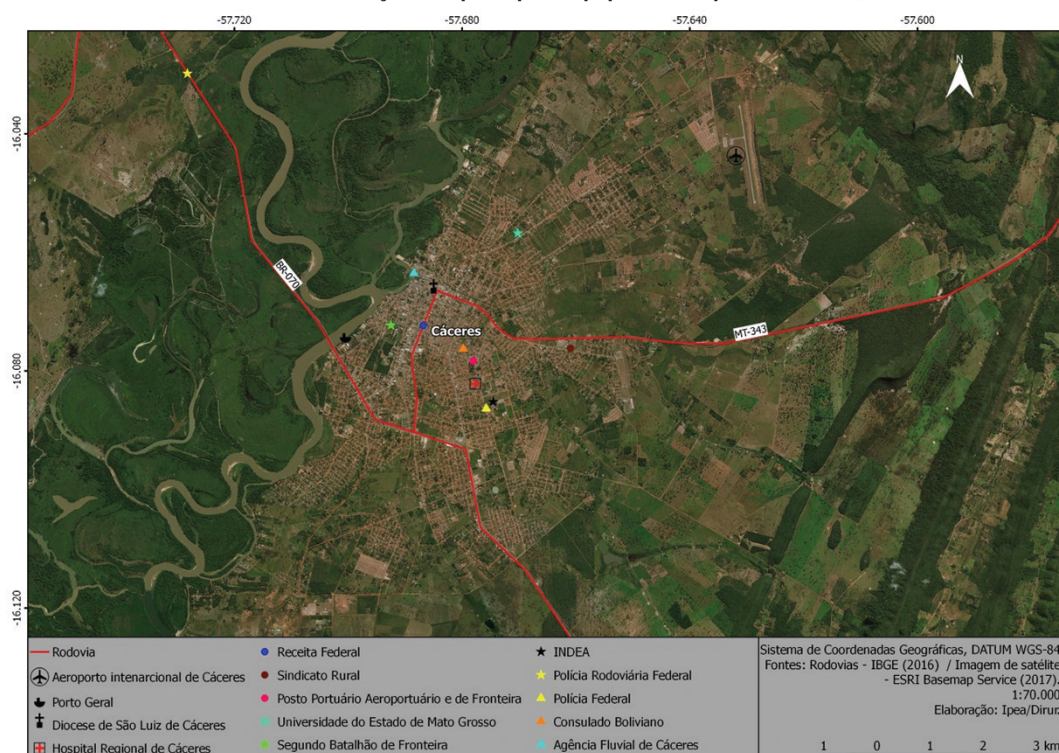
Prefeito (2017): Francis Maris Cruz

Área territorial: 24.593,031 km²

População (IBGE, 2017): 91.271 habitantes

Localização: figura 6

FIGURA 6
Cáceres: área urbana e localização dos principais equipamentos públicos (2017)



Elaboração: Gustavo Ferreira.

A vila de São Luís de Cáceres, segundo informações do IBGE,⁵ foi fundada em 6 de outubro de 1778, com o nome de Vila-Maria do Paraguai, em homenagem à rainha reinante de Portugal. No início, o povoado de Cáceres não passava de uma aldeia, centrada em torno da igreja de São Luiz de França. As razões para a fundação do povoado foram: necessidade de defesa e o incremento da fronteira sudoeste de Mato Grosso; comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo rio Paraguai, com a capitania de São Paulo; e fertilidade do solo no local, com abundantes recursos hídricos. Em 1860, Vila-Maria do Paraguai já contava com sua câmara municipal, mas somente em 1874 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro e ao fundador da cidade. Em 1938, o município passou a chamar-se apenas Cáceres.

Em fevereiro de 1883, foi assentado na Praça da Matriz, atual Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, comemorativo do Tratado de Madri, de 1750. Junto com a Catedral de São Luís – cuja construção, inspirada na Notre Dame de Paris, teve início em 1919, mas que apenas foi concluída em 1965 –, os dois monumentos estão entre os principais atrativos turísticos da cidade (figura 7).

5. IBGE – Cidades – Cáceres. Disponível em: <<https://bit.ly/2Kb2TNm>>.

FIGURA 7

Cáceres: Marco do Jauru com detalhe ao lado, abaixo,¹ e catedral de São Luís



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

Nota: ¹ Tratado de Madri – 01-1750 – Espanha – Portugal (Marco do Jauru).

O conjunto arquitetônico do município, tombado como Patrimônio Cultural e Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2010, ainda se caracteriza por edifícios do século XIX e do início do século XX, presentes na região central da cidade (figura 8). Ruas e calçadas estreitas, faces de quadras ainda com presença majoritária de casarões daquele período, contam a história de uma cidade promissora; porém, o percurso por essas ruas mostra que a preservação desse patrimônio não é preocupação da gestão pública, apesar da presença do Iphan na cidade. Praças amplas, arborizadas, dão vez a uma visão privilegiada em perspectiva de prédios importantes, em situação de vulnerabilidade, como a Câmara de Vereadores, recentemente incendiada,⁶ o antigo paço municipal, entre tantos outros residenciais, comerciais e de serviços públicos. Memória da época auge da cidade, ainda pode ser visto, por trás de um emaranhado de fios da rede elétrica, na rua do comércio local, o prédio em que, no início do século passado, funcionava a loja Ao Anjo da Ventura, considerada carro-chefe do comércio de então.

6. Segundo alguns cidadãos, a destruição desses patrimônios arquitetônicos tem por objetivo atender aos interesses econômicos do setor imobiliário.

FIGURA 8
Cáceres: edificações nas ruas centrais e detalhes de acabamento



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

O comércio distribui-se pelas ruas centrais da cidade, mas há que se destacar a presença de um comércio de vestuário e importados no entorno da rodoviária antiga (figura 9). É chamado de “comércio dos bolivianos”, e, conversando com lojistas e vendedores, percebe-se a forte presença de bolivianos na atividade. No entanto, os entrevistados pela equipe informam que as atividades são formalmente de responsabilidade de brasileiros.

FIGURA 9
Cáceres: comércio próximo à antiga rodoviária



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

Além dos edifícios com a aparência de pouca conservação, e das ruas e calçadas sem manutenção, a orla também se mostra pouco cuidada. A não ser no trecho entre a praça Barão do Rio Branco e as instalações para lazer da Secretaria de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo (Sicmatur), na qual funciona um grande espaço para eventos e exposições, tendo a frente um jardim que se estende até a margem do braço do rio Paraguai, adornado com aves e animais pantaneiros, elaborados com garrafas *pets* (figura 10).

FIGURA 10
Cáceres: espaço de lazer da Sicmatur



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

No restante da parte central da cidade, a orla não tem infraestrutura adequada para atracação dos barcos, que muitas vezes são amarrados em árvores, e algumas edificações interrompem o percurso de calçadas que margeiam o rio (figura 11). Houve relatos que faz pouco tempo que as lixeiras foram colocadas próximas aos locais de embarque/desembarque, e que antes o lixo trazido pelos barcos – a maioria consistindo em tipo hotéis flutuantes – era depositado na calçada.

FIGURA 11
Cáceres: orla central



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

O historiador Natalino Ferreira Mendes narra que, em meados do século passado, Vila-Maria do Paraguai experimentou algum progresso, graças ao advento do ciclo da indústria extrativa – que tinha seus principais produtos no gado, na borracha e no ciclo da poaia, o ouro negro da floresta – e à abertura da navegação fluvial. A navegação pelo rio Paraguai desenvolveu o comércio com Corumbá, Cuiabá e outras praças, e o incremento das atividades agropecuárias e extrativistas fez surgir os estabelecimentos industriais, representados pelas usinas de açúcar e charqueadas.

No início dos anos 1960, foi construída a ponte Marechal Rondon, sobre o rio Paraguai, que facilitou a expansão em direção ao noroeste de Mato Grosso e a chegada de nova leva migratória, causada pelo desenvolvimento agrícola que projetou o polo de produção no estado e no país, mudando o perfil de Cáceres. É entre os anos 1960 e 1980 que ocorrem a criação e a emancipação dos novos núcleos socioeconômicos. Assim, emanciparam-se de Cáceres: o distrito de Mirassol D'Oeste; Rio Branco; Salto do Céu; Jauru; Porto Esperidião; Pontes e Lacerda; São José dos Quatro Marcos; Araputanga; Reserva do Cabaçal; Figueirópolis; Porto Estrela; Glória D'Oeste; e Lambar D'Oeste.

Cáceres tem uma população estimada, em 2017 (IBGE, 2017b), de 91.271 habitantes, sendo o sexto município em população em Mato Grosso, nesse ano (quadro 2 e mapa 1). É classificado pelo IBGE (2008) como Centro Sub-regional A, vinculado à rede urbana de Cuiabá. É um município com densidade demográfica média em comparação aos demais do estado. Entre sua população migrante, o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) registra 410 pessoas nascidas em país estrangeiro (0,4% do total de residentes no município e 8,5% do total dos migrantes). A mobilidade pendular para trabalho e estudo, no ano do censo, também tinha grande representatividade em fluxos para o estrangeiro, sendo 4,4% do total de fluxos pendulares para trabalho e 2,7% do total de fluxos pendulares para estudo (mapa 2). No estrangeiro, certamente Bolívia, as atividades que esses trabalhadores realizavam eram agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e construção.

QUADRO 2
Cáceres: dados gerais da população (2010 e 2017)

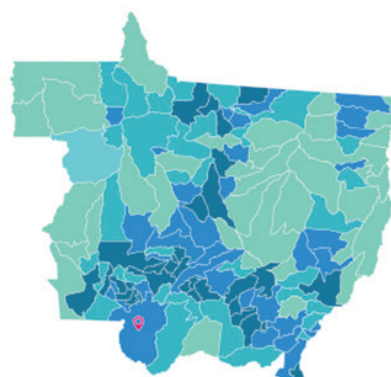
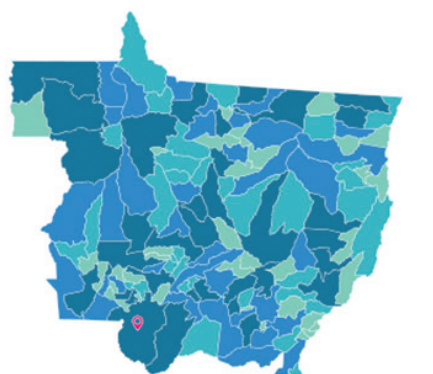
Indicador	Quantidade
População estimada (2017)	91.271
População no último censo (2010)	87.942 (5º município em população em Mato Grosso)
Densidade demográfica (2010)	3,61 hab/km ²
Migração – população de 5 anos ou mais que não residia no município em 31 de julho de 2005 (2010)	4.814
População residente nascida em país estrangeiro (2010)	410 (0,4% do total de residentes no município e 8,5% do total dos migrantes)
Movimento pendular para trabalho em município que não o de residência (2010)	866 pessoas (maiores de 10 anos)
Movimento pendular para trabalho em país estrangeiro (2010)	38 pessoas (4,4% do total de fluxos pendulares para trabalho)
Atividades que realizam em país estrangeiro (2010)	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (31 pessoas) e construção (7 pessoas)
Movimento pendular para estudo em outro município (frequentam escola ou creche, em 2010)	1.201 pessoas
Movimento pendular para estudo em outro país (2010)	32 pessoas (2,7% do total de fluxos pendulares para estudo)

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e estimativa do IBGE relativa a 2017 – disponível em: <<https://is.gd/gxQsep>> e <<https://bit.ly/2WwDTqc>>. Elaboração: Rosa Moura.

MAPA 1
Mato Grosso e Cáceres: população e densidade demográfica (2010)

1A – População no último Censo Demográfico

1B – Densidade demográfica



Legenda



Sem Informação

Local selecionado

Legenda



Sem Informação

Local selecionado

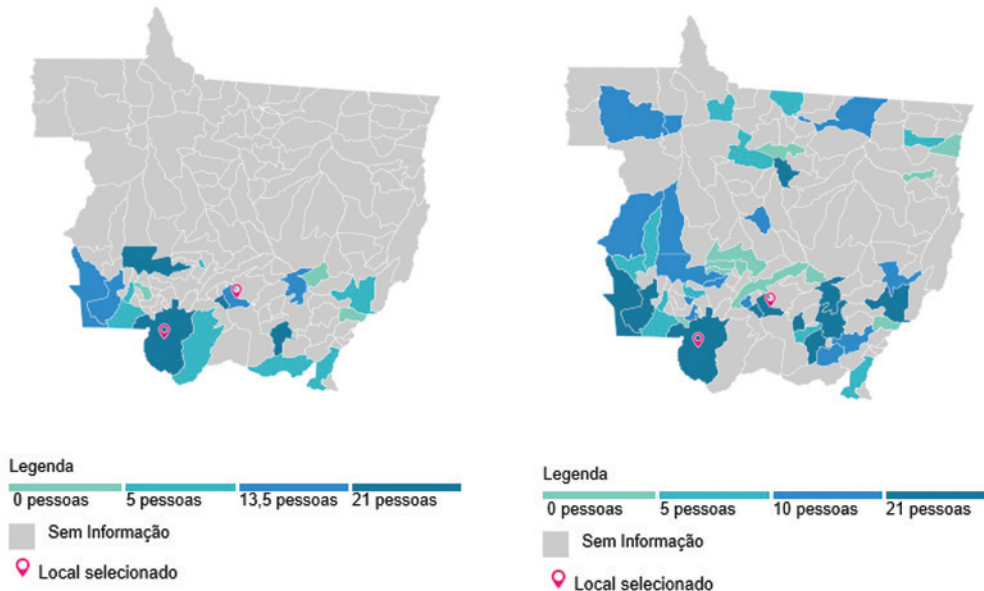
Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>. Organização: Rosa Moura.

MAPA 2

Mato Grosso e Cáceres: ocupação e estudo em país estrangeiro (2010)

2A – Pessoas ocupadas em país estrangeiro

2B – Frequentam escola ou creche em país estrangeiro



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>.
Organização: Rosa Moura.

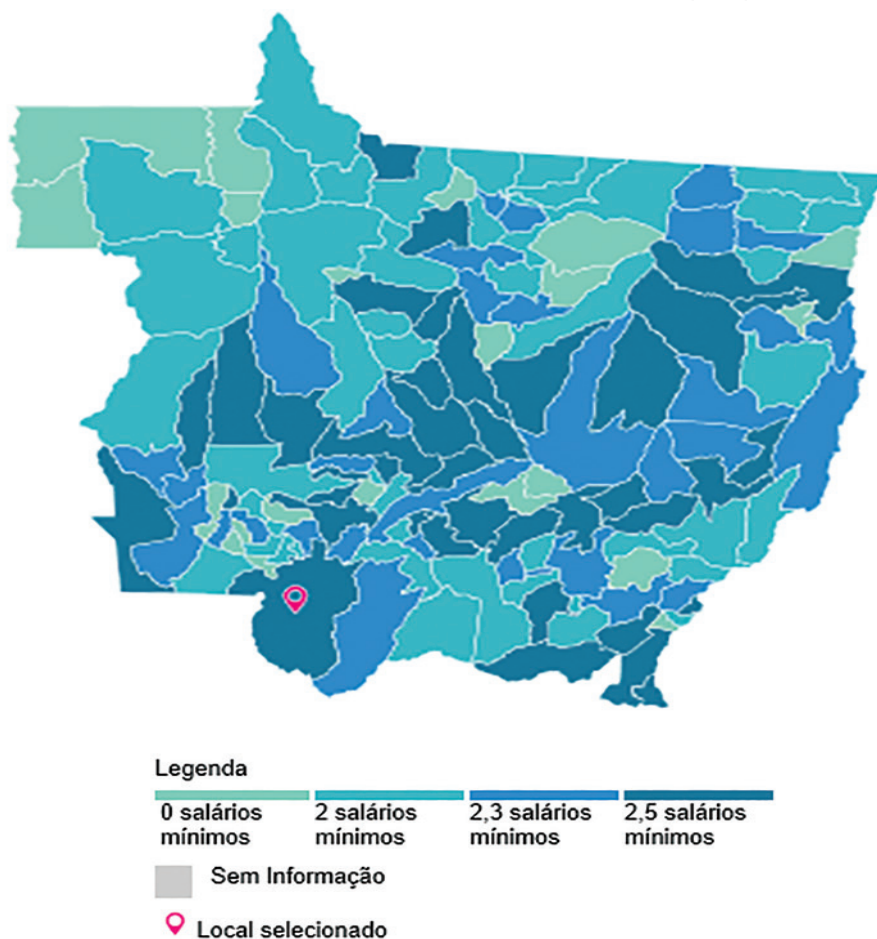
Em 2015, o salário médio mensal da população de Cáceres era de 3,1 salários mínimos, sexta posição entre os municípios de Mato Grosso. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,1%. De sua população, 37,7% tinham rendimentos mensais de até 1/2 salário mínimo (SM) (tabela 2 e mapa 3).

TABELA 2
Cáceres: dados de trabalho e rendimento (2010 e 2015)

Indicador	Unidade
Salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2015 (salários mínimos)	3,1
Pessoal ocupado em 2015 (unidade)	14.546
População ocupada em 2015 (%)	16,1
População com rendimento nominal mensal <i>per capita</i> de até 1/2 SM ¹ em 2010 (%)	37,7

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>.
Elaboração: Rosa Moura.
Nota: ¹ SM – salário mínimo.

MAPA 3
Mato Grosso e Cáceres: salário médio mensal do trabalhador formal (2010)



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqz>>.
Organização: Rosa Moura.

A pecuária é a principal atividade econômica do município de Cáceres, que possui o maior rebanho do estado e o quinto maior rebanho do Brasil. A criação de jacaré do pantanal em cativeiro conta com o primeiro e único frigorífico de jacaré da América Latina, desde 2008 com selo do Serviço de Inspeção Sanitária (SIF), o que permitiria a comercialização da carne em todo o território nacional, bem como em outros países. No entanto, a produção vem sofrendo sérias limitações devido às resistências e às morosidades dos órgãos ambientais de fiscalização e controle, como informou o representante da Cooperativa dos Criadores de Jacaré, em entrevista apresentada na sequência.

Em 2015, o município tinha um total de 1.655 empresas em funcionamento e o pessoal ocupado era de 14.546 trabalhadores, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (ME) e do IBGE. Dos ocupados, 12.524 pessoas eram assalariadas (86% do total), com um salário médio mensal de 3,1 SM. Nos estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE,⁷ 69% das 7.554 ocupações eram de trabalhadores do sexo masculino.

A indústria do turismo vem crescendo muito nos últimos anos, destacando-se a pesca esportiva que atrai milhares de pessoas anualmente. Em setembro, é realizado o Festival

7. Disponível em: <<https://is.gd/oXxRch>>.

Internacional de Pesca de Água Doce. Durante a passagem pela cidade da equipe Ipea, a pesca estava em período de defeso; os barcos-hotéis estavam atracados na orla, e o movimento de turistas pela cidade era menor. Moradores informaram que é sempre assim: nesse período o turismo vai-se, assim como as aves e os jacarés, que ficam sem os alimentos trazidos pelos barcos e deixados à margem do rio. A menor presença de animais é uma relação natural, pois no período de cheias estes têm abundância de alimentos na natureza e, por essa razão, se afastam das áreas habitadas.

Nos últimos anos, Cáceres procurou estruturar-se como importante porto fluvial no contexto mato-grossense, incorporando-se à política de integração latino-americana, bem como buscando a implantação do sistema de transporte intermodal, a ligação por rodovia com a Bolívia e, conseqüentemente, uma saída para o Pacífico, evidenciando-se como grande opção para profundas transformações, não apenas para sua economia, como também para o Mato Grosso.⁸ Porém, o que se observa em 2017 são algumas infraestruturas econômicas sem uso, como o aeroporto, ou à espera de reativação, caso do porto; a zona de processamento de exportação (ZPE) e a hidrovia continuam como promessas, e a ligação com o Pacífico ainda aguarda o asfaltamento da rodovia ligando a fronteira, passando por San Matías, até San Ignacio de Velasco.

Em 2014, Cáceres participava com 1,4% do produto interno bruto (PIB) do estado, sendo o 15º município em participação, perdendo pontos em relação a 2010, quando registrava 1,6% do total de Mato Grosso, na 12ª colocação. O PIB *per capita*, em 2014, foi de R\$ 15,8 mil, situando-se na posição 98ª dos 141 municípios existentes. O setor que mais contribui na composição do PIB é o de serviços (tabela 3 e mapa 4).

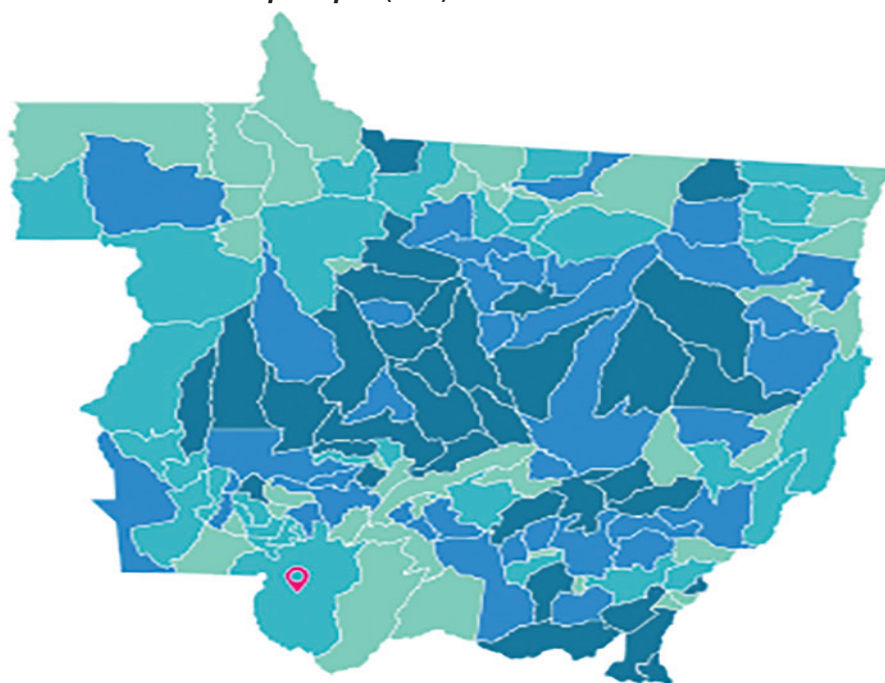
TABELA 3
Cáceres: PIB (2014)
(Em R\$)

Indicador	Cáceres	Total do MT (%)
PIB a preços correntes – série revisada	1.421.643,00	1,41
PIB per capita – série revisada (R\$)	15.777,45	-
Valor adicionado bruto a preços correntes – série revisada	1.291.674,00	-
Atividade econômica	-	100
Serviços – exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social	668.028,00	63,26
Agropecuária	132.433,00	12,54
Impostos líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	129.969,00	12,32
Indústria	125.474,00	11,88

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>.
Elaboração: Rosa Moura.

8. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cita, como fonte dessas informações, Ferreira (2004), Mato Grosso (2006), a Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM) e a Prefeitura de Cáceres.

MAPA 4
Mato Grosso e Cáceres: PIB *per capita* (2014)



Legenda

0 R\$ 14.377,59 R\$ 22.228,36 R\$ 35.901,78 R\$

■ Sem Informação

📍 Local selecionado

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>.
Organização: Rosa Moura.

O número de estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário 2006, era de 2.524 unidades, sendo 46,55% relativos à pecuária e 25,27% cobertos por matas e florestas (tabela 4). Em termos de área utilizada, 68,95% do total da área desses estabelecimentos (1.191,8 mil ha) estavam ocupados por pastagens.

TABELA 4
Cáceres: utilização de terras (2006)

Utilização das terras	Hectare	%
Pastagens	821.786	68,95
Matas e florestas	308.293	25,87
Sistemas agroflorestais	36.281	3,04
Lavouras	21.332	1,79
Construções, benfeitorias ou caminhos	4.150	0,35
Área total dos estabelecimentos agropecuários	1.191.842	100,00

(Continua)

(Continuação)

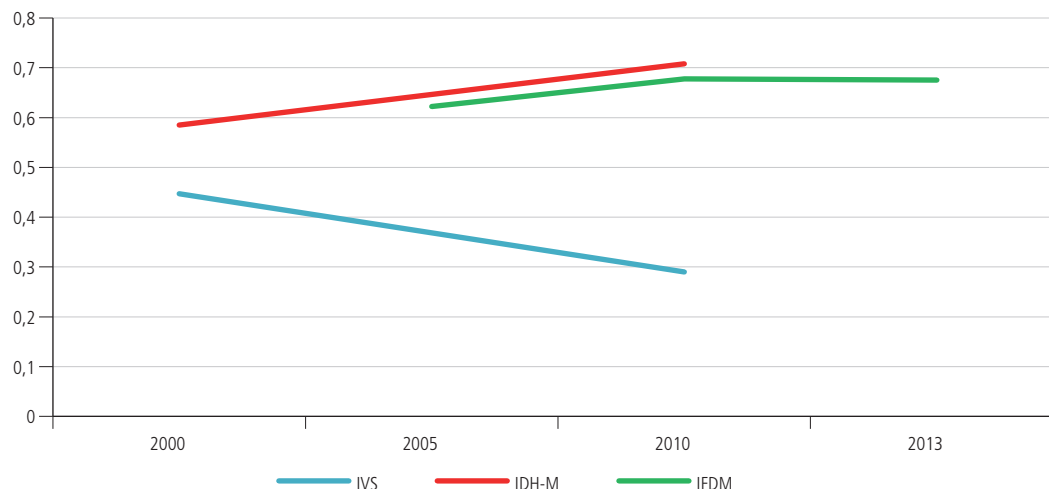
	Unidade	%
Número de estabelecimentos agropecuários	2.524	100
Pastagens	3.234	46,55
Matas e florestas	1.756	25,27
Lavouras	1.207	17,37
Sistemas agroflorestais	751	10,81
Número total de estabelecimentos agropecuários	6.948	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Disponível em: <<https://is.gd/oXxRch>>.
Elaboração: Rosa Moura.

O Índice Firjan⁹ de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) e o índice de vulnerabilidade social (IVS) demonstram evolução positiva na última década no município de Cáceres. Embora os anos de medida do IFDM não sejam completamente coincidentes aos do IDH-M e do IVS, pode-se avaliar o comportamento com algum grau de comparabilidade, posto que todos coincidem em 2010 e podem ser avaliados no decorrer de aproximadamente uma década.

Em Cáceres, o IFDM passou de 0,622, em 2005, para 0,678, em 2010, decaindo minimamente para 0,676, em 2013, mas o município manteve-se nos três períodos na classe de moderado desenvolvimento.¹⁰ O IDH-M melhorou de 0,585, em 2000 (baixo desenvolvimento), para 0,708, em 2010, considerado nível de alto desenvolvimento.¹¹ O IVS mostrou-se em queda de 0,447, em 2000, para 0,290, em 2010, o que é sinal de redução nas condições de vulnerabilidade social (gráfico 1).¹²

GRÁFICO 1
Cáceres: evolução dos índices IVS, IDH-M e IFDM (2000, 2005, 2010 e 2013)¹



Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ipea e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).
Elaboração: Rosa Moura.

Nota: ¹ Os índices IDH-M e IVS são decenais, a partir de 2000; o IFDM tem sua série histórica no período 2005-2013.

A leitura dos componentes desses índices mostra a incidência mais concreta dos principais saltos ou declínios no período (tabela 5). No caso do IDH-M, a longevidade, em 2010, alcançava a condição de desenvolvimento muito alto (0,813), e a educação deixava a condição

9. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

10. As classes do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) são: 0,8 a 1 – alto desenvolvimento; 0,6 a < 0,8 – desenvolvimento moderado; 0,4 a < 0,6 – desenvolvimento regular; e < 0,4 – baixo desenvolvimento.

11. As classes do índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) são: 0,800 a 1 – muito alto; 0,700 a 0,799 – alto; 0,600 a 0,699 – médio; 0,500 a 0,599 – baixo; e até 0,499 – muito baixo.

12. As classes do índice de vulnerabilidade social (IVS) são: 0 a 0,200 – muito baixa; 0,201 a 0,300 – baixa; 0,301 a 0,400 – média; 0,401 a 0,500 – alta; e 0,501 a 1 – muito alta, esta, a pior situação.

de desenvolvimento muito baixo (0,415) para entrar na de médio desenvolvimento (0,633). No caso da vulnerabilidade social – em relação ao capital humano e renda e trabalho –, os índices deixavam a condição de muito alta vulnerabilidade para alcançarem a condição de média vulnerabilidade, 0,362 e 0,351, respectivamente. Único índice a demonstrar leve queda, o IFDM teve como causa o desempenho do componente emprego e renda, com redução de 0,659, em 2005 (moderado desenvolvimento), para 0,556, em 2013, condição regular de desenvolvimento. O que mais chama atenção no comportamento desse índice é a queda na posição relativa aos demais municípios do estado de Mato Grosso, de 29^a, em 2005, passando a 40^a, em 2010, chegando à 69^a colocação, em 2013.

TABELA 5
Cáceres: índices selecionados e componentes (2000, 2005, 2010 e 2013)

Índices	2000	2005	2010	2013
IDH-M	0,585	-	0,708	-
IDH-M longevidade	0,750	-	0,813	-
IDH-M educação	0,415	-	0,633	-
IDH-M renda	0,645	-	0,691	-
IVS	0,447	-	0,290	-
IVS infraestrutura urbana	0,292	-	0,158	-
IVS capital humano	0,543	-	0,362	-
IVS renda e trabalho	0,506	-	0,351	-
IFDM	-	0,622	0,678	0,676
IFDM educação	-	0,550	0,716	0,730
IFDM saúde	-	0,657	0,721	0,741
IFDM emprego e renda	-	0,659	0,596	0,556
IFDM posição no MT	-	29 ^a	40 ^a	69 ^a

Fontes: PNUD, Ipea e Firjan – disponível em: IDH-M: <<https://bit.ly/1Md77x9>>; Ipea – disponível em: <<https://is.gd/SHadRS>>; e Firjan – disponível em: <<https://bit.ly/2HJZTG1>>.

Elaboração: Rosa Moura.

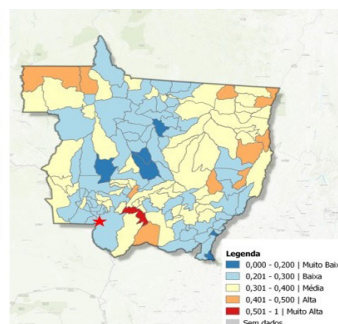
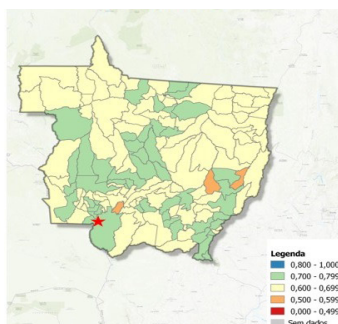
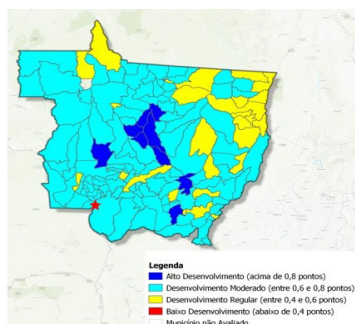
A classificação de Cáceres perante o conjunto dos demais municípios de Mato Grosso, no período mais recente de cada índice consultado, está reunida no mapa 5.

MAPA 5
Mato Grosso e Cáceres: índices Firjan, IDH-M e IVS

5A – Firjan (2013)

5B – IDH-M (2010)

5C – IVS (2010)



Fonte: Firjan, PNUD e Ipea.
Organização: Rosa Moura.
Elaboração: Gustavo Ferreira.

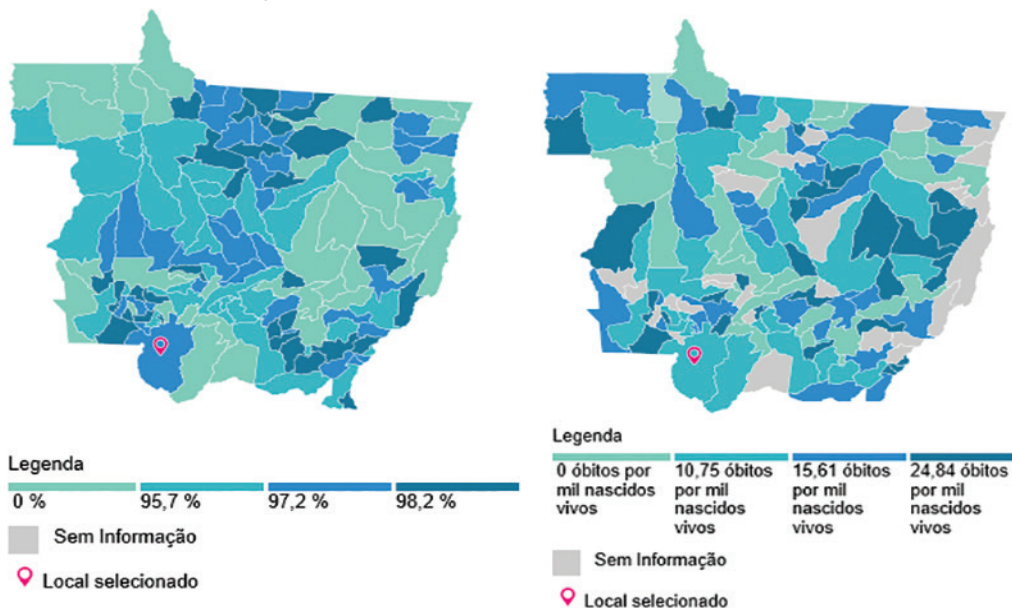
Outras informações sobre educação e saúde, não integradas nos componentes dos índices analisados, registram posições não muito favoráveis ao município. Segundo o IBGE, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,3. Na comparação com as demais cidades de Mato Grosso, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava essa cidade na posição 113 dos 141 municípios mato-grossenses. Considerando-se a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 89 de 141. A taxa de escolarização – para pessoas de 6 a 14 anos – foi de 97,8%, em 2010 (mapa 6). Isso posicionava o município na posição 49 de 141. A taxa de mortalidade infantil média na cidade em 2014 é de 14,94% para 1 mil nascidos vivos (mapa 6). As internações devido a diarreias são de 0,6 para cada 1 mil habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, Cáceres fica nas posições 60 de 141 e 80 de 141, respectivamente.

MAPA 6

Mato Grosso e Cáceres: educação e saúde (2014 e 2015)

6A – Taxa de escolarização 6 a 14 anos (2015)

6B – Mortalidade infantil (2014)



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>.
Organização: Rosa Moura.

Cabe destaque ao atendimento a pacientes da Bolívia, previsto no Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde (MS), que é dado pelo município de Cáceres, o qual alcançou, em 2016, total de 273 procedimentos hospitalares realizados pelo Hospital Regional de Cáceres (HRC). Destes, os mais incidentes foram relativos a diagnóstico e/ou atendimento de urgência em clínica cirúrgica (16,8%) e colecistectomia (12%), como revela a tabela 6.

TABELA 6
Cáceres: total de procedimentos hospitalares realizados para pacientes da Bolívia no hospital regional do município (2016)

Procedimento	Número de atendimentos	Atendimentos (%)
Diagnóstico e/ou atendimento de urgência em clínica cirúrgica	46	16,85
Colecistectomia	33	12,09
Apendicectomia	27	9,89
Debridamento de úlcera de tecidos revitalizados	22	8,06
Diagnóstico e/ou atendimento de urgência em clínica médica	18	6,59
Tratamento com cirurgias múltiplas	18	6,59
Outros	109	39,93
Total	273	100,00

Fonte: ERS de Cáceres.
 Elaboração: Rosa Moura.

No Hospital São Luiz, em 2016, o maior número de atendimentos recaiu em procedimentos ligados a parto (26,7%), parto e nascimento (23,6%) e tratamento durante a gestação, parto e puerpério (17,4%), de um total de 161 atendimentos a pacientes da Bolívia (tabela 7).

TABELA 7
Cáceres: total de procedimentos hospitalares realizados para pacientes da Bolívia no Hospital São Luiz (2016)

Procedimento	Número de atendimentos	Atendimentos (%)
Parto	43	26,71
Parto e nascimento	38	23,60
Tratamento durante a gestação, o parto e o puerpério	28	17,39
Tratamento de algumas afecções originadas no período neonatal	10	6,21
Outras cirurgias relacionadas com o estado gestacional	10	6,21
Outros	32	19,88
Total	161	100,00

Fonte: ERS de Cáceres.
 Elaboração: Rosa Moura.

Cáceres apresentava, em 2010, 59,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, o que funciona contra boas condições de saúde a toda a população. Na visita à cidade, moradores das periferias reclamaram da ausência do serviço, e o mais grave foi observar uma tubulação despejando resíduos no curso do rio, visivelmente sem algum tratamento. Foi relatado à equipe que muitos esgotos da cidade circulam pela rede de coleta de águas pluviais, que faz o despejo diretamente nos cursos d'água. A enorme tubulação pode corresponder a essa ocorrência (figura 12).

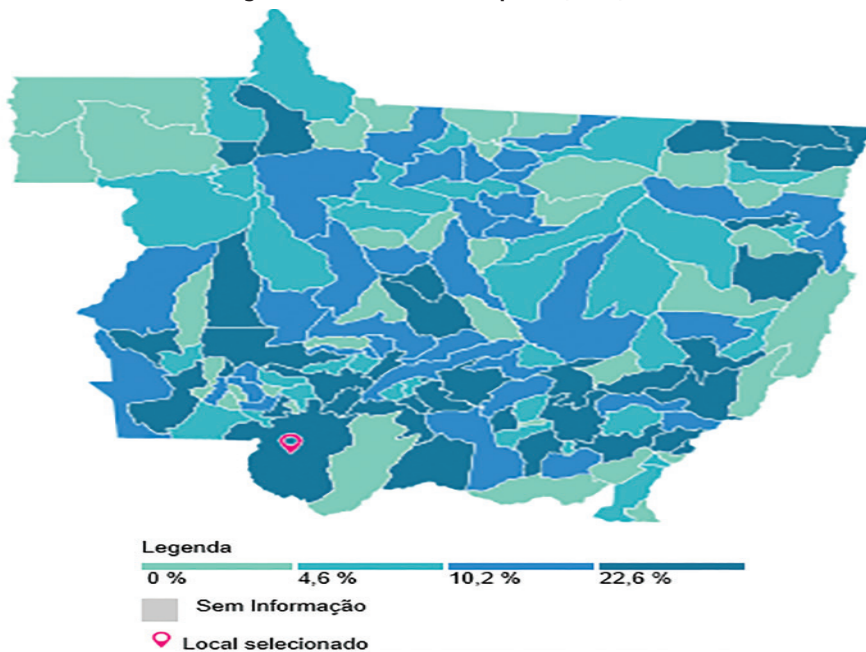
FIGURA 12
Cáceres: tubulação com despejo no braço do rio Paraguai



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

No território urbano, 79,2% dos domicílios situavam-se em vias públicas com arborização e 23,2% dos domicílios, em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), como pode ser observado no mapa 7. Quando comparado com os outros municípios do estado, Cáceres fica respectivamente nas posições 3^a de 141, no tocante a esgotamento sanitário, 36^a de 141, quanto à arborização urbana, e 10^a de 141, em relação à urbanização adequada, segundo o IBGE.

MAPA 7
Mato Grosso e Cáceres: esgotamento sanitário adequado (2010)



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwDTqc>>.
Organização: Rosa Moura.

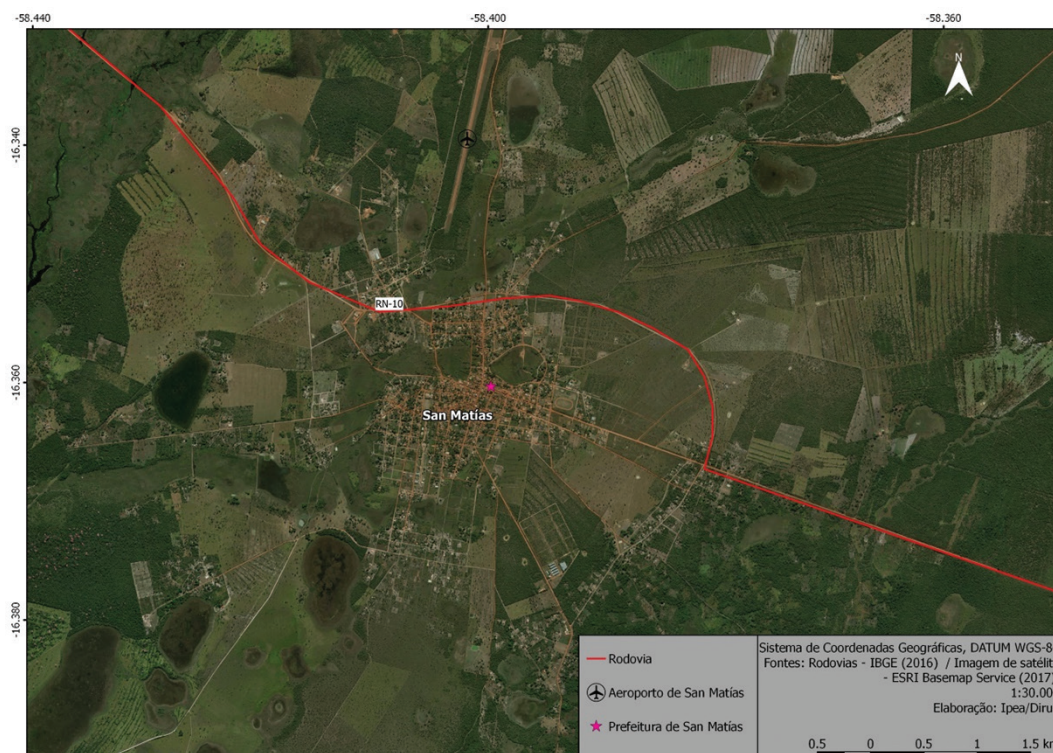
Embora em posição de certa forma privilegiada em relação aos demais municípios do estado quanto aos quesitos que interferem na qualidade ambiental, Cáceres situa-se em ecossistema ao mesmo tempo importante e vulnerável, que é o Pantanal. Este oferece enorme diversidade de fauna e flora, podendo converter-se em incomparável atrativo turístico; em contrapartida, requer cuidados que a olhos vistos vêm sendo relegados, como confirma estudo sintetizado no *box* 1.

3.1.2 San Matías

População (2017): 15.845 pessoas
 Gentílico: *matieño*
 Governo autônomo municipal
 Prefeito (2017): Fabio López Olivares
 Localização: figura 13

Fundada em 24 de fevereiro de 1844, localiza-se no extremo leste do departamento de Santa Cruz, Bolívia, próximo à fronteira com o Brasil, e conta com população estimada para 2017 de 15.845 habitantes, segundo o INE-BO, em 2014. É a capital da província Ángel Sandoval, instituída em 1948, que se compõe de quatro cantões: Las Petas, Santo Corazón, La Gaiba, e San Matías, capital e única seção municipal.

FIGURA 13
San Matías: área urbana (2017)



Elaboração: Gustavo Ferreira.

O centro urbano de San Matías encontra-se situado a 693 km de Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento, o que dificulta as relações desse município com o interior e a capital do país. Por vezes, é apontado como um povoado “esquecido pelo estado” (San Matías..., 2016), pois o pleito pelo asfaltamento da via de ligação com Santa Cruz de la Sierra é antigo, mas ainda sem previsões. A estrada que liga o centro urbano do município a San Ignacio em períodos de chuva torna-se intransitável, o que desestimula os produtores, que não têm como escoar sua produção para outras cidades bolivianas.

Apesar de vir apresentando elevação de crimes violentos por “ajustes de contas”, possui um número reduzido de policiais. Há uma década, tornou-se uma zona na qual atua o narcotráfico, o tráfico de pessoas e o contrabando de veículos (San Matías..., 2016). Em casos extremos, o governo aumenta o patrulhamento na área, com policiais da Unidade Móvel de Patrulha Rural, ou até mesmo com uma militarização mais presente. Ainda assim, o periódico *Página Siete* relata a seguinte entrevista com o morador Villagómez:

Quero deixar claro que o narcotráfico não é a característica de San Matías, porque essa população é de gente trabalhadora e honesta. Os fatos que se registraram são isolados, realizados por estrangeiros, em razão de que estávamos em uma zona fronteira. (San Matías..., 2016, tradução nossa)^{13,14}

Segundo reportagem do jornal O Globo (Cidade..., 2012), a autoridade local estima que 30% dos moradores de San Matías migraram à procura de uma vida melhor no Brasil. Outros saíram agenciados por coiotes e “além de cruzarem a fronteira ilegalmente com os imigrantes, servem de intermediários na contratação deles por empresas brasileiras, normalmente em subempregos”. Coiotes aproveitam as férias escolares para atravessar os imigrantes, pois é quando aumentam as viagens dos brasileiros que estudam medicina em Santa Cruz de la Sierra, o que facilita a mistura dos ilegais com os universitários. Um coiote entrevistado pelo jornal O Globo (Cidade..., 2012) conta que orienta os ilegais, se abordados, a dizerem que se regularizarão como imigrantes em Cáceres – a 100 km do posto de checagem, porém “ninguém garante que o imigrante realmente irá para lá”, pois “fica a cargo da pessoa se registrar ou não”.

Grande preocupação do governo de San Matías, com vistas à uma maior integração com Cáceres, é desfazer a imagem que povoa o imaginário dos brasileiros de que San Matías é uma cidade suja, corrupta e perigosa. Para tal, tem efetivado a devolução de veículos roubados no Brasil e proibido a prática de policiais bolivianos que atuam na fronteira de cobrar a *comisión* dos brasileiros que passam. Com a implantação da EPI na cidade, a comunidade espera que a criminalidade decline e que o preconceito e o medo em relação à cidade sejam superados.

Essa imagem, no entanto, pouco condiz com a realidade de quem visita o centro urbano municipal de San Matías. Ruas pacatas orientadas a partir de uma praça ampla em que se localizam a sede do governo provincial e da prefeitura, a catedral e o quartel, entre outras edificações comerciais. As ruas largas que saem da praça são pavimentadas com calçamento de cimento, duráveis e com menor absorção da insolação. Nas primeiras quadras, preservam-se casas antigas com um traço típico da região, os *pilotis* das varandas amplas em madeira torneada – patrimônio da arquitetura regional (figura 14).

13. No original "Quiero dejar en claro que el narcotráfico no es la característica de San Matías, porque esta población es de gente trabajadora y honesta. Los hechos que se han registrado son aislados, realizados por extranjeros, porque estamos en una zona fronteriza".

14. Essa declaração encontra respaldo nas estatísticas do Grupo Especial de Fronteira (Gefron) de Mato Grosso, cujos dados evidenciam que, de 2015 a 2017, foram encaminhadas pela cooperação 968 pessoas; destas, somente 76 eram bolivianos.

FIGURA 14

San Matías: praça central, catedral, edificação com pilotis torneados em madeira e Poder Judiciário

14A – Praça central

14B – Catedral



14C – Edificação com pilotis torneados em madeira

14D – Poder Judiciário



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Segundo informações do *site* oficial do governo do departamento de Santa Cruz, o território de San Matías integra a Área Natural de Manejo Integrado (ANMI), criada em 21 de setembro de 1995, na transição das regiões fisiográficas do Escudo Chiquitano e da planície do Chaco, Pantanal (*box 2*). Na cidade, existe um centro ecológico com amostras da enorme diversidade de flora e fauna de toda a região, conformada por diferentes unidades geológicas. Na província, situa-se a importante comunidade Santo Corazón, última missão jesuítica localizada no sudeste da área protegida, a qual expressa as culturas dos chiquitanos e ayoreos, e na qual podem ser observadas a elaboração de tecidos e a fiação artesanal. Dali, pode-se visitar Bahía Negra e a Serranía Sunsás.¹⁵

Como já abordado, algumas atividades aproximam mais estreitamente San Matías de Cáceres, entre as quais se destacam as atividades culturais, “principalmente quando da realização de festivais folclóricos e das comemorações dos aniversários das cidades, além das tradicionais festas de peão de rodeio, muito apreciada em ambas” (Ferreira, 2017, p. 12). Também as comemorações religiosas, a exemplo da festa de Santana, cuja procissão não reconhece os limites entre os territórios nacionais. Além destas, a busca para obter atendimento em saúde, o trabalho – particularmente, o informal em fazendas brasileiras –, o comércio – principalmente gêneros alimentícios –, móveis e outros etc. Em contrapartida, San Matías empenha-se em ampliar o setor comercial da cidade, que é um ponto de atração de cacerenses. Esse comércio ainda é muito simples, com atendentes atenciosos, e ocupa várias quadras centrais (figura 15).

15. Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2EHLhKd>> e, também, em: <<https://bit.ly/300DYVL>>.

FIGURA 15
San Matías: ruas comerciais



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Há poucas informações estatísticas disponíveis sobre San Matías, mas o INE-BO disponibiliza um quadro-síntese municipal, a Ficha Resumo do Censo de População e Habitação 2012,¹⁶ que permite tecer considerações sobre as condições socioeconômicas do município. Cabe chamar atenção que essa ficha considera os dados do censo de 2012, e não a população estimada para 2017 (15.845 habitantes), por esse instituto.

As informações obtidas, sintetizadas ao longo desta subseção, mostram que as mulheres perfazem 47,7% do total da população recenseada, estando 23,6% delas em idade fértil (tabela 8).¹⁷ Do total de pessoas, 97,4% residem no município, 97,3% são moradoras de domicílios particulares, 56,5% possuem idade acima de 18 anos, 77,8% nasceram em San Matías e 3,2% em outro país – destas, algumas potencialmente nascidas no Brasil. Da população, 92,6% estão inscritas no Registro Cívico, que corresponde a um registro vinculado ao serviço eleitoral, das pessoas naturais, quanto a dados pessoais e fatos vitais, assim como no registro de eleitores para o exercício dos direitos civis e políticos. Destes, 56,5% estão em idade de votar – ou seja, têm mais de 18 anos de idade. O idioma predominante é o castelhano, mas 2,7% falam em idioma estrangeiro, além de quéchuá, aymara e guarani, porém em proporções menores que 1%.

TABELA 8
San Matías: dados gerais da população por sexo (2012)

População	Total	Homens	Mulheres	Total (%)
Total da população recenseada	14.470	7.572	6.898	100
Residentes em San Matías	14.103	7.333	6.770	97,4
População feminina (de 15 a 49 anos, em idade fértil)	3.415	-	3.415	23,6
População em domicílios particulares	14.080	7.257	6.823	97,3
População em domicílios coletivos	380	307	73	2,6
Nascido em San Matías	11.255	5.768	5.487	77,8
Nascido em outro lugar do país	2.751	1.542	1.209	19,0
Nascido no exterior	464	262	202	3,2
População inscrita em registro cívico	13.398	6.981	6.417	92,6
População com 18 anos e mais (em idade de votar)	8.174	4.357	3.817	56,5
População que possui cédula de identidade	9.657	4.969	4.688	66,7
População que aprendeu a falar em castelhano ¹	11.833	6.128	5.705	90,3
População que aprendeu a falar em idiomas estrangeiro ¹	349	214	135	2,7

Fonte: INE-BO. Disponível em: <<https://is.gd/HnoulG>>.

Elaboração: Rosa Moura.

Nota: ¹ Não inclui pessoas que residem habitualmente no exterior.

16. Disponível em: <<https://bit.ly/2XclEUc>>.

17. Embora as estatísticas do INE-BO não disponham de informação sobre a população rural, moradores e autoridades locais afirmam que esta é, ainda, majoritária no município, o que justifica alguns comportamentos expressos nos dados relacionados na sequência.

Da população recenseada em idade escolar, 80,7% têm assistência escolar, deixando um grande percentual ainda sem essa assistência (tabela 9). O atendimento à saúde é obtido majoritariamente em estabelecimentos públicos (80,7%). Cabe salientar que o sistema público de saúde na Bolívia atende gratuitamente, apenas, às faixas etárias de 0 a 5 anos e com mais de 60, além do atendimento a gestantes e deficientes. A falta de cobertura à população pode ser o motivo de tão elevada proporção de busca por atenção em soluções caseiras (42,9%) ou em farmácias ou automedicação (38,4%).

TABELA 9
San Matías: saúde e educação por sexo (2012)

População	Total	Homens	Mulheres	Total (%)
Total da população recenseada	14.470	7.572	6.898	100
População de 6 a 19 anos com assistência escolar	4.004	1.993	2.011	80,7
População de 6 a 19 anos sem assistência escolar	853	509	344	17,2
Busca atendimento em estabelecimentos públicos de saúde	11.194	5.783	5.411	77,4
Busca atendimento em soluções caseiras	6.208	3.236	2.972	42,9
Busca atendimento em farmácia ou se automedica	5.551	2.903	2.648	38,4

Fonte: INE-BO. Disponível em: <<https://is.gd/HnouLG>>.
Elaboração: Rosa Moura.

O município possui 3.450 domicílios, sendo 98% particulares, e, destes, 93,2% encontravam-se com pessoas presentes no momento do censo (tabela 10). Entre estes, 76,6% são servidos por energia elétrica e 51,9% cozinham com gás engarrafado, mas ainda permanece elevado o número de domicílios que cozinham com lenha (46,5%). O abastecimento de água é por rede com canalização para 47,4% dos domicílios, mas 43,4% ainda se valem de poço artesiano. O esgotamento sanitário por fossa séptica abrange 20,1% dos domicílios, enquanto 76,8% ainda despejam em fossas. Quanto ao destino do lixo domiciliar, apenas 18,8% são coletados por serviço público, e 65,3% ainda são queimados.

TABELA 10
San Matías: dados gerais sobre o domicílio (2012)

Domicílio	Total	Total (%)
Total	3.450	100
Domicílios particulares	3.382	98,0
Domicílios coletivos	68	2,0
Domicílios ocupados com pessoas presentes	3.215	93,2
Com energia elétrica (entre os ocupados)	2.462	76,6
Energia mais utilizada para cozinhar: gás engarrafado	1.670	51,9
Energia mais utilizada para cozinhar: lenha	1.496	46,5
Abastecimento de água ligada à rede	1.523	47,4
Abastecimento por poço ou roda d'água	1.395	43,4
Esgotamento sanitário por fossa séptica	574	20,1
Esgotamento em poço cego	2.149	76,8
Destino do lixo por serviço público (carro coletor)	605	18,8
Destino do lixo por queimada	2.101	65,3

Fonte: INE-BO. Disponível em: <<https://is.gd/HnouLG>>.
Elaboração: Rosa Moura.

Aproximadamente, metade dos domicílios recenseados e ocupados conta com rádio, televisão e serviço de telefonia, enquanto 10,2% possuem computador, mas apenas 2% tinham acesso à internet no período do censo (tabela 11).

TABELA 11
San Matías: tecnologias de informação e comunicação (2012)

Tecnologia no domicílio	Total	%
Rádio	1.644	51,1
Televisor	1.736	54,0
Computador	327	10,2
Serviço de internet	64	2,0
Serviço de telefonia fixa ou celular	1.569	48,8

Fonte: INE-BO. Disponível em: <<https://is.gd/HnoulG>>.
Elaboração: Rosa Moura.

Do total de ocupados, 37,7% encontram-se em atividades na agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura; 18,8%, no comércio, transporte e armazenagem; e 19,1%, em outros serviços (tabela 12). As principais categorias ocupacionais são constituídas de trabalhadores por conta própria (35,9% do total) e por operários ou empregados (34,6%).

TABELA 12
San Matías: população de 10 anos ou mais, segundo atividade econômica e categoria ocupacional¹ (2012)

Atividade econômica	Total	Homens	Mulheres	Total (%)
Total	5.786	3.997	1.789	100
Agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura	2.179	1.849	330	37,7
Mineração e hidrocarboneto	3	3	0	0,1
Indústria manufatureira	304	207	97	5,3
Eletricidade, gás, água e resíduos	14	12	2	0,2
Construção	406	398	8	7,0
Comércio, transporte e armazenagem	1.089	641	448	18,8
Outros serviços	1.103	463	640	19,1
Descrições incompletas e sem especificar categoria ocupacional	688	424	264	11,9
Total	5.786	3.997	1.789	100,0
Operária(o) ou empregada(o)	2.003	1.549	454	34,6
Trabalhadora(or) do lar	151	25	126	2,6
Trabalhadora(or) por conta própria	2.075	1.433	642	35,9
Empregadora(or) ou sócia(o)	120	88	32	2,1
Trabalhadora(or) familiar ou aprendiz sem remuneração	152	100	52	2,6
Cooperativistas de produção/serviços	38	28	10	0,7
Sem especificar	1.247	774	473	21,6

Fonte: INE-BO. Disponível em: <<https://is.gd/HnoulG>>.
Nota: ¹ Não inclui pessoas que residem habitualmente no exterior.

Os dados apresentados demonstram que as condições da população e do habitat urbano em San Matías são de grande precariedade. A pesquisa de condição de satisfação das necessidades básicas, elaborada pelo INE-BO, confirma essa perspectiva. Entre os 34,4% considerados não pobres, apenas 8,9% tinham as necessidades básicas satisfeitas, e outros 25,5% ficavam no limiar da satisfação dessas necessidades (tabela 13). Entre os 65,6% considerados pobres, a maioria foi classificada em patamar de pobreza moderada; mesmo assim, 12,3% do total da população pesquisada enquadraram-se na condição de indigente.

TABELA 13
San Matías: população por condição de necessidades básicas insatisfeitas (2012)

Condição de necessidades básicas insatisfeitas	População	%	
População pesquisada ¹	13.819	100	
Não pobre	Necessidades básicas satisfeitas	1.236	8,9
	Umbral	3.517	25,5
	Moderada	7.333	53,1
Pobre	Indigente	1.697	12,3
	Marginal	36	0,3
População pobre	65,6		

Fonte: INE-BO – disponível em: <<https://is.gd/HnouLG>> – e Unidade de Análises de Políticas Sociais e Econômicas (Udape).
 Elaboração: Rosa Moura.

Nota: ¹ Não inclui a população que reside em domicílios coletivos, no exterior, aquelas que no dia do censo foram consideradas em trânsito e as que não responderam a alguma das perguntas utilizadas na metodologia de cálculo.

3.2 Entrevistas realizadas

3.2.1 Agenda prevista e realizada

A programação prevista para as entrevistas de campo foi quase inteiramente cumprida. A receptividade dos responsáveis pelas instituições contatadas foi muito grande, sem alguma negativa a receber a equipe. Pelo contrário, as instituições contatadas colocaram representantes à disposição da equipe – para acompanhar os entrevistadores em outras atividades programadas –, ofereceram espaços para a realização das entrevistas e, inclusive, agregaram nomes e instituições locais que em muito enriqueceram os resultados do trabalho.

Exemplo de tão grande receptividade foi encontrado no âmbito do governo do estado de Mato Grosso, o qual inicialmente foi previsto a ser contatado apenas por via virtual, mas – após contato com Rita Chiletto, bem como a manutenção de contato com Ariana Guedes de Oliveira – foi organizada a agenda de entrevistas em Cuiabá. O cronograma foi, assim, executado:

Dia 2 de outubro de 2017 (segunda-feira) – Cuiabá e Cáceres

Manhã

Local: Palácio Paiaguás – sede do governo de Mato Grosso

Instituições participantes:

Governo de Mato Grosso – Assessoria Internacional; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Segurança Pública, representada pelo Grupo Especial de Fronteira; Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso; e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Tarde

Entrevista realizada com o governador de Mato Grosso José Pedro Gonçalves Taques

Viagem para Cáceres¹⁸

Noite

Entrevista com o deputado estadual Leonardo Ribeiro Albuquerque¹⁹ e assessores

18. A viagem para Cáceres contou com o apoio do governo de Mato Grosso, por meio de transporte da equipe, sob a coordenação da assessora Mariana de Freitas Silva. Ela, também, participou das atividades técnicas realizadas na terça e quarta-feiras (respectivamente, 3 e 4 de outubro).

19. O parlamentar colocou à disposição para acompanhar a equipe nas atividades em Cáceres e San Matías os assessores parlamentares Cynara Piran e Ricardo Vanini.

Dia 3 de outubro de 2017 (terça-feira) – Cáceres

Manhã

Local: Prefeitura de Cáceres

Secretarias participantes: Planejamento; de Governo; Finanças; Educação; Saúde; Ação Social; e Obras e Serviços Urbanos

Tarde

Locais: Receita Federal do Brasil e Polícia Civil de Mato Grosso (delegacia de polícia)

Dia 4 de outubro de 2017 (quarta-feira) – Cáceres

Manhã

Local: Universidade do Estado de Mato Grosso

Tarde

Locais: Sindicato de Produtores Rurais e Polícia Federal

Dia 5 de outubro de 2017 (quinta-feira) – San Matías e Cáceres

Manhã

Viagem para San Matías²⁰

Locais visitados: Governo Autônomo de San Matías;²¹ recepção com diversos representantes da comunidade local; e visita a Estação Policial Integral, localizada na linha de fronteira

Retorno a Cáceres

Tarde – Cáceres

Local: Escritório Regional de Saúde

Dia 6 de outubro de 2017 (sexta-feira) – Cáceres

Manhã

Engenheiro Adilson Domingos dos Reis (escritório particular)

Tarde

Locais: Riviera Pantanal Hotel²² – prefeito de San Matías, Fábio Olivares; e Consulado da Bolívia

Outras instituições e convidados para entrevistas foram contatados por outros meios, sendo que alguns, por motivos diversos, não puderam ser agendados. A professora Tereza Higa, da UFMT, após a visita, manteve-se em contato com a equipe, prestando orientações e informações como subsídio ao trabalho. O quadro 3 traz a agenda de entrevistas em detalhe.

20. Com o apoio da Prefeitura de Cáceres, sob a coordenação do secretário de Governo Wilson Kishi.

21. Reunião ampliada com a presença de representante da Prefeitura de San Matías, do presidente da Câmara de Vereadores de San Matías, da deputada suplente, do subgovernador, de diversas lideranças da comunidade, do corregedor indígena, de vários conselheiros, produtores, docentes, entre outros participantes. O secretário de Governo de Cáceres, Wilson Kishi, participou ativamente da reunião, ajudando muito a equipe na interlocução com os bolivianos.

22. O prefeito de San Matías atendeu ao pedido da equipe de pesquisa do Ipea, vindo até o hotel para fazer a entrevista.

QUADRO 3
Entrevistas realizadas em Cuiabá, Cáceres e San Matías (2 a 6 de outubro de 2017)

Instituição	Entrevistado	Data da entrevista	Cidade	Local	
Assessoria Internacional do Governo de Mato Grosso	Ariana Guedes de Oliveira e Mariana de Freitas Silva	Segunda-feira – 2 de outubro – 9h às 12h	Cuiabá	Palácio Paiaguás	
Grupo Especial de Fronteira	Tenente-coronel José Nildo Oliveira, major Danilo Segóvia Moreira, major Fabio R. de Araujo, major Luiz Marcelo da Silva e major William Becker Demartini				
Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso	Rísia Lopes Negreiros e João Marcelo B. Nespoli				
Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso	Reinaldo Vaz Guimarães				
Universidade Federal de Mato Grosso	Alfredo da Mota Menezes				
Governador de Mato Grosso	José Pedro Gonçalves Taques	Segunda-feira – 2 de outubro – 15h às 15h30			
Deputado estadual de Mato Grosso	Leonardo Ribeiro Albuquerque	Segunda-feira – 2 de outubro – 19h30	Cáceres	Barco-hotel Sport Fishing Pantanal	
Secretaria de Planejamento	Nelci Eliete Longhi, Wilson Kishi e outros	Terça-feira – 3 de outubro – 9h às 12h		Prefeitura	
Receita Federal do Brasil	Sílvia Maria Pádova, José Benedito de Souza, Adriana Pertele e Rogério Rigotti	Terça-feira – 3 de outubro – 14h às 16h		Inspetoria da RFB	
Polícia Civil de Mato Grosso	Cinthia Gomes da Rocha Cupido (delegada)	Terça-feira – 3 de outubro – 16h30 às 18h		Delegacia de Polícia Civil	
Universidade do Estado de Mato Grosso	Maria do Socorro Araújo, Domingos Sávio da Cunha Garcia, Murilo Oliveira Souza e João Ivo Puhl	Quarta-feira – 4 de outubro – 9h às 12h		Campus da Unemat	
Sindicato Rural	Jeremias Pereira Leite (presidente)	Quarta-feira – 4 de outubro – 14h		Sede do Sindicato Rural	
Polícia Federal	Assis Rodrigues Ferreira Júnior	Quarta-feira – 4 de outubro – 18h		Sede da PF	
Rádio Difusora (Programa Luismar Fachini)	Bolívar Pêgo	Quinta-feira – 5 de outubro – 7h30		Rádio Difusora	
Governo autônomo de San Matías	Lideranças locais	Quinta-feira – 5 de outubro – 10h		San Matías	Governadoria
TV Canal 13 de San Matías (Juan Pablo Cahuana)	Bolívar Pêgo	Quinta-feira – 5 de outubro – 12h			EPI
Estação Policial Integral	Iber Rojas Justiniano (Migración) e Tenente Ivan Alarcón (Polícia Fronteriza de Bolívia)	Quinta-feira – 5 de outubro – 14h30			
Escritório Regional de Saúde	Francisco Vigo (diretor)	Quinta-feira – 5 de outubro – 17h	Cáceres	ERS	
Engenheiro	Adilson Domingos dos Reis	Sexta-feira – 6 de outubro – 10h30		Escritório	
Prefeito de San Matías	Fábio Olivares	Sexta-feira – 6 de outubro – 14h		Riviera Pantanal Hotel	
Consulado da Bolívia	Jorge Enrique Mamani (agente consular)	Sexta-feira – 6 de outubro – 17h		Consulado	

Fonte e elaboração: Ipea.
Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Rosa Moura e Maria Nunes (Ipea).

3.2.2 Síntese das entrevistas realizadas

As entrevistas realizadas orientaram as questões em três grandes blocos, conforme a seguir descrito.

- 1) Qualificação, que versa sobre atividades que se complementam: a comutação; o uso de serviços do município vizinho e do comércio; os acordos internacionais; os convênios; e os problemas decorrentes das dificuldades de integração para gestão pública cooperada municipal/regional.
- 2) Problemas, no qual se tratam relações de trabalho, barreiras ao consumo e circulação de produtos, produção, segurança e defesa.
- 3) Expectativas, ou o sentido da inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas, para discutir em que ajuda.

Neste relato, as observações, as respostas e as reflexões dos entrevistados foram organizadas respeitando esses três blocos e reunidas conforme cada instituição, para dar mais unidade à abordagem dos participantes. Procurou-se, também, mais que respeitar a sequência das falas, reuni-las segundo temas.

FIGURA 16

Mesa de entrevistados: Palácio Paiaguás



Fonte: Assessoria do Governo de Mato Grosso.

Obs.: Entrevista 1 – 2 de outubro de 2017 (segunda-feira) – 9h às 12h – Cuiabá – Palácio Paiaguás.

Entrevistados: governo de Mato Grosso – Ariana Guedes de Oliveira (assessora especial para relações internacionais do governo de Mato Grosso), Mariana de Freitas Silva (Assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso) e Reinaldo Vaz Guimarães (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Governo de Mato Grosso); Gefron – Tenente-coronel José Nildo Oliveira, major Danilo Segóvia Moreira, major Fabio R. de Araujo, major Luiz Marcelo da Silva e major William Becker Demartini; Indea – Rísia Lopes Negreiros e João Marcelo B. Nespóli (Coordenadoria de Defesa Sanitária animal do Indea-MT); e UFMT – Alfredo da Mota Menezes (professor na UFMT).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Ariana de Oliveira – funcionária do Gabinete de Governo de Mato Grosso, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) – iniciou os trabalhos e agradeceu a presença de todos; particularmente, os participantes que se deslocaram desde Cáceres. Falou dos objetivos do estudo, que busca avaliar as possibilidades de inserção de Cáceres na relação das cidades gêmeas, para o qual o então MI solicitou a elaboração do referido estudo ao Ipea. A entrevistada lembrou o relatório elaborado por professores da Unemat (Araújo e Puhl, 2016), demandado pela Prefeitura de Cáceres, com objetivos similares. Em seguida, Ela se apresentou e solicitou a apresentação dos participantes.

Ademais, Ariana de Oliveira há tempo trabalha a faixa de fronteira e entende que é um avanço a inserção de Cáceres, pois aproximará a definição de políticas de saúde, segurança, entre outras, ao perfil de uma cidade gêmea, inclusive com orçamentos garantidos. Disso, decorre a importância de concretizar o trabalho.

Rísia Negreiros – pesquisadora integrante do Indea desde os anos 1990, e que desde 1997 trabalha com políticas de defesa animal e vegetal – citou a importância do Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria (Senasag) no departamento de Santa Cruz e a relevância de um sistema de defesa sanitária para ambos os lados. Dada a conhecida integração entre os produtores, por meio do comércio de animais na região, e por se considerar impossível a defesa sanitária sem envolver os dois países, foram criados comitês alinhados com relação interministerial e um comitê binacional; talvez um dos primeiros que agrega os municípios do país vizinho.

Também participou da entrevista João Marcelo (Indea), órgão executor da defesa sanitária animal, que visa cumprir as normas do Mapa quanto à saúde animal.

Reinaldo Guimarães (Seplan), gestor governamental, desde 2005 trabalhando com a faixa de fronteira – lembrou que antes apenas havia uma ação do governo federal na fronteira, a de defesa à febre aftosa. Relatou que atualmente houve ampliação de investimentos em infraestrutura econômica na faixa de fronteira, particularmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os municípios mais beneficiados foram Cáceres, Porto Estrela, Tangará do Sul e Barra do Bugre. O entrevistado destacou a importância do trabalho do Ipea, por buscar conhecer a faixa de fronteira, contribuindo para aguçá-la a percepção sobre o local, pois se trata de região diferenciada.

O tenente-coronel José Nildo (Comandante do Gefron), apresentou a instituição e os aspectos gerais da segurança pública no estado e colocou-se à disposição.

Também participaram da mesa de entrevistas o major Danilo Moreira, integrante do Núcleo de Inteligência do Gefron, o major Fábio de Araújo, integrante da Segurança de Fronteira, o major Marcelo da Silva, integrante de operações do Gefron, o major Becker Demartini, integrante de operações do Gefron, e Mota Menezes, professor de história da América Latina na UFMT.

Bolívar Pêgo, pesquisador do Ipea e coordenador-geral do estudo, registrou a participação do major Becker na oficina de trabalho do arco Central, realizada em Corumbá (MS). Agradeceu, em nome do Ipea e do MI, particularmente a Ariana de Oliveira e Mariana de Freitas Silva, pelo apoio à vinda da equipe a Cuiabá e Cáceres, e a todos, pela presença. Mostrou a relevância do estudo, uma demanda mais antiga do MI, que já deveria ter sido iniciada no ano passado. Reiterou a importância e a necessidade de participação de todos, bem como a escolha do formato, que permite conversar com os atores regionais e locais. O objetivo do estudo é avaliar os requisitos da Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), quanto à possibilidade de inserção de Cáceres no rol de cidades gêmeas, prevendo-se:

- manifestações nas relações dos municípios que configurem a existência ou o grande potencial de integração econômica e cultural;
- interação, comutação e conexão para a produção e consumo;
- oferta e uso de serviços urbanos comuns entre os municípios;
- sintomas de dependência e complementaridade funcional;
- existência de arranjos de gestão institucionalizados ou informais que representem pactos e compartilhamentos entre os governos municipais, departamentais e nacionais dos países; e
- manifestações dos problemas característicos da fronteira com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Essa portaria acentua a relevância do trabalho para a região, para as instituições e para o país.

Maria Nunes, pesquisadora no Ipea, registrou e solicitou que Mariana Silva e Ariana de Oliveira levem a Rita Chiletto os agradecimentos pela acolhida. Além disso, reiterou que as questões propostas pela equipe do Ipea sirvam como norteador das ideias/colocações, mas que em suas falas sejam levantadas/observadas/destacadas as atividades desenvolvidas cotidianamente por cada instituição na fronteira.

Destacou, também, a dificuldade da *questão conceitual* da nomenclatura *cidades gêmeas*, que envolve as cidades objeto do estudo, haja vista, que dada a distância entre as duas sedes

municipais, estas poderiam não se enquadrar no conceito de cidades gêmeas. Dessa forma, solicitou dos entrevistados a formulação de proposições a respeito de melhor enquadramento metodológico do arranjo espacial em questão.

Rosa Moura – pesquisadora no Ipea, apresentou sinteticamente os pontos que serão objeto de discussão com os presentes:

- contextualização sobre a qualificação dos municípios Cáceres e San Matías quanto aos critérios da portaria do MI que trata das *ciudades gêmeas* e dos problemas da interação e articulação entre os municípios;
- problemas característicos da situação fronteiriça; e
- sentido e expectativa quanto aos resultados da possível qualificação como cidades gêmeas.

Reinaldo Guimarães (governo de MT) iniciou a conversa ponderando sobre a *questão metodológica*, visto que as cidades objeto do estudo fogem do conceito de cidade gêmea, pois as sedes não estão na linha de fronteira, embora os fluxos sejam grandes e tenham mão dupla. É sabida a porosidade da fronteira e que é muito difícil fazer a retenção dos fluxos de comércio e serviços, ainda mais na atualidade; devido ao acesso à informação, esses fluxos são mais intensos. Destacou as trocas, como a existência na rodoviária antiga de um centro comercial com produtos da Bolívia, ao mesmo tempo que em San Matías se comercializam produtos do Brasil. Isso ocorre com os serviços públicos: os inúmeros atendimentos de saúde; a presença da mão de obra boliviana nas fazendas, “bate pasto”; e o transporte coletivo e clandestino existente entre os municípios. Quando se fala em cidade gêmea, pode parecer um pouco forçado, uma expressão inadequada para o fato concreto, mas são cidades integradas, o que não foge muito do conceito acadêmico que foi estabelecido a respeito de cidades gêmeas.

Além disso, Reinaldo Guimarães citou a experiência, pelo MI, a respeito de arranjos produtivos locais, porém sem o aporte de recursos e a efetividade previstos pelo ministério. Segundo o entrevistado, dessa experiência, apenas um arranjo teve sucesso, o de Vila Bela da Santíssima Trindade; do outro lado da fronteira, em San Matías, na região da Chiquitania,²³ destaca-se a *mancomunidade*,²⁴ que é um arranjo local aos moldes boliviano – na mesma linha do que se tinha nos municípios mato-grossenses – e representa uma forma muito interessante de integração. Toda forma de integração entre países passa pela integração física, tem de prestar atenção na infraestrutura para que haja essa integração, e pela questão urbana das duas cidades. Atualmente, a secretaria à qual é ligada tem colaborado na captação de recursos do BNDES para a região em infraestrutura básica, acessos, rodovias e revitalização da orla de Cáceres. Reinaldo Guimarães concluiu dizendo que houve evolução na questão da fronteira, que antes era uma questão federal e atualmente está passando a ser uma questão federativa, envolvendo União, estados e municípios. Então, o objetivo é transformar as questões de fronteira, da integração nacional, e torná-las uma questão federativa. Sugeriu que esse poderia ser o mote do trabalho.

Alfredo Menezes (UFMT) destacou que falta muito para alcançar o conceito de cidades gêmeas, como se tem em outros recortes, mas é fundamental nesse trabalho se Brasília olhar de modo diferente, pois são quinhentos anos que esses municípios estão de costas um para o outro. O mais importante é esse gesto de Brasília, mesmo que não se enquadrem nas características todas de uma cidade gêmea.

23. Planície localizada na zona de transição entre o Chaco e a Amazônia, no extremo sudeste da Bolívia, cobrindo grande parte do departamento de Santa Cruz.

24. Corresponde à associação voluntária entre entidades territoriais autônomas municipais que desenvolvem ações conjuntas.

Ponderou que, se for considerar a história, há uma diferença entre La Paz, no altiplano, e Santa Cruz, e que existe até uma briga política, “La Paz não olha para o lado de cá”. Segundo Menezes:

Uma oportunidade de mandar um recado, de nós, brasileiros, para a Bolívia, de que queremos aproximação. Eles acham que somos arrogantes. Por exemplo, quando eles (bolivianos) queriam criar uma linha de ônibus de San Matías para Cáceres com um ônibus que tinha bagageiro no teto, nossa lei não permitia ônibus com bagageiro em cima, e as companhias brasileiras de transportes de passageiro entraram e inviabilizaram a circulação do ônibus da Bolívia. Absurdo!

Menezes também declarou que se tem, também, que entender que “o boliviano é um povo autônomo, o presidente Evo Morales é nacionalista; se o Brasil não quer, ele não quer; se nós não fizermos um gesto, ele não vem”. Na sequência, o professor discorre sobre a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Cáceres, depois de vinte anos. Segundo ele:

A lei exige que 80% da produção têm de ser exportada. Estão lá em Brasília, tentando internalizar 40% da produção. Mas tem que exportar. É preciso asfaltar a estrada que liga San Matías a Santa Cruz, faltam 330 km. Se nós fizermos um gesto desses de boa vontade, facilita, já que os recursos para o asfalto vão ser da Bolívia. O dinheiro que asfaltou o trecho Corumbá-Puerto Suárez-Santa Cruz foi da Bolívia. Como é que nós vamos exportar esses produtos? O trabalho do Gefron na fronteira é enorme, mas temos que ter integração com as autoridades bolivianas nas fronteiras.

Nesse sentido, citou as dificuldades que os Estados Unidos tiveram no combate ao tráfico de drogas, até mesmo com o apoio da Colômbia e o trabalho conjunto, bem como o uso de tecnologias que os norte-americanos têm disponível.

Menezes destacou que qualquer gesto de aproximação é importante, mesmo que os dados não confirmem os critérios para cidades gêmeas:

Se for se ater ao que eles vendem para nós e ao que nós vendemos para eles, não vamos ter condições. Nós vendemos mais para eles. Os bolivianos compram aqui gás de cozinha, produtos de higiene, alimentação, eletrodomésticos, móveis, eletroeletrônicos; nós compramos pouco lá. Mas é hora da aproximação, agora que se fala que o presidente Evo Morales quer financiar a estrada. Pode até beneficiar o adversário político dele, que é o governo de Santa Cruz, que inclusive pode ser candidato contra o presidente; mesmo assim, ele está interessado em asfaltar.

O voo direto de Cuiabá para Santa Cruz está começando – ou seja, o turismo vai se desenvolver nessa região, e isso é importante, pois o emprego, em tese, tira as pessoas das drogas. E mais, entre San Matías e Santa Cruz, em aproximadamente 300 km, tudo está praticamente abandonado. Se nós asfaltarmos a estrada e implantarmos a ZPE, aquela região vai dinamizar a agricultura; o produtor brasileiro vai atravessar a fronteira. Se olharmos outros pontos das fronteiras brasileiras e as cidades uruguaias e argentinas, o fluxo é constante. Não é nosso caso, mas seria um passo importante para aproximar uma região que, historicamente, está há séculos de costa uma para outra.

Portanto, é um recado político importante para a Bolívia, que pode dar até um impulso maior para o presidente boliviano viabilizar o asfalto. *Seria a redenção de Mato Grosso para acessar o mercado dos países andinos, de 145 milhões de pessoas, com um PIB de mais de US\$ 1 trilhão e que está próximo do estado de Mato Grosso.* Ou seja, nossa produção não precisaria mais ir para São Paulo, não precisa ir para outro local, se Mato Grosso tiver 10% desse mercado. Óleo de soja, artigos de couro, madeira e outros produtos que podem nascer da ZPE. O asfalto ajudará a vender nossos produtos industrializados. Antes, comprávamos gás, agora vamos comprar ureia.

O professor fez uma reflexão sobre a posição do Brasil em relação a defender seus interesses no combate à febre aftosa, para o país ter seu rebanho livre dessa doença, e que interessa proteger seu rebanho perante o mercado mundial de carnes. Mas que não existe algum acordo sobre o combate as drogas. Segundo Menezes:

Há acordos para animais, não para gente. Quanto é gasto em saúde por viciados em drogas sem combate na fronteira? Na Colômbia, acabou a guarida à produção de coca no interior. Para onde vão os produtores? Para a Bolívia, que não tem os Estados Unidos no combate à droga dentro do país.

Está na hora de se fazer o acordo na questão da droga, também. E, na troca que Evo Morales vai fazer, *queremos um acordo no combate às drogas, vincular as coisas.*

O professor finalizou sua fala ressaltando a importância desse trabalho como um marco para outras áreas de fronteira brasileira.

Em seguida, ocorreram as falas dos representantes do Indea. Sobre a questão metodológica de qualificação de cidades gêmeas, a pesquisadora Rísia Negreiros asseverou que, em se tratando da comercialização de animais, da criação de animais entre os países, essa qualificação já existe:

Talvez não cidades gêmeas, mas pecuária gêmea a gente tem, até em relação à raça, pois trocavam fêmeas entre produtores, quando era permitida a comercialização entre uma e outra cidade. Com o fim de especializar a pecuária regional com a raça nelore indiano daqui, seguiram na mesma linha por estarem ali. *Então, embora as cidades não sejam gêmeas, a pecuária é gêmea.*

Segundo Negreiros:

Também, há interação na busca de serviços, de trabalhadores nessa área – muitos trabalhavam por aqui para comprar com nossa moeda. Os bolivianos são bons vaqueiros; nas fiscalizações em tempos passados, foi constatado que eles tinham formas de vacinação estranhas, porém foram capacitados e agora há uma cultura local de manejo animal compartilhada na fronteira. Foram educados pelas nossas regras, e nós aprendemos as regras do lado de lá. Quando foi pensado o programa América do Sul Livre da Aftosa, eles pensaram a América do Sul, sem negligenciar a fronteira, pois o vírus não reconhece fronteiras.

Trabalhando nessa linha, tem-se observado que as trocas de *mão de obra* e outras atividades podem levar a febre aftosa de um lugar para outro; pode ser levada por pessoas, por agentes, daí essa troca de serviços era um risco de transmissão de doenças e foi muito bem pensado. Era inevitável que ocorressem as trocas, pois se trata de uma questão social, e não se pode interferir na comercialização e no processo social como um todo. Na área epidemiológica, tem-se entendido isso muito bem. Outra coisa a considerar na troca de serviços é a compra de produtos.

De acordo com Negreiros, nesse exemplo, a distância de San Matías a Santa Cruz é muito grande para trazer vacinas de boa qualidade:

A nossa vacina estava mais próxima, pronta para imunizar. A compra de medicamentos foi inevitável daqui para lá; foi proibida a compra de anabolizantes, que era permitida lá, pois a Europa não compra carnes se os animais fazem o uso desses produtos. Tivemos que enfrentar o problema, segurar esse comércio. Resolver esses problemas vai ao encontro da produção do Mato Grosso, tanto de vegetais como de animais, que é muito maior que a demanda interna.

Segundo Negreiros, como Mato Grosso tem um excedente de produção que precisa ser comercializado, procura resolver em reuniões os problemas mais regionais e locais:

Na Bolívia, não havia uma lei nacional, e o Indea participou da elaboração da Lei Nacional de Defesa Sanitária Animal da Bolívia. O serviço lá é nacional; as regras vêm todas de La Paz. Às vezes o departamento de Santa Cruz fica tolhido de tomar determinadas decisões por problemas políticos, mas com os encontros realizados foram sanando os problemas ao longo do tempo, conhecendo/levantando os problemas locais.

Mas problemas existem, como o sacrifício de animais, apreensões de produtos que ainda não são permitidos. Eles têm algumas doenças animais que no Brasil não existem, a exemplo da doença de caprino. Há algumas proibições, e acordos que caminham para ajudar a diminuir esses problemas e colaborar na fluidez do comércio entre os países. Outra coisa que tem que avançar nesses acordos é a produção na fronteira boliviana de 250 mil bezerros na Chiquitania e [que] não são engordados na região.

De acordo com Negreiros, supõe-se que o destino fatalmente seja o Brasil, pois não tem como viajar com o gado por 800 km para crescerem próximos aos frigoríficos de abate existentes no país. Por isso, ou são descartados na desmama ou entram no Brasil clandestinamente. Segundo a pesquisadora, deve haver regras de barreira para evitar isso, que muitos não conseguem compreender.

Para Negreiros, os bolivianos estão sendo convidados a participar das operações até para que compreendam o problema:

Devido a isso, talvez os acordos na área da pecuária sejam os mais amenos que a gente tem. Há muita qualificação, nos cursos obrigatoriamente têm que ter bolivianos, até para ter um serviço de inteligência melhor. É necessário superar as dificuldades de governos, que por vezes não aceitam as regras postas. Exemplo: doação de vacinas e campanhas para que comprem nossas vacinas para uma imunidade adequada. É necessário que a vacina seja a mesma para que não haja problemas de saúde.

Negreiros afirmou que o Indea trabalha com apoio do Gefron, por ser região de conflitos, e consegue um relacionamento harmônico com a polícia desde 1997, o que ajudou muito não somente para a certeza do trabalho concluído, como também para melhorar as possibilidades do Gefron de identificar os problemas inerentes à polícia. Em resposta ao questionamento do professor Alfredo Menezes sobre o valor dispendido pelo Brasil na aquisição das vacinas que são disponibilizadas ao rebanho boliviano, os representantes do Indea esclarecem que o Brasil manda a vacina por meio da iniciativa privada de Mato Grosso – por meio do fundo emergencial de saúde animal, doam-se vacinas para essa faixa, cerca de 200 mil doses por ano. A vacina é doada para o Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar (Senasag, na sigla em espanhol)²⁵ e associações de *ganaderos* da Bolívia. O calendário de vacinação dos dois lados do limite internacional coincide, é o mesmo.

Ariana de Oliveira ponderou sobre a questão política, de como o governo de Mato Grosso tem trabalhado o relacionamento com o departamento de Santa Cruz e a Bolívia:

Até 2015, não havia relacionamento. Fomos buscar a memória de laços, e nada foi encontrado, a partir daí buscamos estabelecer esses contatos e trouxemos o governo central e o de Santa Cruz; então, foi aberto o fluxo que é fácil neste momento. E foi dessa relação que veio a questão da ureia, que atualmente a assessoria internacional do estado acompanha todas as tratativas. Inclusive pode viabilizar a volta de operação do porto de Cáceres, paralisada há anos.

O que a Bolívia quer? Ela tem uma produção imensa de ureia localizada em Bulo Bulo, e, estrategicamente, eles (bolivianos) pensam em vender toda essa produção para Mato Grosso. Mas e o transporte? Atualmente, eles estão estudando qual a melhor alternativa, se por hidrovia, ferrovia de Cochabamba para Puerto Quijarro. De Puerto Quijarro, o modo rodoviário é inviável; assim, já se tem um piloto que indica que a melhor alternativa é a hidrovia. E como carga de volta, a soja. Tem uma esmagadora [produção] de soja em Puerto Quijarro, que tem interesse em retomar essas operações. Com a ureia, se amarraria um acordo, também, com gás natural.

Na opinião da entrevistada, a Bolívia tem procurado negociar diretamente com os estados, pela dificuldade de diálogo com o governo federal. E, atualmente, a Bolívia tem convicção que o governo de Mato Grosso tem maiores condições de aproximar o governo central boliviano do governo federal brasileiro para a formalização desses acordos. Oliveira citou o exemplo de uma estrada que iria ser inaugurada em setembro; entretanto, o presidente Evo Morales condicionou, à época, que o presidente Michel Temer estivesse presente. Como este estava em viagem aos Estados Unidos, não aconteceu a inauguração.

25. Vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Rural e Terras.

Segundo Oliveira:

Eles [os bolivianos] têm usado o gás como moeda de troca, e com Mato Grosso, a ureia. Com relação à segurança, a aproximação mais forte que se teve foi quando o Ministério da Segurança da Bolívia veio a San Matías em uma comitiva de vinte autoridades, por conta de uma série de assassinatos que ocorreu nessa cidade. Da Bolívia, vieram os ministros da Segurança e de Governo, embaixador, para discutir a questão da segurança na fronteira. A partir daí, o diálogo não tem cessado: o comércio, a segurança e a integração são fundamentais; toda vez que se tem oportunidade de conversar, tem um alinhamento dos órgãos, da federação de comércio, da agricultura, de que essa rodovia é fundamental, de que precisa ocupar – e proteger – a fronteira. Atualmente, o relacionamento de San Matías é muito mais próximo a Cáceres do que com San Ignacio, pois são separados por 300 km de estrada sem pavimentação asfáltica.

Quando se conversa com as pessoas em Santa Cruz, a maioria não conhece San Matías, apenas San Ignacio. Quando se pede uma reunião para ocorrer em San Matías, as pessoas questionam por que não fazer em San Ignacio, Puerto Quijarro, Cuiabá ou Cáceres? Eles acham San Matías perigoso. Ou seja, os próprios bolivianos abandonaram San Matías. Então, atualmente, San Matías está mais para Mato Grosso do que para a Bolívia.

De acordo com Oliveira, os bolivianos demandam do estado de Mato Grosso, os serviços de capacitação e qualificação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), dos institutos federais brasileiros e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar), que é vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). Segundo a pesquisadora, há profissionais desses institutos na Bolívia fazendo esse trabalho:

A Bolívia não tem intenções com San Matías. Atualmente, qual cadeia produtiva eles têm intenção de trabalhar em San Matías? Queriam a mandioca, mas há muito mais do que isso; tem a pecuária, a ZPE, a agricultura. San Matías não vai oferecer só mandioca.

Na região de Puerto Quijarro-Puerto Suárez, estão criando uma zona de interesse especial (econômica). E San Matías estará incluída nesse projeto, que está em tramitação no governo boliviano. Tudo isso vai aumentar o fluxo comercial e fortalecer essa fronteira. *Fortalecer o sistema de saúde na Bolívia: e isso nós de Mato Grosso podemos ajudar; inclusive, já há propostas nesse sentido. Quando fala da saúde, foram mais de R\$ 2 milhões só da cidade de Cáceres, que gasta muito nesse atendimento. Em 2016, foram mais de 1.800 atendimentos.*

Atualmente, a pavimentação dessa estrada já está no radar do presidente Evo Morales, e, devido às diferenças com o governo federal brasileiro, ele vai usar a estrada como moeda de troca. Temos duto que não funciona, termoeletrica sem regularidade – agora parece que vai voltar a funcionar devido a uma determinação do governo federal. O estado de Mato Grosso tem intenções e oportunidades imensas nessa relação, boas intenções, mas sempre esbarramos no governo federal. A questão econômica pode suplantar a política, pois, se não fosse assim, a Bolívia não se relacionaria com o Chile. Temos, também, relações econômicas boas com o Chile; atualmente, os portos chilenos estão cheio de produtos bolivianos. Temos bons relacionamentos com os dois governos.

Bolívar Pêgo afirmou que alguns problemas políticos podem ser resquícios, ainda, da nacionalização da refinaria da Petrobras, que trouxe algumas dificuldades nas negociações ligadas à importação de gás natural, em uma visão de médio e longo prazos.

Mota Menezes apontou que a ureia vai “entupir” o porto de Cáceres e que é necessário que se viabilize o porto em Morrinhos – mais abaixo no rio Paraguai –, que seria a redenção de Mato Grosso no contexto da América do Sul.

Com relação à *segurança* (Gefron), o tenente-coronel José Nildo relatou que há dificuldades na integração com a Bolívia, até por conta da soberania. Segundo o entrevistado, apesar das tentativas de aproximação, estas ainda estão aquém das necessidades demandadas pelas ações ligadas ao policiamento na fronteira. Outros representantes do Gefron passaram a contribuir na entrevista. Afirmaram que o grupo procura acompanhar a atuação da segurança do país vizinho, mas observaram que muito pouco é feito, principalmente no que concerne ao tráfico e ao combate às drogas. Talvez por dificuldades estruturais, por questões próprias da região. José Nildo citou, como exemplo, “as apreensões realizadas especificamente na atuação do Gefron, nos últimos quatro anos, que foram de aproximadamente 10 t de drogas. Não se vê a mesma atuação na Bolívia”. Então, para ele, o avanço que se teria com a instituição das cidades gêmeas seria a integração das autoridades na área de segurança pública. Recentemente, foi inaugurada em San Matías uma estrutura que reúne algumas instituições para atuarem na fiscalização e na segurança; um organismo para atuação na fronteira (EPI). Porém, efetivamente ainda não se consegue visualizar atuação de combate efetivo.

José Nildo afirma que o Gefron, por meio do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron), tem trabalhado de forma contumaz na fronteira, mas está claro que a integração deixa a desejar. O que funciona é a inteligência. Constituem-se grupos de informação com atuação conjunta direta, e ações pontuais são desenvolvidas. Talvez, com o advento das cidades gêmeas, isso possa mudar; a inteligência pode colaborar para isso. Em resposta sobre como o Gefron vê o tratamento da droga pelos países, o entrevistado afirma que é difícil pontuar como os bolivianos veem esse tema; não sabe dizer se por falta de infraestrutura, por conta de uma política local, ou até mesmo por conta do foco de criminalidade naquela região:

Como já foi dito, os próprios bolivianos têm certo receio da cidade de San Matías, pois criminosos brasileiros cometem crimes aqui e fogem para lá. Isso dificulta nossa aproximação com essa localidade, o que motiva a não atuarem maciçamente.

Segundo José Nildo, outro problema é o *tamanho da fronteira seca* e os 250 km de fronteira alagada, possibilitando várias vias de acesso, o que fragiliza a região enquanto passagem de ilícitos. Além da distância dos centros principais. Por sua vez, no tocante à questão econômica da fronteira, a corporação entende que reflete diretamente na segurança, pois as pessoas que atuam no contrabando de material que será comercializado em Cáceres cometem crimes; além do comércio de ilícitos, de descaminhos na comercialização local. O Gefron vem dobrando a capacidade de atuação e somando-se ao Indea em uma parceria, haja vista que o grupo se utiliza das estruturas e pode dobrar sua capacidade de atuação. As prisões acontecem nos postos de ambas as instituições.

Afirmou, ainda, que há articulação do Gefron com instituições nacionais, mas são muitos os acessos na fronteira, e sempre em evolução. Estudos são sempre realizados, mas os acessos se multiplicam a cada dia com as “cabriteiras”. É necessária uma visão de Estado sobre as dificuldades, pois variam as vias de acesso, aeroportos clandestinos – o tráfico atua por via aérea. E foram várias as tentativas de políticas voltadas ao tema, até a criação de uma base aérea na localidade.

Sobre a pergunta se a Lei de Abate²⁶ funciona, o entrevistado informou que a Aeronáutica diz que sim, mas, na prática, a referida lei não funciona pela proximidade: o avião decola e em poucos minutos joga a droga em território brasileiro e volta para o país vizinho. Recentemente, houve audiência pública em Cáceres, com o Poder Judiciário, e foi discutido esse tema também na Bolívia.

26. Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998, § 2º - “Esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeito à medida de destruição, nos casos dos incisos do *caput* deste artigo e após autorização do Presidente da República ou autoridade por ele delegada”.

José Nildo afirmou que *os principais ilícitos praticados são roubos de patrimônios, de veículos, tráfico de armas de fogo, drogas ilícitas e evasão de divisas que ocorrem tanto na fronteira seca como na alagada – pouco patrulhada pelo Gefron, por deficiências de infraestrutura*. Os demais entrevistados do Gefron concordam sobre o tema que, com a vinda do desenvolvimento, é natural que aconteçam mudanças. O asfaltamento, a cidade gêmea, a vinda de recursos, entre outros exemplos, é que certamente impactarão diretamente na segurança pública.

Porém, de acordo com José Nildo, não se pode deixar de lado que a evolução, também, vem necessariamente do segmento com melhor estrutura, com mais ações para aquela área. O entrevistado afirmou que as ações atuais do governo do estado têm constantemente buscado incentivos e melhorias para o Gefron, bem como para outros órgãos que atuam naquela região. O ponto positivo é que – com a vinda de melhores condições para o local – aumenta o emprego e diminui a cooptação de jovens pelo crime, sobretudo na atividade das “mulas” humanas, em que a pessoa ou o adolescente coloca em suas mochilas 30 kg de drogas e caminha no meio do pasto. A fronteira seca contribui para esse tipo de atividade, presente e constante na região. O policial acredita que a cooptação está diretamente ligada à falta de opções de trabalho para o jovem da região.

Sobre o questionamento da *integração das polícias* da fronteira nas operações, um dos entrevistados do Gefron assegurou que todas as operações atuais vêm sendo integradas a outras forças de segurança, a exemplo da Operação Ágata,²⁷ que estava em ocorrência e é constante na região da fronteira. Por sua vez, no questionamento/reflexão sobre “se o crime é que é organizado ou o Estado desestruturado”, ponderou que é muito mais fácil que dezenas de pessoas se reúnam para arquitetar um crime, do que milhares de pessoas se organizem para se defender do crime.

Em se tratando das *organizações do policiamento de fronteira*, os entrevistados do Gefron afirmaram que há organização dos dois lados, e que a integração começa de baixo para cima. Se, atualmente, a instituição abraça essa questão da integração é porque esta já estava presente na região de fronteira. Sem tal integração, não conseguiríamos atuar. Há integração muito forte com a PF e com outras instituições fronteiriças. *Na faixa de fronteira, diferentemente do restante do estado, trabalha-se de forma integrada entre todos os órgãos ligados à segurança e à defesa.*

Em janeiro de 2017, foi inaugurada a Delegacia Especial de Fronteira (Defron). Na delegacia, foi instalada uma célula integrada de inteligência voltada para segurança, que conta com a participação da PM, do Gefron e da Polícia Civil, trabalhando de forma integrada, cada um com suas ferramentas. E também há uma delegacia com essa atribuição na Bolívia.

Os entrevistados do Gefron afirmaram, também, que a organização do crime se dá pelo valor da droga. *Um quilo de cocaína é cotado na Bolívia por US\$ 3 mil, em média. E esse valor também aumenta de acordo com o destino no país, podendo chegar a determinados destinos valendo US\$ 15 mil/kg; quando é exportado, esse valor se multiplica e chega a US\$ 50 mil/kg na Europa e US\$ 100 mil/kg no Oriente Médio. Esse alto valor incentiva a organização ilícita, a cooptação de trabalhadores, o transporte, a profissionalização etc. Um piloto que faz um voo rápido, de 40 minutos, cobra entre R\$ 20 mil a R\$ 40 mil para pilotar, e R\$ 200 mil pelo*

27. “Desde 2011, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) coordena uma ação de grande escala com o objetivo de fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil. Trata-se da Operação Ágata, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do Governo Federal, criado para prevenir e reprimir a ação de criminosos na fronteira do Brasil com dez países sul-americanos. As ações abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas que dão acesso ao país. Além da Defesa, a Ágata envolve a participação de 12 ministérios e 20 agências governamentais. O planejamento e a mobilização são feitos de forma integrada, com articulação contínua entre militares das Forças Armadas e agentes de segurança pública nos níveis federal, estaduais e municipais”. Disponível em: <<https://is.gd/4b7IR4>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

aluguel da aeronave. Disso decorre toda a logística de apoio à distribuição, “mulas humanas”, batedores, transporte de carro, barco, armazenamento da droga etc., e tudo isso tem seu custo. De acordo com os entrevistados do Gefron:

Então, pode ser observado o quanto é organizado o tráfico e os ilícitos associados, como furto de veículos. Os veículos saem daqui e são trocados por drogas, evasão de divisas. Eles se organizam tanto, pois o lucro compensa; ele é muito alto para o traficante. Essa é uma dificuldade do Gefron. Outra é o relacionamento com a polícia de lá, que é frágil justamente por causa disso, e San Matías é dominada pelo tráfico. O tráfico se infiltra em todos os setores sociais, políticos e econômicos em San Matías. Há dificuldades do lado deles. Nós temos dificuldade em fazer as apreensões, pois nossos criminosos fogem para o território boliviano e cooptam agentes com propinas. Questão como baixo salário é argumento etc. Não podemos prender ninguém lá dentro.

Questionados sobre o papel cultural da folha de coca na Bolívia, os entrevistados do Gefron afirmam que a droga é o tema número 1 entre todos os trabalhadores do Gefron, posto que esta movimentava várias cidades e políticos no Brasil. A visão que o grupo tem é de que, entre os bolivianos, alguns oficiais têm preocupações com a questão da droga; são similares às dos brasileiros. Os problemas sociais trazem o prejuízo à nação. Mas a folha de coca é protegida por lei. Há uma cota de plantio para fins medicinais. Mas ressaltam que, da produção, 70% do cultivo são para a pasta-base para cocaína. As variedades que se incrementam e introduzem na produção não correspondem à folha de coca para consumo medicinal, cultural do boliviano. É variedade específica para a produção de entorpecentes.

O Gefron questiona autoridades bolivianas sobre a destruição das plantas: “por que não atacam o problema na plantação? Aqui, até temos feito, mas quando destruímos dois laboratórios, no dia seguinte, aparecem vinte, trinta etc”. Por sua vez, em relação ao tráfico de drogas, houve apreensão de 8 t de cocaína misturada em uma carga de minérios. Os traficantes inovam a cada dia sua forma de operar para traficar. Os entrevistados do Gefron pontuam, também, a falta do batalhão de fronteira na reunião, e que o Exército Brasileiro tem sido um grande parceiro: “eles têm grande conhecimento da fronteira, mas a atuação do Exército Brasileiro ainda é bastante tímida na faixa de fronteira, considerando que eles têm o poder de atuação policial na faixa”. Alertam que não se deve confundir segurança pública com defesa. O Exército sempre está presente na segurança, para dar respaldo em diferentes localidades nos momentos de crise e nas diversas operações realizadas na fronteira. Entretanto, segundo os entrevistados do Gefron, a dinâmica de atividades ilícitas nesse ponto da fronteira exige que as forças terrestres atuantes na região se integrem mais. “Ou não está acontecendo nada, só tráfico de drogas?” Os entrevistados afirmaram que o Gefron tem efetivo insuficiente e desproporcional (140 policiais), perante um batalhão do Exército (1,2 mil homens). Em síntese, acreditam que, no quesito, haja força de trabalho subutilizada na faixa de fronteira.

Segundo o Indea, há algumas questões relacionadas até sobre o fato de se trabalhar lado a lado, cada um desenvolvendo seu papel. A primeira diz respeito à insegurança do lado da Bolívia, em San Matías; os casos de insegurança são graves entre os veterinários, que têm muito medo. Os agentes do Indea até relataram que queimaram um veterinário em praça pública. Apenas para lembrar o quanto é complexa a atuação da defesa animal na região de fronteira boliviana. Quanto à questão das *inovações*, há inovação contínua no tráfico. Por exemplo, o Indea estava sendo chamado para fazer rumenotomia, com o objetivo de retirar suspeita de drogas e realmente encontrar drogas – ou seja, drogas no rumem de bovinos. E, na última fala em relação ao pensamento da polícia, nessas viagens na Bolívia, os agentes do Indea conversavam como cidadãos comuns, apesar de policiais. E nos questionamentos acerca da coibição do crime do lado boliviano, os policiais de lá consideram que o problema

são os brasileiros, que trazem carros roubados e levam droga em troca. Disso decorreria essa questão da produção para consumo interno, e não em escala comercial, como é o caso. De acordo com os agentes do Indea, *um dos motivos que aumenta bastante os furtos de veículo em Mato Grosso e no Brasil deve-se, atualmente, à grande facilidade para legalizar um veículo na Bolívia, "esquentar um veículo". Basta pagar uma taxa ao governo. Os receptores são bolivianos. Há enorme quantidade de veículos brasileiros circulando naquele país, sem placa.*

Em relação à inserção de Cáceres como cidade gêmea, Mota Menezes, no que tange à criação das cidades gêmeas, *recomendou que não se busquem detalhes, que olhem o amplo, olhem o todo:*

Se não nos aproximarmos, nos olham como os norte-americanos. Brasília precisa estender as mãos para resolver os problemas. É um caso um pouco diferente de cidade gêmea, mas seria até um exemplo para outros lugares do Brasil; ajudaria o Brasil e Mato Grosso.

Segundo o Gefron, os problemas que já existem podem potencializar-se. Mas podemos melhorar a integração efetiva com autoridades locais, além de que melhores condições de trabalho trariam resultados favoráveis e poderiam mudar uma dura realidade que ocorre com os jovens na fronteira – nas salas de aula, jovens comentam participar do crime como única opção local. Os agentes afirmaram que a inserção como cidade gêmea pode ser o início de um caminho. O crime organizado (tráfico) nasceu na Venezuela e na Colômbia e vem migrando pela América do Sul, passando pelo Peru, e os principais técnicos vêm se instalando na Bolívia. A criação de uma cidade gêmea poderia estender a mão para estreitar um laço de integração. A polícia trata um doente terminal, a polícia age no fim da linha, muito além da questão social. As soluções estão no social, antes de chegar ao ponto da atuação policial.

Os agentes do Gefron retomam a questão das variedades da droga plantada: as variedades para a produção são diferenciadas. A cidade gêmea pode ser benéfica na questão cultural da coca, poderá fazer uma adequação cultural. Até mesmo porque não há consumo de drogas em San Matías como há em Cáceres. A droga é uma questão social mundial. Por sua vez, a integração entre os dois municípios (San Matías e Cáceres) é latente e confirma-se no fluxo de veículos – 95% dos fluxos são de veículos saindo da Bolívia – e de mercadorias. De acordo com os agentes, a criação da cidade gêmea pode atrair investimentos para a unidade, pois faltam oportunidades para os moradores das comunidades localizadas na fronteira. Mas na Bolívia a faixa de fronteira está nas mãos da oposição. *A criação da cidade gêmea seria vantajosa no caminhar para uma melhor situação futura.*

Reinaldo Guimarães declarou:

Cidade gêmea, sim! É viável! Fala-se muito em integração do espaço. Porém, fala-se mais na integração de Cuiabá-Santa Cruz, que é o Simplex sul-americano. Mas eu só entendo essa integração passando pelos seus subespaços, por Cáceres-San Matías. E avançar mais para se pensar nas questões econômicas, na ZPE em Cáceres, na possibilidade de uma zona franca em San Matías, no livre comércio, na infraestrutura econômica, nas normatizações, na questão social, e também na geração de emprego e renda. É importante para as duas cidades, para o estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz, e para os dois países. Mas é necessário modificar o conceito.

Quando questionado sobre as práticas de gestão compartilhada entre os dois municípios objeto do estudo, o entrevistado recordou que, em 2009, houve oficinas de planejamento com todos os segmentos, em San Ignacio, San Matías e Cáceres, e teve origem o Comitê de Fronteira. Reinaldo Guimarães ainda destacou que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) fez uma cobrança, pois era uma questão federal. Foi a essência do Comitê Binacional, mas faltou a efetividade. Então, o principal gargalo nessa questão está nas políticas públicas, que são pensadas setorialmente, e não espacialmente, para o território.

Reinaldo Guimarães disse que no turismo ocorreu a ação do Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (Frontur), que não teve a efetividade de entrar na faixa de fronteira, mas declarou que seria um grande avanço pensar as nossas políticas espacialmente. Aí, sim, ter-se-ia uma política efetiva para a zona de fronteira – ou seja, segundo o entrevistado, ao falar-se de cidades gêmeas, tem-se de pensar nas faixas de ambos os lados. E se pensar, também, em uma política efetiva de integração por meio de zona de fronteira.

Para ele, isso é uma construção; deve-se pensar nas políticas setorialmente. Ainda lembrou que há poucos programas regionais, efetivamente regionais.

Para Guimarães, no caso do Brasil, o *avanço* seria pensar em uma política efetiva da faixa de fronteira, focada – mas pensada e trabalhada federativamente e espacialmente – efetivamente para o Pantanal, o Cerrado, a Amazônia e o entorno de Cuiabá. O entrevistado afirmou que se deve pensar na gestão territorial, pois existe um espaço intermediário entre o município e o estado. Por sua vez, acerca do questionamento dos *consórcios de municípios* envolvendo a região, a opinião do entrevistado é de buscar o exemplo das mancomunidades da Bolívia.

De acordo com o Indea, trabalhando localmente, do ponto de vista da *interface epidemiológica*, a cidade gêmea favoreceria a compra de medicamentos e a troca de produtos. Quanto à *importação de animais*, trata-se de processo maior, que não pode ser resolvido localmente e não integraria a questão federativa. Segundo a declaração de um entrevistado do Indea:

Mas em outras coisas ajudaria, sim, na educação em saúde animal, a questão do consumo comoveria, os bolivianos têm algumas culturas difíceis, somos contra alguns elementos culturais – lá ainda há galos de briga –, controlaria a porta de entrada de doenças etc. As cidades gêmeas vão favorecer, sim, as questões mais locais.

Do questionamento acerca da *relação do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, os entrevistados relataram que o Mapa formaliza as políticas públicas de saúde animal e delega as ações ao Indea, sobretudo as concernentes ao combate de febre aftosa. Tanto que, nas fiscalizações sanitárias animal e vegetal, deveria ter um fiscal federal presente nas barreiras; no entanto, todas as ações são delegadas ao instituto. Essa parceria tem avançado, haja vista a erradicação da doença no estado (1992-1996). Mas as autorizações de importação de animais e remédios continuam nas mãos do ministério. *A cidade gêmea favoreceria mais os acordos já existentes de saúde animal; romperia burocracias da fiscalização, visitas internacionais, novos acordos, autorizações etc.* A bovinocultura boliviana já está integrada, mas o trânsito de animais é proibido.

Questionados sobre o *rigor nas fiscalizações* em relação aos produtos bolivianos que entram no Brasil, e se os animais silvestres – a exemplo dos pássaros – que não reconhecem esses limites não apresentariam mais riscos que os produtos *in natura* que transitam pelo limite, os entrevistados do Indea afirmam que os estudos evidenciam que animais silvestres não trazem aftosa, e sim os próprios bovinos. Aves migratórias são monitoradas por sorologia, com segurança do ponto de vista científico. Saíram na frente com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, atualmente, também, a UFMT. É a movimentação de animais em propriedades que oferece risco. No caso dos produtos transitados na fronteira para serem vendidos no Brasil não poderem voltar para a Bolívia, isso ocorre com os pequenos produtores brasileiros (assentados) e se torna quase um drama social: “tiram o leite das crianças”. Por isso, a doação de vacinas.

Segundo os entrevistados do Indea, animais são apreendidos e até sacrificados. Mas essa é a questão que as cidades gêmeas podem harmonizar; a integração, inclusive dos produtos, está acontecendo. Nada melhor que legalizar a integração que já existe, com controles sanitários, com harmonização dos serviços que já existem. Isso facilitaria, daria maior segurança sanitária, traria benefícios para a comunidade local, para Mato Grosso e Brasil. Em tudo

isso, a criação da cidade gêmea pode ajudar, em pequenos produtos, bezerros etc. Poderia evitar contrabando (24 mil kg de produtos apreendidos em cinco anos, 10 t de drogas, entre outros exemplos), roubo de gado etc.

Segundo Mariana Silva, em novembro de 2016, foi assinado o protocolo de intenções em Cáceres e San Matías, por secretarias e segmentos da sociedade, em apoio ao estudo da Unemat voltado à criação da cidade gêmea. Ela declarou que, recentemente, houve um fórum empresarial Brasil-Bolívia em Vila Bela, que contou com a presença do cônsul boliviano e foi firmada carta de intenções, com posicionamento claro a favor. Percebe-se que há integração entre políticas públicas e infraestruturas entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o departamento de Santa Cruz, e alinhamentos nas demandas dos dois municípios fronteiriços.

De acordo com Mariana Silva, o Comitê de Fronteira vem trabalhando com mais ênfase junto aos municípios situados na linha de fronteira, que são os que têm tido participação mais efetiva no âmbito do comitê. Segundo a entrevistada, o comitê tem desenvolvido várias políticas de fronteira; inclusive com o MI, em 2015, houve um acordo para realização de planos de desenvolvimento regional e foi priorizado o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), com promessas de recursos.

Segundo Ariana de Oliveira, os órgãos de segurança e saúde, bem como o próprio Indea, vêm trabalhando de forma muito atuante. Mas esbarram nos limites da paradiplomacia. O estado de Mato Grosso trouxe para o comitê o consulado da Bolívia. Mas está sendo difícil criar o comitê binacional. É preciso a presença federal nas fronteiras para rever questões como das cotas, para regulação de matérias, nas infraestruturas, transporte. Não há como empreender no turismo sem a oferta de transportes.

De Oliveira citou como exemplo o voo direto de Cuiabá para Santa Cruz, que acabou de ser homologado sem ajuda do governo federal.

Seria fundamental que o governo federal intercedesse junto ao presidente Evo Morales no caso da rodovia, sem envolver recursos, só negociação. Na Bolívia, eles têm uma série de parceiros. Há recursos de alemães e da China, interessados em investir nessa estrada. Mas nunca o governo federal se interessou em interceder a favor de Mato Grosso, e, no que tange à pavimentação dessa estrada, não age. Partic https://www.casasbahia.com.br/acessorioseinovacoes/FonesdeOuvido/fone-de-ouvido-philips-shl5005-00-com-microfone-preto-55000402.html?&utm_source=zanox&utm_medium=deeplink&utm_campaign=deeplink&utm_term=2129345&zanpid=2662709748373468160 ularmente, o MRE tem um ministro que até reclama de Mato Grosso estar desconsiderando o governo federal. Os interesses são diferentes; o ministério e o setor produtivo não se entendem. As políticas são criadas de cima para baixo e pouco contribuem para as fronteiras.

Segundo De Oliveira, na área de saúde, não há política atualmente para a faixa de fronteira. A entrevistada concordou que uma cidade gêmea é importante, desde que o governo federal – além de criar – formule e implemente políticas. Espera que, com a criação da cidade gêmea, haja um avanço nas relações com o governo federal no tema. Explicou a razão da elevação do custo do combustível para estrangeiros na Bolívia, que veio como represália, pois os brasileiros contrabandeavam combustível:

O que o governo federal fez em relação a isso? Como fazer turismo assim? Imaginem como se sentem os habitantes de San Matías, a 800 km de Santa Cruz? Abandonados! A região é um "faroeste caboclo", é a mais precária de todas. Por isso, *somos a favor da inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas, e isso também é de interesse do governo do departamento de Santa Cruz.*

FIGURA 17
Entrevista com o governador do estado de Mato Grosso



Fonte: Assessoria do governador (box 3).
Obs.: Entrevista 2 – 2 de outubro de 2017 (segunda-feira) – 15h às 15h30 – Cuiabá – Palácio Paiaguás.

Entrevistado: José Pedro Gonçalves Taques (governador do estado de Mato Grosso).

Participantes: Ariana Guedes de Oliveira (assessora especial para relações internacionais do governo de Mato Grosso) e Antonio Carlos Figueiredo Paz (secretário de estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional do Governo de Mato Grosso).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Apresentados os blocos de interesse pelos entrevistadores, o governador Pedro Taques perguntou: “qual a vantagem de Cáceres se tornar uma cidade gêmea?” Brevemente, os entrevistadores enumeraram alguns elementos positivos no que se refere à gestão compartilhada e cooperada, à facilidade na realização de acordos binacionais, entre outros, que com essa inserção poderiam ser otimizados, com resultados de eficácia na prestação de serviços e no exercício de funções públicas de interesse comum – como saúde, segurança, educação, mobilidade urbana, gestão ambiental, entre outras – e no desenvolvimento da região polarizada por essas duas cidades.

O governador passou, então, a sintetizar algumas potencialidades e alguns dos mais graves problemas que enfrenta o estado. Mato Grosso tem dificuldade devido ao tamanho da fronteira; ao mesmo tempo, destacou um enorme potencial para o turismo, pela presença do Pantanal, dos rios e das missões jesuíticas que integram parte do território de San Matías, os quais podem ser articulados a pacotes internacionais com Cusco.

Pedro Taques declarou que, a partir de Cáceres, existe uma estrada pavimentada já nos tempos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, até a fronteira, mas entre a linha de fronteira até San Ignacio, passando por San Matías, permanece em terra. Depois de San Ignacio, segue pavimentada até Santa Cruz de la Sierra. Essa estrada tem um trecho curto a ser pavimentado; na opinião do governador, são cerca de 360 km. Pedro Taques apontou, também, que, como governador, procurou “virar” o estado para Oeste, porque acredita no Oeste como grande mercado consumidor, dado que o mercado consumidor do estado é muito pequeno para sua produção. Somente em Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento, são 2 milhões de pessoas, dois terços da população de Mato Grosso. E isso resulta em mercado consumidor muito grande.

E, ademais, o governador destacou que, para consolidar essas intenções, o governo de Mato Grosso participou há pouco de uma caravana de cinquenta veículos, com empresários, presidentes de associações e federações até os portos do Chile, fazendo prospecção de negócios com a Bolívia, o Peru e o Chile. No trecho, visitaram as principais cidades desses países. Empresários que resolveram voltar-se ao mercado consumidor que a região possui. Então, segundo Taques, *o principal problema da região é o tráfico de drogas*. O problema, porém, é o avanço da droga na Bolívia em virtude das restrições impostas pela Colômbia. Notadamente, a maior parte da cocaína consumida no Brasil entra pela Bolívia, na fronteira com Mato Grosso; a maconha entra pela fronteira do Paraguai com Mato Grosso do Sul.

Entretanto, *acredita que o problema das drogas se resolve com desenvolvimento, não somente com polícia*. Por esse motivo, o governo estadual retomou a implementação da ZPE, o debate acerca da hidrovia Paraná-Paraguai, para fortalecer a região e para servir como indutor no combate ao crime, em especial ao narcotráfico. O governador citou o encontro realizado no Acre, com a presença de seis governadores brasileiros, do governo federal, de seis governos da Bolívia e do Peru, para tratar da segurança na fronteira e de um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para segurança pública. Segundo ele, deve-se discutir a segurança pública aliada ao desenvolvimento.

Sobre a *produção de exportação* dessa região de Mato Grosso, principalmente o gado, o governador declarou que esta chega ao Chile. Sai dessa região para o porto de Paranaguá (PR), por rodovia. Por navio, passa pelo Estreito de Magalhães, até o Chile, e alcança o Peru. Então, pavimentando os 360 km da rodovia chegariam mais rápido que pelo sul do continente, que é a rota atual.

No caso da *hidrovia*, lembrou os problemas que ocorreram em relação ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima), pois o governo anterior optou que o relatório fosse feito por uma empresa estadual, mas – como se trata de um rio internacional – a legislação dispõe que seja elaborado por um órgão federal. O desrespeito a essa condição ilegalizou o trabalho anterior, e agora o Rima vai ser retomado pelo Ibama.

Há, também, o *transporte da ureia* produzida em Bulo Bulo, Bolívia, para o Brasil. O Mato Grosso é o maior consumidor de ureia no mundo. São 360 km que precisam ser asfaltados. Na opinião do governador, em razão de tudo isso, *para o estado haveria grande vantagem Cáceres se tornar cidade gêmea-irmãs-integradas. Uma vantagem importante*.

Perguntado sobre a *logística de grãos* voltada para o norte, em relação a Bolívia, se há possibilidade de escoamento dos dois lados, norte e oeste, o governador disse que a competição é melhor para o transporte, pois barateia o preço do frete e, também, do seguro. *Os modais de transporte não dão conta da produção atual de Mato Grosso que configura em 27% de toda a proteína animal do Brasil*. O estado produz muito; logo, tem espaço para exportação.

Segundo declarou o governador, em termos de *distribuição da produção*, a partir de Sinop os produtos saem pelo chamado arco Norte, pela hidrovia, via Santarém (PA), mas os portos lá não dão conta de escoar toda safra. Por sua vez, para o Sul, uma parte sai pela Ferrovia da Integração do Centro-Oeste (Fico) e no chapadão dos Parecis pode sair pela hidrovia Paraguai-Paraná. De Cuiabá sai pelo Sul, Ferronorte em Rondonópolis.

Sobre a *relação com o governo federal*, o governador falou que ajuda muito, mas o governo federal não tem plano estratégico de fato. O governo precisa enfrentar melhor os problemas, mas este não tem um projeto estratégico de Estado. *Por sua vez, no que concerne à fronteira, o governador pontua que nunca recebeu algum ministério para discutir as questões fronteiriças. “Para se ter uma ideia, o governo atual de Mato Grosso nunca recebeu uma visita sequer do Ministério da Integração Nacional”*. O governador relata que tem bom relacionamento com o governador do departamento de Santa Cruz e outros ministros e que já está bem encaminhada a pavimentação, muito por conta da planta de ureia que os bolivianos pretendem vender para o Brasil.

Pedro Taques afirmou que, devido à política incorreta do governo federal, Mato Grosso melhora cada vez mais as relações com os departamentos da Bolívia. Acerca dos resultados concretos da caravana de 2016, o governador citou que, por exemplo, o estado já conseguiu algumas ações concretas: o voo Cuiabá-Santa Cruz; o asfaltamento que está prestes a acontecer; e a ureia a ser trazida da Bolívia, pois atualmente vem do Qatar, da Coreia do Sul e da Rússia.

Com o Chile, Pedro Taques apontou as possibilidades da venda do pescado de água doce e da compra do pescado chileno. “O estado está se voltando para o Oeste. Lá, tem gente que quer comer, e aqui temos comida”. A gestão integrada já se dá na Secretaria de Segurança, com o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança, via Gefron. O centro de Cáceres já está integrado com Mato Grosso do Sul e Paraná, além de manter uma boa articulação com a Bolívia. Já foram realizados dois encontros em Mato Grosso e um na Bolívia. As relações com o MRE vêm melhorando, mas o estado continua sem representação de parlamentares da fronteira. *Por tudo isso, o governador vê com bons olhos a criação da cidade gêmea, mas alerta: “desde que saíamos dos sonhos e que concretizemos”*.

FIGURA 18

Entrevista com o deputado estadual Leonardo Albuquerque

Fonte: Assessoria do deputado.

Obs.: Entrevista 3 – 2 de outubro de 2017 (segunda-feira) – 19h30 às 20h30 – Cáceres – barco-hotel Sport Fishing Pantanal.

Entrevistado: Deputado estadual Leonardo Albuquerque.

Participantes: Cynara Piran, Ricardo Vanini e Vilma Pereira Silva (assessores do deputado).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea) e Mariana de Freitas Silva (Assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso).

Mariana Silva agradeceu a disponibilidade do deputado em atender à solicitação da equipe para a entrevista e Bolívar Pêgo fala sobre os trabalhos, apresentando os três blocos temáticos comuns a todas as entrevistas.

Leonardo Albuquerque apresentou-se como médico e psiquiatra, já tendo atuado muito nessas áreas fronteiriças. O deputado afirmou que uma das principais demandas é saúde, e os serviços de Cáceres auxiliam bastante a população de San Matías. “De fato, a população transfronteiriça é atendida aqui”. Citou a importância da extensão para alguns setores, sobretudo segurança e defesa animal e vegetal. Por ter integrado o Exército Brasileiro, além de conhecer os postos do Gefron e do Indea, o deputado conhece bem os postos avançados de fronteira (destacamentos).

Leonardo Albuquerque referiu-se à criação da Câmara Temática Setorial da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), que não ficou observando a fronteira somente como um problema; essa câmara também percebeu que ser fronteiro ou ser cidades gêmeas traz as mesmas problemáticas. Segundo o deputado, os grandes problemas são: *i) tráfico de drogas; ii) contrabando; iii) descaminho; e iv) sanidade animal*. Esta última foi uma grande preocupação e que, atualmente, deixou de ser.

Para Albuquerque, o estado de Mato Grosso já está entrando em uma fase em que está retirando os postos de vacinação e ficando mais na orientação, na vacinação conjunta com organização da Bolívia. Mas o deputado afirmou que “se deve olhar a Bolívia sobre outro viés, como oportunidade, tal como o governador falou, ‘desenvolvimento’. Estamos dividindo a fronteira como oportunidade”. Mas reconheceu que a Câmara Temática Setorial da ALMT deveria ter uma visão além dos problemas (drogas, descaminho, sanidade animal e vacinas), e em direção às oportunidades (indústria mineral, lítio, gás e mão de obra especializada no têxtil – seria importante criar um polo têxtil em Cáceres para evitar a exploração que se faz da mão de obra boliviana em São Paulo), fazendo essa mão dupla de comércio exterior. Em sua opinião, a atuação na fronteira deveria dividir-se em três grandes temas:

- segurança nacional;
- segurança internacional; e
- desenvolvimento socioeconômico (a divisão na Câmara Setorial da ALMT que comandou).

O deputado declarou que participaram da Câmara Setorial da ALMT o órgão de segurança; a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que fez a relatoria; o Exército; a Polícia Militar; os bombeiros; a Universidade Federal de Mato Grosso; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e outras universidades brasileiras e da Bolívia. O grande problema discutido na fronteira, pelo viés que todo mundo olha, mas que em sua opinião não é o correto, é o ilícito das drogas. Segundo o entrevistado, as drogas entram pela fronteira seca, com difícil controle, ou por meio de estradas clandestinas, as “cabriteiras”, que servem para levar o carro roubado. Isso é outra grande questão, pois a droga é transportada por “mulas” que vão transportá-la em mochilas ou ingerida por cápsulas, com facilidade de entrar por essas áreas.

Segundo o deputado, essa situação é o advento da extrema pobreza, que potencializa o aliciamento; dá-se pela falta de condições e desenvolvimento local. Apesar de o Gefron vir atuando muito positivamente. Outro problema é o roubo de veículos, com preferência para caminhonetes, que são roubadas, emplacadas em San Matías e não são recuperadas jamais. Os ladrões levam esses veículos para serem trocados por cocaína:

Não são eles (os bolivianos) que vêm buscar. Os brasileiros é que levam. Eles compram, e não há alguma movimentação deles para devolver; mas quem articula e pratica os roubos são brasileiros. Já o contrabando não é uma grande problemática neste ponto da fronteira. Já foi apontada como um problema.

Quanto à *saúde* não é um problema. Atender seres humanos não deve ser considerado um problema. O acordo da saúde para a fronteira nunca chegou por aqui (Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS Fronteiras do Ministério da Saúde).²⁸ Existem acordos internacionais, mas não há efetivação. Mesmo assim, há interação, bolivianos são atendidos aqui. Em compensação, recentemente um médico tocou um projeto em que trouxe especialistas a San Matías, para a realização de cirurgias por videoconferência. Nesse projeto, foram atendidos com cirurgias muitos brasileiros daqui. É fácil a realização das coisas. Melhor que esperar por leis. E não importa a nacionalidade. A realidade da saúde já foi pior, mas hoje melhorou muito.

De acordo com Albuquerque, não há pressão sobre saúde em Cáceres. Já em relação à saúde em San Matías, não tem investimentos em serviços médicos, pois o departamento de Santa Cruz está na oposição ao governo central. Já aparecem acenos positivos no rompimento da questão política. O presidente Evo Morales está para vir a San Matías nos próximos dias. Atualmente, os bolivianos têm um programa de saúde adequado, o Telessaúde,²⁹ e há perspectivas da criação de uma faculdade de medicina no município de San Matías e uma escola de saúde aqui em Cáceres, com intercâmbio de doutorado, e outras áreas acadêmicas.

Apenas como exemplo, Leonardo Albuquerque recordou que a medicina da Bolívia é mais antiga que a brasileira. No questionamento acerca do investimento em saúde em San Matías, destacou a demanda. Quanto à não existência de *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso na região, o deputado ressaltou que é importante que a UFMT, a Unemat (sede) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) não concorram entre si, mas que universalizem o que têm. Há um entendimento correto de fortalecer os polos das instituições. O deputado lembrou que Cáceres é referência em saúde para 22 municípios da região.

Relatou que, no que tange à formação na área de saúde, os bolivianos são especializados como cirurgiões, e os brasileiros são especializados como clínicos. No programa Mais Médicos, vieram estudantes brasileiros das universidades bolivianas, sem inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), e fizeram a “província” no Brasil – algo como a “residência” dos cursos de medicina. Segundo o deputado:

Apesar de ser uma cidade pequena, pode ser um centro de referência nas cirurgias por vídeos. Eles operavam aqui por videocirurgia, com orientação de médicos de lá. Aqui, pode haver o intercâmbio. Eles têm bons equipamentos de alta complexidade.

Porém, a política pública nacional pressiona para que o serviço especializado vá para os grandes centros. A maioria dos recursos voltados à alta complexidade é drenada para a capital, e grande parte da população é operada lá mesmo (na Bolívia). Quando precisam de tomógrafo, vêm para cá. Outro exemplo: o soro antiofídico da Bolívia é melhor que o daqui.

28. Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), instituído pela Portaria no 1.120/2005 do Ministério da Saúde (MS).

29. Programa do governo da Bolívia que busca solucionar as dificuldades de atendimento à população que vive em povoados situados sobre a Cordilheira dos Andes, em áreas de geografia acidentada, que tornam difícil o acesso dos cidadãos aos centros de saúde, capacitados tecnologicamente para realizar diagnósticos e tratamentos complexos. O programa Telessaúde faz uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC), viabilizando atendimentos complexos à distância. Para mais informações, ver a reportagem do site Brecha Zero (Bolívia..., 2016).

Sobre o *orçamento*, o deputado foi questionado se existem grupos, bancadas, ou uma frente parlamentar que possam defender os interesses da fronteira. O deputado disse que não há interesse algum em discussões sobre fronteiras, na criação de uma frente parlamentar. As regiões fronteiriças encontram-se em segundo plano, como zona de vulnerabilidade, de problemas sociais; mesmo sendo um ambiente agradável, e os problemas serem uma minoria diante de tanto potencial. "Mas, 'fronteira não dá voto!' Enquanto isso, a tendência da droga é vir para a Bolívia e Paraguai com a pressão sobre o narcotráfico na Colômbia". O deputado tem tentado articular parlamentares em torno da discussão sobre a *hidrovia*, que gostaria que passasse a ser denominada de Hidrovia do Mercado Comum do Sul (Mercosul), mas não houve retorno dos deputados de Mato Grosso do Sul. Também tentaram criar o "parlamento do pantanal", dadas as águas internacionais e a própria fronteira, com um parlamentar do MS.

Em relação ao *fluxo entre os municípios*, Leonardo Albuquerque declarou que há grande trânsito de pessoas que vêm de San Matías em busca do comércio em Cáceres e de cacerenses, há algum tempo, pois compravam pneus, eletroeletrônicos etc. lá. Atualmente, esse consumo está paralisado, por causa do câmbio (R\$/US\$), que não compensa para os brasileiros.

O que se nota é que San Matías está se preparando para receber brasileiros: asfaltaram as ruas, estão organizando o comércio, preparam-se para um turismo articulado tendo como destino o Peru, integrando com as missões jesuíticas. São muitas as potencialidades a serem exploradas. Também a Festa de Santana, o movimento Curucé – estão tentando catalogar o movimento –, que é uma mistura chiquitana de religiosidade e música, e só existe em Porto Esperidião. *O que se pode afirmar é que Cáceres e San Matías são cidades coirmãs, sim!*

Leonardo Albuquerque destacou que a *rodovia* que vai para San Matías, sai da interligação entre o norte de Mato Grosso e Rondônia (BRs 070 e 174). De San Matías a San Ignacio, a *carretera* está sem asfalto. É uma estrada muito importante, pois a ureia virá para o estado de Mato Grosso. Segundo o deputado, pode-se considerar que transportar soja passando pelos Andes não é economicamente viável. Em vista disso, há de se pensar na hidrovia, na ferrovia; o importante é chegar a Santa Cruz. É um projeto do presidente Evo Morales.

Segundo Albuquerque, no caso do *escoamento da soja*, o melhor meio, atualmente, é a hidrovia, para o Uruguai (Nova Palmeira), com 6.700 km navegáveis. O deputado afirmou que isso retiraria cem carretas da estrada por dia no período de safra. A Bolívia é grande esmagadora de soja a partir de Corumbá, e a *carretera* asfaltada abrirá possibilidades para os Andes. É muito mais viável que mandar a soja para os portos de Santos e Paranaguá. Segundo ele:

O que falta para que essas coisas saiam do papel? Falta vontade política. Além dos entraves na melhoria dos sistemas de deslocamento, faltam melhores acordos internacionais, uma melhor visão estratégica do governo de Mato Grosso; existe um parlamento falho. É necessário criar no estado gabinetes estratégicos, assessoria internacional. Somos muito passivos nas negociações internacionais.

Tempos atrás, havia uma desconfiança, um preconceito, e agora está tendo pela primeira vez um governo que está fazendo relações internacionais. Pela primeira vez, está fazendo um movimento nesse sentido junto com o Legislativo. *O reconhecimento das cidades gêmeas seria um passo importante para isso.* Nos projetos de desenvolvimento para a Bolívia, o que fica para San Matías? Falta planejamento conjunto, um plano como o que Cáceres vai fazer.

De acordo com o deputado, para Cáceres receber a ZPE, tem de se planejar, senão a cidade ficará um caos e empobrecerá. É preciso pensar o entorno, os demais municípios da região, as regiões mais deprimidas para que não joguem seus problemas para cá. O trabalho conjunto é importante e precisa ser feito. Segundo o deputado:

Precisamos interligar e deixar um legado para San Matías. Não há tráfico de armas nesta fronteira, só de drogas. E grandes traficantes financiam festas, reformas em escolas. É preciso reconhecer que o boliviano é um lutador, até mais que o brasileiro, mas há um preconceito recíproco entre esses dois povos.

Por tudo isso, *o deputado é favorável à implementação da cidade gêmea:*

Para reconhecer as mazelas reais e ter compromissos para enfrentamento. Ao se tornar uma cidade gêmea, se passa a ter compromissos e investimentos, de verdade e com responsabilidade, nos âmbitos locais, no regional e no internacional. E poderá ser resgatada a importância do passado do município, sua importância histórica.

Leonardo Albuquerque finalizou suas considerações contando que sua eleição deve ser considerada uma conquista, um sinal de mudança. E que seu trabalho apenas terá sentido se efetivar políticas públicas necessárias à região; caso contrário, sua atuação encerra-se no final do mandato.

Mariana Silva lembrou-se, ainda, da demanda de obrigatoriedade da língua espanhola no currículo das escolas da fronteira brasileira e do português no país vizinho. Relatou, também, sobre o programa de prestação de serviços dos médicos formandos em medicina na área rural da Bolívia, como complemento da formação.

FIGURA 19
Mesa com secretários entrevistados na Prefeitura de Cáceres



Fonte: Mariana Silva.

Obs.: Entrevista 4 – 3 de outubro de 2017 (terça-feira) – 9h às 12h – Prefeitura de Cáceres.

Entrevistados: Nelci Eliete Longhi (secretária de Planejamento); Wilson Kishi (secretário de Governo); Cristiane Barbosa (secretária de Educação); Evanilda do Nascimento (secretária da Saúde); Arly Monteiro Rodrigues (secretário de Finanças); José Olivã de Santana (coordenador de planejamento, habitação, patrimônio e topografia da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos); Higor Oliveira (Coordenador de apoio administrativo da Secretaria Municipal de Ação Social); e Suzany Araújo (servidora da Secretaria de Planejamento).

Participantes: Mariana de Freitas Silva (assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso); e Cynara Piran e Ricardo Vanini (assessores do deputado Leonardo Albuquerque).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Após a apresentação dos participantes, Bolívar Pêgo agradeceu o acolhimento e a disponibilidade para a reunião, apresentou o projeto de avaliação da possibilidade de inserção de Cáceres-San Matías entre as *ciudades gêmeas* e destacou os três pontos que nortearão a reunião, como síntese do roteiro de questões, enviado preliminarmente: contextualização dos problemas desta porção da fronteira; alternativas para soluções; e entendimento dos participantes quanto a benefícios da inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas.

Nelci Longhi afirmou que, *para o Prefeito de Cáceres, se deve ter visão de longo prazo e conceber as cidades gêmeas como questão de desenvolvimento*. Relatou encontros anteriores que trataram do tema da integração de ações entre as duas cidades, como um encontro no MRE, em 2013, em que houve uma discussão setorial; uma reunião em San Matías, em 2016; e o Encontro na Câmara Municipal, promovido pela Unemat. A entrevistada salientou que todos os encontros foram realizados com parceria entre os dois municípios e com participação de representantes do governo departamental de Santa Cruz e dos municípios.

Segundo Nelci Longhi, o primeiro encontro entre o Brasil e Bolívia foi com o MRE, e diagnosticaram-se situações que precisam ser sanadas. O primeiro foi o fluxo de demanda à saúde pública em Cáceres, pois San Matías, pequena, tem muitas carências, e é intenso o fluxo de ambulâncias em busca por pronto atendimento no posto municipal etc. Desde 2013, a entrevistada vem percebendo isso. Citou que o município não nega atendimento. Do lado de San Matías, há o hospital regional desde 2013. Na área de educação, há escolas brasileiras localizadas na fronteira, com grande número de alunos bolivianos. Nas escolas do município, também se recebem muitos alunos bolivianos.

A secretária leu a Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a) sobre cidades gêmeas, com o objetivo de entender como se estabelecem. Questionou a expressão e disse que “o que melhor sintetiza o perfil de relações atuais é ‘cidades irmãs’, pois são cidades que convivem em espaços semelhantes, têm ideais e problemas semelhantes”. Apesar da distância entre os núcleos urbanos, os municípios falam-se. Por exemplo, na *educação* os fazendeiros ajudam as escolas em San Matías e Cáceres, e os alunos estão presentes; e há bolivianos que vêm às escolas daqui mais para se alimentar, porque a merenda os atrai.

Pela portaria, a entrevistada afirmou que se identificam motivos para inserção, sim, mas realmente como *cidades gêmeas, gêmeas diferentes, como gêmeas bivitelinas*:

em *saúde*, há complementaridade, eles (bolivianos) têm uma grande vivência em Cáceres, e, no contrário, tem um grande número pessoas brasileiras que vão buscar medicina alternativa lá, para estética, não só em San Matías, mas [também] em todo o país. Os alunos que vêm às *escolas de fronteira brasileira*, muitos se negam até a mostrar registro de nascimento, com medo de não poderem estudar em nossas escolas. Tem essa situação também. E está cheio de brasileiros estudando na Bolívia, não em San Matías. São os estudantes de medicina.

Na questão de *cidades gêmeas*, deve-se lembrar que Cáceres é o terceiro município em extensão territorial no estado; então, deve-se pensar nessa extensão. Cáceres tem escolas que se encontram a 170 km de distância da cidade, enquanto San Matías está a aproximadamente 100 km. Em relação à *proximidade* dos dois núcleos urbanos, é um dado insignificante, pois a forma como está disposto o município é que mostra que estão altamente integrados. Para se ter uma ideia dessa dimensão, o *transporte escolar* de Cáceres roda atualmente 10.500 km por dia. Existem 75 ônibus em média para transporte escolar, transportando em torno de 4.500 estudantes por dia, inclusive com muitas crianças da cidade vizinha. Isso demonstra a dimensão territorial do município. Cáceres é maior que muitos estados brasileiros. O fluxo diário para San Matías é intenso – com ônibus, táxis e mototáxis.

Cristiane Barbosa complementou que, para chegar a uma escola rural em Roça Velha, a viagem fica mais rápida passando pela Bolívia, pois se economizam entre 35 km a 40 km por viagem.

Cynara Piran apontou Capinópolis, que também fica a 20 km de Corixa. Segundo ela, é mais que possível pensar a integração. E a particularidade de cada cidade gêmea tem que ser estudada *in loco*, pois cada caso é um caso; portanto, o trabalho que está sendo desenvolvido é extremamente importante.

Evanilda do Nascimento, sobre a *saúde*, salientou a universalidade do SUS e a política de atendimento urgência/emergência, que, como fronteira, atendem pacientes que chegam em veículos oficiais do governo boliviano para serem atendidos nos hospitais de Cáceres. De acordo com ela, outro problema é o registro irregular no SUS, o “cartão do SUS”, com o endereço de amigos:

Na maioria das vezes, o cidadão boliviano não tem o *permiso*, mas tem o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Brasil, e, com o cartão do SUS, ele tem atendimento garantido. Há bolivianos que vêm para fazer o cartão do SUS, mesmo sem o *permiso*, mas com CPF brasileiro. Não sabem como conseguem, mas o correio libera. A pessoa não mora aqui, mas há uma aba no sistema que permite. É muito frequente, com impactos para o consulado boliviano. Esses casos devem chegar a uns 10% a 15% do atendimento.

A entrevistada afirmou que é muito frequente essa situação, o que vem criando um impasse muito grande com o cônsul boliviano. Evanilda do Nascimento declarou que:

Em se tratando do impacto, não é tão elevado, fica em torno de 15%; e a população cacerense percebe isso e cobra da gestão pública municipal. Cesarianas com problemas vêm para cá. Isso acontece por Cáceres ser a referência.

José de Santana acha alto 15%, diz que podem ser 5%, e mesmo assim é alto e irregular. Segundo ele, oficializar isso, regularizar, vai levar a que esse número duplique. Deve-se estudar muito bem essa contribuição.

Higor Oliveira lembrou que o SUS atende mais os bolivianos que moram no Brasil e têm o cartão do cadastro único.

Segundo Evanilda do Nascimento, a Secretária de Saúde de Cáceres está trabalhando para que esses casos diminuam. Em se tratando de relação compartilhada – com San Matías – dos gastos nos atendimentos de saúde aos *matieños*, a entrevistada acha que é possível e importante que San Matías contribuisse com recursos para essa atenção, principalmente em consultas e tratamentos mais especializadas. Para ela, o município deve compartilhar o gasto desses pacientes, que incluem atendimentos, medicamentos e produtos para curativos.

Para Evanilda, atualmente, não há como filtrar os pacientes que vêm, pois: “A partir do momento que ele (boliviano) apresenta o documento brasileiro, já não tem como controlar. Nesse caso, é mais fácil sensibilizar essa população do que ficar nesse impasse”.

A entrevistada disse que não sabe se acontece o mesmo na educação.

Nós trabalhamos com população *per capita*. Por Cáceres ser polo educacional, já tem uma população flutuante grande, que são os estudantes de outros municípios; e também bolivianos que vêm para cá somente por um período, mas que são atendidos e sobrecarregam o sistema. Pensando em contrapartida na área de saúde, a Bolívia já dá como contrapartida a contribuição acadêmica, da formação de brasileiros. Mas pesa a logística. A população lá é muito mais carente que aqui.

Evanilda do Nascimento ponderou que a definição de uma cidade gêmea tem de ser estudada caso a caso, pois é preciso qualificar mais o conceito.

Cristiane Barbosa afirmou que em Cáceres a língua estrangeira é o inglês, mas que a Secretária de Educação tem discutido para inserir o espanhol, haja vista que há alunos bolivianos nas escolas do município e que é preciso melhorar a comunicação, uma vez que o espanhol está sendo falado nos limites do município. Segundo ela, a cooperação precisa ir além da questão econômica e financeira.

Segundo a secretária Nelci Longhi, na relação de *comércio*, os bolivianos compram em Cáceres gêneros alimentícios, pois encontram em maior quantidade, enquanto os brasileiros vão comprar os produtos importados na Bolívia, porque eles têm a área de importação.

Encontra-se desde um tipo A de uísque importado até uma bicicleta, meia, sapato, roupa; é feita essa troca. Por conta disso, tem a área alfandegária para saber o que se pode trazer, e os carros são vistoriados, e o que nos divide é uma cancela.

Mas não se controlam os roubos e os furtos de veículos leves e pesados e aeronaves. É necessária cooperação em segurança. *O tráfico de drogas é o problema número 1.* São 700 km de fronteira seca para traficar por mulas, por cabriteiras etc. Segundo os entrevistados, o tráfico influencia na violência urbana e na disciplina nas escolas, e o desemprego é condicionante para o aliciamento, que é o grande problema.

Segundo Cristiane Barbosa, tem aumentado o número de drogados, vulneráveis. E José de Santana concordou que tem aumentado muito.

Como um exemplo da problemática das drogas na área urbana de Cáceres, Nelci Longhi relatou uma situação vivenciada pela Secretaria de Educação, em que professores queriam debandar das escolas pela influência da droga ali dentro:

alunos presenteavam "cabecinhas" (porção de cocaína) para os professores. E há, também, roubos de aeronaves, tratores e motos (lá, não [se] precisa [de] documentação; circulam veículos com placas brasileiras ou sem placas). Bolivianos, também, roubam aqui; porém, a maioria dos crimes é praticada por brasileiros. Mas os bolivianos recebem lá.

José de Santana destacou que, para sanar essa questão da recepção por bolivianos de bens roubados no Brasil, é preciso um trabalho de conscientização para exigir documentação, não permitir a recepção etc. Mas o problema não é local, é nacional.

Nelci Longhi reforçou que isso deveria ser feito pelo departamento boliviano, com investimentos do governo da Bolívia. Ela declarou que não é um agir local. É federal. Segundo a entrevistada, os veículos furtados são localizados e não têm como voltar. "Só roubando de novo do lado de lá". Um acordo entre as cidades não resolve. Apenas um tratado internacional entre os países com incidência em toda a linha de fronteira. Para os entrevistados, se se conseguisse que o estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz criassem normas que regulamentassem que, após a identificação dos veículos roubados, fosse possibilitada a permissão de retorno, com o apoio da polícia de San Matías, isso poderia ser uma solução.

Segundo Cynara Piran, há um agente da Bolívia trabalhando em conjunto com a Receita Federal do Brasil, com vistas ao controle de entrada. De acordo com ela, a aduana na Bolívia não fiscaliza, apenas concede vistos. O Centro Integrado na Bolívia está articulado com o Gefron. Mas o *que movimenta a economia de San Matías é o narcotráfico; por isso, não há interesse de controlar. Há convivência até por parte da polícia.*

Mariana Silva ressaltou que o fórum Brasil-Bolívia encaminhou a criação de um comitê bilateral/binacional. Estão discutindo uma estrutura para que se avance. Ela declarou que, atualmente, existem quatro consórcios. O lançamento do comitê vai ser em San Ignacio, com a presença do embaixador da Bolívia no Brasil, e seria o momento para ser feita uma articulação para que se possa avançar nessa criação. Mariana Silva sugeriu que essa proposta venha fazer parte entre os temas em discussão (da criação de um tratado/acordo internacional) na próxima reunião dos comitês, que ocorrerá em San Ignacio, em novembro do corrente

ano. Estarão presentes todos os comitês dos municípios fronteiriços. A entrevistada observou, também, que, as demandas da Bolívia são as mesmas de Mato Grosso do Sul: segurança; comércio; migração; e meio ambiente. Apenas se precisa de um alinhamento para priorizar as ações. Todas as reuniões do comitê são na fronteira, pois a realidade das cidades está nesta.

José de Santana sugeriu que os atores envolvidos estejam presentes.

Segundo o secretário Wilson Kishi, a vontade de integrar existe há mais de trinta anos. Como vereador em exercícios anteriores, asseverou que as câmaras de Cáceres e San Matías já se reuniram, com vereadores de San Ignacio e outras cidades vizinhas; a vontade sempre existiu. E os bolivianos, também, deram o nome de um trecho da estrada de Irmãos Lacerda, fazendo referência a uma família de políticos de Mato Grosso, reconhecendo o trabalho deles. O entrevistado afirmou que tudo isso vem se consolidando, mas a passos lentos. Várias outras tentativas de grupos setoriais já encaminharam propostas, e, no documento para a criação de um comitê bilateral/binacional Brasil-Bolívia, há uma ideia do que é preciso fazer, mas esbarra nas questões burocráticas.

De acordo com Nelci Longhi, outro grande problema são os empregos informais em grande número, tanto na área urbana quanto na rural, pois as cercas não separam e precisam de atendimento médico. As crianças ficam na informalidade; as famílias não são computadas nos censos demográficos. Geralmente, o informal é sempre omitido. Isso também é um problema. Em Cáceres, precisa-se de 420 habitantes para mudar (aumentar) a alíquota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para os entrevistados, essas pessoas estão aqui. Mas, dadas as circunstâncias, elas não aparecem nos censos.

Segundo a entrevistada, em relação à *atividade econômica* de Cáceres, a agropecuária é a principal atividade do município, que tem a maior produção de bovinos de corte do estado (1,2 milhão de cabeças). Os *transportes*, também, são um problema, pois o transporte coletivo (ônibus e micro-ônibus, vans, mototáxis e táxis) somente pode se dirigir até a Corixa (limite internacional e linha de fronteira); e o asfalto de qualidade. De San Matías, vem ônibus até a cancela, por meio de estrada sem asfalto.

Para Wilson Kishi, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem linhas aprovadas para Santa Cruz. Segundo o entrevistado, há interesse de empresas, mas há problemas de abastecimento de combustível, preços diferentes a brasileiros e postos de combustíveis que nem abastecem:

Táxis que entram em San Matías ou trazem o passageiro que levaram ou voltam vazios, pois não pode trazer um passageiro diferente. E no sentido inverso também. Tem o problema do preço; lá, o combustível é bem mais barato. Como exemplo, na realização de viagens de turismo para a Feira Internacional de Santa Cruz (Expocruz) houve problemas, pois alguns ônibus não puderam seguir viagem.

Segundo Nelci Longhi, deve-se mostrar ao cônsul (autoridades bolivianas) que solucionar os problemas de abastecimento facilitaria e aumentaria a ida de brasileiros a San Matías para o comércio e aumentaria a arrecadação. Como opinião pessoal, a entrevistada disse que tem a percepção de que Cáceres oferece melhor a recepção aos bolivianos que eles aos brasileiros em San Matías.

Wilson Kishi destacou que, entretanto, as autoridades são muito bem recebidas pelos bolivianos. Brasileiros são tratados como reis.

Porém, José de Santana declarou que “nem nos sentimos confortáveis, nem seguros”.

Nelci Longhi frisou que há, também, a questão ambiental: “Pois lá se pode cortar anigo, aqui não. A telefonia é internacional. Há pedidos para que Cáceres implante história da Bolívia nas escolas da fronteira, para não se perder o vínculo, o patriotismo”.

Wilson Kishi destacou que o cônsul implantou cursos de espanhol (grupos de cursos de espanhol), não somente em Cáceres, mas também em outros municípios de fronteira.

Nelci Longhi chamou atenção para uma boa notícia, a de que o plano diretor (PD) de Cáceres está sendo revisado e de que a Unemat está fazendo esse trabalho por convênio, o qual inclui plano de mobilidade, que tratará da questão do transporte de fronteiras, entre outros planos setoriais e áreas de proteção ambiental e zoneamento. Já sobre a integração do PD, a entrevistada disse que o processo revisor não prevê isso, mas que pode aparecer nas audiências públicas.

Segundo Bolívar Pêgo, há carteira de identidade fronteiriça, e tanto Nelci como outros respondem: “isso existe?”. Para eles, o governo local precisaria provocar o estado.

Expectativas quanto à inserção de Cáceres como cidade gêmea

Wilson Kishi afirmou que as reuniões mostram o interesse do governo do estado – que agora está focado na integração –, mas é preciso aproximar o governo federal e o MRE, pois até agora muito se discute, mas não se avança. Tem de ter instituições do governo federal.

José de Santana sugeriu trazer o deputado estadual e fazer maiores parcerias com o legislativo.

De acordo com Nelci Longhi, a cidade gêmea, pelo convívio de situações semelhantes, a ligação pelo rio, criou a condição de existência, que liga fortemente as pessoas e os países. Segundo a entrevistada, há situações que tornam as cidades integradas precariamente, apresentam integração econômica – mesmo que precária –, como na economia – brasileiros moram, são proprietários e criam gado lá –, na cultura, inclusive com infraestruturas precárias. Em Cáceres, no camelódromo, os comerciantes são majoritariamente bolivianos. No comércio formal ou informal que existe, e que estabelece isso também. O idioma é uma mescla, o *portunhol*. A entrevistada declarou:

Em relação à ZPE, o que significa para o município e para essa integração? A ZPE é uma moeda de dois lados: primeiro, não se sabe qual o *boom* que vem, se é pequeno médio ou grande. O empresariado é atraído pela possibilidade de isenções, mas os bolivianos estão com os olhos aqui, esperando uma grande movimentação de negócios. Mas quando? Não se sabe precisar se em um ano, dois anos, dez anos. Só se sabe que está em construção. Mas acredita-se que vai facilitar o intercâmbio das pessoas daqui para lá. E as notícias voam longe, principalmente entre países vizinhos. Já vieram os peruanos conhecer a ZPE para saber sobre confecções da área têxtil. Isso vai trazer mais trabalhadores; a ZPE vai aumentar demandas e conflitos urbanos, [bem como] a pressão sobre os serviços públicos. O Mercosul manifesta grande aceitação pela ZPE.

Sobre os acordos do Mercosul e os internacionais que podem resultar em convênios, os convidados relataram que desconhecem parte destes. Mas que a Prefeitura de Cáceres tem um setor específico de projetos e convênios, que é mais voltado para a construção e a infraestrutura. Afirmaram os entrevistados a respeito da existência de um acordo para que

alguém da área de fronteira, de Brasília, passasse pela região para tratar da escola intercultural bilíngue, mas não se voltou mais ao tema. Segundo um deles: “a pessoa veio com alguém da área de segurança, junto com alguém do Ministério da Educação (MEC). Pensamos que ia sair o projeto”. A respeito de reuniões e encontros anteriores, tem sido demonstrado, por parte dos bolivianos fronteiriços, que eles querem essa aproximação.

Segundo outro entrevistado:

Na educação, temos alunos nascidos na Bolívia e os que nascem aqui, para ter a cidadania brasileira. Os bolivianos pedem que pessoas (áreas técnicas) daqui vão lá para capacitar bolivianos, para várias áreas, como a cultural, a histórica e a de turismo dos dois municípios, para que eles possam vivenciar isso. Em intercâmbios de atividades escolares, vemos euforia das crianças daqui para irem até a Bolívia. Entretanto, os ônibus escolares precisam de autorização, publicidade etc., para entrarem lá. Os veículos oficiais (transporte escolar) passam por muitas formalidades. Apenas para os da prefeitura, é mais tranquilo. Qualificar as pessoas facilita o intercâmbio, a integração.

Por sua vez, para os entrevistados, no que tange à *formalização de Cáceres como cidade gêmea*, deve-se fazer um inventário, e realmente a formação socioespacial mostrará o que se precisa e o que se pode integrar. *Facilitará muito mais e fortalecerá os acordos que podem melhorar a qualidade de vida do matieño.*

José de Santana declarou que *a expectativa é positiva e se espera que se concretize*, pois isso pode mudar a sensação de segurança, de bem-estar do cacerense em San Matías. O entrevistado entende que é um processo de longo prazo, também.

Nelci Longhi afirmou que é vontade, também, do chefe do Executivo. “Falo de um sonho que sonhado sozinho não se torna realidade. Por enquanto, estamos sonhando sozinhos. Em 2015, o prefeito já vislumbrava cidade gêmea aqui”. Ressaltou, igualmente, que já houve encontro de vereadores de San Matías em Cáceres para discutir as questões normativas de cada um. *Sobre a atuação do MI no município, a entrevistada relatou que há ausência muito grande do ministério na região:*

É essencial que esteja aqui, para tratar de políticas macro. Está muito além do local o que provocaria o desenvolvimento. Mas nos sentimos uma formiguinha. Vamos de passinho em passinho. Queremos, é necessário, mas temos que sonhar juntos.

José de Santana ressaltou que, assim como o governador, o prefeito também se importa com o desenvolvimento da região.

FIGURA 20
Entrevista na Receita Federal do Brasil em Cáceres



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 3 out. 2017.
Obs.: Entrevista 5 – 3 de outubro de 2017 (terça-feira) – 14h às 16h – Cáceres – Receita Federal do Brasil.

Entrevistados: Sílvia Maria Pádova (inspetora da RFB), José Benedito de Souza, Adriana Pertele e Rogério Rigotti (integrantes da equipe da inspetoria).
Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea); e Mariana de Freitas Silva (Assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso).

A auditora questionou se efetivamente a inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas traria alguma ajuda à Receita Federal do Brasil; preferiu não opinar se é favorável ou não, pois não tem ideia dos impactos para o trabalho da RFB. Mas afirmou que os funcionários da RFB acatariam, pois se consideram “cumpridores da lei, e, se tornar lei, acataremos!”. Em relação ao problema apontado em outras entrevistas, a entrevistada disse que o CPF dos bolivianos para a RFB não é um problema, mas ponderou que, para outras áreas da sociedade, esses CPFs têm impactos. A equipe explicou que qualquer estrangeiro pode ter CPF, desde que faça negócios ou compras no Brasil, qualquer transação negocial.

Os servidores descreveram o exemplo de um professor visitante que tira um CPF para receber honorários. Mas o uso maior do CPF, que os técnicos atribuem ao grande número de pedidos, pode ser para buscar benefícios sociais no país. Os servidores apontam que não há grande fluxo de Cáceres a San Matías, mas existe ao contrário, pois os moradores desse município dependem do comércio de Cáceres. Existem trocas comerciais, mas variam conforme a cotação do câmbio (R\$/US\$), que direciona o comércio. Segundo os técnicos, faz dois anos que a moeda em San Matías está mais forte. Os fluxos do município buscam coisas que não se encontram lá, e isso talvez venha beneficiando Cáceres, mesmo San Matías tendo população pequena.

O *grande problema* que os técnicos apontam é referente ao *roubo de veículos* diuturnamente na região, e até fora do estado, para trocar por drogas. E não percebem no município algum movimento de combate. Os técnicos afirmaram que, no âmbito da aduana dos dois países, as relações são ótimas com a área de controle integrado, que opera na fronteira, em que trabalham os bolivianos; inclusive participam de reuniões com a aduana boliviana, que é uma aduana integrada. Também são ótimas as relações com a PF, o Exército e o Gefron.

Os técnicos declararam ainda que a RFB não tem relacionamento com a polícia da Bolívia. Mas a PF usou a estrutura da Receita; estiveram reunidos com a PF, que os chamou para tratar das migrações. Sobre *roubo e furto de veículos*, a Receita não sabe dizer se há interesse do lado da Bolívia em resolver; o problema está do lado de lá, pois se ouve dizer que parte da polícia está envolvida com ilícitos. Os técnicos da RFB não costumam ir a Bolívia. Uma das técnicas relatou que esteve apenas uma vez em San Matías, no período de dez anos em que vive em Cáceres. Outra questão importante que um dos técnicos ressaltou é que há um movimento interessante pela integração regional que está à frente da esfera federal; as ações são pouco coordenadas para envolver o governo federal.

Os técnicos da RFB acreditam que a vontade que está por trás da criação de uma cidade gêmea é a possibilidade dos *free shop*, mas ressaltam que, os que defendem por esse motivo, não sabem disso, não leram a legislação dos *free shop*,³⁰ pois esse não é um entreposto, nem uma ZPE, em que as pessoas poderiam comprar produtos importados em Cáceres. Na verdade, atenderia somente a viajantes. É como se estivesse em um aeroporto. Estes não existem em território brasileiro. A ZPE está caminhando há trinta anos. O governo de Mato Grosso é o maior acionista.

Em relação ao *alfandegamento na fronteira*, os técnicos declararam que a alfândega fronteira de Mato Grosso é peculiar, pois o analista fiscal tem de ser levado todos os dias ao ponto da fronteira. Sobre a *hidrovia*, afirmaram que há problemas no rio Paraguai, próximo ao porto de Cáceres, como a sinuosidade e os bancos de areia, mas após Morrinhos dará certo. Existem os portos fluviais, mas esses foram desalfandegados.

Sobre os produtos de *importação* que passam pela fronteira, os técnicos da RFB disseram que os principais são a aroeira (90% dos produtos importados) e o gás (99% do valor das importações). No tocante ao movimento de produtos em pequenos volumes, predominam as roupas. A RFB entra para fazer o alfandegamento e o controle. O *aeroporto* não gerará receitas, pois não é internacional. A RFB participa das operações, que são esporádicas, com apoio do Exército Brasileiro. As pessoas trazem da Bolívia vestuário e eletrônicos.

Ademais, os técnicos da RFB ainda afirmaram que, por sua vez, a *exportação* é de maquinaria agrícola usada, produtos industrializados do Sul e do Sudeste, móveis etc.; bens que não se encontram nem em San Matías nem em San Ignacio. A conclusão do asfaltamento em Puerto Suárez reduziu os movimentos de mercadorias e o número de apreensões nessa fronteira. Bovinos passam pela alfândega apenas esporadicamente. Os servidores ainda falaram da “importação” de bezerros, “mas são ruídos de comunicação. *Não se importa gado*. Os ruídos não são reais”. Relataram que são necessárias parcerias para infraestruturas e operacionalização nos municípios; entretanto, tem sido veiculado que a prefeitura tem atrasado a folha de pagamentos, mas a prefeitura é uma importante parceira. A droga impacta os ilícitos na fronteira, ao levar veículos e bens como forma de pagamento, mas há também exportações clandestinas e evasão de dinheiro.

30. A Portaria nº 307/2014 regulamenta a Lei nº 12.723/2012, que autoriza a instalação de *free shops* em municípios da faixa de fronteira caracterizados como cidades gêmeas. Em novembro de 2017, a Receita Federal do Brasil (RFB) permitiu a elaboração do programa de informática para controlar o funcionamento do sistema de lojas francas nas fronteiras.

Atualmente, a RFB enfrenta o problema de deficiência de pessoal; a inspetoria é pequena, e necessita de pessoal e infraestrutura para poder fazer apreensões, pois não tem onde armazenar os produtos apreendidos. Há ainda o problema de que o posto alfandegário fica a 90 km do centro de Cáceres. Tem-se de levar e trazer o pessoal diariamente ao posto. Há a prospecção de abrir mais recintos alfandegados; também há perspectiva de criar-se o posto de fronteira do Porto de Morrinhos, a 50 km do rio Paraguai, que é muito sinuoso e precisa de investimentos. Precisam de pessoal e melhoria na infraestrutura do posto de Corixa, mas a Receita está sem orçamento e sem previsão de investimentos. As atividades em Cáceres estão em expansão; mesmo assim, não conseguem manter o pessoal para a inspetoria e o recinto alfandegário.

Se essas infraestruturas (portos, aeroportos e ZPE) se consolidarem, as deficiências atuais vão aumentar. Na questão de recursos humanos, a delegacia de Cuiabá está em dificuldades, também. A prefeitura doou terreno para a construção de prédio para a RFB, mas faltam recursos para a construção. Em Cáceres, não tem gestão patrimonial; o estado, também, não tem recursos. Com mais servidores, teriam condições de fazer um trabalho mais efetivo.

No que tange às *operações*, os técnicos declararam que estas são esporádicas e são com o Exército, cuja relação é cotidiana. Nas operações Fronteira Blindada, somente abarcaram o recorte da fronteira a partir de Corumbá (MS). As características dos países vizinhos são diferentes. Por sua vez, na questão das drogas, não há impactos para a RFB, e essas drogas se movimentam pelas muitas "cabriteiras". Para ter fiscalização efetiva, isso apenas se resolveria com controle aéreo. Aumentar os postos fixos não é inteligente; um posto fixo apenas serve para ser desviado pelos infratores. Portanto, é preciso agir com inteligência, câmeras, *imagens de satélites*, reconhecimento aéreo. *É preciso articular os órgãos, realizar operações com maior mobilidade.*

Os técnicos da RFB destacaram, também, que o papel da Receita é atender ao importador e exportador. Esse posto central é para negócios de estrangeiros, tributos internos e aduana. Isto é, o ponto alfandegado serve para fazer fluir o comércio legal. Fazer repreensão é atividade além das atribuições da RFB. Corixa é o local para controle de entradas e saídas do país; se caso alguém for flagrado entrando no Brasil fora do recinto alfandegado, ele é preso.

Sobre as *expectativas em relação à cidade gêmea*, não conseguem avaliar o impacto. Não sabem se será benéfico ou se trará mais vantagem para San Matías. Para os técnicos entrevistados, os portos vão sair com cidades gêmeas ou não; os pactos saem com ou sem a inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas. No entanto, se o comércio entre o Brasil e a Bolívia ampliar-se com as infraestruturas, impactará o trabalho da RFB. Alertam que, se o Porto de Morrinhos³¹ for construído, o trecho tem de ser asfaltado para ser alfandegado.

31. É a melhor alternativa para o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso. Para mais detalhes, ver a matéria do site da Prefeitura de Cáceres (Cáceres, 2013).

FIGURA 21
Entrevista com a delegada da Polícia Civil de Cáceres



Fonte: Equipe do Ipea. Posição em: 3 out. 2017.

Obs.: Entrevista 6 – 3 de outubro de 2017 (terça-feira) – 16h30 às 18h – Cáceres – Delegacia de Polícia Civil de Cáceres.

Entrevistada: Cinthia Gomes da Rocha Cupido (delegada da Polícia Civil de Cáceres).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea); Mariana de Freitas Silva (Assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso); e Cynara Piran (assessora do deputado Leonardo Albuquerque).

Segundo Cinthia Cupido, a Defron responde por 28 municípios. Ela vê como o *grande problema da região* o roubo e furto de veículos (principalmente caminhonetes). “E não se pode fazer nada!” A delegada acha que melhoraria se retornassem o trabalho integrado, que permitia recapturar foragidos e recuperar os veículos roubados que saíam do país, mas isso foi por pouco tempo, por meio de um comandante boliviano, que ficou na região apenas três meses. Cinthia Cupido declarou que, atualmente, não há possibilidade, e esse é um problema de Estado, do Brasil.

Quando os veículos passam a fronteira, não se pode fazer mais nada, mesmo quando se é uma porteira; atravessou essa porteira, não se pode fazer mais nada. Essa não regulamentação desse processo gera a violência. Roubo, furto, latrocínio, e o veículo é trocado por droga. É necessário estreitar essas relações, para que o Brasil possa diminuir esses roubos e a violência.

De acordo com Cinthia Cupido, existem foragidos brasileiros em San Matías. “Passam a fronteira e acabou. A polícia de Cáceres tem bom relacionamento com a polícia de San Matías, mas para conseguir prender lá, esse foragido tem que estar dando preocupação para eles (bolivianos)”. *E o problema da droga: “as que entram nas trocas de veículos ficam aqui em Mato Grosso. As que vão para o restante do país vêm de avião. Não digo San Matías. O Peru fornece para a Bolívia”*.

Cinthia Cupido apontou outro problema, que é o *desemprego*, presente em toda a região, e induz a que as pessoas, sobretudo jovens, em alguns municípios sejam ocupadas como mulas. “O lucro é muito mais fácil”. Segundo a delegada:

Quem comanda a região são os barões das drogas. Existem alguns que já fizeram seu patrimônio no passado e estão aposentados. Aqui, tem traficante aposentado, que agora só vive das empresas. A preocupação dos dois lados é emprego, desenvolvimento. Para se ter uma ideia, *80% da população carcerária são mulas, inclusive mulheres*.

Cinthia Cupido contou que, quando mataram a funcionária do controle de migração, devolveram alguns veículos. Após isso, começou a preocupação; houve alteração, mas por muito pouco tempo. Mas há muita violência na fronteira.

De acordo com Cinthia Cupido, há desaparecidos, os homicídios relacionam-se à *droga*, e as organizações criminosas estão chegando. “Sim, eles estão chegando. Já há muros

pixados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) 6. Em relação à tomada de poder, o PCC é muito violento”. Ela disse que o Comando Vermelho (CV) é mais pacífico, mas o PCC não tem pena de ninguém. A delegada afirmou que:

A cadeia de Cáceres está com um diretor muito bom, mas, de todas as rebeliões de Mato Grosso, sempre há transferência de presos para cá. *E todas as lideranças do PCC estão aqui.* Na hora de batizar, eles dão tudo para o preso. E eles estão “batizando” muitos presos (dão cestas básicas e todo tipo de apoio), e esses presos um dia saem daqui. E vêm as mulheres, tios, amigos, a rede deles. E, com isso, se os de São Paulo ouvirem falar que aqui só tem uma cadeia. Eles virão todos para cá, que só tem Gefron, é pequeno.

Já estão no Paraguai, os do PCC foram se organizando. O PCC aqui vem atrás dos parentes. Trazem as redes e batizam os presos “pés de chinelo”. E a rede se amplia. E eles cobram. Se não cumprir, matam. O CV gosta de ficar tranquilo.

A delegada preocupa-se com as pichações. “Em um ano pode estourar. O PCC domina e ninguém tira mais. Uma pichação diz ‘6 poder PCC MS’. Mas a gente vai controlar”.

Cinthia Cupido afirmou que:

Tem que espalhar os presos, pois aí as famílias se vão, também, e acabam os batismos etc. *O maior número de presos do PCC está em Dourados (MS).* Existe todo um perigo na fronteira, pela presença de muito dinheiro, dinheiro fácil. É preciso estreitar parcerias, pensar no desenvolvimento e não encher de polícia. Mudar essa faixa de pobreza. *No que tange à presença de organizações criminosas na região, se o quadro continuar, a região estará dominada.*

Sobre *armas*, investigações mostram que armas pesadas passam por esse ponto da fronteira, mas ainda não tem como se avaliar como acontece. Para Cinthia Cupido, as mulas também transportam armas, pois o Gefron pegou um grupo faz pouco tempo. A delegada disse que o efetivo do Gefron é muito pequeno. Questionada acerca da atuação da PF, afirmou que é ainda menor. Na opinião da entrevistada, a polícia que cuida é a que mora no local. “Eu moro aqui, vou viver aqui neste estado. A polícia daqui, o Gefron, nós nos preocupamos, somos comprometidos”.

A delegada relatou a formação do Gefron e o comprometimento, a exemplo dos policiais que encontraram US\$ 300 mil perdidos. Acha que é bom fazer os postos e os destacamentos de fronteira, mesmo que os traficantes passem por trás.

Já não vão passar ali. *O tráfico não vai acabar. Nosso trabalho é dificultar.* Mas dá para conter a criminalidade: fizeram barreiras em quinze lugares por dez dias. A criminalidade diminuiu, pois não tinham como passar. *Deve-se dificultar a ação com postos, gente e inteligência.*

Cinthia Cupido declarou que, para ajudar nas *ações fronteiriças*, a Defron foi criada para trabalhar com inteligência, e opera com informações passadas por pessoal que está no meio do mato. Se diz que o tráfico não vai acabar, é porque corre muito dinheiro. “Tem que partir da educação, do desenvolvimento. Vim de São Paulo, fui trabalhar em Apiacás (MT). Aqui, pagam melhor. Ninguém vai me subornar porque eu ganho bem”. A delegada disse que em Pontes de Lacerda (MT), o dinheiro que circula lá é maior que a receita municipal. Para a entrevistada, os funcionários dos bancos são coniventes com esse processo por agir como se não “vissem o fluxo de dinheiro”; recebem transferências, por exemplo, de R\$ 100 mil da Bahia, em quatro contas de R\$ 25 mil, e todas de “laranjas”, que não tocam em nada.

Citou um traficante conhecido, que atualmente está em San Matías, que já fez um círculo em torno dele: “ele não pisa mais aqui”. Ela lamentou que aqui todos dependem desse comércio, e quando fecham a fronteira o comércio de Cáceres se recente. A delegada alertou que o desvio de rotas da Colômbia piora a situação nesta fronteira; que no Paraguai a maconha impera,

Mas em Cáceres é o pó (cocaína), e 1 kg vale R\$ 12 mil. Aqui é muito mais rentável; pasta-base vale R\$ 7 mil/kg em San Matías, aqui vai para R\$ 8 mil/kg; em Cuiabá, R\$ 11 mil/kg; em São Paulo, R\$ 15 mil/kg; em Salvador, R\$ 19 mil/kg. Na Europa, vai para US\$ 64 mil/kg. Ou seja, compensa por no estômago, na vagina. Outra coisa complicada. Para pegar, tem que levar para o hospital, e uma equipe do Gefron, alguém da polícia tem que ficar lá três dias até evacuar.

A delegada afirmou que o Brasil precisa olhar a fronteira, não deixar o PCC se instalar. Acredita que, com a criação da cidade gêmea, vai melhorar. “Poderemos fazer um acordo, ao menos de veículo roubado. Que levem para Santa Cruz. Mas se conseguir em San Matías, já é um avanço”.

FIGURA 22
Mesa de entrevistas na Unemat – Cáceres



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

Obs.: Entrevista 7 – 4 de outubro de 2017 (quarta-feira) – 9h às 12h – Cáceres – campus da Unemat.

Entrevistados: Maria do Socorro Araújo, Domingos Sávio da Cunha Garcia, Murilo Oliveira Souza e João Ivo Puhl (professores do Doutorado em História Cultural da Unemat).

Participantes: Mariana de Freitas Silva, Cynara Piran e Ricardo Vanini.

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Apresentações

Socorro Araújo – Professora de história, integra o Comitê Estadual da Faixa de Fronteira.

Domingos Garcia – Professor de história do Brasil Império e geopolítica, e coordenador do grupo de pesquisa Fronteira Oeste, que envolve pesquisadores do Brasil, da Bolívia e da Argentina.

Murilo Souza – Docente da área de direito, trabalha os temas direito na fronteira e fronteiras do direito.

João Ivo – Professor de história da América, se considera um “pau rodado” – ou seja, veio do Rio Grande do Sul, mas já passou por vários outros lugares, agora é “pau fincado” (os que ficam para dar conta da cidade). Os demais participantes e entrevistadores também se apresentaram, e tiveram início as atividades.

Bolívar Pêgo apresentou o projeto Fronteiras do Brasil, os livros e a demanda solicitada pelo MI. Ressaltou as falas de outros entrevistados que mostraram que mudar as condições da fronteira passa pelo desenvolvimento. E a importância de dialogar com a universidade local, com o amplo espectro de atores da região, pois garante uma percepção diferente desses fatos. Apresenta os três tópicos norteadores.

Maria Nunes resgatou as palavras do professor Motta, entrevistado em Cuiabá, e sublinhou a importância de se olhar a fronteira, também, com base nos brasileiros que estão do lado de lá, ocupando suas terras, mas mantendo os vínculos com o Brasil.

Domingos Garcia pontuou que são grandes as perspectivas de um espaço de fronteiras, linguística, cultural, étnica e ambiental, além da proximidade da fronteira dos países. É um ambiente polissêmico, pelas diferentes fronteiras que perpassam esse espaço. A história desse espaço lhe dá determinada identidade. Pode ser comparado, mas tem características próprias, que precisam ser consideradas. O grupo de pesquisa que coordena o projeto incorporou pesquisadores de outras áreas, com seus olhares específicos, como o direito. É uma forma de superar o olhar deturpado que vê o espaço apenas da perspectiva da segurança, a fronteira como espaço do crime.

Garcia criticou uma audiência pública recentemente realizada, que focou o crime organizado e o tráfico de drogas. O entrevistado afirmou que atividades como essa, sinalizam a ausência das oportunidades e das várias outras fronteiras, bem como consolidam e ampliam a ocorrência dessas questões. Tem de se olhar a fronteira sobre a perspectiva do outro, de quem está do outro lado.

Socorro Araújo citou os projetos desenvolvimentistas e a formação de cidades no estado, pelo elevado número de emancipações que mudou o mapa de Mato Grosso, e apontou problemas e conflitos dessa multiplicação que ocorreu em uma década. O grupo de pesquisa sobre a fronteira vem discutindo muito uma certa dívida existente para com essa fronteira (Brasil-Bolívia). "Estivemos de costas para ela. E apenas atualmente é que se tem tentado entender o que é, como funciona, como se apresenta nos últimos trezentos anos. E é surpreendente o que vem sendo conhecido". Segundo a entrevistada – além de estabelecerem-se relações no âmbito do conhecimento acadêmico, sobretudo da Bolívia, de Santa Cruz e, mais recentemente, de Sucre e Potosí –, o grupo de pesquisa conta, também, com grande receptividade pelos bolivianos.

Segundo Socorro Araújo, a Bolívia tem poucos cursos de história, o que facilita e amplia o interesse por programas de cooperação técnica e acadêmica. A entrevistada destacou a utilização da tese sobre os chiquitanos do professor João Ivo, que muito ajudou no trabalho sobre as cidades de Cáceres e San Matías, a importância da troca de resultados de pesquisas. Ela falou dos projetos, do projeto em rede de pesquisadores da fronteira, e do foco atual, a paradiplomacia, bastante forte, historicamente construída, mas não reconhecida. Esta constrói a relação Brasil-Bolívia na informalidade há trezentos anos, mas com relações estabelecidas entre os povos, sem as formalidades governamentais, que muitas vezes não abrange, não incorpora. Há as relações de parentesco, trânsito, comerciais etc.

Socorro Araújo faz referência a um senso comum em Cáceres,

Que o brasileiro olha como colonizador para o boliviano, como os Estados Unidos olham o Brasil. Nós somos o superior e os bolivianos o inferior. E que em Cáceres é muito comum um discurso construído de que os bolivianos dão prejuízos/despesas a Cáceres, beneficiam-se das políticas públicas (saúde e educação), e não pagam impostos. Apenas se beneficiam das políticas públicas, sem serem brasileiros. Essas coisas existem na cidade.

De acordo com a entrevistada, na pesquisa/levantamento que realizam, de doze a treze empresas comerciais de médio e grande portes estimam que vendem para os bolivianos diretamente cerca de R\$ 2 milhões/mês. Na linha de fronteira, na divisão alfandegária, é possível descobrir que esses números sejam ainda maiores, em função das regras estabelecidas; pode-se estimar que essas vendas cheguem a R\$ 15 milhões/mês, com impostos pagos sobre tudo o que consomem aqui.

Segundo Socorro Araújo, um supermercado local informou que há descargas de um caminhão de frangos para outro caminhão, para descarregar na Bolívia, com impostos pagos, em procedimentos completamente legalizados. Ou seja, de acordo com a entrevistada, *não é verdade que a contrapartida dos bolivianos na cidade seja pequena, insignificante*. Também não há números de quanto de gás a Bolívia abastece Cáceres.

Domingos Garcia complementou que San Matías foi abastecida pelo linhão de energia do Brasil (Mato Grosso); apenas há pouco passou a ser abastecida por Santa Cruz.

De acordo com João Ivo, apesar de não se conseguir os números, há problemas na liberação da madeira, com necessidade de um posto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis na região, para despachos, liberação, controle ambiental. Todos os trâmites atuais são realizados em Cuiabá.

Socorro Araújo ainda falou sobre o *consumo dos bolivianos*.

Daqui para lá saem eletrodomésticos e alimentos. De lá para cá, madeira, ureia, gás e produtos do comércio exterior. Há muitas trocas de alimentos na fronteira e há o comércio doméstico, confecções que passam pela cota do viajante e que não entram nos números.

João Ivo recomendou distinguir o escambo, feito pelas famílias, com filhos que estudam no outro país. Segundo o entrevistado, trata-se do comércio do viajante, com as cotas do turista, sem passar por uma contabilidade na fronteira.

Tudo isso, se medido, talvez ultrapassasse o comércio controlado pela alfândega na linha de fronteira, pelo número das pessoas que passam, que vão e voltam. Há, também, o comércio formal, envolvendo a importação e exportação.

Para Domingos Garcia, sobre as relações do comércio de pneus – particularmente, os de maior perfil (aro, largura e tamanho) –, esse comércio é fraco na fronteira, a preferência é comprar na Bolívia.

Os brasileiros vão com os carros e trocam lá. É um caso típico, mas deve haver outros, que não se estabelecem formalmente aqui, pela proximidade com a outra cidade. Em relação à cota, a opinião do pesquisador é que quanto maior a cota, maior a possibilidade de formalizar. O comércio da rodoviária é de importados, que não se formalizaram. Entraram pela fronteira seca. Grande parte desse comércio é realizada pelos bolivianos. O mercado de Cáceres é atraente para eles. Outro fator que acaba propiciando essa informalidade é a burocracia, que atrapalha. Por exemplo, Cáceres não tem uma casa de câmbio oficial, as que existiam deixaram de operar. Também não tem algum terminal do Banco do Brasil (BB) que opere câmbio. Em San Matías tem boas casas de câmbio. Pode comprar dólares, bolivianos, reais. Isso é um problema para formalizar as relações.

Cynara Piran comentou que usam os serviços da Western Union³² para ficarem isentos de pagar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Segundo a entrevistada, outro problema é a falta de um trâmite que permita declarar bens e valores trazidos ao entrar no Brasil.

32. Empresa multinacional que oferece serviços financeiros e de comunicação (transferências internacionais de recursos financeiros, de forma rápida e 100% on-line). Tem sede nos Estados Unidos (Englewood, Colorado).

A primeira barreira é o Gefron, e ele pode confiscar tudo antes de você alcançar onde legalizar, notificar. A apreensão ocorre antes da possibilidade de declarar. É grande a necessidade de integrar com a Receita Federal do Brasil.

Segundo João Ivo, na questão da localidade das agências de controle fiscal para os viajantes, a sugestão é que o espaço entre a aduana e a RFB também deveria ser ocupado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Banco do Brasil e pelo Ibama.

Ou seja, ele [o boliviano] compra aqui, e ao chegar a fronteira muitas vezes tem que voltar para fazer a legalização aqui no BB; mas se é uma quantidade pequena ele não faz. Isso faria com que o comércio se tornasse mais fluido.

Sobre o reconhecimento das relações, Socorro Araújo afirmou que é comum em Cáceres a não existência de dados sobre a presença/ausência do boliviano. “Os da rodoviária, por exemplo, quantos são bolivianos? Nos registros de quantos comércios, [estes] pertencem a bolivianos, nenhum”. A entrevistada explicou que os comércios são em nome de brasileiros, ou estão no nome de bolivianos casados com brasileiros, e assim fogem da burocracia da legalização. Também há problemas com o registro dos nascimentos em Cáceres, pois a lei brasileira somente permite que se atravesse a fronteira com registro. De acordo com Socorro Araújo:

Os bolivianos lamentam que lá têm menos crianças, pois os registros são feitos aqui, embora morem lá. No oposto, Cáceres reclama que os bolivianos tomam lugar dos brasileiros ao adquirirem direito aos programas sociais brasileiros de saúde e educação.

Para Socorro Araújo, a dupla cidadania é outra das questões que se tem levantado. Segundo a entrevistada, é pequeno o número de bolivianos nas escolas da fronteira; atualmente, apenas 74 crianças estão estudando. Ao se questionar esses dados, isso pode ser explicado, pois:

Os nascidos em Cáceres, registrados aqui, mesmo morando na Bolívia, ao atingirem a idade escolar voltam a estudar aqui e se matriculam como brasileiras. Aí, acusam que essas crianças estão levando recursos brasileiros, sem pagar imposto. Isso se dá muito aqui em Cáceres e há muito tempo.

Socorro Araújo afirmou que, em San Matías, reconhecem muito essa vivência com o Brasil, especialmente com Cáceres, mas lamentam o baixo número de crianças.

João Ivo complementou que tem um dizer que “San Matías é uma fábrica de crianças brasileiras”.

Murilo Souza ainda afirmou que as autoridades brasileiras “acusam, ainda, que eles [os bolivianos] são atendidos prioritariamente na saúde. Urgência, emergência e partos. Outro problema são os documentos falsificados”.

Para dirimir o problema dos documentos falsos, todos concordam com a necessidade de criar uma identidade fronteiriça, mas Domingos Garcia ponderou que é um problema subjetivo, que a identidade da fronteira é complicada, pois parte da população de Cáceres não quer se reconhecer como fronteiriço, pelo estigma. O “fronteiriço é o boliviano, o bugre, o Chiquitano, os preguiçosos, que não querem trabalhar. Ficam pescando”.

Dessa forma, Murilo Souza mostrou que isso é uma construção histórica, que se tornou forte no processo de expansão da fronteira agrícola. Até esse período, a convivência era mais igualitária, com intercâmbio mais tranquilo, com o comércio, convivência de famílias, relações de fraternidade e forte identidade. Para o entrevistado, é importante inverter essa percepção, ter positividade em ser da fronteira. Isso é um problema na cidade. Outro

problema é a propriedade da terra na fronteira, particularmente no caso dos chiquitanos, que estão em ambos os lados da fronteira, vivendo impasses e enfrentamentos com batalhas políticas e mobilização dos fazendeiros.

Murilo Souza também apontou impasses em pesquisas sobre quais se identificam como índios e não índios, nos momentos de decidir quem deveria ficar na reserva. “Se se declara índio, deveria estar na reserva indígena, perde o emprego. Tudo gira em torno da demarcação da terra indígena (TI)”. Esse problema de identidade perpassa pelos próprios índios.

Além disso, Murilo Souza ponderou que “nosso território é visto pelo Estado como um território vazio. Por isso, a questão da segurança, do tráfico de pessoas. A preocupação do Estado é a questão militar”. É um espaço vazio no sentido de ausência de reconhecimento da identidade; da somatória da segurança pública, de um lado, e do não reconhecimento da identidade, de outro lado. O entrevistado recomendou debater espaço, território e reconhecimento.

Cynara Piran observou que “os olhos só se voltam para o Oeste na perspectiva da segurança”.

Domingos Garcia complementou que enfrentar a criminalidade, apenas, pela segurança não é a saída. Uma questão concreta o transporte. “Por que os ônibus não cruzam a fronteira?” Citou os impasses entre empresas, de táxis e conclui: “há um reconhecimento por parte do Estado de que fracassaram na política da fronteira. De que não há políticas públicas. O espaço está entregue”. Segundo o entrevistado, é uma preocupação quase histérica em torno da segurança, mas que não tem tido sucesso.

Bolívar Pêgo então perguntou: “como mudar essa realidade? Quais as contrapartidas e as compensações, não só em dinheiro, entre os municípios, que amenizem esse mal estar?”.

Segundo Murilo Souza, isso pode ocorrer por meio do Plano Diretor (PD). Afirmou que existe planejamento, mas nenhuma articulação; nenhum tópico no plano existente. Segundo o entrevistado, em Cáceres, a informalidade da terra é da ordem de 70%, mas ele declarou que a regulamentação estava nos planos.

Cynara Piran apontou que é a primeira vez que a universidade participa de um PD. Segundo a entrevistada, o anterior foi feito “a toque de caixa” pela exigência do Estatuto da Cidade. Não contemplou nada que deveria.

Socorro Araújo reforçou que é comum municípios de pequeno porte comprarem os planos diretores, os planos de educação e outros planos e códigos, de lobistas, vendedores etc. A entrevistada contou a respeito de experiência própria, como secretária de Educação. Segundo ela, isso é muito comum na política. Encomendam como mercadoria e não abrem alguma discussão que inclua as pessoas. No atual processo revisor do PD municipal, a Unemat está participando. Antes, havia a participação da universidade, mas não na elaboração do plano, o que muda. Socorro Araújo solicitou que o grupo se aproxime da elaboração do plano diretor, da equipe de Sinop, haja vista a importância histórica que tem o processo.

Domingos Garcia informou que é a equipe do departamento de arquitetura do *campus* de Sinop. Ele acha que é bom, sim, que os professores de história se aproximem do processo. Salientou a necessidade que esse plano se volte ao abandono do patrimônio arquitetônico da cidade, pois o tombamento do centro histórico é visto como empecilho ao desenvolvimento. O entrevistado citou que vêm ocorrendo “incêndios anunciados”, como o que

danificou o prédio da Câmara de Vereadores de Cáceres – a responsabilidade pelo incêndio já foi reconhecida. “Resultado da visão de uma perspectiva que se tem da cidade”. Esses estigmas dificultam a integração.

Murilo Souza falou a respeito da necessidade de estratégias de mobilização para as audiências públicas e frisou que o PD de Cáceres não tem previsão sobre tombamento. Cáceres tem três níveis de tombamento: federal, estadual e municipal. A cidade tem dificuldade de entender esses três tipos de tombamento.

Socorro Araújo informou que tinham recursos públicos para a recuperação do prédio, mas que, pela burocracia, se perdeu o prazo para recebimento e, seis meses depois, o prédio estava incendiado. A entrevistada destacou outra questão em torno do desenvolvimento na concepção que se criou da indústria. Cáceres não tem vocação industrial; está tendo a função universitária, mas isso não está sendo aproveitado. Socorro Araújo acha isso muito delicado na cidade. Disse que folga em saber que o PD está sendo retomado por pessoas com conhecimento, interdisciplinarmente. Mas alegou que falta a visão de quem vive na cidade.

E, ainda, Socorro Araújo recomendou aos colegas se aproximarem da equipe de Sinop. “O plano diretor tem o olhar sobre a urbanização, e não apenas sobre a cidade”. Para a entrevistada, é preciso não somente observar os elementos que dão uma visibilidade sobre as cidades, mas também todos os que constituem as cidades. Na questão da mão de obra, especialmente a sem qualificação (braçal), ela levanta que há, e muitas, fazendas de brasileiros que têm muitos braçais bolivianos trabalhando; e existe muita mão de obra em Cáceres também. Segundo Socorro Araújo, é necessário que o PD considere essa grande pendularidade para o trabalho.

Por sua vez, o professor João Ivo, em primeiro lugar, fez uma reflexão sobre o desenvolvimento:

Pensar o desenvolvimento é pensar a partir das pessoas, de suas tradições, de seus grupos étnicos, sociais. Entre estes, o fazendeiro tradicional, a criação de gado extensiva, que usa a mão de obra tanto brasileira como boliviana, com especial atenção à mão de obra principalmente boliviana, pois esta não tem a proteção legal do trabalhador, e sai “mais barato” esse informal que o do brasileiro.

João Ivo citou um exemplo que encontrou na sua pesquisa:

Eles vão trabalhar nessas fazendas por períodos longos ou cotidianamente e são, muitas vezes, indocumentados. Os pais vêm e trazem as crianças, também indocumentadas, também usam essas estratégias para acessar o direito à escola.

Segundo o entrevistado, é grande a presença dessa mão de obra no campo, inclusive não é que não existam movimentos pendulares para trabalho e informais urbanos, mas o maior número de trabalhadores bolivianos está no meio rural.

De acordo com João Ivo, quase todas as fazendas têm esse tipo de trabalhador. “Passa o caminhão na segunda e leva por uma semana para as fazendas, e, no final de semana, eles retornam para suas comunidades”. O entrevistado citou que identificou até cacique que tinha a função de agenciar os trabalhadores. Os agenciadores dos fazendeiros passam pelas comunidades com seus caminhões para levar os trabalhadores. Ele conta que essa prática já foi mais intensa, mas houve fiscalização do então Ministério do Trabalho (MTb) – atual Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (ME).

Segundo João Ivo, esses trabalhadores passam pelas estradas informais, “cabriteiras” e, além disso, muitas fazendas, também, transpõem a fronteira. Para o entrevistado, no urbano, os informais correspondem à mão de obra menos especializada, e os trabalhadores “tanto passam daqui para lá quanto de lá para cá”. De acordo com o professor, trata-se de domésticas, ambulantes, entre outros. San Matías demanda brasileiros com tratores para trabalhos especializados, como roçagem, preparo de solos em comunidades indígenas, gradeando para o plantio; também para a construção de currais etc. “São brasileiros que fazem isso por lá”.

João Ivo informou ainda que às vezes a própria prefeitura contrata esses serviços. São 37 comunidades indígenas em San Matías. Sobre a questão trabalhista, o professor afirmou que os próprios políticos de Cáceres têm fazendas que utilizam essa mão de obra. A procuradoria do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Cáceres foi fechada; a Delegacia do Trabalho (DT) tem uma unidade. Outro problema é o fundiário. O entrevistado contou, que nos anos 1940 e 1950, o estado titulou propriedades em áreas em que não tinham competência, até em áreas da União. Os fazendeiros que entraram nessa época têm títulos do estado. O Programa Terra Legal, projeto do governo federal, tentou resolver a legalização das propriedades com até 500 ha.³³ Mas o problema até agora não está resolvido.

Segundo João Ivo, os títulos foram dados sobre áreas povoadas, e não sobre espaços vazios como era anunciado; sobre espaços ocupados pelas populações chiquitanas, bugres. O entrevistado contou que:

A titulação é feita em Cuiabá, e a agrimensura só é feita após a emissão do título. Há casos de dupla documentação, superposição de territórios e títulos, e conflitos na área jurídica União/estado. Para as comunidades chiquitanas, a maioria foi sendo empurrada para territórios, ainda, sem títulos; eles ficaram encurralados, atualmente há comunidades que se encontram em áreas muito pequenas, quarenta famílias em 24 ha. Destes, houve adensamentos que atualmente são reservas de mão de obra para as grandes fazendas. Muitos desalojados das terras são empurrados para as cidades, formam bairros, como o bairro Aeroporto, em Vila Bela, com quase 60% de chiquitanos; outro, em Porto Esperidião. São chiquitanos empurrados para as áreas urbanas.

João Ivo destacou que a diplomacia tem alguns acordos; por exemplo, o de Roboré,³⁴ mas o problema é que, no dia a dia, os termos não são implementados pelos órgãos locais. Isso não faz prosperar relações de confiança e permanentes de intercâmbio. Segundo o entrevistado, na paradiplomacia, acontecem iniciativas locais do estado, de municípios ou de empresários, com visão maior dos seus problemas, mas sem poder para definir políticas macro, nacionais e internacionais. Os acordos ficam amarrados na conjuntura (muda o governo, muda a política). Um dos grandes problemas é a falta de participação efetiva da sociedade, de quem vive o cotidiano da economia local; de participar dos processos de formulação das políticas. E de coordenações continuadas, e também de programas permanentes, com continuidade, de políticas de Estado. Falta integração entre os órgãos, além de que se constata ausência do governo federal. Um exemplo é o serviço aduaneiro, “em que estão integrados apenas por trabalharem no mesmo prédio”.

Domingos Garcia sublinhou que a presença de técnicos dos órgãos federais é precária, pois os servidores vêm de fora. De acordo com o entrevistado:

33. 1 ha é equivalente a 10.000 m².

34. Acordo assinado entre Brasil e Bolívia, em 29 de março de 1958, na cidade boliviana de Roboré, envolvendo 32 instrumentos de negociações ligados às áreas de petróleo, comércio, cooperações econômica e técnica, livre trânsito, limites, ligações ferroviárias e intercâmbio fronteiriço.

Em geral, são jovens; estão aqui de passagem, não se envolvem com os problemas locais. Assumem uma postura “colonizadora”, ou de isenção. Um exemplo: um procurador federal declarou em um evento público que a ZPE não dará certo em Cáceres, pois a maioria dos trabalhadores virá de fora, dado que “o cacerense não tem postura capitalista, histórico de trabalhar, assumir”. É uma posição que efetivamente não ajuda a cidade. Não contribui para enfrentar o debate. Nisso, possivelmente os concursos regionais ajudariam.

João Ivo acrescentou que outro problema é a integração dessas instituições, a ausência do Estado. Essas instituições são desarticuladas. “A exemplo, das aduanas que estão no mesmo prédio”.

Murilo Souza mostrou indignação pelo fato de que existem eventos sobre fronteira e o grupo de pesquisa ou a universidade nem é convidado a participar.

João Ivo agregou que são coisas recíprocas: “ainda não temos (a universidade) imagem pública na sociedade. Começamos a entrar no comitê da fronteira recentemente”.

Domingos Garcia lembrou que há projeto aprovado pela agência de pesquisa do estado, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat), que apresenta debates e estudos sobre o espaço de fronteira. Segundo o entrevistado, a fundação:

Inclui curso direcionado para o tema e, também, cursos de extensão que estabeleçam diálogo com o entorno, com os vizinhos, abrindo espaços na universidade para a sociedade, mostrando que temos uma história fronteiriça.

Socorro Araújo concluiu que há predisposição de ampliar a recepção de alunos bolivianos. Segundo a entrevistada, esse debate, particularmente, está posto no curso de medicina, que é novo. E, também, há diálogo aberto entre a Unemat/governo do estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz sobre a predisposição de validação em Cáceres, dos diplomas de medicina e em outros cursos, como enfermagem, logo que os cursos se consolidem. Ela fala dos problemas identificados em San Matías, dos lamentos sobre a saúde, educação e comércio, e de que há um certo abandono pelo governo boliviano. Segundo Socorro Araújo:

Eles dependem muito mais do Brasil que da Bolívia, porque a região estabeleceu essas relações há trezentos anos, elas estão consolidadas na paradiplomacia, mas a questão formal/institucional precisa caminhar mais rápido do que elas estão caminhando.

Sobre o termo *ciudades integradas*, a professora disse que é perfeito. Que é necessário encontrar um instrumento para formalizar essa integração que já existe. As relações entre as cidades são fortes. Socorro Araújo relatou que se preocupou com o conceito e se apegou nos termos *conurbação e semiconurbação*. Não há algo falseado, as relações existem e são fortes, sobretudo as relações familiares, de parentesco.

Domingos Garcia esclareceu que San Matías é ao mesmo tempo município e capital da província – único caso na Bolívia. Este fica em um canto do país e a 300 km tem uma cidade mais estruturada, que é San Ignacio. Mas a relação mais forte de San Matías é com Cáceres. Segundo o entrevistado, há uma pressão para a construção de uma rodovia a partir de Porto Esperidião, saindo direto de San Ignacio, que seria mais curto o trecho a ser pavimentado, mas que isolará ainda mais San Matías em relação a Bolívia.

Consequentemente, de acordo com Domingos Garcia, ocorrerá uma aproximação mais estreita de San Matías com Cáceres. Politicamente, isso é terrível para a Bolívia, que é um país traumatizado pelas perdas territoriais. O entrevistado recordou que as relações de San Matías com Cáceres são históricas.

João Ivo lembrou um fato histórico: “em 1977, foi proposta a incorporação de San Matías pelo Brasil. E houve movimentos em San Matías para se tornarem brasileiros”. Inclusive com bandeira e tudo. Recordou, também, que Porto Limão, na ponte rio Jaú, pertencia à Bolívia.

Murilo Souza questionou até que ponto a identidade estaria presente nesse tipo de proposta? E lembrou a divergência política entre o cônsul e o prefeito de San Matías. A relação do cônsul é com La Paz.

João Ivo afirmou que tem de entender-se a conjuntura da Bolívia, o contexto político e a história cultural que influencia no nacionalismo em relação ao território.

Segundo Socorro Araújo, a questão do nacionalismo é uma coisa muito delicada nessas discussões em relação ao território.

Domingos Garcia completou que os bolivianos são historicamente nacionalistas (“a bandeira da Bolívia está presente nas casas de todos”). E “a integração é um desejo histórico”. “Aqui (Cáceres) é apenas utilitário”.

Murilo Souza anotou, ainda, que “para cacerenses, apenas regularizaria o acesso aos serviços e ao consumo”. Sublinha que a cidade gêmea deve superar o planejamento e entrar no âmbito da execução.

De acordo com Socorro Araújo, “em Cáceres perguntam o que as cidades gêmeas ganhariam com essa inserção?” A entrevista disse que em San Matías são imediatamente receptivos, pois os bolivianos reconhecem as oscilações cambiais, e eles operam isso muito bem e reclamam que apenas comprem pouco em Cáceres porque a burocracia limita. Mas entendem que a cidade gêmea abriria mais oportunidades para isso. Ela declarou, de modo geral, que a Bolívia aceitaria bem, até mesmo sendo plurinacional e extremamente nacionalista.

João Ivo tocou na perspectiva preconceituosa e mostrou que 40% da produção de soja de Santa Cruz estão nas mãos de empresários brasileiros. Uma espécie de recolonização, um pouco diferente de como ocorre com o Paraguai; nesse país, foi feita com pequenas e médias propriedades; no Brasil, ocorreu com grandes propriedades. Para o entrevistado, a região precisa de alternativas urgentes, como a articulação na área aduaneira, com representação de todos os órgãos federais, voltados à movimentação (trânsito) de pessoas, animais e mercadorias.

Domingos Garcia salientou que o Indea conseguiu boa articulação no controle fitossanitário e considera um processo de integração exitoso. Segundo o entrevistado, se para a área sanitária animal dá certo, por que não integrar outras áreas, para atender às pessoas? E tem a troca de animais entre os países.

Socorro Araújo disse que, ainda sobre o preconceito, a forma como os bolivianos que estão em Cáceres são vistos é ambígua. Eles se sentem bem tratados pelo povo, mas vistos como bandidos pela polícia. É um estereótipo que vem desde os anos 1980, quando a droga chegou à região. A entrevistada afirmou que a associação entre narcotráfico e todo o tipo de ilícito nesse espaço de fronteira passou a ser creditada ao boliviano, sem participação de brasileiros.

João Ivo argumentou que as ocorrências do Gefron contradizem a construção do discurso da imprensa, que põe o problema nos bolivianos:

Em três anos de abordagem, foram registrados quase setecentos casos de prisões e abordagens por drogas ou outros ilícitos, e apenas 58 casos diziam respeito a bolivianos e outros estrangeiros. E muitos traficantes presos não são da fronteira; estão de passagem por aqui, são ligados a grupos organizados de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas o fronteiriço arca com a imagem estigmatizada da fronteira.

Domingos Garcia abordou o caso das pichações do PCC na cidade, percebidas por todos. Acresceu que é uma preocupação real, pois eles "estão ocupando a ausência do Estado na região, por meio de políticas". Relatou o estudo de Lia Osório,³⁵ sobre a incompatibilidade do dinheiro que circula nessas cidades e o dinheiro da renda da produção da cidade. Portanto, segundo o entrevistado:

Enfrentar isso é constituir um espaço da fronteira integrado, que permita por meio de políticas a proteção dessas organizações das situações que não se têm controle. E a população, que estímulos? Mas não políticas que militarizem as fronteiras, que [as] murem.

Murilo Souza ainda falou que a política de segurança já é exercida no dia a dia, no coibir drogas, roubos, pelo efetivo da PM em suas rondas, pelo Exército; o território é ocupado com esses agentes, se estão resolvendo é outro questionamento. Relatou os investimentos do governo do estado na segurança pública:

Não desprezamos essa realidade do campo, no sentido que realmente a gente tem um problema de segurança nessa área, mas ainda não é um problema local nas dimensões da Rocinha, onde há um estado de exceção. Na unidade de polícia pacificadora (UPP), veio só a polícia.

Segundo o entrevistado, isso, possivelmente, é uma das motivações do fracasso dessa ação da segurança pública no Rio de Janeiro. É abrir os olhos para outras fontes.

Socorro Araújo prosseguiu dizendo que as fronteiras são lugares policialescos e militaristas. Os debates sobre o tema envolvem mais o Judiciário, o militar e o Ministério Público, que discutem segurança na fronteira, pedindo mais polícia, mais armamento, mais segurança. A entrevistada sugeriu enxergar a fronteira de outra forma, mais humana, menos policialesca. Admitiu os problemas, que a fronteira é frágil, mas a população que está vivendo na fronteira não produz o ilícito. A universidade reconhece que tem que pensar, mas o Estado tem de pensar mais em ações de inteligência e articulação. "Por que Defron e o Gefron não trabalham juntos? A coisa é muito mais complexa que reforçar a polícia na fronteira, o empoderamento da arma".

Socorro Araújo afirmou que as populações da fronteira não são receptivas a esse tipo de economia e trabalho (não são nem produtoras e nem consumidora de droga), e que a coca consumida pelo boliviano é a folha, e não a da pasta-base. "Aqui, na fronteira, eles não produzem. E não sabem como a pasta-base é produzida, nem como chega ao Brasil".

Murilo Souza avançou o debate em torno de soluções, como o concurso regionalizado, uma vez que a cidade gêmea cria o debate regionalizado. O Comitê de Fronteira dá oportunidade ao cidadão de atuar em seu espaço regionalizado e uma oportunidade de algo que vai além do formal.

Domingos Garcia sugeriu começar por coisas simples, como a integração do transporte, a organização da pendularidade da mão de obra, romper bloqueios e atuar contra a criminalidade, pois as organizações criminosas facilitam mais que o Estado.

35. O entrevistado refere-se a estudos coordenados pela professora Lia Osório Machado, desenvolvidos pelo grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com destaque ao que dá conteúdo à publicação de Brasil (2016b).

Socorro Araújo lembrou os discursos de um deputado que falou na tribuna que o problema da droga é uma questão de política, e não de polícia. A entrevistada declarou que é mais complexo que colocar polícia na fronteira. Há um empoderamento da arma.

Domingos Garcia lembrou que, nessa questão do tráfico, da violência, Cuiabá é mais violenta que Cáceres, mas empurram a responsabilidade para a fronteira, alegando que a droga que vem da Bolívia provém da fronteira.

Expectativas quanto à inserção de Cáceres como cidade gêmea

Na opinião de Socorro Araújo, apenas está faltando isso. Relatou que, no trabalho realizado pela Unemat (*box 4*), estudaram a expressão e a formalização pelo MI e concluíram que é possível pensar esse espaço como cidade gêmea. Do ponto de vista do conceito, apegaram-se à ideia da conurbação ou semiconurbação. A entrevistada declarou que as relações existem há trezentos anos e que o problema da saúde em San Matías é o abandono, em vista de sua situação na fronteira:

No altiplano, é outra Bolívia; em Santa Cruz, também. O predominante são educação, saúde e comércio entre as duas cidades (San Matías e Cáceres); as relações estão consolidadas apenas no âmbito da paradiplomacia. Há integração na paradiplomacia, mas precisa ser formalizada. Os laços mais fortes são familiares e de trabalho.

Domingos Garcia concordou que a cidade gêmea, mesmo que o conceito não esteja bem definido, é uma proposta positiva pela possibilidade de integração que considere os interesses da maioria da população. Uma formalização do que a população já vem fazendo, talvez já tenha até sido maior no passado e que até se reduziu um pouco, mas pode ser retomado. Destacou o potencial turístico da região, as missões jesuíticas, que é algo desconhecido, como riqueza a ser potencializada. É favorável à proposta de cidade gêmea, pois esta já acontece. Segundo o entrevistado:

Essa, sim, é uma possibilidade que é concreta, que é possível, que integra a população. Ela não cria falsas expectativas, pois é algo que se desenvolve cotidianamente e traz responsabilidades que ajudam a integrar. Seria bom para Cáceres e para San Matías e todo esse espaço de fronteira.

Para Domingos Garcia, a cidade gêmea é diferente da ZPE, que é o contrário. Esta, junto com a hidrovia e a saída para o Pacífico, consiste em projetos e considera interesses de uma minoria, de fora da região, do agronegócio e dos grandes proprietários, desconsiderando as necessidades, as demandas e os interesses da maioria da população que continuam de fora. Além de que são propostas que vêm como salvadoras e desconsideram as potencialidades reais da região. A elite local aponta como solução esses três projetos, mas há outras medidas estruturantes que mudariam essa realidade e passam pela desconcentração da terra, e aí vem a dificuldade, haja vista que a terra é extremamente concentrada, pela violência que ela instaura.

Segundo Domingos Garcia, o respiro que Cáceres teve foi pela reforma agrária. Asseverou que na cidade há um conjunto de assentamentos que são respiros para a região, bem como para o comércio e os serviços locais. “A concentração fundiária tem esvaziado municípios”. O entrevistado afirmou, ainda, que a estagnação da cidade afetou a autoestima da população. Assim, não a população vê com bons olhos a zona de processamento de exportação “A ZPE não é saída mas, sim, a prestação de serviços, e a integração ajudaria muito esta nova perspectiva. Poderia ser com uma universidade, com o curso de medicina em San Matías”.

Socorro Araújo – que assina o documento que investiga a possibilidade da criação da cidade gêmea, provocado pela Prefeitura de Cáceres – considera-se favorável à formação do arquivo da memória da fronteira, pela oportunidade que o governo estadual se predispõe a favor da criação desse arquivo. E um reconhecimento dessas relações. A entrevistada é favorável, também, à perspectiva da ZPE, prometida desde os anos 1980, e que gerou apenas a crença de salvação da cidade. Conta que, nos 1990, os paulistas foram contra a instalação dessa zona. A ZPE trouxe uma crença e uma frustração. Ela salientou que perspectivas da cidade sem ZPE, como aproveitar a vocação da cidade como centro de serviços, comércio, universitário. “Foi retomada agora a crença, com menor intensidade”. Alegou também que a retomada não pode vir com um discurso salvador, pois a expectativa frustrada é ruim para a cidade e a população. Se vier a ZPE será bom, trará novas oportunidades para a cidade. Ainda que seja para ensacar soja. “Mas a vocação de Cáceres é serviços”.

João Ivo também defende a cidade gêmea: “cidade gêmea, sim. Pois, mesmo que aumentem responsabilidades, nos obrigarão a dialogar localmente, sobre os problemas, as possibilidades e as perspectivas”. O reconhecimento do que acontece historicamente viria por essa via, mas tem de se ter o cuidado de incluir a população nesse processo – seja esta do meio rural ou urbano –, pensando como essa população poderia beneficiar-se do ponto de vista cultural, social e econômico, de modo que fosse beneficiada.

Segundo João Ivo, *como pré-condição seriam duas coisas: a integração de serviços públicos (transportes, saúde, educação e segurança); e a área de fronteira alfandegada em um mesmo espaço, com todos os organismos (mobilidade humana, fiscalização da saúde etc.) trabalhando sistemicamente*. O entrevistado declarou que isso passaria um pouco pelos concursos regionais para quem vai atuar nos órgãos de fronteira e, inclusive, pela própria universidade, que tem esse problema. Essa ideia da cidade gêmea poderia propiciar pontos positivos se forem assumidas essas responsabilidades.

Em relação à ZPE, João Ivo disse que sempre se passou a ideia da salvação, e que todas as ideias salvacionistas são perigosas, pois se esquecem de outras possibilidades que haveria. Por exemplo, se estado e prefeitura doassem terrenos para a pequena indústria (sapatos, confecção etc.). Segundo o entrevistado, não há incentivos a pequenas produções locais, tudo se volta ao investidor de fora, forte, com benesses de isenções que pouco deixam no lugar. Nos tempos de mercados fechados, as ZPEs até teriam sentido; antes da década de 1990, era uma estratégia usada pelos tigres asiáticos, mas não com o mercado aberto. “Associar frigoríficos, curtumes, calçados, sabão”.

Murilo Souza pontuou que a compra dos frigoríficos locais partiu do governo federal e permitiu que a empresa José Batista Sobrinho (JBS) comprasse todos os frigoríficos locais e os fechassem.

De acordo com João Ivo: “tem que romper as cadeias existentes e promover a inclusão de outras atividades econômicas, agregando uma cadeia mais ampla. E junto com a Bolívia!”. Ponderou que o turismo de natureza já é consolidado, mas precisa se fortalecer para incluir mais a população local.

Socorro Araújo agregou que há uma perspectiva fantástica que poderia se incentivar no turismo: a rota do pantanal até missões, no oriente boliviano. Mas que os empresários apenas querem turismo comercial, de eventos. O turismo cultural e ecológico é relegado. “Por que não fortalecer os eventos acadêmicos?” Segundo a entrevistada, isso ajudaria a melhorar a

percepção da cidade, além de movimentar a economia local. Atualmente, a Unemat é um suporte para a economia local. Mas existe a visão de que a percepção da cidade é a indústria. São necessários gestores com essa percepção, com estima pela cidade.

Murilo Souza ponderou que a ZPE e as cidades gêmeas são políticas de ocupação de território vazio, que não seja de segurança pública. Questionou: “o que vai ser feito além do espaço jurídico? O que vai ser feito além do documento?” O entrevistado mostrou que é preciso apropriar o sentido do regional. A partir do pressuposto regional, a perspectiva é boa, possibilitando atuação. E a ZPE é apenas comercial. Mas atualmente é a única política no território que não é segurança pública. Apenas por isso já é um avanço. Mas a cidade tem deficiência de internet; atualmente, a Justiça funciona eletronicamente. Nisso, o entrevistado pontuou que a ZPE e as cidades gêmeas poderão abrir espaços para melhorar essa deficiência. Além disso, apontou a conscientização da população, a universidade com compromisso social. “Se não, será apenas mais um instrumento legal, sem sentido”.

FIGURA 23

Entrevista no Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres

Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

Obs.: Entrevista 8 – 4 de outubro de 2017 (quarta-feira) – 14h – Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres.

Entrevistado: Jeremias Pereira Leite (presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres).

Participantes: Beatriz Miranda (produtora rural), Ivan Irineu Polisel (gerente da Cooperativa dos Criadores de Jacaré do Pantanal – Coocrijapan), José Carlos (médico veterinário e professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso) e Cynara Piran e Ricardo Vanini (assessores do deputado Leonardo Albuquerque).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Bolívar Pêgo agradeceu a atenção e a recepção do presidente Jeremias Leite e equipe, fez a apresentação da equipe Ipea e destacou os principais pontos para a entrevista.

Jeremias Leite lamentou o fato de o governo não transformar em estratégias de ação os inúmeros estudos e diagnósticos que instituições como o Ipea e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizam. O entrevistado também destacou os inúmeros eventos sobre fronteiras, além de outros estudos. “Possivelmente as políticas públicas seriam mais equilibradas e mais ajustadas a cada realidade dos diferentes rincões do país”. Ele ressaltou que a fronteira padece muito do desconhecimento da realidade local. “Aqui, as pessoas acabam por ‘conhecer’ a fronteira pelo Google”. Completou dizendo que não querem viver mais apenas de discurso. Jeremias Leite declarou que se as pessoas contestam os dados disponíveis é porque conhecem a fronteira. Ainda disse que os dados do governo estão muito fora do contexto e criticou a regionalização que soma município de Rondônia e Mato Grosso do Sul com município de Mato Grosso, como também a demarcação da fronteira Brasil-Bolívia. “Nós, da fronteira, somos relegados ao esquecimento e ao abandono sem precedentes. O produtor da fronteira passa por essa dificuldade”. Segundo o entrevistado:

Nós não queremos mais viver só de reunião sobre segurança. Os produtores veem a fronteira como possibilidade de desenvolvimento, que passa pela de integração dos povos. E se o governo não perceber isso, não convencionar que a América se integra, nós vamos ficar aqui assim ao longo dos anos. Não é verdade que a região é apenas canal de travessia de drogas, armas e ilícitos. Tanto que, proporcionalmente, é possível observar nos dados que a baixada cuiabana tem mais crimes que a fronteira.

De acordo com Jeremias Leite, da contestação dos dados (estatísticas), foi realizado um levantamento, pela Câmara Legislativa de Cáceres, dos municípios lindeiros, que mostra essa realidade.

Para o entrevistado, a seara política regional e local tem demonstrado sensibilidade com as questões fronteiriças. “Estamos tentando buscar essa integração, Santa Cruz tem mostrado sensibilidade com a fronteira, os prefeitos pensam, têm saído da intenção para ‘o que é que vamos fazer’.” Citou exemplos de integração, como a feita em termos de cooperação para o combate à febre aftosa, que está salvando, em termos de economia, a pecuária da fronteira. “Se esperarmos decisão superior dos dois países, nada acontece”.

Jeremias Leite referiu-se ao exemplo da a experiência diplomática do cônsul boliviano. “O cônsul atual vem de uma passagem por Madri. Observa-se que ele tem buscado resultados e transmite alguma esperança de que o mundo diplomático entenda a fronteira”. O entrevistado contou a respeito do encontro em Vila Bela, em que o embaixador boliviano no Brasil esteve, e que na abertura do evento disse:

Embora nós estejamos em Brasília, onde se decidem as coisas, nós temos dificuldade de atravessar as avenidas e resolver os problemas entre embaixadas e ministérios. Esta procura de vocês (Ipea) em vir até aqui conhecer a realidade abre uma importante perspectiva.

Em seguida, Jeremias Leite passou a falar dos problemas da faixa de fronteira e iniciou apontando que o PDFF já trazia todos os problemas elencados. O entrevistado declarou que, se fosse listar os problemas, começaria pela relação de cidade com cidade. Falou a respeito da colonização espanhola, dos jesuítas, dos conflitos territoriais com a Bolívia equacionados pelos tratados, com destaque para o Tratado de Roboré. Também declarou que Cáceres e San Matías são duas cidades localizadas nos extremos dos países, com problemas. Afirmou que o Brasil precisa abrir um consulado em Cáceres, pois não tem consulado em San Matías nem em San Ignacio, “então, não temos uma contraparte, e isso nos parece uma questão de preconceito”.

Em se tratando de *segurança pública*, Jeremias Leite disse que “o brasileiro acha que o boliviano é responsável por todos os ilícitos”. Mas que o povo boliviano é muito bom, como é o povo brasileiro. O entrevistado apontou que o setor mais reforçado é a segurança de todas as forças armadas; quando estas fazem operação, fica parecendo “um território com problemas de guerrilha”. Jeremias Leite recomenda que, sem restringir a atuação da segurança, é necessário que:

Deixem o povo se desenvolver. Me parece que o governo tem dificuldade de chegar nos rincões mais longes de seus países. Não se consegue desenvolver mais por conta de outro problema, a precariedade da logística.

Segundo Jeremias Leite, na *agropecuária*, a região está vivendo um momento com processos de recuperação da atividade, com reposicionamento da qualidade do solo. O entrevistado falou a respeito do Vale do Guaporé, com uns 200 km a 290 km de fronteira seca. E, nessa extensão da fronteira, há povoados que se juntam. Jeremias Leite declarou que:

o negócio brasileiro é o negócio boliviano. Grande parte das matrizes de lá (Bolívia) é produzida na região. Os problemas mais graves estão na desconsideração das dificuldades com a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal, a polícia de fronteira, o Banco do Brasil e o Ibama. No caso do Ibama, para liberar a madeira é preciso chamar alguém que está lá em Cuiabá. Para o serviço da PF é a mesma coisa, o viajante tem que fazer todos os trâmites em Cáceres.

E questionou: “será que o governo não é capaz de botar um Banco do Brasil lá na fronteira”?

Para Jeremias Leite, a grande preocupação é de parecer que não estão avançando em nada, de que há uma força contrária muito forte, que não deixa os povos se integrarem. O entrevistado citou o exemplo de quando acontece uma compra aqui e excede a cota, não tem como legalizar lá na fronteira, é tudo apreendido. “Falta sensibilidade, pois, se não se juntarem, não há desenvolvimento da fronteira”. E, de acordo com Jeremias Leite, isso acontece:

Porque não há vontade do governo em resolver. *O governo federal é o mais omissivo e barra a atuação do governo do estado, quando ele age.* Isso pode ser observado no Plano Plurianual (PPA) da fronteira. Para onde vai o dinheiro dos programas de fronteira? Vai para o “Sul maravilha” e para o “Nortão dos políticos influentes”. O arco central não recebe um centavo do PDFF.

Jeremias Leite afirmou que há muito desequilíbrio na distribuição dos recursos. Outra dificuldade na visão do entrevistado são as assimetrias nas *questões ambientais*. No momento, em se tratando de desenvolvimento econômico, a rodovia será boa para os produtores, mas a legislação (entrave) está atrasada, impedindo comprar ou vender para os bolivianos, pois são leis de gabinete. “O governo federal delegou ao Instituto da Defesa de Mato Grosso. ‘Fronteira é indelegável’. É responsabilidade do governo federal. Não tem convênio que valide isso”. O entrevistado concluiu apontando que “temos displicência para com a lei, e por isso este caos”.

Segundo Jeremias Leite, em se tratando da *questão fundiária*, falta um programa de regularização, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por exemplo, não tem representante(s) técnico(s) e nem veículo para ir a campo, está desfalcado. O entrevistado também afirmou que a questão fundiária, atormenta do ponto de vista da segurança ao morador da fronteira, muitos sem segurança com relação à documentação. A terra tem uma superposição de atribuições, e as instituições responsáveis não conseguem fechar um programa de regularização fundiária. “Falta vontade política”.

Jeremias Leite lembrou que a *faixa de fronteira* começou com 66 km e chegou a 150 km. Segundo ele:

É larga demais, atravanca tudo. Estamos lutando há tempo. Tem município que pega uma beirinha na faixa de fronteira e fica travado. *Você vai ao banco pedir um financiamento para lavoura, uma criação e o documento não serve porque você está na faixa de fronteira.*

Entre outros problemas, o entrevistado destacou que não há recursos para educação nem para cursos de espanhol na faixa de fronteira. Tem um emaranhado de legislação sobre isso, e ninguém mais sabe o que está valendo.

Sobre a identificação de Cáceres como cidade gêmea, Jeremias Leite perguntou: “melhora o quadro regulatório? Minimiza os entraves? Legalizar para desenvolver, sim”. Mas sem planejamento e legalidade, vai avançando a contravenção, seja de madeira, mão de obra etc. O entrevistado disse que a carteira de fronteiro resolveria muito e que há práticas que dão certo em toda a parte, mas que não são aplicadas nesta fronteira. “Culpa de quem? Um pouco é nossa”.

Sobre *atribuição do governo* e o fato de não conseguir resolver a questão fundiária, Jeremias Leite alegou que é falta de vontade política. Afirmou que está na hora de preparar as referências legais para um novo tempo, em começar a emergir para um desenvolvimento sustentável no sentido amplo da palavra, da legalidade, do respeito a outros países, da integração cultural, da integração econômica, de saúde e da convivência em harmonia. Ainda declarou que o Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres tem boa convivência com as instituições de Cáceres e San Matías.

Jeremias Leite ainda afirmou que, na área de *segurança*, às vezes existem as dificuldades, sobretudo no roubo de veículos (na devolução). Segundo ele, o prefeito de San Matías é muito bom, compreensivo e luta conjuntamente, além de que a presença do consulado boliviano em Cáceres fez com que a situação melhorasse bastante, apesar da diferença política. Com relação a essa diferença, o entendimento político da Bolívia, o Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres deixa claro que é um caso a resolver-se.

Na *saúde*, a situação é a mais crítica até do ponto de vista humanitário, pois o posto de Cáceres atende a 22 municípios (polo de saúde), além de San Matías. O entrevistado afirmou que os brasileiros reclamam, mas argumentou que “eles precisam mais do que nós”. E isso se dá com a mão de obra, a educação, as habitações e a alimentação.

Considera a *educação* uma área com muita possibilidade de avançar, mas ainda falta recurso – e decisão política – para o ensino de espanhol, até como condição de reciprocidade, pois em San Matías os bolivianos estudam português. De acordo com o entrevistado, faltam soluções de responsabilidade de gestor, pois as grades escolares até que não estão muito incompatíveis, desatualizadas. Destacou que têm mais de 20 mil estudantes brasileiros na faculdade de medicina em Santa Cruz.

Sobre *mão de obra*, Jeremias Leite afirmou que tem muito trabalhador boliviano nas fazendas: fora do regime trabalhista brasileiro. Segundo o entrevistado, “Nós não podemos contratar, mas somos obrigados a servir (circunstancialmente) para oportunizar a eles a ganharem um pouco. Mas como trabalhador semanal, temporário, pois não se pode contratar. Por quê? Questão de decisão”. Afirmou que integrar as duas cidades pode ser um avanço nisso também.

Com relação à parte *cultural*, Jeremias Leite declarou que talvez seja a área que tem menos cisão, é riquíssima dos dois lados da fronteira, mas não se podem fortalecer trocas por falta completa de estrutura de envolvimento de povos; há dificuldade de fluir isso na legalidade. O entrevistado afirmou que “alegam que tudo vai ser problema, porque está vindo cocaína etc., e não deixam a gente fazer nada”. Perde-se muito com essa visão. Relatou que as universidades brasileiras estão começando a olhar para a fronteira, como se percebe, por exemplo, no estudo da Unemat, produzido para sustentar melhor a tese da integração entre as cidades. É um pensamento que está avançando. A Universidade de Aquino Bolívia (Udabol) também está interessada em estabelecer uma base em San Matías, com curso de medicina, em San Ignacio de Velasco, também.

No âmbito do *desenvolvimento regional*, Jeremias Leite informou que há esforços dos governos estadual e departamental e dos municípios nesses últimos tempos, no sentido da integração dos agentes de desenvolvimento dos governos; a própria Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso tem se voltado a isso. O entrevistado afirmou que a expectativa é de que resulte em avanços para a melhoria de condições de produtividade, de renda e desenvolvimento. Lamentou o rio não ser navegável, “em um estado que foi colonizado

pelas águas, não se pode navegar”; o aeroporto estar pronto sem poder ser usado, a mineadora estar impedida de produzir por falta de logística. “Falta representatividade política. O dinheiro vai para os arcos Norte e Sul. Se a gente não se juntar com a Bolívia, ‘estamos fuzilados’”. Cobrou planos de desenvolvimento das instituições:

O último plano de desenvolvimento do país foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O país precisa de um projeto de desenvolvimento de longo prazo e para o território como um todo. E temos que pensar os ativos novos, os jovens, a educação.

Jeremias Leite diz que, com relação à *questão fundiária*, não se obteve avanço, haja vista as terras serem de segurança nacional. Segundo o entrevistado, na discussão sobre a base aérea em Cáceres, a discussão envolve a assessoria de um deputado e, também, e pela primeira vez, há uma oportunidade aberta pela assessoria internacional do governo do estado. Disse que o governador percebeu que tem uma parte de Mato Grosso voltada para fora, mas que na criação da cidade gêmea o município precisa mostrar que existe essa relação internacional. Para Jeremias Leite, a universidade também precisa mostrar que as partes estão integradas. “Os produtores rurais fazem muita integração internacional”.

José Carlos lamentou o quanto se perde *financeiramente* por não poder abater o gado da região na Bolívia; o quanto se perde com essa movimentação. Segundo o entrevistado, se fosse regulamentado esse comércio, o estado perderia menos divisas, pois é isso que está acontecendo no município. Ou seja, o comércio existe em grande quantidade, mas não gera divisas. Na *regulamentação sanitária*, deu certo o programa Brasil Livre da Febre Aftosa.

Ivan Polisel completou: “mandamos ontem um *container* (carne de jacaré) que poderia sair pela Bolívia, pelo Pacífico, muito perto, mas teve que sair pelo porto de Santos e passando pelo canal do Panamá”.

Bolívar Pêgo perguntou se a elevada produção do gado não levaria a pensar em uma cadeia verticalizada de produção da carne (cadeia produtiva do boi) – com áreas produtivas (fazendas), frigoríficos (abate), mão de obra, tecnologia, logística e exportação – a partir de Cáceres. Para o entrevistado, se a Bolívia pode produzir o gado lá, se a vacinação está resolvida, com o rigor da fiscalização, poderia ser feita uma parceria, que se iniciaria com uma indústria de produção e abate, garantindo agregação de valor ao(s) produto(s).

Jeremias Leite informou que a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) fez uma reflexão muito grande desde a Operação Carne Fraca e a delação dos irmãos Batista, proprietários da JBS, que teve grande impacto na região. O entrevistado relatou que, disso, a associação observou que a pecuária está nas mãos dos grandes produtores, de forma muito perigosa, e contratou uma consultoria para produzir um estudo técnico com o desenho de toda essa cadeia, com figura jurídica etc. Do criador ao consumidor. Por sua vez, a associação realizou muitas reuniões para propostas e propôs a implantação de indústrias, cooperativas etc.

No entanto, segundo Jeremias Leite, o que tem de ser feito com mais urgência é inovação tecnológica, pois mudaram os processos, as idades do abate, a alimentação balanceada. “O criador que não entrar nesses processos estará fora do mercado”. Há os que produzem no topo da linha, da qualidade genética, da pureza e rendimento, e são considerados os produtores do futuro. O entrevistado declarou que a dificuldade com a Bolívia é salutar: “a genética deles é nossa”. Relatou que os bolivianos buscam os reprodutores em Cáceres, que a própria Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – que tem parcerias

via criadores – está fazendo melhorias na genética de Bolívia. A Embrapa está trabalhando no país. O gado dos bolivianos vai ser tão bom quanto o nosso. O Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres está trabalhando, também, com a Embrapa de Corumbá. Sugeriu que a Unemat deveria estar pensando nisso; que o produtor de grãos raciocina mais rápido que o de carne, pela própria natureza da produção. Grão, não, “produziu, tem que colher, armazenar, se não perde. Eles têm tomada de decisão muito mais rápida. E nosso interesse aqui com a Bolívia é que o nosso negócio é o negócio deles”.

Beatriz Miranda agregou que existe um gargalo da capacitação na parte veterinária, pois a Unemat não tem medicina veterinária. O Instituto Federal (IF) está mais preparado para isso, mas falta estrutura e planejamento. O IF tem, também, parceria com vistas a oferecer cursos para bolivianos. Atualmente, são quarenta alunos.

Jeremias Leite argumentou que as universidades podem contribuir para a cadeia do boi, e o instrumento é o Comitê de Fronteira que por enquanto ainda trabalha muito em nível nacional. Mas, segundo o entrevistado, ainda não entraram no comitê os representantes do lado de lá, é “um comitê de um lado só”. “Tem que juntar com eles”. Se forem juntados todos os atores, se o governo do estado entender a importância de se construir a binacionalidade do comitê, vai fluir como um bom instrumento para buscar ações onde estiverem. Mas tem de envolver todos os sindicatos da região da fronteira. “Isso poderia ser uma alternativa”.

Para o entrevistado, pode-se avançar na integração, contando com o cônsul boliviano nessa discussão do Comitê Binacional. Essa luta envolve todos os sindicatos de produtores da região, que são nove. Do total de 30 milhões de cabeças do estado, apenas os municípios da faixa de fronteira possuem oito milhões (26,6%). Na integração, esses são os instrumentos, como as cidades gêmeas, que ele acredita.

Ivan Polisel abordou a *cadeia do jacaré*. Destacou que é uma indústria sustentável, mas que não sabemos qual o valor dessa cadeia. Perguntou: “o título da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), para que serve?” O entrevistado disse que há grande resistência nos órgãos ambientais, multas e mais multas, morosidade de liberação e problemas de legislação. Por exemplo, levaram nove meses para liberar uma coleção da indústria de moda. Atualmente, era para estarem abatendo jacaré, mas não estão o fazendo porque o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não tem recursos para custeio do fiscal que deve acompanhar o processo. São trinta funcionários paralisados por falta da fiscalização, de veterinários credenciados, que agora têm que acompanhar todo o processo. Conta que uma vez o Ibama pediu para guardar uns jacarés por uns meses; estão lá há doze anos. “Pior, veio a fiscalização e multou o frigorífico em R\$ 12 milhões pela presença dos animais lá”.

Na conclusão, todos concordaram que a inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas pode ser um instrumento para promover uma política de comprometimento entre os povos, articulando instâncias e instituições, e, mais que isso, poderá trazer o governo federal para discutir e participar das questões locais. Os entrevistados acreditam que poderá gerar muitas soluções, como a inserção de universidades, de pesquisas alternativas de produção e desenvolvimento, uma maior aproximação da Embrapa etc. Mas essa inserção deve fazer parte do contexto, delinear políticas públicas pelo método sustentável, fomentar relações internacionais para uma política de integração e acompanhar todas as articulações que aconteçam na fronteira, com vistas a um governo articulado, com vistas ao desenvolvimento do território fronteiriço.

Beatriz Miranda agradeceu a presença e elogiou a metodologia adotada pelo Ipea, de deslocar-se para ouvir os atores da fronteira. Que essa é uma opção diferente da de outros ministérios, que trazem o modelo fechado.

Chegada dos representantes do Comitê Cívico de San Matías

FIGURA 24

Participação dos representantes do Comitê Cívico de San Matías



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 4 out. 2017.

Obs.: Integrantes: Victor Hugo Nin Saavedra (secretário de relações), Ricardo Toro Olivares (presidente) e Isaías Durex Vaca (secretário-geral).

Victor Hugo afirmou que os representantes do Comitê Cívico de San Matías trabalham há dezoito anos pela integração. Eles entregam um documento assinado pelo comitê, que representa entidades e instituições da província de Angel Sandoval, da qual San Matías é a capital. Na província, 78% do território encontram-se no Pantanal. Os habitantes de San Matías informam que estão querendo a condição de cidade gêmea. Reclamam que não foram convidados – pela prefeitura – para a reunião que ocorrerá no município. Supõem que a documentação sobre o projeto de integração das cidades, que está acontecendo, deve ter ficado com o prefeito. O próprio cônsul circulou por toda a fronteira, mas não informou às comunidades. O entrevistado citou acordo assinado em 30 de junho de 2015, com o antecedente *ciudades irmãs*.

E, ainda, Victor Hugo revelou que alguns comerciantes, migrantes vindos do altiplano, e que também são donos do transporte, estão querendo fazer um encontro para se opor à criação da cidade gêmea. “Querem paralisar esta declaratória”. O entrevistado afirmou que os comerciantes e os taxistas são contra a criação da cidade gêmea. Narrou que migrantes do altiplano chegaram a San Matías e dominaram os transportes (táxis) e o comércio. Bloquearam as relações daqueles que são pantaneiros. Victor Hugo explicou que os vínculos entre San Matías e Cáceres são seculares. Até Cuiabá tem descendentes de povos chiquitanos. San Matías é bilíngue. E existem vários acordos de segurança.

Jeremias Leite explicou a presença do Ipea, a demanda do governo etc. Que o Ipea está aqui para um projeto que atende às demandas da viabilidade de criação das cidades gêmeas; o entrevistado fez referência ao estudo da Unemat que provocou esse trabalho, conforme o que nós queremos, e salientou que o estudo não está deixando de envolver os habitantes de San Matías nesse processo, pois está programada a visita à cidade. Jeremias Leite explicou que respeita o encaminhamento político da Bolívia e entende que o estudo “é um avanço que estamos a buscar. Segundo o entrevistado, a partir desse levantamento é que o estudo vai se posicionar tecnicamente. “Respeitamos as questões políticas, as divergências que dificultam as coisas entre vocês. Entendemos que a cidade gêmea é uma alternativa às nossas demandas. O momento é ainda inicial, do ponto de vista técnico”.

Victor Hugo afirmou que não é apenas questão política, “temos discriminação”. Que os atores instituídos estão sendo apertados para não assinarem esse tipo de acordo. “Onde estão os donos da casa, os chiquitanos? São manipuladores que aprisionaram o prefeito. Soubemos que ia chegar uma comissão entre os dias 2 e 7 de outubro. Soubemos e convocamos uma reunião de emergência”. De acordo com o entrevistado, o mau entendimento do processo levou a que fizessem o documento e marcassem uma reunião de todas as autoridades máximas chiquitanas para 7 de outubro, em apoio à criação das cidades gêmeas. Segundo o entrevistado, a legislação boliviana faculta aos municípios acordos internacionais. “O prefeito está querendo fechar a fronteira, não fazer algum acordo”. Em seguida, Victor Hugo apresentou Ricardo Toro Olivares como autoridade que cuida da moral civil e representa o povo, e sublinhou que Angel Sandoval é a província que tem mais gado em Santa Cruz.

Ricardo Olivares explicou, ainda, que o Comitê Cívico de San Matías cuida da moral civil do povo, bem como fiscaliza o prefeito e todos. Representa o povo, todos os sindicatos da província, pois lá quem decide é o povo. “Se vocês andarem só pelo centro, terão informações apenas dos migrantes vindos do altiplano, não do povo que realmente é da terra”. Assim, o entrevistado reafirmou as divergências políticas, inclusive entre os sindicatos e os grupos da sociedade civil em San Matías.

Maria Nunes explicou que o trabalho é, ainda, eminentemente investigativo.

Bolívar Pêgo complementou, afirmando que o “tempo é restrito, por isso, procuramos ter amostras de atores importantes para conversar”. Saudou a vinda deles, deixou claro que não houve restrição em conversar com alguém e que a equipe está aberta a ouvir o maior número possível de atores, pessoalmente ou por Skype etc. “O processo está aberto”.

Victor Hugo afirmou que “(nós, os bolivianos) estamos contentes com vocês porque o Brasil olhou para nós”. Anunciou o terceiro boliviano, Isaías Durex Vaca, madeireiro, que sofre com a ação da liberação da madeira pelo Ibama, que chega a um mês os caminhoneiros parados no espaço da aduana.

Isaías Vaca disse que “(nós, os bolivianos) vamos torcer para que se crie um acordo”.

Jeremias Leite explicou que a entrevista no Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres foi agendada. Segundo o entrevistado:

Sempre ouvimos todos vocês. Para o sindicato, as cidades gêmeas serão um instrumento importante para integrar os povos; os problemas de ordem interna são ruins. Nós, brasileiros, não podemos lidar com as diferenças políticas de lá. Vamos sempre buscar a todos.

Victor Hugo informou que há a intenção das autoridades de San Matías de organizar um *taller* na cidade, para discutir as vantagens de uma cidade gêmea, com apoio do Ministério do Turismo (MTur), envolvendo todos os atores. Pediu que transmitam a intenção a Brasília. “Viemos por medo que vocês entendessem que San Matías não quer cidade gêmea, e isso não é verdade”. O entrevistado contou que uma vez criaram sessões de vereadores das duas cidades a cada três meses. Acredita que o comitê da fronteira vem para criar um polo de desenvolvimento regional binacional na região de fronteira.

Após a entrevista, os convidados bolivianos partiram.

Jeremias Leite falou a respeito das diferenças políticas na comunidade de San Matías, em particular, e da relacionada ao governo de Santa Cruz e La Paz, em geral. Acredita que eles pensam que não houve uma boa divulgação sobre o que é cidade gêmea e o trabalho de campo. O entrevistado sugeriu que se crie um espaço, também, para o Comitê Cívico de San Matías, com representantes dos indígenas, *ganaderos* e *madereros*.

Entrevistado: Assis Rodrigues Ferreira Júnior (agente da PF).³⁶

Participantes: Cynara Piran e Ricardo Vanini (assessores do deputado Leonardo Albuquerque).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Assis Júnior iniciou sua fala relatando que pesquisou sobre cidade gêmea, mas chegou à conclusão que Cáceres não ganhará algo com isso, pois há brasileiros preteridos na saúde devido aos inúmeros bolivianos que chegam e usam o serviço. O entrevistado sublinhou que os índices das cidades gêmeas, de modo geral, são os piores entre as cidades nacionais, e que essa inserção somente trará benefícios aos estrangeiros. “Ficarão em uma situação melhor que os brasileiros. Certamente não pagarão impostos”. Perguntou: “a União vai aumentar o aporte de recursos em saúde e educação? Vai atrair mais gente ainda?” Assis Júnior alegou que os bolivianos fronteiriços já podem ter o *permiso* por dois anos. Diante disso, não achou algo que traga mudanças para melhor, apenas tornaria a cidade ainda mais permissiva. “Hoje, ainda se consegue controlar o trânsito das pessoas. Há pouco tempo, prendemos aqui o ‘Senhor das Armas’.”³⁷

Sobre a *articulação entre as polícias* (brasileira e boliviana), Assis Júnior informou que, atualmente, se localiza um caminhão apreendido, para tê-lo de volta, tem de pagar resgate. Segundo o entrevistado:

Brasileiro lá é extorquido. Há multas por motivos inúteis; quando não tem alguma motivação para multar, chegam até a multar um carro porque está sujo. Em que ponto isso mudaria com a regulamentação para cidade gêmea? Não muda, não teria mais controle.

Assis Júnior reforçou seu ceticismo ao afirmar que é cacerense, mas não enxerga vantagens, pois San Matías nada acrescenta à população de Cáceres. “Só aumentaria o risco de tráfico, contrabando e descaminho”.

Outro ponto que o policial destaca é sobre efetivos, mostrando que são insuficientes. “Deveríamos ter posto na Corixa, junto com a Receita Federal do Brasil”. De acordo com o entrevistado, isso resolveria a obrigatoriedade – e o incômodo – de pegar o *permiso* em Cáceres, podendo passar direto na fronteira e seguir para Cuiabá. Um posto lá daria mais efetividade à fiscalização. “Dizem que foi planejado, tem salas disponíveis etc. Mas não foi confirmado”. Assis Júnior declarou que a relação da PF com outras instituições de Cáceres e da Bolívia envolve algumas trocas. Por exemplo, em Cuiabá tem policial que faz intercâmbio com Cáceres. O entrevistado afirmou que existe bom relacionamento, mas muito limitado. “O que se vê é que o tratamento lá (San Matías) não é o mesmo que damos aqui”.

Segundo Assis Júnior, “não é segredo que autoridades bolivianas dão guarida a brasileiros foragidos. Os maiores traficantes do Brasil estão por lá”. O entrevistado perguntou sobre o gado que entra clandestino, se isso foi tocado no sindicato rural, e qual a posição deles. Foi informado a Assis Júnior que os sindicalistas querem a regulamentação para agilizar processos no âmbito da lei. Na sequência, a equipe pergunta se, sendo da PF, a atribuição

36. Entrevista 9 – 4 de outubro de 2017 (quarta-feira) – 18h às 19h30 – Cáceres – Polícia Federal. O entrevistado solicitou que não fossem tiradas fotos e nem fosse feita gravação.

37. O “Senhor das Armas” foi preso em Cáceres, em 2012. Para mais informações, ver a reportagem do portal de notícia *Circuito Mato Grosso* (Polícia..., 2013).

da segurança da fronteira, como essa segurança estaria sendo feita se estão localizados em Cáceres? Ele respondeu que fazem mais o trabalho de inteligência, pois atualmente não é mais possível fechar uma fronteira dessas. Quando acontece um fechamento, é “só para tirar foto. É dinheiro jogado fora para Brasília ver. É fazer politicagem, sem alguma efetividade”.

Assis Júnior declarou que “se triplicasse a equipe, este prédio seria menor apenas que o de Foz do Iguaçu (PR); Cáceres teria a maior delegacia – o prédio deveria ter três andares. Fazemos o que é possível e fazemos muito!” O entrevistado informou que trabalham muito em parceria com o serviço de inteligência do Gefron, e que recentemente quebraram o recorde de apreensão de cocaína na região. Contudo, tem muito serviço a ser feito, pois é extensa a fronteira seca, e com muitas cabriteiras, mas falta gente para fazer o serviço que deve ser feito.

Perguntado sobre o policiamento da fronteira alagada, o policial informou que a PF tem uma lancha ao lado da lancha da Marinha e que consegue realizar de uma a duas operações por ano, pois falta recurso para combustível. “Há estrutura, mas está limitada. Não chega nem perto da de Foz do Iguaçu, do Amazonas”. Assis Júnior revelou que a PF não possui avião e reconheceu o quanto é necessário. Segundo o entrevistado, a pista clandestina não é mais problema. Conta que é frequente ter confronto de arremesso – ou seja, monomotores de asa alta decolam, arremessam a droga e retornam. Assis Júnior declarou que estes são aviões de tipo muito usado por paraquedistas. Vão e vêm o tempo todo, voam abaixo do alcance do radar, ninguém vê, e por terra não se chega a muitos desses locais. A inteligência detecta quando se sabe onde determinadas quadrilhas atuam. Então, fazem-se operações em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB). “Uma, inclusive, com aviões derrubados”.

O entrevistado lamentou que, se tivesse uma base aérea em Cáceres, isso seria inibido, pois a burocracia é muito grande para acionar a FAB, além do tempo para superar o problema da comunicação devido às hierarquias. “Até o avião chegar”.

Bolívar Pêgo falou a respeito da demanda do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Jeremias Leite, de tornar o aeroporto uma base aérea.

Assis Júnior concordou e disse que uma guarnição já inibiria. Cada arremesso é, no mínimo, de 200 kg de cocaína – ou seja, uma carga de quase R\$ 5 milhões. “E não se está mexendo com peixe pequeno”. Outro ponto que o entrevistado destacou é o contrabando e o descaminho. Informou que o tráfico de armas e munições não é muito expressivo nesse ponto de fronteira, mas se apreende; que em Ponta Porã (MS) é muito grande a apreensão de armas e maconha. Mas o problema é que o valor financeiro daqui é muito maior que o de lá. Informou, ainda, sobre o roubo de veículos, de dois a três roubos de caminhonetes por mês. De acordo com Assis Júnior, os criminosos entram nas casas para praticar o delito; algumas são recuperadas – disse que uma foi encontrada no assentamento Vila Sadia, próximo a Cáceres, no Brasil.

A opinião de Assis Júnior coincidiu com a de outros entrevistados sobre que está havendo um deslocamento do eixo do tráfico após as medidas do governo da Colômbia. Segundo o entrevistado, isso é preocupante, pois há *deficit* de recursos humanos. Ele declarou que:

Muita gente sai daqui para operações em outras áreas de fronteira. Recebemos efetivos maiores nos concursos, mas os antigos já foram embora. Enquanto os novos estão aqui, as apreensões dobram. Começam a ser chamados para outras sedes, aí as apreensões diminuem. Falta gente para enfrentar situações suspeitas.

Assis Júnior afirmou o que é ainda mais preocupante: o notório espaço que o PCC está ganhando. “Os advogados deles chegam aqui antes do final da operação. É uma situação real”. O entrevistado disse que o trabalho sobre entorpecentes é seletivo, como formiguinha, e às vezes é preciso agir em duas ou três fazendas ao mesmo tempo para conseguir um flagrante. Essas operações têm quase sempre o apoio do Gefron, como mostram as fotos das apreensões, que sempre trazem os dois símbolos, PF e Gefron.

Por sua vez, sobre a proposta de *concursos regionais*, o entrevistado diz que poderiam ajudar, mas se começa muita coisa e não termina nada, como o caso da *indenização de fronteira*, que ainda está tramitando. Assis Júnior alegou que essa indenização teria mais efeito que concursos regionais, que já foram usados no passado, mas houve inúmeras ações nacionais. A instituição é nacional; portanto, requer que se respeitem nacionalmente aqueles que têm mais tempo de casa. Por isso, o adicional seria mais efetivo. O entrevistado contou que ele próprio foi concursado por um concurso regional em Mato Grosso e no Pará, e que, entre os que passaram, ficaram apenas dois. O último concurso regional da PF foi em 2004. Por isso, acredita que benefícios são mais eficazes para incentivar à permanência. Explica que na PF as cidades são pontuadas em quatro níveis, e que cada dia de trabalho em cidade de região de fronteira recebe a pontuação máxima, 4. A pontuação de Cuiabá é 1,5. Nos concursos nacionais de remoção, contam-se os pontos. Cáceres tem a melhor pontuação, 4; Vilhena (RO), também, e tem aeroporto, mas a passagem aérea é caríssima para servidores de outros estados.

Sobre o *controle de quem entra no país*, Assis Júnior informou que tudo fica registrado em detalhes. Que um boliviano para fazer entrada no Brasil precisa do *permiso*; com essa autorização de lá, está tudo bem. E eles exigem o mesmo de um brasileiro. “O Senhor das Armas tinha imagem no celular de gente acorrentada. Ele não sabia que tinha prisão decretada. A prisão dele saiu na televisão”.

Sobre o *registro migratório*, Assis Júnior disse que há deficiência nos relatórios gerenciais, mas é fácil resolver. Segundo o entrevistado, os dados existem, basta fazer o tratamento da informação. “Qualquer difusão vermelha da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) vai ser acusada. Mas os sistemas não conversam nem dentro da polícia. Faltam investimentos para unificar os sistemas”.

No tocante à *identidade transfronteiriça*, Assis Júnior disse que já passou da hora de implantar o Registro Individual do Cidadão (RIC), que não saiu do papel. Inclusive para os veículos, é positivo. Perguntou: “os vizinhos darão o mesmo tratamento que nós”?

Cynara Piran destacou que “de carro, você entra na Bolívia com documento do motorista e do carro, e pode levar dentro quantos criminosos quiser. Ninguém checa”.

Assis Júnior prosseguiu, apontando que a criação do Centro Integrado de Segurança em San Matías foi excelente, e que qualquer forma de integração é válida. “Não temos o efetivo suficiente para certas situações, só montando equipe conjunta”. Mas informou que, ainda, não estão conversando com o Centro de San Matías, e somente um combate à produção resolveria o problema do furto de veículos. Cáceres é um corredor. Que, de modo pessoal, não tem coragem de ir até San Matías de jeito algum.

Para o fechamento, Bolívar Pêgo retomou a pergunta acerca da inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas.

Assis Júnior declarou que não vê reciprocidade e repetiu “onde faço a Bolsa Família, a Bolsa Escola? Ele (morador de San Matías) só vem aqui atrás do assistencialismo. O cacerense não trará nada de San Matías”.

FIGURA 25

Reunião com o governo e o Comitê Cívico de San Matías



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Obs.: Reunião ampliada em 5 de outubro de 2017 (quinta-feira) – 9h às 14h – governo autônomo municipal de San Matías.

Participantes locais: representante da prefeitura, subgovernador, presidente da Câmara de Vereadores, representantes do Comitê Cívico, deputada suplente, diversas lideranças da comunidade, corregedor indígena, vários conselheiros, produtores rurais, docentes, entre outros.

Participantes de Cáceres: Wilson Kishi (secretário de Governo) e Cynara Piran (assessora do deputado Leonardo Albuquerque).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

A contextualização da reunião ocorreu da seguinte forma: a coordenação da equipe do Ipea tentou agendar uma visita à Prefeitura de San Matías, o que não foi possível pelo fato de o ofício de apresentação da equipe e do estudo³⁸ não ter sido enviado: os contatos realizados, para obtenção do endereço da prefeitura, não retornaram. Optou-se, então, por uma visita sem agendamento, na tentativa de abrir diálogo com representantes no local. Porém, a comunidade local foi informada da presença dos pesquisadores na região e ficou preocupada com a possibilidade de não ser ouvida.

Diante disso, representantes do Comitê Cívico de San Matías – na tarde de 4 de outubro, durante a entrevista que estava sendo realizada no Sindicato dos Produtores Rurais, conforme narrado ao final da entrevista 8 – procuraram a equipe e protocolaram a *Declaração de Apoio às Cidades Gêmeas* (box 5) e um convite para sediarem o encontro previsto para a manhã do dia seguinte, em San Matías.³⁹ Assim, ocorreu, em 5 de outubro, uma reunião ampliada, cujos pontos principais são destacados a seguir.

38. Ofício do Ministério da Integração Nacional (MI) – atualmente renomeado como Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) –, assinado pelo secretário de Desenvolvimento Regional.

39. A viagem para San Matías contou com o apoio da Prefeitura de Cáceres, por meio do transporte da equipe, sob a coordenação do secretário de Governo Wilson Kishi.

A equipe foi recebida pelas autoridades e pela sociedade civil organizada. Na abertura das atividades, Wilson Kishi apresentou Bolívar Pêgo e a equipe e fez referência ao estudo encomendado pela Prefeitura de Cáceres, realizado pela Unemat, e do objetivo desta pesquisa. Afirmou que, para o prefeito de Cáceres, a integração tem grande valor para o desenvolvimento da região. Mas é preciso buscar parcerias, e uma forma está nesse projeto, que considera visionário. “Há trinta anos, se fala, mas pouco se avançou. Mato Grosso tem contribuído com San Matías, com energia, o comércio daqui para lá e de lá para cá. A aproximação oficial é o que se busca”.

Wilson Kishi explicou que o estudo da Unemat, com levantamento histórico das relações entre os dois municípios, se complementa com outro estudo sobre a faixa de fronteira, publicado pela ALMT (*box 6*). O entrevistado relatou que tudo isso vem contribuindo para que o projeto do governo federal colabore, também, para avançar na consolidação do projeto de cidade gêmea. Afirmou que é preciso discutir o interesse comum, e que a equipe do Ipea está em Cáceres para levantamento dos prós e contras, das dificuldades e sugestões; para ouvir autoridades, comércio e outros que contribuam com propostas de desenvolvimento. “É um ponto positivo para captar as dificuldades de relacionamento”. Wilson Kishi informou que o prefeito de Cáceres está buscando na Espanha, em cidade homônima, a cidade irmã de Cáceres. E, além disso, pretende estreitar relações com San Matías. Enfatizou as vantagens dessas trocas de experiências.

Bolívar Pêgo esclareceu que o ofício informando sobre a visita a San Matías não foi enviado por problemas na identificação do endereço para postagem. Imediatamente, Wilson Kishi leu o ofício que deveria ter chegado ao prefeito. Esclarecido o motivo da ausência de divulgação, os presentes perguntaram se o cônsul ou alguém do consulado em Cáceres foi solicitado para ajudar nas atividades, e Bolívar Pêgo confirmou que o cônsul inclusive receberia a equipe em 6 de outubro. Propôs-se a encaminhar as perguntas às instituições indicadas; assim, o diálogo seria iniciado. Deixou claro que é apenas o início de um estudo de viabilidade técnica, que não garantiria a formalização da cidade gêmea.

Além disso, Bolívar Pêgo esclareceu, também, que a equipe viria a San Matías de qualquer maneira e salientou o caráter técnico do estudo, e não político, e de que pretende ser uma ação bilateral, que prevê conversar com ambos os municípios. Recomendou que, inclusive, esses municípios conversem entre si, para chegar a uma visão comum. Explicou o que é cidade gêmea, nos aspectos formais do governo brasileiro. Ressaltou a identidade fronteiriça, o interesse do Brasil, do estado de Mato Grosso e da Prefeitura de Cáceres. Destacou, ainda, que a equipe gostaria que fosse, também, de interesse das autoridades e das organizações da sociedade de San Matías.

Bolívar Pêgo reforçou a importância de um posicionamento oficial para fazer parte do estudo, com vistas à apresentação dos resultados ao MI.

Wilson Kishi reforçou a importância de que os entrevistados respondam às questões passadas pela equipe. Complementou explicando que, dos 588 municípios que compõem *a faixa de fronteira do Brasil, apenas 32 são cidades gêmeas*. “*Se conseguirmos chegar a isso, os povos dos municípios vão ganhar muito*”.

A reunião prosseguiu com o seguinte conteúdo.

Rodolfo Lopez, representante do conselho municipal, comunicou que os membros do conselho irão ler o ofício lido por Kishi, reunir-se, solicitar a participação oficial, programar a participação das instituições para colocarem-se de acordo, refletir e participar das sugestões para este intercâmbio, como forma de que todos saiam fortalecidos. Pretendem programar encontros com setores que envolvem cada questão e responder a cada pergunta. Rodolfo Lopez esclareceu que tem participado de algumas reuniões bilaterais. Referiu-se que já existem intercâmbios em outras localidades da Bolívia e seus vizinhos. Explicou, também, que a mobilização se deve ao fato da Câmara de Vereadores de San Matías não ter conhecimento de que é o início de um estudo. Mas que está contente pela equipe estar lá para fazer esse intercâmbio.

Victor Hugo, representante do Comitê Cívico, agradeceu a missão chefiada por Bolívar Pêgo, Wilson Kishi e Cynara Piran, e manifestou profundo agradecimento à República Federativa do Brasil, por meio do Ipea, e à Prefeitura de Cáceres por tomarem a iniciativa. Apontou a reunião como início dos trâmites de um processo não acabado, de conversações. Destacou que não é somente iniciativa de Cáceres. O governo boliviano, ao entrar no Mercosul, iniciou o programa de cidade gêmea. Já tem com a Argentina uma cidade gêmea. Essa concepção se inspira nas cidades vizinhas antes da União Europeia (UE), que permitiam os nexos de comunicação que evoluíram ao que, atualmente, é a UE.

A partir dos nexos fronteiriços que são as cidades gêmeas, Victor Hugo destacou que a Bolívia, por ser membro convidado do Mercosul, poderá ser beneficiária dos convênios de cooperação com a UE, que incluem recursos e dão ênfase a cultura, tradições etc. Sublinhou que os acordos comerciais devem preservar as identidades culturais da fronteira, que é uma preocupação. “Já se fala de identidade fronteiriça compartilhada, conjunta. E essa é a parte positiva, mesmo que haja problemas, pois há vontade de resolver cada problema dentro desse processo de integração”. Mostrou que a integração é um processo histórico, pois essa população se une a Cáceres pelos povos chiquitanos e bororos desde a Pré-história.

Portanto, segundo Victor Hugo, há integração desde o passado, e a parte brasileira sempre teve mais interesse em cooperar, como com a energia elétrica, que Cáceres garantiu o fornecimento por 24 horas, à margem do governo federal, incorporando San Matías como se fosse um bairro da cidade. Ele declarou que já teve ônibus que saía do centro da cidade. Da mesma forma, as assinaturas de convênios sobre aftosa beneficiam aos dois municípios, bem como a toda Santa Cruz, também, as campanhas para asfaltamento da *carretera*, que trará um grande impacto socioeconômico regional. Solicitou a realização de um *taller* com expositores bolivianos e brasileiros, que trate de impactos socioeconômicos e culturais, e que seria muito importante para a prioridade regional e a cooperação por meio de um fórum regional binacional. Destacou que “a província é bilíngue desde a Coluna Prestes (1927)”.

Ricardo Toro, representante do Comitê Cívico, referiu-se à dificuldade do pouco tempo para organizar a reunião e fez os agradecimentos. Anotou que o trabalho é necessário para que o povo de San Matías diga se é favorável ou não, bem como para que sejam considerados todos os setores da província.

Em seguida, um representante da comunidade trouxe dúvidas sobre o que se pretende e significa uma cidade gêmea, que terão de tratar e se aprofundar nas normativas sobre o que significa uma cidade gêmea, e diz que é bom saber que apenas, hoje, o trabalho se inicia. Lembrou que há os povos das proximidades e propôs que “comecemos hoje” a convocá-los,

a partir do que chamou de “uma reunião de entendimento, esclarecimentos”. Será uma maneira de trabalhar em conjunto “para o desenvolvimento de uma província e de um povo”. Por último, agradeceu a forma de trabalhar em conjunto.

Outro representante da comunidade local enfatizou a surpresa da comunidade pelo estudo em desenvolvimento, a falta de informações a respeito das intenções do governo brasileiro e o sonho em fazer parte de uma *cidade gêmea*. Ele afirma que, embora a comunidade assumira não saber de que se trata a cidade gêmea, sabe do Tratado de Roboré e do fato de que não está aproveitando esse tratado, a possibilidade aberta do livre comércio etc. “Estamos aqui para dialogar e temos sugestões para o irmanamento Brasil-Bolívia”.

O presidente da Câmara de Vereadores de San Matías reiterou a surpresa em relação à agenda e à intenção em compartilhar e integrar, mas tendo de escutar primeiro a todos os setores. Ele afirmou que a câmara saúda a preocupação do estado de Mato Grosso em estar trabalhando a inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas e manifestou a necessidade da população local em saber se convém ou não. Segundo ele:

Entendemos que é um trabalho bilateral e temos que participar das diferentes reuniões. Sabemos do estudo sobre esta cidade gêmea, realizado pela Unemat, mas desconhecemos os trâmites administrativos que estão levando adiante. Existe inquietude em muitas das instituições que se encontram presentes, portanto, solicitamos que nos brindem informações sobre esse trabalho. O intercâmbio nos interessa, estamos abertos para novas agendas.

Em seguida, um representante da imprensa perguntou a natureza das questões, e o interlocutor leu a primeira questão e reforçou a necessidade de se chamar reuniões para responder ao questionário entregue.

O conselheiro suplente também manifestou surpresa e se ofereceu a participar. Perguntou: “o que é cidade gêmea?” Afirmou buscar na reunião algum esclarecimento para transmitir às organizações que representa.

Outro representante da comunidade mostrou que a preocupação sobre as cidades gêmeas é da Bolívia, e não de San Matías. Afirmou que a competência da cidade é pequena. Os acordos internacionais são da Bolívia, e não somente de San Matías. Que precisam saber o que é uma cidade gêmea. É preciso ouvir. Ele disse que conhece o Tratado de Roboré, que já regula algumas coisas. Lamentou a possibilidade de que o asfaltamento da *carretera* a Vila Bela isolará Cáceres e San Matías. “Os povos irmãos devem trabalhar o mais rápido possível”.

Segundo o representante, “a fronteira está muito pesada”. Eles (os bolivianos) precisam sobreviver. Registrou que o Brasil está comprando ureia da Bolívia; está ganhando trilhões pelo gado vacinado de San Matías. Mas, no posto fronteiriço de Corixa, uma mãe não pode passar com 1 kg de carne ou uma mamadeira. Segundo ele:

Dói a alma ver bolivianos humilhados. Se não romper essa humilhação, deixamos de receber a vacina que o Brasil nos envia, pois temos a nossa. Daremos todo o apoio que necessitam, mas não humilhem nossos povos. Não ultrajem nossos irmãos.

O representante levantou, também, a questão da madeira, que ficou parada na fronteira por semanas, e da *carretera*, que beneficiará muito Mato Grosso. Por isso, é preciso trabalhar juntos, “vai crescer Cáceres, vai crescer San Matías”.

Victor Hugo sugeriu que se transmitam ao cônsul boliviano, em Cáceres, as preocupações sobre reuniões com comerciantes e taxistas em Cáceres, e que sejam socializadas com todos os atores sociais. Depois disso, foi encerrada a reunião.⁴⁰

FIGURA 26

Estação policial integral de San Matías



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Obs.: 5 de outubro de 2017 (quinta-feira) – 14h30 – visita à Estação Policial Integral San Matías.

Responsáveis: Iber Rojas Justiniano (encarregado pela migração) e tenente Ivan Alarcón (Policía Fronteriza da Bolívia).

Participantes: Bolívar Pêgo, Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea); Cynara Piran (assessora do deputado Leonardo Albuquerque); Victor Hugo e demais representantes do Comitê Cívico de San Matías; Poder Legislativo e Autoridade Indígena de San Matías.

A Estação Policial Integral de San Matías possui um espaço integrado e foi inaugurada em 26 de julho de 2017, no bairro Cristo Rey, com uma área de 6.288 m². Está projetada para 150 servidores e abriga, com segurança, a migração, a seção de furtos e roubos, a de família, mulher e criança, bem como a Interpol, a Força Especial de Luta Contra a Violência (FELCV) e a Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN). A EPI também está projetada para trabalho social e psicológico, albergue, sala de declarações, denúncia, fiscalização e celas.

Iber Rojas informou que o serviço de migração funciona diariamente das 8h às 17h30. Que tem diminuído o fluxo de brasileiros entrando na Bolívia, provavelmente devido à desvalorização do real em relação ao dólar. Segundo ele, também diminuiu a saída de bolivianos por esse posto fronteiriço, certamente por causa das facilidades após o asfaltamento até Puerto Suárez. Afirmou que a presença da PF no posto é demanda da migração, desde que haja tempo e espaço para isso. É importante estar no mesmo lugar e integrar os sistemas.

Iván Alarcón autorizou a visita a todas as dependências da EPI, e o policial que acompanha a equipe vai mostrando as salas específicas de cada segmento da polícia (furtos e roubos, família, mulher e criança, Interpol etc.), todos com muita proximidade. Separadamente, encontram-se as dependências de hospedagem de servidores, refeitório e em área de maior segurança, as celas, ou *carceletas*. Um ponto levantado pela equipe é sobre a natureza dos crimes que eles lidam/combatem em San Matías e na província. O policial explicou que são basicamente crimes passionais e de desinteligência por conta da grande ingestão de bebida alcoólica, que é um problema grave na província. Referenda a questão, o representante do Comitê Cívico de San Matías assevera que “San Matías, bem como toda a Bolívia, não tem problema com o uso de drogas ilícitas”. Na visita, chama atenção o porte da construção da estação e a formação do corpo policial, composto por homens, em sua maioria, bem jovens, apesar de o policial informar que os recursos humanos dali estão há, pelo menos, um ano e meio na corporação, devido ao período de treinamento.

40. Após o encerramento da reunião, algumas autoridades presentes ofereceram um almoço à equipe do Ipea, ao secretário Wilson Kishi e à assessora parlamentar Cynara Piran. Constataram do cardápio do almoço alguns pratos típicos da região. Logo a seguir, os convidados foram, também, agraciados com produtos artesanais, simbolizando a amizade e a hospitalidade do povo de San Matías.

FIGURA 27
Escritório Regional de Saúde de Cáceres



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 5 out. 2017.

Obs.: Entrevista 10 – 5 de outubro de 2017 (quinta-feira) – 17h às 18h – Cáceres – Escritório Regional de Saúde de Cáceres.

Entrevistado: Francisco Vigo (diretor do ERS de Cáceres).

Participantes: Ricardo Vanini e Cynara Piran (assessores parlamentares).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Francisco Vigo relatou que está vindo de San Matías, pois conseguiu equipamentos para o hospital da cidade boliviana. Deixou claro que há muitas necessidades que podem ser supridas em ações cooperadas entre as cidades. Informou que *o Hospital Regional de Cáceres atende a 1,2 mil bolivianos por ano; por esse motivo, tem se empenhado em melhorar os equipamentos do hospital de San Matías, com o objetivo de reduzir essa necessidade de deslocamento. “A atenção básica é eficiente lá, mas urgência e emergência buscam atendimento aqui, e esse atendimento é amparado por lei”*.

O boliviano não tem direito a fazer cartão do SUS, mas o entrevistado sabe que, na fronteira com o Paraguai, existe um cartão similar para os moradores transfronteiriços. Ponderou que “se dermos o direito a alguém que tem o cartão e nem mora aqui, estaremos preterindo alguém daqui. Mas nunca deixamos de atender aos bolivianos”. Sabe, também, a respeito de possibilidade de realização de consórcio internacional de saúde, mas “o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras não chegou até aqui”.

Francisco Vigo lamentou essa situação, pois consórcios barateiam o atendimento, e não há porque não se aproximar para esses serviços vitais. Ao menos os *matieños* arcam com ambulâncias para trazer pacientes ao atendimento de urgência e emergência. Ele declarou que a solução na Bolívia vem sendo a compra de serviços por pregão via sindicatos, e será preciso estudar a lei deles e se a lei brasileira permite o procedimento. “A cidade gêmea deverá estudar essas possibilidades”. Sublinhou que os problemas da fronteira não se resolvem com armamentos, mas sim com políticas sociais. Citou casos de “mães mulas”, que muitas vezes são abandonadas por brasileiros que circulam pela região de fronteira. Se disse feliz com o estudo que desenvolvemos, pela intenção, e que enviará – de fato, já enviou – dados sobre os atendimentos aos bolivianos.

Além disso, Francisco Vigo explicou que *o sistema de saúde da Bolívia se destina ao atendimento gratuito a pessoas de 0 a 5 anos, gestantes, deficientes e idosos – com mais de 60 anos*. As demais faixas etárias ficam dependentes da saúde privada, descobertas de um atendimento social. Perguntou: “se o programa ‘livre de aftosa’ deu certo, pois ofereceu vacinas lá, por que a saúde não pode perpassar a fronteira”? Contou que:

Em San Matías vacinaram cães e gatos antes até que em Cáceres, pois aqui não havia seringas. Mas, que eles não têm a vacina para os humanos que trabalham na aplicação dessas vacinas nos animais. É necessário ajudar o lado de lá!

Francisco Vigo citou como exemplo o fato de que:

O laboratório de fronteira poderia analisar amostras de água. O atendimento hospitalar lá se encontra no limite. Mas um novo hospital de segundo nível começará a ser construído no próximo ano (2018) e dará conta do atendimento. Um problema a ser enfrentado é a validade aqui do registro dos profissionais de lá (Bolívia), o CRM, pois eles contribuiriam muito em reduzir a demanda reprimida.

Segundo Francisco Vigo, as soluções estariam em: ampliar a capacidade do atendimento em Cáceres, criando um polo de saúde Brasil-Bolívia – mas ele afirmou que desconhece o trâmite necessário; trazer brasileiros que estudam medicina na Bolívia para fazer residência em Cáceres; e possibilitar a construção de um grande hospital, com mais credenciamentos em especialidades.

Francisco Vigo disse que às vezes, para resolver casos urgentes, se esbarra em burocracias inaceitáveis. Caso do combate à dengue e à febre do chicungunya, em que era necessário retirar o lixo do lado de lá da fronteira, mas na tentativa tiveram restrições para a circulação dos caminhões coletores. Ele criticou a atuação do Indea, pela intimidação na forma de abordagem, “pessoas revestidas de ser o que não são”. Por fim, quando questionado sobre sua posição em relação à inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas, perguntou: “para quem é o estudo? Quais os benefícios?”. Após as explicações pela equipe, concluiu: “tudo o que se volta para um trabalho comum, une forças, mesmo que haja diferenças legais entre os países”.

FIGURA 28

Professor Adilson Reis – Cáceres



Fonte: Ricardo Vanini. Posição em: 6 out. 2017.

Obs.: Entrevista 11 – 6 de outubro de 2017 (sexta-feira) – 10h30 às 12h00 – Cáceres – escritório particular.

Entrevistado: professor Adilson Domingos dos Reis (engenheiro civil e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres – IHGC).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea); e Ricardo Vanini (assessor do deputado Leonardo Albuquerque).

Bolívar Pêgo agradeceu pela entrevista e apresentou a equipe, o projeto Fronteiras do Brasil e a pesquisa atual para a possível inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas.

Adilson dos Reis iniciou falando que os problemas sobre Cáceres são históricos, que é histórica a formação do *comércio* formiguinha, sempre existiu. Essa relação não se dá entre as manchas urbanas, a relação fronteira não é urbana, esta se dá na região fronteira propriamente, pelas fazendas, pelas propriedades dos dois lados, por meio dos escambos, em que não circula moeda, mas circulam mercadorias, nem sempre no campo do legal. Segundo o entrevistado, esse é um dos grandes problemas. Há relação promíscua do crime, que não tem fronteira. Ele diz que tem acompanhado isso há muito tempo por meio da atuação das forças de fronteira, mas é exceção. Na opinião do entrevistado, o que acontece ocorre pela falta de oportunidades dos dois lados.

Ademais, Adilson dos Reis recomendou uma regulamentação mais aberta do comércio na fronteira, mas com atuação das instituições, com relações bilaterais, com o objetivo de agilizar a questão das compras de e para ambos os lados. Informa que o volume de compras em Cáceres é três ou quatro vezes maior que no sentido contrário. Isso é percebido. Ele relata que vai e que cacerenses vão periodicamente a San Matías e mais adentro. Por sua vez, os *matieños* encontram-se permanentemente em Cáceres, e muitos se estabeleceram na cidade. “Existe uma população de bolivianos aqui. Eles praticamente trabalham no mercado popular, que no início eram pequenas tendas, mas agora estão edificando”. De acordo com o entrevistado, essa presença muda positivamente a ocupação de alguns setores da cidade. Em Cáceres, o comércio é concentrado na área da antiga rodoviária; as moradias estão dispersas – mas no setor da Cavahada, há relativa concentração, também.

Adilson dos Reis afirmou que *as populações reclamam das revistas no cruzamento da fronteira, pois passam por situações humilhantes. “E há tecnologias que poderiam evitar isso”*. De acordo com o entrevistado, o comércio da fronteira é pequeno, e, para este, as cotas bastam; por isso, as revistas humilhantes poderiam ser evitadas. No comércio, os bolivianos dependem mais do produto brasileiro. “Não se sabe quanto eles consomem por aqui. Mas, quando fecham a fronteira, o comércio de Cáceres sente imediatamente”.

Além disso, Adilson dos Reis registrou que na área de *serviços* os bolivianos são muito dependentes de Cáceres, especialmente na saúde. Mas quando os médicos cubanos se estabeleceram na fronteira, atraíram muitos cacerenses para operações oftalmológicas realizadas lá, pois são muito organizados nisso. Segundo o entrevistado:

Essas relações existem, são históricas. Aqui a fronteira é rural. As relações transcendem as manchas urbanas, ocorrem em toda a faixa em ambos os lados.

Adilson dos Reis disse que isso se dá um pouco menos ao sul, devido às áreas úmidas e alagadas. Nessas áreas, as propriedades são menores; então, há ocupação fronteira maior, mais distribuída no rural. O entrevistado afirmou que a convivência é urbana, a partir do comércio, dos serviços. Mas de população rural. É grande o número de assentamentos oficiais do Incra, que ocupa antigas e extensas áreas vazias na linha de fronteira. Mas nestes falta água, “e estão resolvendo por barreirinhas e outras alternativas, com sucesso. Isso fixa mais a população lá em suas áreas rurais, pois vivem e produzem lá, mas comercializam aqui”.

Sobre a *faixa de fronteira*, Adilson dos Reis relatou que até hoje tem muita dúvida e questionou “o que resolve? Em que facilita a integração?”. Observou que, na segurança, controlar 150 km é mais difícil que 100 km, e segurança é fundamental para coibir os abusos no sentido da degradação ambiental. Mas, segundo o entrevistado, faltam ferramentas mais precisas de controle. “Que benefício traz ao município inserido que não traz aos que não estão na faixa de fronteira”? Em sua reflexão, apenas facilitaria convênios, o que é interessante, mas – quando pega apenas um pedaço do município – deveria estimular programas específicos para aquela parte. *Os tratados bilaterais na faixa de fronteira precisam ser mais pragmáticos, aplicáveis com mais facilidade, dos dois lados. A falta de agilidade abre espaços para corrupção, situações até cômicas*: ao mesmo tempo que cria trancas do lado boliviano, os roubos de carros seguem com brasileiros, que estão livres por lá cometendo delitos.

Adilson dos Reis afirmou que a Federação do Comércio de Mato Grosso já fez esse levantamento de quanto se paga nas trancas informais; falou da cobrança do *xando* (propinas), que ocorre, também, no Brasil, e relatou uma situação particular no trevo do Lagarto, em Várzea Grande (MT). O entrevistado pensa que talvez no caso de “cidades irmãs” – e não gêmeas – isso venha a criar selo, passaporte de fronteira, uma identidade fronteiriça. “Há tratados, mas sem elementos de aplicação prática. Tecnologias de informação facilitarão isso”. O entrevistado sugeriu que *melhor que cidades irmãs “municípios irmãos”*.

Ademais, Adilson dos Reis declarou que *isso vem sendo criado com Cáceres, cidade da Espanha. Cáceres já é “irmã” de Arica, Chile, por decreto, por conta das relações comerciais*. Era para ser, igualmente, com Iquique, também no Chile. O entrevistado considerou que os portos dessas cidades são saídas mais diretas e mais curtas, após se cruzar a Bolívia, pois as rodovias nos Andes estão asfaltadas, com um pavimento de concreto, adequado, e que não há algo intransponível. O problema está na adaptação dos motores, na calibragem dos motores para altitude, por isso é que ocorre a troca de “cavalos” em Santa Cruz, em uma ação com o sindicato dos transportes na Bolívia. Segundo o entrevistado, talvez isso ajude também.

No aspecto mais *institucional*, Adilson dos Reis afirmou que o modelo e os instrumentos de cidade irmã podem ser utilizados. Preocupa-se com a logística e registrou que a Marinha boliviana, que tem o cordão umbilical deles com as águas no rio Paraguai, atuou mais fortemente na região de Corumbá, na relação pela navegabilidade do rio, pelo cordão umbilical com a Laguna Cáceres, por meio do canal Tamengo. O entrevistado disse que os oficiais bolivianos operam há muito tempo em Cáceres:

Funcionavam muito aqui barcos com bandeiras brasileira e boliviana. Eles precisam, embora tenham tratados com o Chile, mas o lado de cá é muito mais interessante e pode ser levado em consideração o fato de ter as águas comuns com a Bolívia, um dado importante.

Segundo Adilson dos Reis, “a razão de exercício boliviano é por aqui. Eles têm Porto Busch, esmagadoras paralisadas em Corumbá. A Venezuela comprou algumas, mas parou de operar. As relações com eles estão complicadas, não evoluíram”. Sobre o porto, o entrevistado explicou que tem duas situações: o porto público de Cáceres agora está nas mãos da companhia Docas de Mato Grosso Ltda.; hoje, a Associação de Produtores de Soja de Tangará da Serra (MT) propõe-se a assumir esse porto público e torná-lo privado, sob concessão. Ao lado do porto público, já existe um terminal privado que faz esse serviço.

Adilson dos Reis reforçou que a navegabilidade é importante e que o rio é muito conhecido, por cima, ao nível da água e por baixo, monitorado por alta tecnologia aplicada de ponta, historicamente, nas dragagens. Há mais de cem anos, é feito esse acompanhamento. O entrevistado ressaltou que não há alguma intervenção nos chamados “fecho de morros”, que servem como regulador das águas, e que tirar essa rolha pode desertificar a área. Não há o que fazer.

Dessa forma, Adilson dos Reis afirmou que a conclusão, do ponto de vista ambiental, é que não precisa mexer. Eventualmente, algumas rochas que afloram são serradas, erodidas, deslocadas e não implodidas. O entrevistado declarou que ambientalmente o território está muito bem controlado a partir de estudos e medições do comportamento das águas e que existe uma regulamentação, uma recomendação, escrita há 103 anos. Em se tratando dos meandros, disse que se deve “adaptar os barcos aos rios, e não os rios aos barcos”. Os meandros são maiores de Cáceres até o rio Jarinu. Alegou que comboios de barcas (chatas) não agredem o ambiente, pois são rasas, navegam a 10 km por hora e não formam ondas grandes. Barcos de maior velocidade são mais prejudiciais. Erros de navegação no passado levavam a abalroamentos, porém nos pontos críticos. Por isso, Adilson dos Reis afirmou que a Marinha brasileira monitora a área com navios laboratórios, que navegam permanentemente com equipes multidisciplinares, e passam esses relatórios/informações para a Indústria de Pinos, Arruelas e Artefatos Ltda. (Ipar), para elaborarem o planejamento antes de cada dragagem. Segundo o entrevistado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis libera licença a essas intervenções. Ainda os armadores desenvolveram o sistema empurrador e o sistema direcional e vertical, sabendo onde está cada curva. Em comboios de seis barcas, a viagem dura oito horas de Cáceres a Morrinhos.

Adilson dos Reis afirmou que o fluxo de transporte coincide com águas altas – a safra e a colheita, também – e que estão desenvolvendo barcas mais leves e as barcas que navegam com cartas *raster*. O entrevistado ainda dissertou a respeito da instalação de novos terminais, os em Barranco Vermelho e Santo Antônio das Lendas (Morrinhos), e o do Paratudal. O trecho da ilha Paratudal está mais adiantado que o do porto de Morrinhos (Santo Antônio das Lendas) e já está licenciado pelo Ibama. Adilson dos Reis acredita na revitalização da hidrovia. “Os fatos estão mostrando. Não depende de recursos públicos, a iniciativa privada está trabalhando nisso. Ela é vital por conta da ureia”.

Além disso, recordou o Tratado Internacional Cáceres-Nova Palmira e enfatizou que é um projeto estruturante não apenas para o desenvolvimento regional, mas também para a ZPE, funcionando nos dois sentidos, “pois poderá trazer carros produzidos na Argentina, a custo menor que o de cegonhas, o rodoviário”. O entrevistado considera Cáceres um “centroide” de cargas, um concentrador de cargas, e declarou que o porto seco, Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), funcionou precariamente. “Entraram pelo descaminho, foram presos e a mega estrutura está lá, próxima ao posto alfandegário, à Receita Federal do Brasil”.

Adilson dos Reis falou do papel interessante da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento (Abides), ONG que faz meio de campo nas relações fronteiriças. Segundo o entrevistado, a comissão propõe que, junto com a agência de energia, se viabilize a ideia da termoeletrica, para trabalhar com gás natural. Agora “isso tomou força junto à Assembleia de Mato Grosso, para que ganhe contornos oficiais. Politicamente Cáceres é uma *city gate*, uma torneira de gás aqui”.

Dessa forma, Adilson dos Reis observou que há indústrias de transformação que podem trabalhar com o gás, o que evitaria os cortes de fornecimento de gás pela Bolívia. E que uma termoeletrica ampliaria as relações bilaterais pelo comércio, como é o caso da termoeletrica em Cuiabá. Ainda nessas relações de comércio, surge “a fábrica de ureia de Cochabamba já vem sondando consumidores possíveis”. Mas pode vir via rodovia. Há o problema político na Bolívia, das relações de La Paz com Santa Cruz. O entrevistado afirmou que a fábrica de ureia está reduzindo essas dificuldades, a de sal, também.

Adilson dos Reis adiantou que o asfaltamento já foi lançado em edital pelo presidente Evo Morales, em Cochabamba, pois o maior cliente é o estado de Mato Grosso. Sobre a ZPE, apontou que se relaciona nos dois sentidos com esses produtos. “Via de mão dupla”. Sobre

a *implantação da ZPE*, está trabalhando pela ideia desde antes desta iniciar. O entrevistado tem certeza de que contribuirá na produção regional de insumos, utilizando a matéria-prima disponível, madeira, carne e borracha, e que pode evoluir para cooperativas de produtores, entrada de frutas etc. Sobre a *inserção da comunidade local*, a ZPE adota o conceito de empresa-escola, e fala do exemplo de lapidadores de pedras preciosas, com treinamento por laboratórios para mão de obra local: as obras já estão em andamento.

Em relação ao processo revisor do PD de Cáceres, Adilson dos Reis citou eventos para pontuação de problemas, alternativas, intenções e, inclusive, encontros com a iniciativa de Cáceres que tiveram lugar em San Matías, e existem até atas, muita coisa produzida, mas em prateleiras. Um problema que o entrevistado apontou na área urbana é a poluição do rio a montante de Cáceres:

Não há rede de coleta de esgotos, e o tratamento é precário. E é para a rede de águas pluviais, que é grande, para onde estão ligando esgotos. O córrego sangradouro foi canalizado e está fechado até a foz no rio Paraguai – trabalho que ele desenvolveu na universidade. Esse sistema previa duas redes interceptadoras de esgotos e, na ponta, estações elevatórias para tratamento.

Segundo Adilson dos Reis, o sistema de esgoto é parte do processo da ZPE. A zona não se acaba em si mesma; depende daquilo que a estimulou, a produção rural, os estudos. Alavanca outros aspectos.

Quanto aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para esgotamento sanitário, Adilson dos Reis informou que o PD de saneamento básico já foi aprovado e já foi criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico, que é presidido por ele. De acordo com o entrevistado, está-se, ainda, definindo regimento interno, mas já há muita coisa em andamento. Sabe-se que o rio tem alto poder de recuperação, pela vazão etc. “O pantanal não degrada, porque não deixa o homem ocupar, dado o regime das águas”. Antes de concluir, falou do importante patrimônio arquitetônico e histórico que existe no centro urbano de Cáceres, e citou o “anjo da ventura”, monumento sobre um prédio de 1871, observado por Franklin Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, quando visitou a cidade.

FIGURA 29

Entrevista com o prefeito de San Matías



Fonte: Equipe Ipea. Posição em: 6 out. 2017.

Obs.: Entrevista 12 – 6 de outubro de 2017 (sexta-feira) – 14h às 15h – Cáceres – Riviera Pantanal Hotel.

Entrevistado: Fábio Olivares (prefeito de San Matías).

Participantes: Francisco Vigo (diretor do Escritório Regional de Saúde de Cáceres) e Jackeline Ramirez (primeira-dama de San Matías).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Bolívar Pêgo apresentou a equipe e mostrou a cópia do ofício do MI e das perguntas norteadoras, elaboradas pela equipe do Ipea, entregues na reunião no governo autônomo municipal de San Matías, na manhã de 5 de outubro, com o carimbo de recebido. Explicou os três pontos que orientarão a entrevista.

Fábio Olivares afirmou que não quis deixar passar por alto a situação de desinformação da comunidade. Portanto, veio a Cáceres para agradecer a visita e falar, pessoalmente, sobre o respeito e o carinho que os habitantes de San Matías sentem pelo Brasil. De sempre querer receber bem. Também quis agradecer o carinho que a equipe dedicou a San Matías, vindo de Brasília até sua cidade, e lamentou o fato de não terem chegado lá a tempo, e ele não ter podido receber a equipe. Destaca que San Matías passou para a situação de cidade gêmea, e agora há a possibilidade de constituir Cáceres-San Matías como uma *ciudad gemela*, e isso gerou uma série de dúvidas, incertezas e problemas, e desvirtuou-se qualquer coisa que o prefeito pudesse ter feito a San Matías. Disso, agradeceu a visita da equipe a San Matías, que ajudou a dirimir as dúvidas.

O prefeito informou que tem segmentos sociais contra e a favor. Isso é normal, e “tem-se que trabalhar para todos sem algum problema”. Manifestou que busca por aproximação com a Prefeitura de Cáceres e a realização conjunta de alguns eventos, como os dois cicloturismos (Cuiabá-Cáceres-San Matías). Que trabalham por todos os setores da sociedade há dois ou três anos, e avançaram trazendo melhores dias a San Matías, buscando alianças estratégicas. Mas surgiram problemas em todas as áreas: saúde; educação; transportes; infraestrutura de transportes; meio ambiente; biodiversidade; e cultura.

Ainda, o prefeito disse que, em 2015, Paula Ravanelli⁴¹ esteve em San Matías e organizou um encontro binacional, com reuniões e mesas de trabalho, em que foram analisados temas como saúde, educação e fronteira enquanto segurança e enquanto intercâmbio comercial. E ainda esclareceu que, *enquanto prefeito de San Matías, é preciso reunir todas as instituições para que “vejam o que significa constituir-se uma cidade gêmea, quais são os benefícios e as vantagens para o município, as janelas de possibilidades que trará”*.

Segundo o prefeito, *no governo de Santa Cruz, essa possibilidade é vista com bons olhos, e, como cidadão matieño, ele acha isso ótimo e vislumbra igualdade de condições para manejar as demandas e as necessidades que existem no município – composto por Santo Corazon, San Fernando, Pozones e Baia Negra, sobre pantanal boliviano*. O prefeito ainda declarou que, na comunidade de Santo Corazon, o Pantanal é formado por água, do lado do Brasil, e terra, do da Bolívia, onde se pode fazer um circuito turístico para ver quais são as viabilidades e possibilidades. Cerca de 70% do Pantanal boliviano estão em San Matías, com 2.300 ha de áreas protegidas no município, sendo a maior reserva de água doce da Bolívia. Sua preocupação é o futuro do Pantanal, que não está sendo cuidado e pode sofrer deterioração. “Não estamos dando a atenção necessária. Se não nos unirmos, teremos problemas com o ecossistema, com o meio ambiente”, sendo lembrado como o país que não tem dado importância à questão de meio ambiente.

41. Assessora especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (PR) do Brasil.

Sobre a constituição de cidades gêmeas, o prefeito está de acordo com a criação, "mas, antes, tem que consultar a população e as instituições cívicas, se estão de acordo". Para ele, é importante socializar o tema com as instituições.

Bolívar Pêgo ressaltou que entendemos e valorizamos a diferença nas formas de organizar a sociedade e deseja que isso seja respeitado. Para o entrevistado, é essencial que se faça o mais amplo debate, a maior reflexão possível, e que os resultados sejam enviados para os pesquisadores.

Fábio Olivares afirmou que San Matías tem grandes problemas de saúde e que Francisco Vigo, do Escritório Regional de Saúde de Cáceres, tem ajudado a minorar esses problemas; que, de uma forma ou de outra, ajuda San Matías, pois estudou os problemas de saúde do município. Ele contou que antes havia apenas um estudante brasileiro no hospital, não se permitiam mais. "Hoje, como prefeito, abrimos as portas e temos mais de 25 estudantes em atuação". Segundo Fábio Olivares, esses estudantes já atuam quase como médicos no hospital de San Matías e vêm contribuir, gratuitamente, com o governo. O prefeito acha o tema da saúde importante, necessário a uma relação profunda. "Qualquer epidemia de qualquer dos dois municípios atingiria o outro. Por isso que é muito importante analisar conjuntamente os temas de seguridade e saúde". Assim, é possível falar de cidade gêmea e debater conjuntamente.

Francisco Vigo acha que eles receberiam mais tranquilamente nossos profissionais, se o caso do Conselho Regional de Medicina fosse resolvido. "Aqui tivemos epidemia de dengue enquanto lá não tinha. Houve várias ações desarticuladas". *O entrevistado recomendou falar com o Gabinete de Gestão Integrada/Ministério das Relações Exteriores*, que envolve juízes e a polícia, e debate temas sobre a fronteira. Para ele, o principal é que se obtenha mais segurança, porque o geral vem junto.

Fábio Olivares afirmou que *outro problema sensível é o gado*. "Se há aftosa em um município, prejudica o outro. São aspectos que nos unem e que podem tornar realidade as cidades gêmeas". Mas, se a ação for isolada, ele como prefeito não pode fazer isso se tornar realidade.

Francisco Vigo lembrou a dificuldade da devolução dos veículos e informou que o prefeito é advogado de profissão e tem trabalhado muito para a devolução de veículos em Cuiabá e São Paulo. Segundo o entrevistado, está havendo melhoria e evolução nisso, mas é difícil controlar servidores públicos. Ademais, todos os veículos roubados são por brasileiros. Ele disse que os que atuam são grupos poderosos e que escapam da atuação de um prefeito. "Esse controle teria que vir de instâncias superiores, ajudaria o prefeito, não pagaria com a vida". Ele destacou que o prédio da RFB trouxe a aduana etc.

Fábio Olivares prosseguiu dizendo que a *integração* vai ser replicada em todo o país para fortalecer a segurança na fronteira. E que um dos acenos nesse sentido é a implantação, pelo governo do departamento, da EPI San Matías, tema que está melhorando aos poucos. Retornando ao tema de *saúde*, o prefeito esclarece que se espera construir um hospital nas mesmas condições, de segundo nível, com anfiteatro, com espaço para alunos praticarem medicina, com umas seis especialidades, além de ter uma faculdade de medicina em San Matías. De acordo com o prefeito, estima-se que em 2019 tudo isso esteja pronto, viabilizado pelo governo do departamento, com o aporte de 14 milhões de bolivianos. Apesar da construção do hospital pelo poder público, o sistema não é totalmente gratuito. Ele contou que – embora o sistema de saúde na Bolívia seja gratuito apenas para crianças de 0 a 5 anos, gestantes, deficientes e idosos – a cidade de Santa Cruz está implementando saúde para todas as idades.

Sobre o *transporte urbano*, Fábio Olivares lembrou que antes estudaram a possibilidade de integração de vans, ônibus e táxis; que antes havia uma empresa que prestava serviço na cidade, mas agora houve problemas. E tinha muitos passageiros (demanda alta), haja vista que toda alimentação de San Matías é proveniente de Cáceres. “E San Matías consome tudo em Cáceres”. O prefeito disse que agora trabalham apenas o tema de táxis, que já entram devido a um acordo estabelecido com o prefeito de Cáceres, permitindo o ingresso por causa do seguro. Os ônibus são impedidos por falta de uma integração aberta a todos os deslocamentos. Espera que ambos os lados possam ter liberdade de ir e vir. “Há muitas barreiras sobre o que pode entrar em San Matías. Enquanto não liberarem, não poderá haver um trânsito livre para todos”. Segundo o prefeito, isso está de acordo com a necessidade de integração na educação, na saúde, nos transportes e nas comunicações, e a prefeitura já está trabalhando para isso.

Francisco Vigo argumentou que transporte é regido por lei federal e quem impede não é o município; tem o seguro obrigatório brasileiro, e o boliviano tem o seguro verde. De acordo com o entrevistado, os veículos de Cáceres e San Matías devem cumprir as normas legais dos dois países.

Fábio Olivares contou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Autoridade de Regulação e Fiscalização de Telecomunicações e Transportes (ATT) tiveram problemas recentemente, quando firmavam convênio internacional, mas não estavam considerando Cáceres e San Matías. O prefeito declarou que essas agências levantaram o problema de que as duas cidades poderiam desempregar trabalhadores do transporte, pois as grandes empresas poderiam monopolizar os serviços.

Além disso, Fábio Olivares reclamou da parte política, que interfere muito. “Trabalhar com a comunidade organizada é difícil”. Confessa que evita olhar politicamente as coisas e procura trabalhar pela melhoria das condições de vida da comunidade; trabalhar e sobrelevar as situações.

Sobre a *integração*, Fábio Olivares afirmou que há de se fazer esta em algum momento. Perguntou se há possibilidade de uma próxima reunião, ampla, com instituições, para tornar pública a reflexão sobre a cidade gêmea. E reiterou que – *como cidadão*, e não como prefeito de San Matías, para não se posicionar *a priori* – *vê com muitos bons olhos essa possibilidade*, e que a intenção já vem de muito tempo e já se firmou em Brasília, pois abre um leque de possibilidades a Cáceres e San Matías. Segundo o prefeito, isso irá materializar-se em um documento, que mostrará as possibilidades a todos os cidadãos, para que saibam de que se trata. Evidenciou que é muito mais importante para San Matías que para outras localidades. Que está aberto a possibilidades, mudanças e melhores condições de vida. “E penso além de San Matías, nos outros municípios da região, em como melhorar, como integrar. Deixo aberta qualquer possibilidade de integração”.

Sobre o processo revisor do Plano Diretor de Cáceres, Fábio Olivares disse que a Prefeitura de San Matías está ciente do processo revisor, mas ainda não foi procurada por Cáceres. Segundo o prefeito, há abertura para participar e compatibilizar os planos. “O que passa em Cáceres passa em San Matías. Se um está bem o outro, também, pois são coligados constantemente”. Essa é uma máxima que não se pode esconder. O prefeito declarou que em San Matías, em toda a Chiquitania, os maiores produtores são brasileiros, muitos em terras de bolivianos, mas há alguns proprietários que já registram as terras em nome de bolivianos. Apontou que há muitos brasileiros com carteira boliviana e ratificou a necessidade da igualdade de condições. “E a cidade gêmea abre essa possibilidade de uma comissão para levantar o tema, pois há muitos bolivianos em Cáceres”.

Francisco Vigo referiu-se, ainda, a uma intenção – pretende levar ao governador – de contatar o Sebrae para fazer um estudo do que poderia ser produzido em San Matías: “Uma cerâmica, por exemplo. Tem um forno elétrico paralisado por aqui, e lá eles terão gás muito barato. Lá, eles não têm padaria que faça pão francês; eles têm somente pão feito em casa”. Ele relata que tem curiosidade e observado essas questões:

Por exemplo, eles trabalham com madeira dura, jatobá, aroeira, angico, ipê, mas falta afinar o acabamento, que se aprende por meio de treinamento. Eles têm a arte, mas falta dar treinamento para agregar valor ao artesanato local.

E, ainda, Francisco Vigo comentou que “a *escola agrícola* daqui está oferecendo cursos de inseminação a cerca de trinta, quarenta alunos bolivianos etc.”. Elencou outras possibilidades a serem discutidas para gerar renda, falta ser provocado, articulado. O entrevistado afirmou que comunidades, além das potencialidades culturais, possuem riquezas minerais. Entre as proposições, há o exemplo de um parque industrial em San Matías, com indústria de confecções, uniformes, moda etc. “Não precisariam ser escravizados na indústria de confecções em São Paulo”. Uma observação que o entrevistado realiza sobre San Matías é que, ao revitalizar uma escola rural, que ficou abandonada há anos, esta, ao ser reaberta:

Estava bem conservada, só faltava limpeza! Fosse do lado de cá, não teria sobrado nem uma telha. Lá, a escola estava com todas as janelas de alumínio. Foi só limpar e inaugurar. São essas coisas que temos que trabalhar, valorizar. Além de valorizar coisas da cultura boliviana.

Fábio Olivares ainda dissertou a respeito da organização política das comunidades e de como lidar com a diversidade de ideias e posições. Ressaltou, ainda, a dificuldade na linearidade das proposições e ideias, mas que, como prefeito, ele não eleva uma ou outra liderança de acordo com seu posicionamento político.

Bolívar Pêgo ressaltou a formação dos núcleos binacionais de fronteira, e que seria importante pensar nisso antes mesmo da institucionalidade da cidade gêmea. Que, ao final de 2017 e início de 2018, estão previstas reuniões do Comitê de Fronteira em San Matías, com a participação de muitos municípios do Brasil, para reiniciar as atividades que estão paralisadas.

Fábio Olivares afirmou que há outras ações de integração, como “a saída mais rápida para o Pacífico”, além da termoelétrica a gás em San Matías, que está produzindo muito pouco, pois a cidade não é um grande mercado que vai permitir fornecer energia para Mato Grosso. Segundo o prefeito, outra ação que vem se trabalhando é a linha aérea, a linha amazônica e a do aeroporto, que atualmente é bem precário, com voos em San Matías, fazendo o trajeto Cuiabá-Santa Cruz. Finalizando, reiterou que, como cidadão, se posiciona favorável e que “se Cáceres está bem, San Matías está bem”.

FIGURA 30
Entrevista no Consulado da Bolívia em Cáceres



Fonte: Ricardo Vanini.
Obs.: Entrevista 13 – 6 de outubro de 2017 (sexta-feira) – 16h às 17h – Cáceres – Consulado da Bolívia.

Entrevistado: Jorge Enrique Mamani (agente consular).

Participante: Ricardo Vanini (assessor do deputado Leonardo Albuquerque).

Entrevistadores: Bolívar Pêgo (coordenador), Maria Nunes e Rosa Moura (Ipea).

Jorge Mamani iniciou sua fala afirmando que somente poderão se posicionar após posição oficial e que, se a condição de cidade gêmea prevê acordos internacionais, a pesquisa deveria ser feita pela chancelaria.

Bolívar Pêgo explicou que é, ainda, um estudo técnico, com o objetivo de avaliar a possibilidade de sugerir a inclusão de Cáceres-San Matías na condição de cidade gêmea.

Jorge Mamani relatou que, ainda, estão elaborando a resposta, enquanto governo da Bolívia. Mas acredita que vai melhorar alguns setores; outros, não. O entrevistado entendeu que é algo da soberania do Brasil e descreveu a visita do deputado Ezequiel Fonseca, acompanhado de um diretor do MI, no ano passado, falando de desenvolvimento regional. Contou que falaram de concorrência desleal em termos de tributação, pelo fato de os bolivianos consumirem em Cáceres. Reconheceu que existe muita cooperação entre as cidades, na agropecuária, mas têm pontos problemáticos, e que estão lutando para solucionar, como o caso do cartão do SUS. O entrevistado afirmou que:

Para nós, é muito importante; por exemplo, chegaram aqui com crianças bolivianas de São Paulo com seus cartões do SUS. Eles foram à prefeitura para conseguir seus agendamentos, pois moram na região, mas, por serem bolivianos, negaram.

Jorge Mamani lamentou que Cáceres seja a única cidade do Brasil que solicita endereço definitivo para cartão do SUS. “Emergência, tudo bem, mas, para uma cirurgia, exigem cartão do SUS. Por racismo, exclusão!”. Disse que há uma portaria do MS sobre a residência definitiva aqui no Brasil:

Mas só em Cáceres, a definitiva deve vir precedida de uma temporária, que é de dois anos, como acordo do Mercosul, de uma migração anterior. Ou seja, aqui é uma condição migratória, não um lar, como em outras cidades.

Ademais, o entrevistado disse que foi solicitada posição da Prefeitura de Cáceres, mas ainda não se recebeu resposta.

Jorge Mamani afirmou que há boa *integração* com outras instituições, a exemplo das com a PF e o então MTb, e muitas parcerias com instituições brasileiras. Que há itens que reforçam os laços culturais etc. No entanto, o entrevistado relatou que, com relação ao tema *saúde*, “já consultamos o governador, mas sem resposta”. Acerca da questão de *bolivianos indocumentados*, registrou que são poucos. “Logo que chegamos a Cáceres, houve muita regularização. Em 2015, eram 105; em 2016, 140. Antes, não tinham condições de ir a Cuiabá tirar a documentação”.

No caso dos *vistos*, Jorge Mamani aconselhou que os bolivianos façam o visto no Mercosul e depois de dois anos tirem o visto de residência definitiva, que permite estudar, trabalhar etc. Sobre a *inserção da Bolívia no Mercosul*, lembrou que Chile e Bolívia são membros aliados, e que a entrada melhorou muito as relações. Segundo o entrevistado, tiraram muitas das multas e penalidades. “Muitas pessoas tiraram vistos de residência”. Sugeriu que haja uma *placa única* Mercosul para veículos. Informou que a *carteira fronteiriça* já pode ser tirada via imigração, que facilita o trânsito, o trabalho e a assistência médica. Que se faça campanha para que as pessoas conheçam e tirem. “Mas o limitante é que só vale entre Cáceres e San Matías e Corumbá e Puerto Suárez”. Não é como do Mercosul, mas facilita algumas coisas.

Jorge Mamani citou o exemplo do Instituto Técnico Superior de San Matías, que tem parcerias com o IFMT, o qual oferece um curso de bovinocultura a alunos bolivianos, mas que, para a certificação, solicita o documento. O transfronteiriço já tem acesso; não precisa da identidade transfronteiriça, esta apenas duplicaria documentos.

Acerca da *migração*, Jorge Mamani contou que por Cáceres passam muitos migrantes:

Alguns vão para Cuiabá e Goiânia fazer compras, e poucos vão para São Paulo por essa via. Em Corumbá, sim, passam, compram passagem e seguem a São Paulo; poucos ficam em Corumbá e Campo Grande. Esse número reduzido em Cáceres se deve à estrada, que é ruim do lado de lá. Eles vêm de San Matías, San Ignacio e Santa Cruz. Não conhecem algum receptivo, apenas o albergue, que abriga dez pessoas, mas ficam os que vêm para o hospital e suas famílias, como é casa de trânsito, onde permanecem por duas ou três semanas. Já participaram da pastoral em Cuiabá, mas agora não trabalham nessa direção porque não há necessidade.

Bolívar Pêgo, então, agradeceu a Jorge Mamani e ao cônsul, e, para que não houvesse constrangimento, reiterou que o estudo é técnico e está apenas no início.

3.2.3 Boxes informativos

BOX 1

Parque Nacional do Pantanal mato-grossense (PNPM)

A região do Pantanal ocupa uma área de aproximadamente 200 mil km², formando a maior planície inundável contínua do planeta, em áreas da Bolívia, do Paraguai e do Brasil, estando neste último 70% de toda a região pantaneira. O Pantanal representa o elo entre o Cerrado, no Brasil central, o Chaco, na Bolívia e no Paraguai, e a Amazônia, no Norte. O Parque Nacional do Pantanal mato-grossense está localizado na faixa de fronteira, tem como um de seus limites o rio Paraguai e estabelece conexão com áreas protegidas fronteiriças, como a Área Natural de Manejo Integrado San Matías, na Bolívia, e as reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) Fazenda Acurizal e Penha, formando um importante mosaico de áreas protegidas. A planície fluviolacustre na qual está situado o PNPM é formada por lagoas de dimensões diversas, sendo as mais expressivas as de Uberaba e Gaíva, na linha de fronteira Brasil-Bolívia. Essa situação faz com que a área do parque e sua zona de amortecimento sejam consideradas como de extrema vulnerabilidade. A zona de amortecimento trata-se do “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Ibama e TNC, 2003, p. 22)”. A região de abrangência do PNPM incorpora os municípios de Poconé (8,2%) e Cáceres (2,8%), em Mato Grosso, e Corumbá (8,5%), em Mato Grosso do Sul.

FIGURA 1
Municípios abrangidos pelo PNPM



Fonte: Ibama e TNC (2003, p. 22).

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Na região pantaneira, na qual está inserido o PNPm, as principais atividades identificadas de uso e ocupação da terra são: pecuária extensiva; agricultura; atividades minerárias; pesca comercial e esportiva; e turismo. Há poucos centros urbanos, e estes são distantes do parque.

A *pecuária*, embora em declínio, pode ser considerada a base da economia regional. Acompanhou a colonização e expandiu-se pela região com práticas de manejo adaptadas às peculiaridades regionais. Charque e couro eram os principais produtos, exportados pelo rio Paraguai. A forma extensiva e desordenada como a atividade vem sendo desenvolvida na região e nos planaltos adjacentes traz consigo a utilização maciça de agrotóxicos, que – somada à exploração de pedras preciosas e ouro – é responsável pela contaminação de peixes e jacarés. A queimada para limpeza de áreas para renovação dos pastos é ação contínua e de difícil controle, vastamente empregada diante dos baixos custos. Outros problemas ambientais estão relacionados à remoção da cobertura vegetal nativa, para a formação de pasto, com espécies exóticas como a braquiária – o que contribui para a perda de nutrientes e redução da capacidade produtiva do solo –, à erosão, à emissão de dióxido de carbono (CO₂), às cinzas para os cursos d'água, à destruição de *habitats* e à morte de espécies da fauna, ao pisoteio do gado nas formações florestais – principalmente nas ciliares – e à utilização indiscriminada de defensivos agrícolas.

A *agricultura* é uma atividade complementar à pecuária. Prevalece a agricultura de subsistência – constituída pelas culturas de mandioca, milho e arroz, este último plantado em áreas alagadas. No planalto, técnicas de cultivo inadequadas agravam a suscetibilidade à erosão. Apesar de leis impeditivas, matas de galerias são retiradas, facilitando o carreamento de sedimentos para os rios e o assoreamento dos recursos hídricos. Os rios cujas nascentes estão localizadas no planalto têm tido essas áreas desmatadas para a implantação de pastagens cultivadas ou agricultura. Também se observa a utilização abusiva de defensivos agrícolas, contaminando o solo e os cursos d'água. Queimadas com a finalidade agropecuária extrapolam as áreas previstas, provocando incêndios de grandes proporções. Fatos como este são observados nas fazendas localizadas no entorno do PNPm, nas porções noroeste e sudeste.

O *extrativismo mineral* – que se trata da exploração de diamante, ametistas e ouro – é historicamente praticado, tendo no ouro o agravante da utilização do mercúrio, constituindo-se em um problema para o norte do Pantanal. A ocorrência de mercúrio na cadeia trófica foi observada em aves, peixes e moluscos, entre outros exemplos. As atividades de garimpo de ouro e diamante ainda eliminam a vegetação de extensas áreas, causando severa erosão e assoreamento de bacias hidrográficas.

A *pesca* é bastante difundida, tanto no âmbito esportivo quanto no profissional. O anzol é o principal apetrecho utilizado para a captura do pescado. Destacam-se problemas como: a pesca de arrasto, praticada por embarcações que circulam com bandeira da Bolívia; a coleta de iscas vivas – particularmente, o tucunaré –, intensificada com a pesca esportiva; a sobre-exploração predatória de algumas espécies; o trânsito constante de embarcações, que afasta os peixes da região; e a suspensão de sedimentos pelas "voadeiras", danificando a sensível camada superficial de sedimentos em que colonizam os invertebrados bentônicos. A ressuspensão dos sedimentos anóxicos causa um consumo imediato do oxigênio livre e pode levar à morte dos invertebrados – e peixes. Observa-se, ainda, um incremento da prática de "pesque-e-solte", mas que no Pantanal não tem sido estudada nem quantificada, no que se refere ao número de indivíduos capturados e soltos e a taxa de sobrevivência.

A proposta da hidrovía Paraná-Paraguai, com uma extensão total de 3.442 km navegáveis, desde o Porto de Cáceres até o Porto de Nova Palmira, no Uruguai, já se encontra em operação parcial, estando em processo de licenciamento. A possibilidade de tornar os rios Paraguai e Paraná navegáveis permanentemente implicaria a alteração do traçado e do leito dos rios, de modo a possibilitar a intensificação do tráfego de embarcações de grande porte. A ampliação do raio de curvas do rio, o derrocamento, a dragagem e o fechamento de alguns de seus braços – entre outras obras necessárias à expansão da hidrovía Paraguai-Paraná – poderão repercutir diretamente sobre a área do PNPm, o que já vem ocorrendo em função de obras pontuais. Tais modificações afetarão o sustento de pequenas famílias tradicionais e ribeirinhas, o tráfego de pequenos barcos, a vida aquática e a economia gerada pelo turismo local, que poderão ser prejudicados pelo privilégio que a hidrovía teria. Outro impacto é o aprofundamento do leito do rio Paraguai, que representa uma ameaça potencial de grande escala para todo o ecossistema pantaneiro. Um abaixamento do nível da água pelo derrocamento no leito poderá causar bloqueamento e entupimento da maioria das baías do Pantanal, levando à sucessão à fase terrestre, em um processo irreversível. Isso teria consequências gravíssimas para todos os organismos aquáticos da região.

O *turismo* é beneficiado pela paisagem ecológica, pela riqueza da avifauna e pela piscosidade dos rios. Corumbá já conta com um receptivo e uma estrutura turística voltada para o rio Paraguai e centrada, principalmente, na pesca esportiva desenvolvida a partir da estrutura dos “barcos-hotéis” ou “hotéis flutuantes”. Registrou-se aumento considerável no número de turistas estrangeiros que visitaram a região, em busca de atividades ecoturísticas. Em Poconé e Cáceres, a dinâmica é mais discreta. Cáceres apresenta padrão de exploração com predomínio da pesca esportiva. A Transpantaneira – que liga Poconé a Porto Jofre, e a outras estradas-parque – foi estabelecida na região e possui como atrativo a observação da diversidade de fauna e flora. Impactos ambientais decorrentes da prática da atividade ecoturística ainda não foram identificados, exceto os já mencionados na atividade de pesca esportiva.

Fonte: Ibama e TNC (2003).

BOX 2

Área Natural de Manejo Integrado San Matías

A Área Natural de Manejo Integrado San Matías caracteriza-se por possuir uma grande riqueza de diversidade de fauna e flora. Faz parte do Pantanal boliviano, denominado internacionalmente como sítio Ramsar, em 2001. A área protegida foi criada em 1997, pelo Decreto Supremo nº 24.734. Localiza-se a leste do departamento de Santa Cruz, nas províncias Ángel Sandoval, Germán Busch, Chiquitos e Velasco, nos municípios de San Matías, El Carmen Rivero Torres, Puerto Suárez, Puerto Quijarro, San José de Chiquitos e San Rafael.

Tem uma área total de 2,9 milhões de hectares e é administrado pelo Serviço Nacional de Áreas Protegidas (Sernap). A maior parte do território da ANMI San Matías encontra-se em bom *estado de conservação*, devido à inacessibilidade que apresenta durante a maior parte do ano. Sua categoria de ANMI permite o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável.

A área protegida contém dois ecossistemas frágeis interconectados: o bosque seco chiquitano e o pantanal. Pertence à bacia do alto rio Paraguai e caracteriza-se por compor um conjunto de lagos, lagunas, pântanos e rios, situados em uma grande planície de inundação. Por esta, atravessam rios, lagunas e outras fontes de água entre *quebradas* (passagem estreita e abrupta entre montanhas), *curichis* (alagados) e pântanos. O *ecossistema* do pantanal apresenta grandes mudanças durante as diferentes épocas do ano (cheias e secas); graças a isso, existe grande diversidade de flora e fauna silvestre. A vegetação característica está representada por: morado; cuchí; soto; tajibos; alcornoque; curupaú; tipa; cuta; taquara; garabatá; palmares de carandá; vitória-régia; e tarope.

As espécies de *fauna* que representam essa zona são o jacaré ou o lagarto, a sucuri, o cervo do pântano, o pecarí, o jaguar, o lobo-guará, a anta, o tatu-canastra, a paraba azul (arara azul) – em perigo de extinção –, o bato (tuiuiú), entre outras. Por sua localização geográfica, seu clima e suas diversas paisagens naturais, a área protegida possui amplas vantagens para o desenvolvimento do *ecoturismo*. Alguns atrativos são: Santo Corazón e Bahía Negra (comunidades localizadas a sudeste da área protegida, representativas da cultura chiquitana e ayorea); e Puerto Gonzalo (lugar de excepcional beleza paisagística, por estar situado às margens da laguna La Gaiba, com praias naturais e abundante flora e fauna). Entre outros, apreciam-se belos pores do sol nas lagunas Uberaba, La Gaiba e Mandioré.

Fonte: Gobierno Autónomo Departamental Santa Cruz ([s.d.]).

BOX 3

Ipea ouve governo de MT sobre irmandade entre Cáceres e San Matías



Fonte: Assessoria do governo de MT.

O governador Pedro Taques participou nesta segunda-feira (2/10) de uma entrevista com pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre a possibilidade dos municípios de Cáceres (MT) e San Matías, na Bolívia, serem classificadas como cidades gêmeas. O estudo é realizado por solicitação do Ministério da Integração Nacional (MI).

O reconhecimento das cidades como gêmeas contribui no fortalecimento das relações socioeconômicas e na formulação de políticas públicas conjuntas, que tratam de problemas e de oportunidades comuns aos dois lados da fronteira.

Taques se manifestou favorável à proposta. O governador respondeu perguntas sobre as dificuldades vivenciadas na região de fronteira, elencou potencialidades turísticas entre as duas cidades, relação de Mato Grosso com o Governo Federal, Polícia Boliviana e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

“É uma vantagem importante que elas se tornem irmãs, desde que saíamos dos sonhos e os concretizemos. Um dos maiores problemas que temos na fronteira é o tráfico de drogas. Essa é uma situação que não se resolve apenas com a polícia, mas com desenvolvimento”, disse o governador.

De acordo com o pesquisador do Ipea, Bolívar Pêgo, a irmandade pode contribuir, também, no acesso a melhores financiamentos, negociações e estreitamento de relação entre as cidades. Em Mato Grosso, também, estão sendo ouvidos representantes de instituições como Grupo Especial de Fronteira (Gefron), Instituto de Defesa Agropecuária (Indea), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). A próxima etapa da pesquisa de campo será ouvir os prefeitos de Cáceres e San Matías.

“O Ministério da Integração Nacional nos pediu um estudo técnico sobre uma avaliação de Cáceres e San Matías serem ou não cidades gêmeas, e, para isso, estamos fazendo um trabalho de campo com atores relevantes. O governo do Estado é muito importante para compreender esse tema. Acreditamos que no próximo semestre já teremos um relatório preliminar do resultado deste trabalho”, explicou o pesquisador.

Fonte: Governo de Mato Grosso (2017). Disponível em: <<https://is.gd/Jx2ABN>>.

BOX 4

Estudo da Unemat sobre Cáceres-San Matías

Sob demanda da Prefeitura de Cáceres, professores da Unemat realizaram estudo para averiguar se as relações entre Cáceres e San Matías atendem aos requisitos institucionais para serem reconhecidas como cidades gêmeas. A publicação resultante compõe-se de cinco seções: *i*) uma abordagem histórica sobre a constituição da fronteira do Brasil-Bolívia entre os séculos XVIII e XXI; *ii*) Mato Grosso no contexto da Amazônia Legal, as frentes pioneiras de expansão agropecuária e os processos emancipatórios; *iii*) a dinâmica político-econômica e sociocultural nos dois lados da fronteira seca, e as peculiaridades das relações que se estabelecem entre Cáceres e San Matías (a “hermanidade” pela facilidade de acesso, mobilidade, relações comerciais e socioculturais – relações pessoais e institucionais); *iv*) Cáceres e San Matías na perspectiva de cidades gêmeas; e *v*) as considerações finais dos autores – estas duas últimas seções sintetizadas neste *box*.

Os traços que confirmam a perspectiva da constituição de cidades gêmeas e o potencial de integração entre essas cidades foram resgatados nas dinâmicas socioculturais e econômicas produzidas historicamente pelas populações que habitam esses espaços transfronteiriços. Tais traços foram organizados fundamentalmente conforme os critérios elencados na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a). O *primeiro conjunto* descreve o potencial de integração econômica, social e cultural desse recorte da fronteira, a partir de suas agências e instituições, e de seus *modos operandi*. O *segundo conjunto* trata dos problemas (condensados) característicos da fronteira, tais como: o tráfico internacional de entorpecentes e os delitos deste decorrentes; a produção de cocaína no país vizinho, com o Peru e a Colômbia, e as condições de acesso a esses países, que tornam a fronteira oeste um território frágil; o contrabando de mercadorias e armas de fogo; o tráfico de foragidos da justiça; a evasão de divisas; os roubos de veículos; a abertura de aeroportos clandestinos e “cabriteiras”; entre outros problemas que desafiam estratégias de inspeção, fiscalização e combate aos delitos. Ao mesmo tempo, contribuem para que a mídia crie uma imagem da fronteira como lugar perigoso e violento por excelência, omitindo a existência “de uma população pacata que sempre ‘cuidou’ (e continua ‘cuidando’) dos territórios nacionais, literalmente. Em outras palavras, essa conduta produz a invisibilidade das populações transfronteiriças” (Araújo e Puhl, 2016, p. 45).

Entre os *problemas*, salientam o excesso de burocracia e algumas regras alfandegárias, que descontentam brasileiros e bolivianos que transitam entre as duas cidades, e a ausência de instituições bancárias na linha de fronteira, que dariam mais fluidez às relações comerciais. O *terceiro conjunto* de traços encontra-se nas perspectivas políticas de integração das populações transfronteiriças, estabelecida a partir das distintas relações humanas em diferentes tempos. Entre inúmeras iniciativas, além de *encontros* históricos anteriores, destacam uma reunião em Cáceres, em abril de 2013, entre brasileiros e bolivianos – incluindo-se os respectivos embaixadores –, para tratar a respeito de subsídios a políticas de desenvolvimento e integração entre os dois povos, da qual enumeram as ações propostas segundo os grupos temáticos: segurança, integração econômica e temas sociais. Outro destaque é dado ao I Encontro de Municípios Chiquitanos, em que foram deliberadas ações nas áreas de atendimento à saúde, à educação e à cultura, acordos logísticos, turismo e meio ambiente, segurança integrada e agricultura e meio ambiente. Destacam, ainda, a reunião bilateral Brasil-Bolívia, uma rodada de discussões entre os governos de Mato Grosso e Santa Cruz, em Cuiabá, em abril de 2016, que resultou na *Carta de Cuiabá para la Integración*. Como compromisso oficial chancelado pela carta, foi realizada a Caravana da Integração, em abril de 2017.

Como *quarto conjunto*, focam que Cáceres foi contemplada com a criação de uma zona de processamento de exportação (Decreto-Lei nº 99.043, de 6 de março de 1990), o que criou uma enorme expectativa de desenvolvimento para a cidade. Porém, o projeto ficou paralisado por quase duas décadas, em função de entraves políticos, e ainda hoje não existem empresas instaladas na área destinada; apenas está em andamento a implantação de infraestrutura (energia elétrica e sistemas de telecomunicação), com o objetivo de receber os futuros empreendimentos. Apontam como grande alento para a retomada da implantação da ZPE de Cáceres a recente adesão de empresários pertencentes à Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso, o que representa somatória de forças políticas e empresariais que pode viabilizar o empreendimento:

Com a efetivação da ZPE de Cáceres e o recente ingresso da Bolívia no MERCOSUL, a dinâmica do comércio exterior possibilita a circulação de produtos industrializados nos mercados andinos, sul-americanos e, provavelmente, nos asiáticos (Araújo e Puhl, 2016, p. 58).

O *quinto conjunto* diz respeito aos efeitos – diretos e indiretos – da integração, sobre o que o estudo afirma que a fronteira oeste comporta uma integração informal histórica, devido a:

Relações interpessoais permeadas, ao longo dos tempos, por mesclas étnicas, comerciais, sociais e culturais. Em função disso, a integração política, do ponto vista institucional e governamental, não deve ser reduzida às questões de segurança militarizada e/ou a uma nacionalidade exacerbada, pois assim se produz uma idealização do lugar do medo, do perigo e do pavor de ser ou de estar na fronteira (Araújo e Puhl, 2016, p. 58).

O *sexto conjunto* aborda Cáceres como suporte à formação humana na fronteira oeste e enumera instituições (educacionais, de cultura, da saúde, entre outras) que afirmam essa centralidade. Nas considerações finais, o estudo sublinha que:

as microrrelações que historicamente constituíram e continuam constituindo a vida cotidiana das populações da fronteira vêm sendo incorporadas nos entendimentos políticos, nos protocolos de intenções, nos acordos formais (governamentais) aqui apresentados, e ganham relevância na medida em que essas decisões reconhecem a legitimidade cultural das populações transfronteiriças, porque assim minimizam diferenças e desigualdades entre povos e nações e criam condições para melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDH) das populações da fronteira oeste. Isto sendo possível, cada fronteiriço saberá exercer sua cidadania autônoma, fortalecendo ainda mais as relações étnicas, políticas, sociais, culturais e econômicas entre o Brasil e a Bolívia, conseqüentemente, entre brasileiros e bolivianos (Araújo e Puhl, 2016, p. 67).

Finalizam afirmando que:

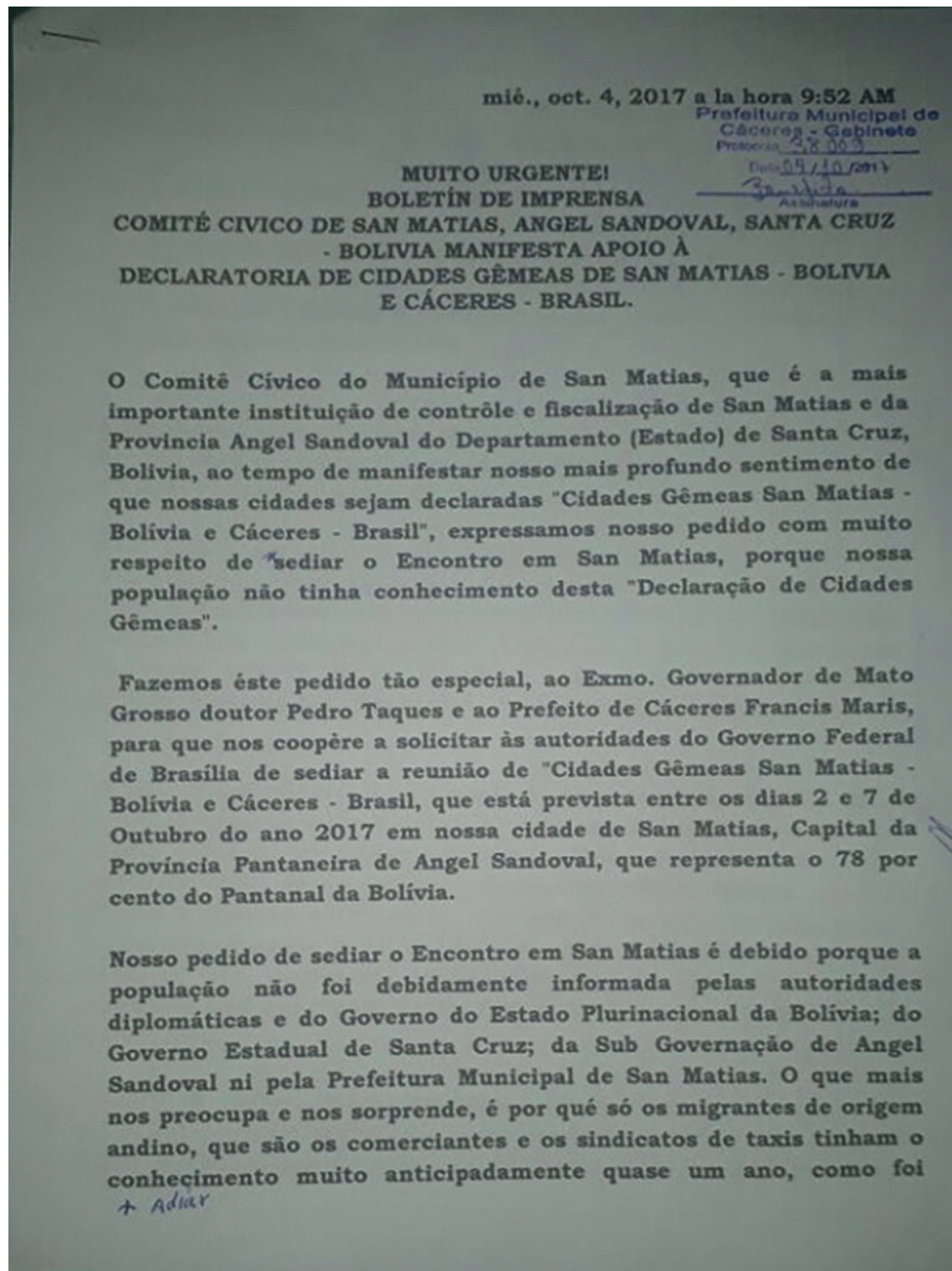
Por ser um território em constante movimento onde acolhe adversidades, alteridades e familiaridades, e pelas razões aqui expostas, esperamos o reconhecimento de Cáceres como cidade gêmea com San Matías, como mais uma etapa de integração latino-americana (Araújo e Puhl, 2016, p. 67).

Fonte: Araújo e Puhl (2016).

BOX 5

Declaração de Apoio às Cidades Gêmeas do Comitê Cívico de San Matías

Documento entregue, em Cáceres, pelo Comitê Cívico de San Matías, em 4 de outubro de 2017



(Continua)

(Continuação)

informado faz três dias na reunião com os Comerciantes e Sindicatos de Taxis que também sabiam do assunto.

Curiosamente nossa Instituição que representa a todos os atores sociais, só foi informada pela associação de comerciantes e sindicatos de taxis nesta semana, quando pretendiam fazer um movimento para fazer oposição à "Declaratoria de Cidades Gêmeas de San Matias - Bolívia e Cáceres - Brasil" quando a delegação de Brasília chegasse a San Matias.

Os Comerciantes e Taxistas não é a expressão do conjunto do povo de San Matias porque são os setores privilegiados e formam parte da elite econômica de San Matias.

Pelo fato acontecido, é que denunciemos que o povo originário chiquitano e pantaneiro foi discriminado e manipulado pelas autoridades da Bolívia e pelos "movimentos sociais de emigrantes andinos que pretendem manter bloqueada a fronteira pantanera boliviana com o Brasil ignorando que somos um povo que compartilhamos história, cultura, língua, tradições e sangue".

Estamos profundamente preocupados, por não ter transporte livre coletivo como tivemos durante 40 anos com Mato Grosso e que foi muito antes de ter transporte a Santa Cruz, nos precisamos toda ajuda de vocês para reiniciar o transporte público coletivo de San Matias a Cáceres e vice versa, para que nosso povo carente possa circular livremente e não continuem sendo discriminados de uma maneira tão excluyente desconhecendo de nossas tradições culturais que nos unem nesta região da fronteira a bolivianos e brasileiros.

Debido a éstos acontecimentos, nosso Comitê Cívico está convocando nesta sexta feira 6 de outubro de 2017, ao Conjunto das representações de todas as instituições de nosso Município,

(Continua)

(Continuação)

para tratar "Cidades Gêmeas"; Reiniciar o Transporte Público Coletivo San Matias - Cáceres - San Matias; San Matias - San Ignacio.

O objetivo principal, é para socializar melhor as virtudes deste tão importante e histórico processo de integração regional, que é o Eixo Principal de Integração do Coração da América do Sul e de Comunicação entre Brasília e La Paz.

Manifestamos, que a população de nossa Província que têm como único Município a San Matias, se sente muito honrada pela atenção e interesse de nossos vizinhos irmãos cacerenses, de ter pedido ao Governo da República Federativa do Brasil para incluir nossa cidade como "Cidade Gêmea de Cáceres", depois do Encontro de Municípios Chiquitanos na Sessão Solene na Câmara Municipal de Cáceres com o Presidente Marcinho Lacerda e todos os vereadores da Comarca de Cáceres e no Gabinete do Prefeito Francis Maris no passado 30 de Junho do ano 2015.

Manifestamos também, com muito orgulho, que temos um rico histórico passado cultural compartilhado com Cáceres desde a prehistoria, a colônia espanhola e portuguesa e durante o período da Coluna Prestes que percorreu o Brasil inteiro, 27 mil quilômetros com 1700 combatentes entre 1925 e 1927, a Coluna Prestes se refugiaram e enterraram suas armas em San Matias, boa parte dos combatentes ficaram e deixaram descendentes em nossa terra.

O líder da Coluna Carlos Prestes, viveu em San Matias antes de sair para a Argentina e a União Soviética e ao retorno fundó o Partido Comunista do Brasil.

A presença dos revoltosos, influêncio profundamente na cultura e tradições de nosso povo é por isso que San Matias e a Província

(Continua)

(Continuação)

Angel Sandoval é um povo bilingue: castelhano e português. Nossa população de origen espanhol, brasileira, nativa é originária das culturas chiquitanas, bororós e ayoreodes é a dona do território da Área Natural do Manejo Integrado, ANMI, que têm dois ecossistemas: O Bosque Seco Chiquitano e o Pantanal, que é o Segundo Humedal do Planeta.

"31 de julio de 1997

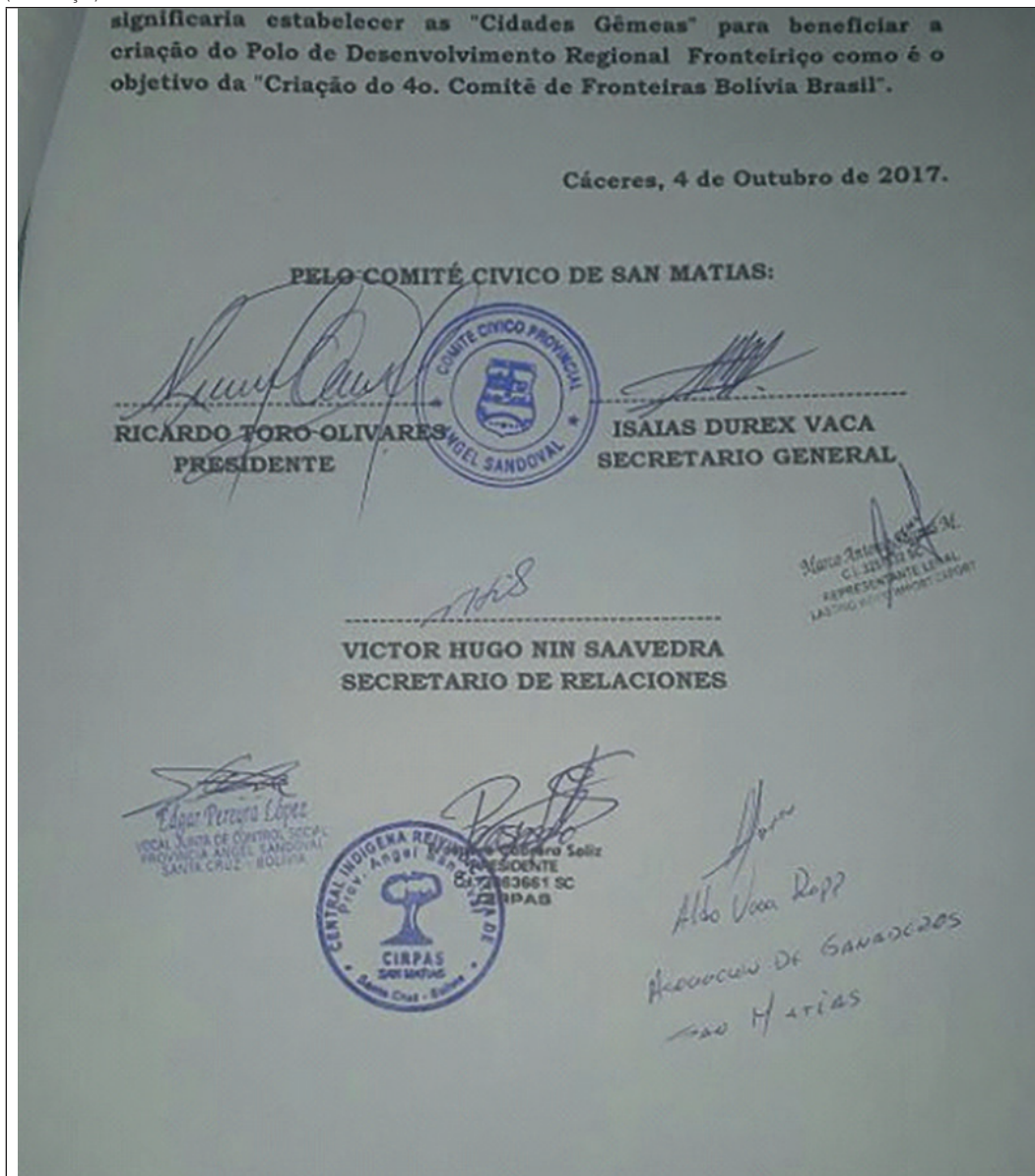
Fue declarado mediante D.S. 24124 del 29-09-1995, Plan de Uso del Suelo (PLUS) Define Área de Inmovilización- Reserva Biológica San Matías en la Prov. Ángel Sandoval. El 31- 07-1997 por D.S. 24734 se declara Área Natural de Manejo Integrado San Matías."

A "Declaração de Cidades Gêmeas" seria um justo reconhecimento aos valores culturais compartilhados com muitas vivências que foram destacados pela Incorporação de San Matias ao PNMT, que é o Programa Nacional Municipal de Turismo do Ministério de Turismo de Brasil, sendo o único Município estrangeiro que é membro entre mais de 1700 Municipios brasileiros, foi assinado pelo Ministro de Turismo de Brasil Rafael Greca e Javier Bacigalupo Diretor Geral do Vice ministério de Turismo em Brasília em Agosto de 1999; "Declaratoria de Irmandade" com um Desfile Militar Boliviano Brasileiro; como a Declaratoria de Sessões Conjuntas do Concelho Municipal de San Matias e a Câmara Municipal de Cáceres cada 3 meses; no dia 2 Outubro de 1999; Criação do 4o. Comitê de Fronteiras San Ignacio, San Matías - Bolívia e Cáceres - Brasil em Maio de 2000; Cooperação de luta contra a Aftosa por parte de Brasil; Convenio de Segurança, Saúde e outros Acordos.

Agradeceremos muito especialmente, estimado Governador de Mato Grosso doutor Pedro Taques e estimado Prefeito de Cáceres de nos cooperar e ajudar a realizar um Foro o Seminário o Talheres por parte de Brasil, para nos explicar melhor e socializar conosco e as autoridades do Estado Plurinacional da Bolívia todo o que

(Continua)

(Continuação)



Fonte: Declaração de Apoio às Cidades Gêmeas.

BOX 6

Estudo demandado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Este estudo, citado por vários entrevistados, foi realizado pela Cooperativa Mista de Trabalho Multidisciplinar Ltda. (Cootrade) a pedido da ALMT, com o intuito de “conhecer para desenvolver”. Tem como principal propósito sistematizar informações sobre a situação das relações fronteiriças Brasil-Bolívia, em Mato Grosso, que cumpre a partir da organização de dados, tabelas, cartogramas, croquis e análises dos seis municípios que compõem a faixa de fronteira do estado, detalhadamente e com a visão de quem conhece a região em seu viver cotidiano, dado que a equipe de pesquisadores responsáveis reúne professores e agentes da região. Os resultados foram estruturados em dez capítulos, que se complementam com anexos estatísticos e cartográficos.

No *capítulo 1*, discorre-se sobre os conceitos de fronteiras, território, nação, Estado, zona de fronteira e faixa de fronteira, assim como trata da legislação referente às demarcações das fronteiras. No *capítulo 2*, é descrita a área de estudo do ponto de vista da localização e da geografia; neste caso, dando-se ênfase por estar localizada no grande divisor de águas das bacias Platina e Amazônica, explica-se o significado de termos específicos (faixa de fronteira, lindeiros etc.) e justifica-se a escolha dos municípios brasileiros e bolivianos que serão objeto do estudo. Com a afirmação “sem fronteiriços... não temos a fronteira”, o *capítulo 3* quantifica e caracteriza a população da área de estudo, particularmente da área de relacionamentos entre o Brasil e a Bolívia.

No *capítulo 4*, os autores dedicam-se às relações fronteiriças – particularmente, as econômicas –, salientando-se a atividade pecuária como essencial para a compreensão da dinâmica dessa fronteira, posto que resulta em ações de integração concretas, como o combate à aftosa. Analisam-se, ainda, a integração energética, o gás e as trocas comerciais. A mobilidade transfronteiriça é o tema do *capítulo 5*, que apresenta números da movimentação de passageiros, bem como descrição das linhas de ônibus e de suas rotas. No *capítulo 6*, aborda-se a saúde na fronteira, descrevendo-se as peculiaridades dos dois sistemas (legislação), fornecendo-se dados de saúde, analisando-se as estruturas e o pessoal disponíveis na fronteira, bem como relacionando-se e mapeando-se os equipamentos rurais.

No *capítulo 7*, a análise volta-se à educação na fronteira. Dessa forma, aborda-se o marco jurídico dos dois países, bem como fornecem-se dados da rede escolar dos municípios do Brasil e da Bolívia na área fronteiriça selecionada, informações sobre algumas escolas visitadas e uma análise de outros níveis da educação; particularmente, a educação técnica. O *capítulo 8* é dedicado à “fronteira na mídia”, com observações sobre alguns meios de comunicação, imagens emitidas e literatura sobre o tema. No *capítulo 9*, a segurança pública é focada a partir de estatísticas sobre efetivos policiais, principais ocorrências e taxas de homicídio, bem como a respeito de uma relação dos pontos de controle em segurança fronteiriça, dos dois lados da fronteira. O *capítulo 10*, também o último, trata dos comentários finais, que sintetiza as principais características e possíveis tendências da fronteira analisada, elencando alguns problemas e “ousando” apontar alternativas.

Os autores destacam como *problemas*: a construção de uma imagem falsa sobre a fronteira; os preconceitos; a falta de informações sobre a realidade fronteiriça; o reduzido conhecimento sobre as peculiaridades culturais que fazem essa fronteira diferenciada das demais; a veiculação de soluções “simplistas” como salvadoras, como a de que basta a pavimentação de uma rodovia para que os problemas estejam resolvidos; a segurança pública, que na fronteira não é apenas um problema do tráfico, mas também uma necessidade para a cidadania; o desafio da integração institucional; a pouca precisão na construção de políticas públicas e programas; a necessidade de melhoria nos serviços aduaneiros e de migração; o número reduzido de passos de fronteira; o Documento Especial de Fronteiriço, que está subutilizado e com âmbito muito restrito; o impacto ambiental gerado pelo comércio; e as áreas distantes, sob tutela binacional, a mercê de “danos ambientais que devem ser mitigados antes que se tornem irreparáveis”. No documento, elenca-se, ainda, uma série de alternativas infraestruturais, programáticas e normativas.

Cabe anotar que os autores trabalham o conceito de “cidades vinculadas” e identificam dois conjuntos de municípios que representam esse caso: Cáceres com San Matías, com influência em Porto Esperidião; e Pontes e Lacerda-Vila Bela com San Ignacio de Velasco. “Estes conjuntos vinculados não são isolados, não se excluem totalmente, mas, pelos dois, é que fluem os relacionamentos de outros municípios mato-grossenses com a Bolívia”.

Fonte: Cootrade (2016).

4 PARECER

Com base nas informações colhidas a partir de fontes primárias e secundárias – e na permanência na região de Cáceres-San Matías por uma semana –, a equipe considera ter posse dos elementos necessários a emitir um parecer sobre a proposta de inclusão desses municípios no rol das cidades gêmeas, segundo critérios da Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a).

No caso de Cáceres e San Matías, os cerca de 103 km que separam as duas localidades e o fato de não haver contiguidade entre as áreas urbanas leva a que a comunidade local, os pesquisadores, as autoridades e os cidadãos, de modo geral, questionem a pertinência de serem *ciudades gêmeas*. No entanto, acatam a ideia de *ciudades-irmãs*, conforme acordo transfronteiriço firmado pelos municípios, em abril de 2013, quando foi criado o Comitê de Integração Bilateral Cáceres-San Matías. Esse reconhecimento e o acordo prescindem a necessidade da articulação física dos centros, mas impõem o estabelecimento de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento, bem como a aspectos políticos, econômicos e culturais.⁴²

Há controvérsias no meio técnico e acadêmico quanto à aceitação do conceito de cidades gêmeas, e não apenas no caso desses dois municípios. Argumentos contrários pautam-se no caráter orgânico desse conceito: ser *gêmeo/la* pressupõe uma origem comum e um mínimo de traços de similaridade. Entre cidades que se aproximam na linha de fronteira, nem sempre as origens são comuns, mas – embora possam ter histórias distintas e configurações espaciais específicas, algumas vezes sem conformar continuidade de mancha de ocupação – estas têm um presente que as une por fluxos de pessoas e mercadorias e por relações sociais e econômicas, que resultam na interculturalidade e interação entre os povos. Cidades-irmãs, cidades integradas e cidades articuladas são algumas alternativas apontadas em substituição a cidades gêmeas.

Por se tratarem de recortes espaciais que extrapolam os limites das áreas edificadas (as cidades de fato) e contemplarem territórios municipais em sua totalidade, outra vez a expressão é contestada. Dessa forma, aparecem como alternativas propostas de arranjos fronteiriços (IBGE, 2016) ou arranjos transfronteiriços, posto que articulam um território entre países (Moura e Oliveira, 2018).

Outros argumentos questionam a uniformidade de políticas formuladas para o conjunto de cidades da fronteira sem se ater às suas especificidades, como é o caso de estudo realizado sobre o grau de complexidade de fronteirização de cidades localizadas na linha de fronteira do Arco Central.⁴³ Nesse estudo, as cidades da linha de fronteira são classificadas mediante duas modalidades: o nível de contato – ou seja, a distância no que concerne à linha de fronteira e à proximidade urbana com a cidade do outro lado; e o grau de complexidade devido ao tamanho populacional. Cáceres classifica-se no nível 3 – em cinco níveis – de contato, que corresponde a contato moderado, por estar distante da linha de fronteira, mas guardando relação com centro urbano internacional; ao mesmo tempo, relacionando-se essa classificação de nível 3 ao tamanho populacional das duas cidades, que supera os 100 mil habitantes, Cáceres-San Matías passam a enquadrar-se no nível de complexidade de fronteirização médio. Isto é, compõem um conjunto que requer atenção no que se refere à formulação e à implementação de políticas públicas.

42. A atuação do Comitê de Integração Bilateral Cáceres-San Matías tem por objetivo “promover ações relacionadas à integração política, econômica, social, física e cultural entre as duas cidades, além de apontar encaminhamentos específicos para as áreas comercial, jurídica, segurança, migração, desenvolvimento produtivo, meio ambiente, infraestrutura, transportes rodoviário, hidroviário, ferroviário e aéreo, serviços de transporte de carga e passageiros, aduanas, saúde, educação e turismo” (Ferreira, 2017, p. 9).

43. Estudo coordenado pelo professor Tito Carlos Machado de Oliveira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), apresentado na oficina de trabalho organizada pelo Ipea e pelo MI, em Corumbá, em junho de 2017. A apresentação encontra-se no capítulo 4 do livro *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central*.

Sem discutir a adequação do conceito, mas a essência da importância em se buscar formas de articulação e integração entre municípios que compõem uma unidade que transcende fronteiras internacionais, nesta parte do relatório, serão verificados o cumprimento de critérios e sintetizado um parecer técnico. Na subseção 4.1, serão avaliados os oito critérios estabelecidos na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), para identificação de uma cidade gêmea, à luz das informações obtidas e do conhecimento adquirido no contato com as dinâmicas e os agentes locais e regionais de Cáceres e San Matías. Na subseção 4.2, será apresentado o parecer quanto à pertinência em inserir o município de Cáceres na relação das cidades gêmeas brasileiras.

4.1 Avaliação dos critérios identificadores

4.1.1 Potencial de integração econômica, social e cultural

Agentes entrevistados e ações realizadas para a identificação da integração de funções e atividades entre os municípios confirmam que estas existem e que são históricas, mas ainda há grande potencial de ampliar os processos de integração econômica, social e cultural existente entre Cáceres e San Matías. Destaca-se que as várias iniciativas que demonstram a intenção de integrar existem há muitos anos, inclusive com reuniões entre as câmaras municipais de Cáceres e San Matías, com o objetivo de acordos mais amplos.

Do ponto de vista econômico, esse ponto da fronteira se torna estratégico, devido ao interesse de Mato Grosso em voltar-se para o oeste, por considerar as perspectivas que se abrem pelo grande mercado consumidor dos países vizinhos – até mesmo porque o mercado consumidor do estado é muito pequeno para sua produção.

Nesse sentido, a região em que se situa Cáceres oferece potencialidades para o desenvolvimento de várias atividades econômicas com a implementação de infraestruturas logísticas, sobretudo com a implantação da hidrovía e a conclusão da pavimentação da rodovia no território boliviano. Destacam-se também as atividades econômicas na indústria mineral, nas reservas de ouro, prata, zinco e lítio, a serem exploradas; e na pecuária, principal atividade econômica da região, e nos principais rebanhos de Mato Grosso e do Brasil, além da criação de jacaré em cativeiro, para a comercialização da carne. Está sendo retomado, em Cáceres, a revitalização do projeto de uma ZPE, cujo decreto de criação remonta aos anos 1990, mas que, a partir de 2010, entrou na pauta do planejamento público, além da recuperação da hidrovía, que, também, é um projeto do estado que se arrasta por décadas.

Outra atividade que se destaca no município são os serviços; particularmente, a função universitária, cujas atividades estimulam grande migração pendular de alunos e eventos que movimentam o comércio local.

Como contrapartida, no território boliviano, no departamento de Santa Cruz, no qual se localiza San Matías, há disponibilidade para oferecer o gás natural, e esse departamento pode servir como rota para a produção de ureia de Cochabamba – que, ao ser vendida para o estado de Mato Grosso, amarraria um acordo com o gás e a construção do último trecho da rodovia, o qual serviria para o escoamento dos produtos mato-grossenses para Santa Cruz de La Sierra e suas áreas adjacentes. Nesse contexto, a população fronteiriça beneficiar-se-ia, também, com a oferta de mão de obra, além de trabalhadores especializados no setor têxtil, que poderia ser aproveitada na região com a criação de um polo têxtil, na ZPE, o que evitaria sua exploração indevida em outros estados brasileiros. San Matías inclui-se no projeto de criação de uma zona franca de exportação, em tramitação no governo boliviano.

Há, ainda, várias intenções de estreitar atividades econômicas em que os dois municípios possuem potencialidade, como a indústria do turismo. Conjuntamente, já estudam a possibilidade de investir nessa indústria, que vem crescendo nos últimos anos. Essa atividade de turismo abrangeria o conjunto arquitetônico do município de Cáceres, tombado como patrimônio cultural e histórico nacional, que se caracteriza por edifícios do século XIX e do início do século XX, assim como o Pantanal, a presença dos rios, da flora e da fauna, e a ANMI na transição do Escudo Chiquitano e da planície do Chaco. A indústria do turismo também se constituiria no circuito das missões jesuíticas, patrimônio mundial da UNESCO, localizadas no território de San Matías e em outros municípios chiquitanos, que podem ser articuladas a pacotes nacionais e internacionais, incluindo-se Cusco.

Há perspectivas, também, da criação de uma faculdade de medicina no município de San Matías e uma escola de saúde em Cáceres, o que possibilita a criação de intercâmbio de doutorado e outras áreas acadêmicas com universidades brasileiras. Essas possibilidades aumentarão o fluxo comercial e fortalecerão os municípios e essa região da fronteira.

Integrar ações no sentido de infraestruturas econômicas, normatizações, relações comerciais, bem como nas funções sociais de interesse comum – particularmente, serviços e geração de emprego e renda –, é importante para as duas cidades, para o estado de Mato Grosso e o departamento de Santa Cruz, como também para os dois países.

4.1.2 Movimentos, fluxos e dinâmicas entre as duas localidades

Os principais elementos que sustentam a interação imediata entre Cáceres e San Matías são de trabalho, estudo, consumo e uso de serviços. No caso dessas cidades, algumas das relações intermunicipais se dão fora das manchas urbanas, na região fronteiriça propriamente, entre as fazendas, nas atividades de trabalho e nas trocas de mercadorias. Em toda a Chiquitania (região de Santa Cruz), os maiores produtores de gado são brasileiros, muitos em terras de bolivianos, e há casos em que a extensão de muitas fazendas transpõe a linha de fronteira. As atividades de trabalho que bolivianos desenvolvem no município de Cáceres são pecuária e agricultura, que não exigem documentação e tampouco qualificação profissional, e frequentemente são sazonais.

Na área urbana de Cáceres, os trabalhos desenvolvidos pelos *matieños* são de comércio informal e atividades domésticas. Por sua vez, o município de San Matías também demanda trabalhadores brasileiros para trabalhos especializados, com tratores, para roçagem, preparo de solos, gradeado para o plantio, construção de currais etc. As rotas em que os trabalhadores bolivianos transitam e se deslocam para as fazendas brasileiras colaboram para burlar as fiscalizações nos pontos do limite internacional. Os trabalhadores circulam pelas cabriteiras; estabelecem relações frequentes, porém pouco visíveis.

Além dessas relações, há um movimento de trocas, fluxos de pessoas e mercadorias entre as duas cidades, como confirma a intensa mobilidade de pessoas que se servem de meios de transporte coletivo, seja para dirigir-se a San Matías, e vice versa, seja para, desde lá, conduzir-se a outras cidades da Bolívia ou do Brasil. São vários horários de disponibilidade do serviço de transporte coletivo durante o dia, iniciando às 5h. Os ônibus brasileiros têm como ponto final o posto fronteiriço. Táxis e mototáxis bolivianos dão continuidade ao percurso em território boliviano.

Muitos desses fluxos de pessoas são para consumo: brasileiros trazem da Bolívia calçados, confecções/vestuário, eletrônicos e pneus – estes são comprados e trocados em território boliviano; bolivianos levam eletrodomésticos e alimentos de Cáceres e outras cidades pró-

ximas, o que inclui até a capital mato-grossense no Brasil. Entre os produtos levados pelos bolivianos, predominam os industrializados, os gêneros alimentícios, a maquinaria agrícola usada, os móveis e outros produtos que não se encontram em San Matías. Para os *matieños*, Cáceres configura-se no principal abastecedor; para o comércio cacerense, os vizinhos compõem uma importante parcela de consumidores.⁴⁴ Tanto que, em episódios de fechamento da fronteira, o comércio de Cáceres ressurte-se muito. A exportação boliviana concentra-se em madeira, ureia, gás e produtos do comércio exterior.

Além da identificação do movimento de *matieños* em busca do comércio e serviços ofertados em Cáceres, identificam-se dois movimentos pendulares bem caracterizados: há fluxos de pessoas no meio urbano para trabalho, em movimentos pendulares que – da mesma forma que no meio rural – são na maioria trabalhadores informais e correspondem à mão de obra pouco especializada, domésticas, ambulantes, entre outros exemplos, e cruzam tanto a fronteira na direção da Bolívia quanto na do Brasil.

Fluxos pendulares para estudo, para o ensino fundamental e médio, são verificados tanto nas escolas rurais, localizadas na fronteira, quanto nas urbanas. Isso também se dá para formações especializadas. Como exemplos, a escola agrícola de Cáceres oferece aos bolivianos cursos de inseminação; o Instituto Técnico Superior de San Matías tem parceria com o IFMT, que oferece curso de bovinocultura a alunos bolivianos. As informações dão conta da dificuldade de certificação dessas iniciativas.

4.1.3 Dependência e complementaridade funcional

Historicamente, Cáceres funciona como polo regional, desde a configuração da região da fronteira no período colonial, não apenas para municípios brasileiros, como também para San Matías. A distância dessas cidades a outras centralidades dos respectivos países, e principalmente das capitais do estado/departamento – além da precariedade na via de acesso, no caso da segunda –, faz com que os laços funcionais se estreitem. Cáceres situa-se a 217 km de Cuiabá, com acesso pela BR-070, totalmente asfaltada; San Matías localiza-se a 301 km de San Ignacio de Velasco, cidade mais próxima, pela *carretera* 10, todo o trecho sem pavimentação asfáltica, e a 693 km de Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento de Santa Cruz, chegando pela Rota Nacional 4.

Cáceres é referência para os *matieños* nos atendimentos de serviços gratuitos de saúde, nas cesarianas mais complexas; enquanto San Matías se apresenta como destino de cacerenses para consultas médicas a valores inferiores aos praticados em Cáceres, para medicina alternativa e estética. Verifica-se demanda elevada dos bolivianos por serviços públicos de saúde em Cáceres, sobretudo nas categorias asseguradas em lei, como no atendimento a urgências e emergências médicas e a parturientes. Há poucas ações de complementariedade na prática de saúde, e são iniciativas isoladas de ONGS e profissionais de boa-fé.

Entretanto, a área de saúde oferece boas oportunidades de complementarem-se, haja vista que os especialistas entrevistados relatam que os profissionais médicos bolivianos são especializados como cirurgiões e têm bons equipamentos de alta complexidade, e os brasileiros são especializados como clínicos. Destacam a telessaúde, em que os bolivianos estão em um processo mais adiantado que o brasileiro e que poderia ajudar as comunidades mais distantes

44. Na pesquisa/levantamento que realizam, treze empresas comerciais de médio e grande portes estimam que vendem para os bolivianos, diretamente, cerca de R\$ 2 milhões/mês. Na linha de fronteira, na divisão alfandegária, é possível descobrir que esses números sejam ainda maiores, em função das regras estabelecidas; pode-se estimar que essas vendas cheguem a R\$ 15 milhões/mês, com impostos pagos sobre tudo o que consomem em Cáceres.

de centros urbanos no contato com profissionais de saúde, bem como reforçar várias ações de prevenção. Um exemplo de ação conjunta deu-se em videocirurgias: médicos brasileiros operaram em Cáceres com orientação à distância de médicos de San Matías, o que se configurou importante intercâmbio. Mostrou que, na atualidade, apesar de os atendimentos significarem um peso para o orçamento municipal na área de saúde, há várias iniciativas que podem ser implementadas com maior facilidade e normatizadas.

No âmbito do trabalho, identifica-se, também, grande complementariedade, pois se são bolivianos que fazem funcionar o comércio informal e parte do formal em Cáceres – particularmente, próximo à rodoviária antiga –, na linha de fronteira as trocas comerciais são feitas por pequenos produtores brasileiros, dos assentamentos junto à fronteira, que abastecem com alguns gêneros alimentícios muitos estabelecimentos de San Matías.

4.1.4 Desenvolvimento regional e grandes infraestruturas

Cáceres vem buscando integrar-se ao sistema de transporte intermodal, particularmente o rodoviário, com saída para o Pacífico, por meio da Bolívia, mas que ainda depende do asfaltamento no trecho entre San Matías e San Ignacio de Velasco, cuja pavimentação tem sido articulada politicamente diante da possibilidade de aquisição da ureia boliviana pelo estado de Mato Grosso. No município, observam-se algumas infraestruturas existentes ociosas: como o aeroporto, à espera de reativação, os portos fluviais, que foram desalfandegados, a ZPE e a hidrovia, que continuam como promessas. Sobre a hidrovia, as dificuldades apontadas residem em problemas de sinuosidade e bancos de areia no rio Paraguai próximo ao porto de Cáceres, mas – segundo as imagens de satélite e informações de especialistas – a navegabilidade flui bem após Morrinhos. Outro engajamento do governo de Mato Grosso na implantação de infraestruturas de integração com a Bolívia demanda o grande empenho que está sendo movido para garantir um voo direto entre Cuiabá e Santa Cruz, na perspectiva de que facilite as comunicações e estimule o turismo na região.

Ou seja, há um potencial de infraestruturas a espera que sejam superados entraves a sua operação, que abrirão perspectivas à produção, à circulação de pessoas e mercadorias, bem como à geração de emprego e renda às duas cidades.

4.1.5 Problemas característicos da fronteira

O principal problema desta porção da fronteira – apontado por vários entrevistados e em diálogos com cidadãos locais, sobretudo com atores envolvidos na área de segurança e controle fronteiriço – é a extensão da fronteira seca e alagada, que permite várias vias de acesso alternativo e sempre em evolução. Essa longa extensão permite, além das “cabriteiras”, aeroportos clandestinos e voos “de arremesso”, fora da cobertura de radares, o que fragiliza o controle da circulação na região e a passagem de ilícitos. Tais situações se multiplicam a cada dia, tornando necessária uma visão de Estado para uma atuação com maior eficácia.

Para a manutenção das rotas de ilícitos no limite fronteiriço, há extensa rede de atividades também ilícitas que as sustentam. Os principais ilícitos praticados na região de fronteira são roubos de patrimônio; principalmente veículos, aeronaves, tratores e motos, posto que há grande facilidade para legalizar um veículo na Bolívia (“esquentar um veículo”). Esses roubos são associados ao tráfico de drogas ilícitas; particularmente, cocaína e pasta de coca. Outros ilícitos são: tráfico de armas de fogo e pessoas; desaparecidos; cooptação de jovens pelo crime, sobretudo para a atividade de “mulas” humanas; homicídios relacionados à droga; evasão de divisas; entre outros.

As maiores preocupações apresentadas são o avanço da produção da cocaína na Bolívia e no Peru, em virtude das restrições impostas na Colômbia, e a presença de organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital, na região – que formam redes com outros presos e parentes, agem com muita violência e demarcam territórios, como confirmam as pichações nos muros da cidade de Cáceres. Se nenhuma medida for tomada, “em um ano, podem estourar. O PCC domina e ninguém tira mais”, como prognosticou a delegada Cynthia Cupido. Há consenso de que grandes traficantes comandam a região, financiam festas e reformas em escolas, se imiscuem na política, bem como têm coniventes os funcionários de bancos e os agentes financeiros, o que possibilita fluxos ilegais de dinheiro. E há o grave registro de que 80% da população carcerária de Cáceres são “mulas”, inclusive mulheres, além de que tem aumentado o número de drogados e vulneráveis na área urbana.

Ou seja, existe todo um perigo na fronteira pela presença do “dinheiro fácil”, proporcionado principalmente pelo tráfico de drogas. Por um lado, a cooptação está diretamente ligada à falta de opções de trabalho para o jovem da região, o que exige como saída alternativas de desenvolvimento. Por outro, o crime organizado ocupa espaço da ausência do Estado na região, que deveria se impor por intermédio de políticas públicas.

A migração, também, é um problema na região, mesmo não sendo essa a principal rota dos migrantes bolivianos que buscam o mercado de trabalho no Sudeste brasileiro. Existe uma ação predatória de “coiotes”, que atravessam os imigrantes bolivianos por rotas alternativas. Essa prática poderia ser coibida antes do passo fronteiriço. A migração irregular aumenta a presença de indocumentados, o que dificulta o acesso às possibilidades de regularização no país, conforme a legislação migratória, mas não impede o acesso ao CPF e o registro irregular no SUS. Nesse quadro, há de se ressaltar os nascimentos de bolivianos ocorridos em Cáceres, que, para atravessarem a fronteira, têm de possuir a documentação exigida. Parte significativa das crianças de San Matías é nascida no lado brasileiro. Há, igualmente, no sentido inverso, muitos brasileiros com carteira de identidade boliviana. Essas situações agravam o preconceito recíproco entre esses dois povos, expresso na discriminação da presença do “outro”, do “lado de lá”.

Entre outros problemas característicos desse ponto da fronteira, está o elevado número de caminhões parados, por vários dias e até semanas, carregados com toras de madeira (aroeira e angico) extraída em território boliviano, aguardando liberação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para prosseguir viagem. A legislação ambiental entre os países não é compatível; por exemplo, lá é permitido o corte do angico, enquanto aqui não. Também é complexa a atuação da defesa animal na região de fronteira boliviana, provocando grande insegurança entre os veterinários. É necessária a criação de um posto do Ibama no controle fronteiriço, para despachos, liberação dos produtos de sua competência e controle ambiental, pois todos os trâmites atuais são realizados em Cuiabá. Também é preciso fazer o remanejamento dos pontos de fiscalização do Gefron, pois, segundo informações levantadas, em casos de fiscalização dos produtos adquiridos na Bolívia, estes são apreendidos antes da possibilidade de regularização, que é realizada pela Receita Federal do Brasil, haja vista que o posto da RFB se encontra antes da PF.

Assim, é fundamental aproximar os postos da RFB, do Indea, da PF e da Polícia de Fronteira, junto ao controle fronteiriço, assim como instalar no local uma agência do Banco do Brasil, com oferta de serviço cambial. É necessário ainda suprir a ausência de consulado do Brasil na região, pois não está instalado nem em San Matías, nem em San Ignacio; há somente um consulado honorário.

Outro problema nessa região da fronteira está ligado à propriedade da terra, quanto à titulação – particularmente no caso dos chiquitanos, que estão em ambos os lados da fronteira –, o que provoca impasses, enfrentamentos políticos, conflitos com fazendeiros e insegurança entre os ocupantes.

Comuns nos arranjos fronteiriços, as incompatibilidades de tarifas, de serviços (telefonia e internet são serviços internacionais) e de abastecimento de combustível, com preços diferenciados a brasileiros, também são observadas entre esses municípios.

Por fim, foi apontada como problema a largura da faixa de fronteira (150 km), que funciona como um limitante a financiamentos e à implantação de determinadas atividades econômicas, sobretudo aos municípios que têm pouca relação com a dinâmica fronteiriça e àqueles que têm percentuais mínimos da superfície territorial nessa faixa.

4.1.6 Experiências de gestão compartilhada

Existe uma interação histórica entre os dois municípios, pois os vínculos de San Matías e Cáceres são seculares. Tanto é que San Matías é uma cidade bilíngue. Nessa interação, há algumas experiências de gestão compartilhada realizadas – além de outras em formulação em cada país –, que podem resultar em boas iniciativas de integração se compartilhadas territorialmente. Entre estas, uma forma de integração que resultou exitosa foi o arranjo produtivo de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso; e, do outro lado da fronteira, em San Matías, na região da Chiquitania, a *mancomunidad*, um arranjo produtivo local aos moldes bolivianos, na mesma linha do que se pretende aos municípios mato-grossenses.

Entre as ações compartilhadas entre os dois países nesse ponto da fronteira, destacam-se as ações voltadas à prevenção de sanidade animal, que beneficia largamente o comércio externo de proteína animal brasileiro. Há grande compartilhamento em ações voltadas à saúde animal, com interação na busca de serviços, e formação de trabalhadores nessa área. Para maior eficiência na aplicação da metodologia brasileira de imunização, tem ocorrido capacitação dos bolivianos para vacinação de animais. A disponibilidade das vacinas é outro ponto destacado quanto à contrapartida do Brasil em se encontrar no território boliviano para estabelecer um fosso livre de aftosa. Como a distância de San Matías a Santa Cruz é longa e o acesso ainda é ruim, para trazer vacinas de boa qualidade, a vacina brasileira encontra-se mais próxima, pronta para imunizar. Conjuntamente, controlaram o comércio de anabolizantes, que era permitido na Bolívia, dado que a Europa não compra carnes de animais que fazem o uso desses produtos.

Outro ponto destacado na integração desses serviços está na busca dos produtores da Bolívia por reprodutores no Brasil, e a Embrapa – por meio de parcerias com criadores – está fazendo melhorias na genética daquele país, trabalhando com inovação tecnológica e mudança de processos (idades do abate, alimentação etc.). Segundo os produtores e os técnicos do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso, que foram entrevistados, os brasileiros vêm assimilando as regras e os costumes da Bolívia e os bolivianos, as do Brasil, e assim foi criada cultura local de manejo animal compartilhado na fronteira, que deu sustentação ao sucesso do programa América do Sul Livre da Aftosa. Esse programa foi realizado em cooperação para o combate à febre aftosa, diante da necessidade de salvaguardar a pecuária da fronteira e a economia do Brasil. Também no âmbito de ações compartilhadas, o Indea participou da elaboração da Lei Nacional de Defesa Sanitária Animal da Bolívia, inexistente até então; o IFMT também tem parcerias com o país vizinho, com o objetivo de oferecer cursos técnicos em agropecuária para alunos bolivianos, entre outros.

Outro ponto destacado diz respeito às intenções de integração em políticas públicas e infraestruturas entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o departamento de Santa Cruz. Mas falta um plano regional de desenvolvimento, elaborado conjuntamente. O Comitê de Fronteira vem trabalhando com mais ênfase junto aos municípios situados na linha de fronteira, e levantado algumas intenções e discussões para posterior desenvolvimento de políticas de fronteira. Já nessa visão estratégica, em 2015, houve um acordo com o então MI para a realização de planos de desenvolvimento regional, e foi priorizado o PDFF, com promessas de recursos.

Em termos de gestão urbana, o plano diretor de Cáceres está sendo revisado e traz como novidade a condução do trabalho sendo realizada pela Unemat, na área de arquitetura e urbanismo, além de anunciar a intenção de incluir – entre outros planos setoriais – um plano de mobilidade que tratará da questão do transporte na fronteira. Mesmo assim, de modo geral, o processo revisor não prevê articulação com o planejamento urbano do município vizinho, mas a comunidade espera que a proposta venha aparecer nas audiências públicas obrigatórias. Deposita-se, assim, grande expectativa na revisão do PD, para que se volte à revitalização do patrimônio arquitetônico da cidade e que se desconstrua a percepção de que o tombamento do centro histórico é empecilho ao desenvolvimento. Espera-se, ainda, que se estabeleçam instrumentos capazes de salvaguardar esses bens de depredações, sobretudo de interesses escusos, tais quais os que levaram à ocorrência de “incêndios anunciados”, como o que recentemente danificou o prédio da Câmara de Vereadores de Cáceres.

Na gestão urbana, há constante busca por aproximação entre as prefeituras de Cáceres e de San Matías, com a realização conjunta de alguns eventos, além de vários acordos de segurança. Registra-se, também, que já houve encontros de vereadores de San Matías e Cáceres para discutir a adequação normativa entre os municípios.

Grande preocupação do governo de San Matías, com vistas a uma maior integração com Cáceres, é desfazer a imagem de que San Matías é uma cidade suja, perigosa e corrupta. A implantação da EPI na cidade e a integração desta com um centro também integrado de controle fronteiriço do lado brasileiro podem agir para que se reduzam os ilícitos, a criminalidade, o preconceito e o medo em relação a cruzar a fronteira.

No âmbito da segurança, o prefeito de San Matías sublinhou que é questão que está acima da capacidade dos dois municípios; lembrou que já houve relacionamento mais integrado, que permitia recapturar foragidos e recuperar os veículos roubados que saíam do país. Atualmente, esse é um problema de Estado, que esbarra na questão da soberania dos países. Apesar de as tentativas de aproximação ainda estarem aquém das necessidades demandadas pelas questões de policiamento na fronteira. Ou seja, a integração já esteve mais presente na região, e, sem esta, as forças de segurança têm sérios limites para atuar. Ainda na questão da segurança, há de se ressaltar os níveis de comando das polícias de cada país, que em muitos casos conformam dificuldades e exigem maior adequação para a atuação de suas forças.

4.1.7 Interculturalidade e cidadania local

A dimensão cultural é a que corresponde a maior integração entre San Matías e Cáceres, tanto pelo contínuo da paisagem ambiental e cultural – o que estreita as relações de parentescos – quanto pelas festas e pelos costumes compartilhados. São comuns os festivais folclóricos, as festas de peão de rodeio, as comemorações de aniversários das cidades, que são compartilhadas naturalmente pela população dos dois lados do limite internacional, assim como as

comemorações religiosas – a exemplo da Festa de Santana, cuja procissão não reconhece os limites territoriais dos países, além do movimento Curucé, que é uma mistura chiquitana de religiosidade e música, entre outras atividades. As relações familiares, de parentesco e compadrio também ativam a interculturalidade entre os municípios.

No âmbito formal, essa interculturalidade se dá nas trocas por educação formal: crianças e jovens bolivianos buscam a educação fundamental, bem como os ensinos médio e técnico no Brasil; brasileiros procuram o ensino superior, fundamentalmente a medicina, na Bolívia.

Esse tipo de relação intercultural mostra a necessidade de, também, atentar-se à fronteira sob a perspectiva de quem está do outro lado, em relacionamento de alteridade e reciprocidade. No entanto, muitas dessas relações são marcadas por preconceitos, particularmente de brasileiros quanto aos bolivianos, pela sua herança indígena. Apesar das inúmeras etnias que povoavam a região de fronteira boliviana, estas foram reduzidas ao maior tronco étnico presente no período das missões, que era a chiquitana.

Nesse escopo, há, também, a postura de neocolonizador do brasileiro, que transparece em suas ações e posições em relação aos vizinhos fronteiriços. Há, igualmente, um discurso construído, fundamentalmente em Cáceres, de que os bolivianos dão despesas ao se beneficiarem das políticas públicas municipais (saúde e educação) e, ademais, não pagam impostos. Entretanto, há dados que registram que a contrapartida da presença e consumo dos bolivianos na cidade é bastante expressiva e que – segundo foi apontado por vários bolivianos – o consumo de mercadorias de Cáceres somente não é maior devido à dificuldade nos trâmites alfandegários. Em sentido contrário, as trocas – sobretudo de gêneros alimentícios *in natura*, até mesmo na fronteira do lado brasileiro – são proibidas pelo controle de sanidade animal e vegetal. Inclusive, conforme informações levantadas, tal medida atinge pequenos produtores brasileiros que vivem no entorno da linha de fronteira e que comercializam seu excedente de produção no município boliviano. O mais grave é a associação “do outro”, em ambos os municípios, com a rota de ilícitos que se estabelece nesse ponto da fronteira.

4.1.8 Base populacional

A Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), em seu art. 2º, estabelece como parâmetro para a constituição de uma cidade gêmea população igual ou superior a 2 mil habitantes. Segundo dados oficiais do IBGE e do INE-BO, em 2017, respectivamente, o município de Cáceres tem população estimada de 91.271 habitantes e San Matías, uma população de 15.845 habitantes. Dessa forma, o conjunto populacional supera a casa dos 100 mil habitantes, comprovadamente com fluxos de pessoas entre os municípios para trabalho, estudo, consumo e acesso a serviços, como apontado nas seções anteriores, o que – devido à localização fronteiriça – indica a necessidade de planejamento e gestão compartilhados para atendimento às demandas sociais dessa população.

4.2 O parecer

4.2.1 Solicitação

Desde 2016, o Ipea vem desenvolvendo o projeto A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira, pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública, em parceria com o à época Ministério da Integração Nacional, cujo propósito é aprofundar o conhecimento dos aspectos que envolvem esse tema.

Em meados de 2017, paralelamente a esse projeto, o então MI solicitou ao Ipea um estudo técnico específico sobre Cáceres (Brasil) e San Matías (Bolívia), para averiguar, diante dos critérios estabelecidos pela Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a), se as relações entre esses municípios asseguravam a Cáceres condições para se integrar às cidades gêmeas. Entendendo-se a relevância dessa solicitação e vendo-se abrir possibilidade de conhecer com mais profundidade outro importante arranjo espacial dessa extensa fronteira, a demanda foi aceita e a metodologia delineada, de forma a conhecer o cotidiano desses municípios, tendo-se como opção ver e ouvir para entender a realidade local.

4.2.2 Análise

Na semana de 2 a 7 de outubro de 2017, a equipe deslocou-se para as cidades de Cuiabá, Cáceres e San Matías nas quais foram realizadas entrevistas com autoridades, pesquisadores, produtores rurais, gestores públicos, sociedade civil organizada e cidadãos dos três municípios. Além disso, percorreram-se vários pontos de suas sedes urbanas e de instituições públicas voltadas a ações sobre a fronteira. Pôde-se, também, cruzar os limites Brasil-Bolívia-Brasil, para vivenciar como se dá a dinâmica fronteira (aspectos de segurança, controle, comércio etc.).

Os municípios de Cáceres (MT) e San Matías, na Bolívia, articulam-se por fronteira seca, tendo entre os centros urbanos uma distância de 103 km. O fato de não haver continuidade de mancha de ocupação urbana não elimina a importância dos fluxos que se estabelecem por conexão rodoviária, tampouco das trocas entre comunidades e fazendas na área rural dos municípios – talvez até com maior importância que as trocas urbanas, dado que a base produtiva da região se pauta em atividades agropecuárias. Cáceres consolida-se como importante centralidade regional, com alcance de sua área de influência transpondo-se à fronteira e abrangendo particularmente o município vizinho da Bolívia. A articulação das duas cidades reforçaria um espaço comum o que atualmente é uma porta de acesso a importantes rotas terrestres de entrada nos países.

Como demonstrado na parte 2 deste relatório, *Leitura do espaço da região visitada*, e em trabalhos e levantamentos já realizados, as relações culturais e de trocas de mercadorias entre San Matías e Cáceres são seculares; além disso, o levantamento evidencia que a relação já existente entre as cidades aponta para um grande potencial de integração econômica, social e cultural. Do ponto de vista do desenvolvimento regional, as oportunidades que se abrem nos dois países mostram a urgência em formular estratégias comuns de desenvolvimento. Com essa finalidade, já são pensadas conjuntamente grandes infraestruturas nos municípios, que abririam maiores possibilidades de relações do Brasil com essa região da Bolívia e o grande mercado consumidor para produtos mato-grossenses, que podem chegar ao mercado andino e a portos do Pacífico.

Verificam-se movimentos pendulares bidirecionais para trabalho tanto nas áreas rurais quanto urbanas; são grandes os fluxos de mercadorias, assim como para consumo, também bidirecionais entre os municípios. Tal movimentação ativa entre as duas localidades dinâmicas sociais e econômicas, que poderiam ser otimizadas a partir de articulações mais efetivas no âmbito produtivo e da oferta de bens e serviços. Também se confirmam práticas que atestam a interculturalidade entre os povos e a necessidade de constituir meios para adequar os direitos do exercício da cidadania local de ambos os lados às exigências impostas pela fronteira. A existência de espaço comum de circulação e vida torna necessários documentos, normas, serviços e funções que atendam a esses direitos.

Observou-se, também, a existência de dependência e complementariedade funcional, particularmente nos serviços de saúde, educação, formação e capacitação para trabalho, nos âmbitos rural e urbano. Para enfrentar os impasses que surgem das assimetrias entre os países, as incompatibilidades legais e a própria dinâmica da natureza que não se limita a fronteiras institucionais, muitas experiências de gestão compartilhada foram experimentadas entre os municípios e demonstraram êxito, outras tantas estão sendo ensaiadas e muitas outras poderão ser incentivadas com articulação mais formal entre os municípios.

As cidades têm problemas característicos da fronteira, bastante agudizados por constituírem uma rota do narcotráfico, sobretudo de drogas ilícitas, que, devido ao alto valor que alcançam, conta com atuação, ora de um grupo criminoso, ora de outro. Nesse momento, há a expectativa da entrada na região de poderosa organização criminosa do Sudeste do país e que já se encontra radicada e controlando rotas ilícitas em outros pontos da fronteira brasileira. Esse, entre outros problemas apontados, impõe com urgência buscar medidas comuns entre os países, com o objetivo de evitar situações incontroláveis em um futuro próximo.

4.2.3 Conclusão e sugestão

De acordo com esse conjunto de considerações, constata-se que Cáceres e San Matías reúnem as condições necessárias para serem consideradas cidades gêmeas, conforme critérios definidos pelo MI, na Portaria nº 213/2016 (Brasil, 2016a). Assim, justifica-se a inserção de Cáceres entre as cidades gêmeas brasileiras relacionadas pelo ministério.⁴⁵ Tal instituição é esperada e é desejada pelo conjunto político e da comunidade organizada dos dois municípios, por cacerenses e por *matieños*, que reiteradamente manifestaram o desejo dessa aproximação formal.⁴⁶ Seria a formalização de integração que já existe na intenção das populações, pois as relações entre as cidades são cotidianas. Uma alternativa positiva, pela possibilidade de integração, mas desde que considere os interesses da maioria da população; uma alternativa que seja construída com o cuidado de incluir a população no processo, seja esta do meio rural ou urbano, de modo que beneficie toda a comunidade transfronteiriça. Ressalta-se, nesse processo, o envolvimento do atual governo do estado de Mato Grosso, por meio da sua Assessoria Internacional, que tem buscado formalizar instrumentos que ajudem a fomentar o desenvolvimento da região de fronteira.

Conforme expresso por essa comunidade, a grande expectativa em relação a uma maior fluidez das respectivas populações fronteiriças no limite internacional pode ser sintetizada em:

- compromissos;
- responsabilidades;
- investimentos;
- resgate da importância histórica;
- visão de médio e longo prazos;
- maior interação transfronteiriça;
- segurança e bem-estar à população;

⁴⁵ Por tratar-se de relação binacional, o governo brasileiro somente pode posicionar-se quanto à cidade brasileira.

⁴⁶ Entretanto, não houve até o momento manifestação oficial por parte dos governos local (San Matías) e nacional da Bolívia sobre a aceitação ou não de classificação como cidades gêmeas.

- desenvolvimento;⁴⁷
- gestão cooperada;
- integração das instituições na área de segurança pública;
- integração de serviços públicos (transportes, saúde, educação, segurança e comunicações);
- área de fronteira alfandegada com todos os organismos em um mesmo espaço (mobilidade humana, fiscalização da saúde etc., trabalhando sistemicamente);
- regularização da mão de obra informal;
- fortalecimento de acordos existentes nos âmbitos da saúde pública e da saúde animal;
- estabelecimento de novos acordos;
- redução das burocracias da fiscalização;
- visitas internacionais;
- formulação e implementação de políticas públicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, cultural, social e econômico específicas e adequadas à linha de fronteira;
- articulação de instâncias e instituições, bem como inserção de universidades e pesquisas alternativas de produção e desenvolvimento; e
- fomento de relações internacionais para uma política de integração e acompanhamento de todas as articulações que aconteçam na fronteira etc.

Apesar da distância espacial dos centros urbanos de Cáceres e San Matías, que as diferenciam de outras cidades gêmeas, *o relatório concluiu que o arranjo configurado atende aos critérios necessários para que Cáceres seja considerada cidade, conforme estabelecido na Portaria MI nº 213/2016 (Brasil, 2016a).*⁴⁸

Cabe destacar que a instituição da cidade gêmea, por mais esperada e aceita pela maioria absoluta dos entrevistados, ainda necessita ser melhor explicada quanto aos objetivos, às finalidades e às intenções do MI, atual MDR, sobre sua implementação. Há de abrir-se um canal permanente de diálogo, informação, trocas e participação efetiva, para que não se frustrem as expectativas.

Finalmente, informa-se que este estudo técnico foi elaborado por Bolívar Pêgo (coordenador-geral de pesquisa em questões regionais, urbanas e ambientais da Dirur/Ipea e coordenador-geral desta pesquisa); Rosa Moura (profissional sênior na Dirur/Ipea e coordenadora técnica); e Maria Nunes, (pesquisadora doutora na Dirur/Ipea e orientadora técnico-espacial). Contou, também, com a colaboração dos demais pesquisadores da pesquisa Fronteiras do Brasil.

47. A maioria dos entrevistados destacou o *desenvolvimento* como o fator mais importante para resolver os principais problemas da fronteira de Mato Grosso, em geral, e da relação Cáceres-San Matías, em particular.

48. Após análise deste relatório pelo MDR, a sugestão aqui feita foi aceita pelo Ministério e Cáceres passou a ser a nova cidade gêmea brasileira. Mais detalhes, ver o anexo D deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. S.; PUHL, J. I. **Cáceres e San Matías na perspectiva de cidades-gêmeas**: um estudo de possibilidades. Cáceres: Unemat; MI, ago. 2016.
- BOLÍVIA reforça seu projeto de telessaúde. **Brecha Zero**, 5 dez. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2EIXPkl>>.
- BRAGA, A. C. **A espacialização das trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguai**. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/30OK3S5>>.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MI, 2005.
- _____. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: MI; GTIIF, 2010.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades gêmeas” nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial**, Brasília, n. 138, p. 12, 20 jul. 2016a. Seção 1.
- _____. Ministério da Justiça. **Segurança pública nas fronteiras**: diagnóstico socioeconômico e demográfico – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Brasília: MJ, 2016b.
- CÁCERES. Governo Municipal. Porto de Morrinhos, em Cáceres, é melhor alternativa para escoamento da produção de MT, aponta estudo. 30 out. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2VTVqUV>>. Acesso em: 8 jun. 2018.
- CIDADE boliviana junto à fronteira já perdeu 30% da população. **O Globo**, 13 out. 2012. Disponível em: <<https://glo.bo/2HKj5U2>>. Acesso em: 2 fev. 2017.
- COOTRADE – COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR LTDA. (Org.). **Estudo da fronteira Brasil-Bolívia no Mato Grosso**. Cuiabá: ALMT, 2016.
- FERREIRA, E. A relação entre cidades-irmãs na faixa de fronteira: o caso de Cáceres-Mato Grosso/Brasil e San Matías-Bolívia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 62, p. 87-103, jun. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2QzSzQb>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- FERREIRA, J. C. V. **Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso**. Cuiabá: Buriti, 2004.
- GAYOSO, C. F. **Espaços latino-americanos**: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia. 2013. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- GOBIERNO AUTÓNOMO DEPARTAMENTAL DE SANTA CRUZ. Área Natural de Manejo Integrado San Matías. [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2axEPRR>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- GOVERNO DE MATO GROSSO. Ipea ouve governo de MT sobre irmandade entre Cáceres e San Matías. 2 out. 2017. Disponível em: <<https://is.gd/Jx2ABN>>.
- IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; TNC – THE NATURE CONSERVANCY. **Plano de manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense**. Brasília: Ibama; TNC, 2003. (Encartes 1 e 2). Disponível em: <<https://is.gd/0txKkP>>. Acesso em: 16 out. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://is.gd/2IQh1U>>.

_____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

_____. **Estimativa da população residente, com data de referência em 1º de julho de 2017**. [s.l]: IBGE; Copis, 2017b.

MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continentes em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2005**. Cuiabá: Seplan-MT, 2006. v. 27, 732 p.

MOURA, R.; OLIVEIRA, S. M. Referências sobre a faixa de fronteira e arranjos transfronteiriços do Brasil. *In*: PÊGO, B.; MOURA, R. (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: Ipea; MI, 2018. v. 1, cap. 8, p. 243-292. Disponível em: <<https://is.gd/UFq54z>>.

MOURA, R.; CARDOSO, N. A.; VACCARI, L. S. Aglomerações transfronteiriças no Sul do Brasil: entre a porosidade e o controle ostensivo. *In*: MORAIS, M. P.; COSTA, M. A. (Orgs.). **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2010. p. 683-714.

PÊGO, B. *et al.* (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Norte**. Rio de Janeiro: Ipea; MI, 2018. v. 3. Disponível em: <<https://bit.ly/2HMadgE>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

POLÍCIA Federal captura em Mato Grosso boliviano apontado como "Senhor das Armas". **Circuito Mato Grosso**, 6 abr. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2WtmRcB>>.

REITEL, B.; ZANDER, P. Espace transfrontalier. **Hypergéó**, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2MJXH2h>>. Acesso em: 16 out. 2017.

SAN MATÍAS, el pueblo cruceño sin ley y olvidado por el Estado. **Página Siete**, 7 feb. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2KcIvLG>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

APÊNDICE A

QUADRO A.1 Lista de participantes e entrevistados

Nome	Instituição
Adilson Domingos dos Reis	Engenheiro civil e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres
Adriana Pertele	Integrante da Inspetoria da Receita Federal do Brasil (RFB)
Alfredo da Mota Menezes	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Antonio Carlos Figueiredo Paz	Secretário de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso
Ariana Guedes de Oliveira	Assessora especial para relações internacionais do governo de Mato Grosso
Arly Monteiro Rodrigues	Secretário de Finanças da Prefeitura de Cáceres
Assis Rodrigues Ferreira Júnior	Agente da Polícia Federal (PF)
Beatriz Miranda	Produtora rural
Bolívar Pêgo	Coordenador-Geral de Pesquisa em questões regionais, urbanas e ambientais da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea
Cinthia Gomes da Rocha Cupido	Delegada da Polícia Civil de Mato Grosso
Cristiane Barbosa	Secretária municipal de Educação de Cáceres
Cynara Piran	Assessora do deputado Leonardo Albuquerque
Danilo Segóvia Moreira	Major do Grupo Especial de Fronteira (Gefron)
Domingos Sávio da Cunha Garcia	Professor do Doutorado em História Cultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Evanilda do Nascimento	Secretária municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cáceres
Fábio Lopez Olivares	Prefeito de San Matías
Jackeline Ramirez	Primeira-dama de San Matías
Fabio R. de Araujo	Major do Gefron
Francis Maris Cruz	Prefeito de Cáceres
Francisco Vigo	Diretor do Escritório Regional de Saúde (ERS) de Cáceres
Higor Oliveira	Coordenador de apoio administrativo da Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura Municipal de Cáceres
Iber Rojas Justiniano	Encarregado pela Migração da Estação Policial Integral (EPI)
Isaías Durex Vaca	Secretário-geral do Comitê Cívico de San Matías
Ivan Irineu Polisel	Cooperativa dos Criadores de Jacaré
Ivan Alarcón	Tenente da Polícia Fronteiriça da Bolívia da EPI
Jeremias Pereira Leite	Presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Cáceres
João Ivo Puhl	Professor do Doutorado em História Cultural da Unemat
João Marcelo B. Nespoli	Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea)
Jorge Enrique Mamani	Agente consular do Consulado da Bolívia em Cáceres
José Benedito de Souza	Servidor da Inspetoria da RFB
José Carlos Chabel	Médico veterinário e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)
José Nildo Oliveira	Tenente-coronel do Gefron
José Olivã de Santana	Coordenador de Planejamento, Habitação, Patrimônio e Topografia da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Cáceres
José Pedro Gonçalves Taques	Governador do estado de Mato Grosso
Leonardo Albuquerque	Deputado estadual de Mato Grosso
Luiz Marcelo da Silva	Major do Gefron
Maria do Socorro de Sousa Araújo	Professora do Doutorado em História Cultural da Unemat
Maria Nunes	Pesquisadora doutora na Dirur/Ipea
Mariana de Freitas Silva	Assessora técnica da Secretaria de Estado do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional de Mato Grosso
Murilo Oliveira Souza	Professor do Doutorado em História Cultural da Unemat
Nelci Eliete Longhi	Secretária de Planejamento da Prefeitura de Cáceres
Reinaldo Vaz Guimarães	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Ricardo Toro Olivares	Presidente do Comitê Cívico de San Matías

(Continua)

(Continuação)

Nome	Instituição
Ricardo Vanini	Assessor do deputado Leonardo Albuquerque
Rísia Lopes Negreiros	Pesquisadora do Indea
Rita de Cássia Oliveira Chiletto	Coordenadora do Núcleo de Assuntos Internacionais do Gabinete de Governo do Estado de Mato Grosso
Rodolfo López	Conselho Municipal de San Matías
Rogério Rigotti	Servidor da Inspetoria da RFB
Rosa Moura	Profissional sênior na Dirur/Ipea
Sílvia Maria Pádova	Inspetora da RFB
Suzany Araújo	Servidora da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Cáceres
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa	Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Victor Hugo Nin Saavedra	Secretário de relações do Comitê Cívico de San Matías
Vilma Pereira Silva	Assessora do deputado Leonardo Albuquerque
William Becker Demartini	Major do Gefron
Wilson Kishi	Secretário de Governo da Prefeitura de Cáceres

Elaboração dos autores.

ANEXO A

Questões norteadoras segundo segmentos de entrevistados

Segmento de entrevistados: governo de Mato Grosso; e Comitê de Fronteira.

Objetivo:

Avaliar requisitos da Portaria MI nº 213/2016.

Para a inserção no rol de “cidades gêmeas”, os municípios devem manifestar: relações que configurem a existência ou grande potencial de integração econômica e cultural; interação, comutação e conexão para a produção e consumo; oferta e uso de serviços urbanos comuns entre os municípios; sintomas de dependência e complementaridade funcional; arranjos de gestão institucionalizados ou informais que representem pactos e compartilhamentos entre os governos municipais, departamentais e nacionais dos países; manifestações dos problemas característicos da fronteira com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Qualificação dos municípios Cáceres e San Matías quanto aos critérios da Portaria do MI que trata das “cidades gêmeas” e dos problemas da interação e articulação entre os municípios:

- quais as principais atividades que o morador de Cáceres realiza em San Matías e os de San Matías em Cáceres?;
- quais os principais serviços demandados no município vizinho? Pela inexistência ou pela baixa qualidade?;
- há acordos internacionais em vigor na prestação de serviços entre o Brasil e a Bolívia? O Estado atua na orientação e no fortalecimento desses acordos entre os municípios fronteiriços?;
- há procura pelo comércio do município vizinho?;
- quais as principais dificuldades no relacionamento entre as administrações (gestão pública) dos municípios de Cáceres e San Matías, e entre o governo do estado de Mato Grosso e do departamento de Santa Cruz?; e
- existe alguma forma de integração (convênios, consórcios ou outras) entre a Prefeitura de Cáceres e a Alcaldía de San Matías para a prestação cooperada de serviços urbanos?

Problemas característicos da situação fronteiriça:

- quais os principais problemas na fronteira entre os municípios de Cáceres e San Matías?;
- quais problemas afetam o relacionamento entre os dois municípios no que tange a migrações, trabalho precário, ilícitos ambientais, questões fundiárias e outros?;
- quais os obstáculos à produção e ao trabalho nessa região de fronteira?;
- há acordos em vigor de permanência de fronteiriços para trabalho e estudo no recorte que corresponde à faixa de fronteira brasileira e à área correspondente boliviana?;
- quais as dificuldades na produção e circulação de mercadorias de modo geral?;
- qual o posicionamento da gestão pública diante do movimento migratório de bolivianos para os municípios mato-grossenses? Há impacto dessas migrações nos centros urbanos de destino?;
- como a gestão pública tem se posicionado no planejamento das políticas públicas voltadas à migração e ao impacto das correntes migratórias nos municípios fronteiriços?

Como tem atuado na integração local desses migrantes?;

- na visão do governo do estado, quais as dificuldades para o exercício de segurança, defesa e controle na fronteira internacional de Cáceres e San Matías?; e
- no âmbito da segurança pública, quais os principais ilícitos que ocorrem nesse recorte da fronteira e quais as dificuldades em combatê-los efetivamente?

Sentido e expectativa quanto à qualificação de cidades gêmeas:

- o governo do estado de Mato Grosso tem algum programa específico para desenvolvimento da faixa de fronteira? E para os municípios lindeiros?;
- tem conhecimento se o governo boliviano tem alguma preocupação ou algum programa definido para o caso das suas cidades de fronteira?;
- em seu entendimento, Cáceres e San Matías poderiam ser consideradas cidades gêmeas? Relacionar os pontos que julgar relevantes;
- para o governo do estado, a inserção desses municípios no rol de cidades gêmeas ajudaria na solução dos problemas fronteiriço?;
- seria importante aos municípios que houvesse essa inserção? Quais benefícios essa inserção poderia trazer ao município e ao arranjo espacial como um todo?; e
- “cidade gêmea” é uma expressão adequada ao arranjo espacial configurado entre Cáceres e San Matías? E, de modo geral, a expressão é adequada ao conjunto das cidades já qualificadas como cidades gêmeas?

Segmento de entrevistados: Prefeitura de Cáceres; Sindicato dos Produtores Rurais; Hospital Regional de Cáceres (HRC); Prefeitura de San Matías; Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT); e Consulado Honorário da Bolívia em Cáceres.

Objetivo:

Interação entre Cáceres e San Matías, do ponto de vista do trabalho, produção, consumo, acesso a serviços, atividades culturais e gestão urbana.

Qualificação dos municípios Cáceres e San Matías quanto aos critérios da Portaria do MI que trata das “cidades gêmeas” e dos problemas da interação e articulação entre os municípios:

- quais as principais atividades que o morador de Cáceres realiza em San Matías e o de San Matías em Cáceres?;
- quais as principais atividades laborais desempenhadas pelos bolivianos no município de Cáceres e pelos brasileiros em San Matías?;
- qual dos municípios recebe mais trabalhadores agrícolas? E trabalhadores nos serviços?;
- quais os principais serviços demandados no município vizinho? O que caracteriza essa procura: inexistência, baixa qualidade ou dificuldade de acesso?;
- há acordos locais (entre as prefeituras dos municípios vizinhos) ou regionais voltados ao atendimento ao morador do país vizinho nesses serviços?;
- qual a dinâmica do comércio realizado entre os municípios vizinhos?;
- existe alguma forma de integração (convênios, consórcios ou outras) entre a Prefeitura de Cáceres e a Alcaldía de San Matías para a prestação cooperada de serviços urbanos?;

- como se dá a mobilidade de pessoas entre os municípios de Cáceres e San Matías? Há alguma proposta de integração do transporte de pessoas entre essas cidades?;
- existe alguma integração/compatibilidade entre os planos diretores (principalmente zoneamento e uso do solo) e a prática da gestão urbana entre os municípios de Cáceres e San Matías?;
- quais as principais interações e trocas culturais, religiosas, esportivas e de lazer entre os dois municípios?;
- existe algum jornal, programa de rádio ou de televisão, ou outro meio de comunicação e informação que faça a cobertura dos dois municípios?; e
- o governo boliviano tem alguma preocupação ou algum programa definido para o caso das suas cidades e da relação com a fronteira?

Problemas característicos da situação fronteiriça:

- quais os principais problemas na fronteira entre os municípios de Cáceres e San Matías?;
- que problemas afetam o relacionamento entre os dois municípios no que tange a migrações, trabalho precário, ilícitos ambientais, questões fundiárias e outros?;
- quais as principais dificuldades no relacionamento entre as administrações (gestão pública) dos municípios de Cáceres e San Matías?;
- quais as dificuldades das pessoas que precisam se deslocar entre esses municípios?; e
- a qualificação desses municípios no rol de cidades gêmeas ajudaria na solução dessas dificuldades?

Sentido e expectativa quanto à qualificação de cidades gêmeas:

- em seu entendimento, Cáceres e San Matías poderiam ser consideradas cidades gêmeas? Relacionar os pontos que julgar relevantes;
- para o município seria importante que houvesse essa inserção no conjunto das cidades gêmeas?;
- que benefícios essa inserção poderia trazer ao município?; e
- “cidade gêmea” é uma expressão adequada ao arranjo espacial configurado entre Cáceres e San Matías? E, de modo geral, é adequada ao conjunto das cidades já qualificadas como cidades gêmeas?

Segmento de entrevistados: Grupo Especial de Fronteira (Gefron); 2º Batalhão de Fronteira; Agência Fluvial da Marinha do Brasil; Polícia Federal (PF); e 3ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal.

Objetivo:

Detectar os principais problemas relativos à segurança, defesa e controle de pessoas e mercadorias, que ocorrem nos municípios por serem as portas de contato entre os dois países.

Qualificação dos municípios Cáceres e San Matías quanto aos critérios da Portaria do MI que trata das “cidades gêmeas” e problemas da interação e articulação entre os municípios:

- quais os principais problemas na fronteira entre os municípios de Cáceres e San Matías e quais as dificuldades em solucioná-los?;
- há técnicas de abordagem e orientação diferenciadas às pessoas que precisam se deslocar

entre esses municípios para o trabalho, consumo e acesso a serviços?;

- e para a participação em atividades culturais, religiosas, esportivas e de lazer?;
- quais os obstáculos à produção e ao trabalho nessa região de fronteira?;
- de modo geral, nesse recorte fronteiriço, quais mercadorias podem e/ou possuem condições de “fazer” o transporte de ilícitos transnacionais?;
- as questões fundiárias acirram episódios de violência no recorte fronteiriço?; e
- no âmbito da segurança pública e da defesa, a inserção desses municípios no rol de cidades gêmeas ajudaria na solução desses problemas?

Segurança e defesa:

- quais as dificuldades para o exercício de segurança, defesa e controle na fronteira dos municípios de Cáceres e San Matías?;
- quais os principais ilícitos que são efetivados na fronteira entre os municípios de Cáceres e San Matías e quais as dificuldades em combatê-los?;
- quais problemas afetam o relacionamento entre os dois municípios no que tange as migrações, trabalho precário, ilícitos ambientais, questões fundiárias e outros?;
- existe alguma forma de integração (convênios, consórcios ou outras) entre os governos do Brasil e Bolívia no âmbito da segurança pública nessa linha de fronteira?;
- existem ações (acordos) locais de integração entre as forças de segurança e de defesa na área da fronteira?;
- há ações convergentes entre órgãos de gestão pública com vistas a aplicar a melhor estratégia de defesa e segurança na região fronteiriça? Relacionar as ações;
- as forças de segurança de Mato Grosso mantêm cooperação com as forças de segurança dos países vizinhos? Em que situação essa cooperação é efetivada?
- em sua opinião, no seu respectivo destacamento e/ou posto de fronteira, há efetivo suficiente para o desempenho a contento de suas atribuições na região?; e
- a instituição tem utilizado dados e informações de equipamentos de vigilância de fronteira, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron), dos veículos aéreos não tripulados (Vant) ou outros equipamentos de monitoramento disponíveis na fronteira?

Sentido e expectativa quanto à inserção no rol de cidades gêmeas:

- em seu entendimento, Cáceres e San Matías poderiam ser consideradas cidades gêmeas? Relacionar os pontos que julgar importantes;
- no âmbito da segurança pública e da defesa, seria importante que houvesse essa inserção no conjunto das cidades gêmeas da faixa de fronteira?;
- quais benefícios essa inserção poderia trazer?; e
- “cidade gêmea” é uma expressão adequada ao arranjo espacial configurado entre Cáceres e San Matías? E, de modo geral, é adequada ao conjunto das cidades já qualificadas como cidades gêmeas?

Segmento de entrevistados: Receita Federal do Brasil (RFB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea); aduana do Brasil e da Bolívia; e Zona Franca de San Matías S/A (Zofrasmat).

Objetivo:

Detectar os principais problemas de controle de pessoas e mercadorias que ocorrem nos municípios por serem as portas de contato entre os países.

Qualificação dos municípios Cáceres e San Matías quanto aos critérios da Portaria do MI que trata das “cidades gêmeas” e problemas da interação e articulação entre os municípios:

- quais os principais problemas na fronteira entre os municípios de Cáceres e San Matías e quais as dificuldades em solucioná-los?;
- quais os obstáculos à produção e ao trabalho nessa região de fronteira?;
- quais os problemas para a circulação da produção e de mercadorias de modo geral?; e
- a inserção desses municípios no rol de cidades gêmeas ajudaria na solução desses problemas?

Controle fronteiriço e segurança sanitária:

- existe sistematicidade nas operações de controle de mercadorias nesse ponto da fronteira?;
- quais os principais ilícitos praticados e quais os produtos ilegais que mais circulam nesse ponto da fronteira?;
- quais são as ações da vigilância sanitária nesse ponto da fronteira?;
- considerando as apreensões realizadas nesse ponto da fronteira pela RF, o que significa para o fisco brasileiro a entrada desses produtos na economia?;
- quais são os principais produtos legais que entram no Brasil e na Bolívia por esse ponto da fronteira?;
- há disponível uma base de dados sobre a circulação de mercadorias entre os países fronteiriços?;
- que instrumentos e articulações a Receita Federal utiliza para melhorar suas estratégias aduaneiras?;
- do ponto de vista do controle fronteiriço, quais aprimoramentos ou dificuldades a nova Lei de Migrações traz em relação ao Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980)?;
- considerando a configuração de arranjos espaciais transfronteiriços (como Cáceres e San Matías), a Receita poderia tomar medidas que facilitassem as relações comerciais cotidianas entre moradores?;
- quais as principais deficiências no funcionamento das aduanas na fronteira entre os municípios de Cáceres e San Matías?; e
- quais as principais deficiências e dificuldades na efetivação da vigilância sanitária ao longo do limite internacional dos municípios de Cáceres e San Matías?

Sentido e expectativa quanto à inserção no rol de cidades gêmeas:

- em seu entendimento, Cáceres e San Matías poderiam ser consideradas cidades gêmeas? Relacionar os pontos que julgar importantes;
- no âmbito do controle e segurança sanitária, seria importante a inserção de Cáceres-San Matías no conjunto das cidades gêmeas?;
- quais benefícios essa inserção poderia trazer?; e
- “cidade gêmea” é uma expressão adequada ao arranjo espacial configurado entre Cáceres e San Matías? E, de modo geral, é adequada ao conjunto das cidades já qualificadas como cidades gêmeas?

ANEXO B

Modelo de ofício de apresentação da equipe Ipea e agendamento de entrevista

Ministério da Integração Nacional

Secretaria de Desenvolvimento Regional (SGAN)

Quadra 906 - Módulo F - Bloco A – 2º andar - Sala 201 - Ed. Celso Furtado

CEP 70790-060 Brasília/DF - Telefone: (61) 2034-5441

Ofício nº/SDR

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

Brasília, 21 de agosto de 2017

Assunto: Solicitação de contato(s) para realização de estudo técnico sobre a possível inclusão de Cáceres (MT)-San Matías (Bolívia) no rol de cidades gêmeas.

O Ministério da Integração Nacional (MI), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vem realizando a pesquisa “A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira”, que tem como objetivo identificar e analisar problemas na fronteira oeste brasileira, visando colher sugestões para a melhoria de políticas públicas, bem como propor encaminhamentos.

No âmbito dos temas fronteiriços, as “cidades gêmeas” desempenham importante papel nas relações do Brasil com seus países vizinhos. O conjunto de cidades gêmeas até então identificadas encontra-se relacionado na Portaria nº 213/2016, do MI. Porém, esse conjunto não inclui alguns casos de cidades cujo estreitamento de relações com os municípios correspondentes dos países fronteiriços vem se tornando mais evidente nos anos recentes.

O arranjo transfronteiriço Cáceres (MT)-San Matías (Bolívia), ainda não incluído na citada Portaria, pode ser apontado como um adensamento populacional sem conurbação, cortado pela linha de fronteira, que apresenta grande potencial de integração econômica, social e cultural, assim como manifestações dos problemas característicos de cidades da fronteira, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania – condições que remetem a sua inclusão no rol das cidades gêmeas da Portaria nº 213/2016.

Diante disso, este ministério dará início a um estudo técnico específico sobre esse arranjo, para analisar a pertinência dessa inclusão. Nesse estudo, está prevista, no período entre 2 e 7 de outubro de 2017, uma pesquisa de campo que terá reuniões e entrevistas com autoridades e representações locais em Cáceres e em San Matías.

Tendo em vista a importância desse/a (...) na prestação de informações que contribuam para o conhecimento da dinâmica de relações econômicas, segurança, sociais e culturais entre as duas localidades, e com o objetivo de obter subsídios ao estudo, convidamos sua contribuição e solicitamos a definição de um ou mais interlocutores técnicos que possam realizar reunião/entrevista com os pesquisadores do Ipea Bolívar Pêgo, Rosa Moura e Maria Nunes.

Em função do cronograma estabelecido para a realização dos trabalhos, solicitamos essa indicação até 31 de agosto/2017, para que a equipe possa realizar os contatos e organizar a agenda das reuniões/entrevistas locais. Os contatos podem ser feitos com o pesquisador Bolívar Pêgo, coordenador da pesquisa, pelo telefone (61) 2026-5059 e/ou pelo *e-mail*: bolivar.pegno@ipea.gov.br.

Atenciosamente,

Marlon Carvalho Cambraia

Secretário de Desenvolvimento Regional

ANEXO C

FIGURA A.1

Imagens dos entrevistados e participantes das entrevistas e visitas técnicas



Entrevista 1 – Palácio Paiaguás, Cuiabá, 2/10/2017



Entrevista 2 – Governador de Mato Grosso, Cuiabá, 2/10/2017



Entrevista 3 – Deputado Leonardo Albuquerque, Cáceres, 2/10/2017



Entrevista 4 – Prefeitura de Cáceres, 3/10/2017



Entrevista 5 – RFB, Cáceres, 3/10/2017



Entrevista 6 – Delegacia da Polícia Civil, Cáceres, 3/10/2017

(Continua)

(Continuação)



Entrevista 7 – Unemat, Cáceres, 4/10/2017



Entrevista 8 – Sindicato Rural, Cáceres, 4/10/2017



Reunião Ampliada, San Matías, Bolívia, 5/10/2017



Visita à Estação Policial Integral (EPI) de San Matías, 5/10/2017



Encontro com o prefeito de Cáceres, 5/10/2017



Entrevista 10 – Regional de Saúde de Cáceres, 5/10/2017



Entrevista de Bolívar Pêgo, Rádio Difusora, Cáceres, 5/10/2017



Entrevista 11 – Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres, 6/10/2017

(Continua)

(Continuação)



Entrevista 12 – Prefeito de San Matías, 6/10/2017



Entrevista 13 – Consulado-geral da Bolívia, Cáceres, 6/10/2017

ANEXO D

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Seção 1 – ISSN 1677-7042 – Nº 81 – segunda-feira, 29 de abril de 2019

PORTARIA Nº 1.080, DE 24 DE ABRIL DE 2019

Inclui o Município no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 87, parágrafo único, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, e tendo em vista disposto no Art. 29 da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria inclui o Município de Cáceres-MT na lista de cidades brasileiras por Estado constantes do Anexo à Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

Art. 2º O Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, passa a vigorar acrescido do seguinte Município.

ANEXO

"

Cáceres	MT	87.942	5102504
---------	----	--------	---------

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.
